

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

LÍVIA HERNANDES CARVALHO

**AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DE
ANDRADINA: A REALIDADE E OS INDICADORES DE AVALIAÇÃO
DA POLÍTICA PÚBLICA DE REFORMA AGRÁRIA**

FRANCA

2013

LÍVIA HERNANDES CARVALHO

**AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DE
ANDRADINA: A REALIDADE E OS INDICADORES DE AVALIAÇÃO
DA POLÍTICA PÚBLICA DE REFORMA AGRÁRIA**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Serviço Social, Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título
de Doutor em Serviço Social. Área de
concentração: Mundo do Trabalho**

FRANCA

2013

Carvalho, Livia Hernandez

As condições de vida dos assentados da região de Andradina : a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de reforma agrária / Livia Hernandez Carvalho. –Franca : [s.n.], 2013 228 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Raquel Santos Sant'Ana

1. Reforma agrária - Andradina. 2. Questão agrária - Brasil. 3. Políticas públicas. 4. Política Social. I. Título.

CDD – 333.00981

LÍVIA HERNANDES CARVALHO

**AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DE
ANDRADINA: A REALIDADE E OS INDICADORES DE AVALIAÇÃO
DA POLÍTICA PÚBLICA DE REFORMA AGRÁRIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de concentração: Mundo do Trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Professora Dra. Raquel Santos Sant’Ana

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

4º Examinador: _____

Franca, _____ de Junho de 2013.

*Dedico este trabalho a meu querido pai,
que é minha referência de pessoa e de vida.
O que sou hoje se deve a seus incentivos e
sua força.*

AGRADECIMENTOS

Á Deus pela oportunidade da vida.

Meus sinceros agradecimentos às pessoas que estiveram presentes no percurso deste trabalho.

Meu pai, querido, amigo e conselheiro, que em todas as dificuldades sempre está ao meu lado com sábias palavras para me orientar, dar força e seguir em frente. Sem sua ajuda não teria conseguido chegar até aqui.

Professora Doutora Raquel, minha orientadora maravilhosa, mais uma vez, que me acompanha desde a época do Mestrado, com valiosas contribuições. Pessoa e profissional que conheci na minha vida, para me ensinar uma visão diferenciada e crítica do Serviço Social e da questão agrária. Amiga especial, coerente e sensível a todos os problemas, que aplica em sua prática cotidiana todo conhecimento adquirido no campo teórico. Raquel, você está guardada no meu coração.

Ao Professor Doutor José Fernando Siqueira da Silva, por me acompanhar durante minha trajetória acadêmica dentro da Pós-graduação, pelas contribuições realizadas nas bancas e por ideais em comum.

A FAPESP, pelo relevante auxílio financeiro.

Aos meus sogros Yeda e Keiji Kosoba por me ajudarem a cuidar da minha filha;

Fausto e Valentina, minha família construída no caminho da Pós-graduação.

A Cooperativa de Assessoria Técnica e Extensão Rural (COATER), pela contribuição e oportunidade de conhecer melhor a realidade vivida pelos assentados da região de Andradina, em especial Luís Carlos Tezoto, Diniz, Valderez, e Chico. Muito obrigada.

Aos cooperados da COATER que se tornaram amigos (Graciely, Fabinho, Edson, Miguel e Gilvânia), com destaque especial ao Cido, que além de trabalhar na Cooperativa, é um assentado com vivência dos problemas agrários, que me acompanhou na pesquisa de campo, na disponibilização de material, na convivência ativa com a população assentada, com boa vontade, disponibilidade e carinho. Cido você é um amigo muito especial e assim como a Raquel, você está no meu coração.

Aos funcionários da Pós-graduação em Serviço Social e, à Laurinha, pela atenção e disponibilidade.

Agradeço também as dificuldades vividas nesse tempo, porque sei que através delas me tornei uma pessoa mais forte.

Se para produzir lucros o desempenho da agricultura brasileira nos últimos anos tem sido brilhante, em contrapartida sua contribuição para que seja implantado no país um tipo de desenvolvimento em que o consumo de massas exerça um papel relevante é tão negativa, que põe definitivamente abaixo a ideia de que suas funções essenciais no desenvolvimento econômico estão sendo adequadamente cumpridas.

(Ricardo Abramovay, 1992, p. 258)

CARVALHO, Livia Hernandes. **As condições de vida dos assentados da região de Andradina:** a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de reforma agrária. 2013. 228 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema de trabalho os assentamentos rurais, situados na região de Andradina-SP, noroeste do Estado de São Paulo, e parte da análise da história da questão agrária dessa região, no intuito de contextualizar a conjuntura agrária nos assentamentos rurais pesquisados. O objetivo foi analisar a política pública de reforma agrária da região, tendo como foco primordial os indicativos na melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. Foram aplicados questionários com os responsáveis por 244 famílias, que correspondem a 10% do total de famílias de 30 assentamentos da região de Andradina. A pesquisa foi feita através de análise das informações de interesse para esse estudo, que envolveram dados quantitativos descritos e sistematizados utilizando planilhas do programa Microsoft Excel para cálculo de indicadores e suas médias. A partir disso, as informações foram analisadas de forma qualitativa de maneira a apreender seu significado a partir da realidade mais ampla que compõe a questão agrária e sua singularidade na região de Andradina. Os indicadores utilizados foram relacionados à composição familiar, educação, saúde, ocupação anterior, trabalho, fontes de renda, benefícios sociais, infraestrutura do assentamento, participação na comunidade e espaços de lazer. Com base nos dados foi possível constatar, que existe uma melhoria das condições de vida dos assentados, no entanto, esses dados coletados mostram que os indicadores utilizados para se avaliar a política pública de reforma agrária, não captam outros elementos que compõem a realidade agrária, como as condições de acesso a alimentação, moradia, educação e outras características vividas nos assentamentos, apenas mostrando que a renda monetária é escassa e a política de reforma agrária deficitária. Atualmente, a reforma agrária vem sendo tratada como política social e não como política de desenvolvimento.

Palavras-chave: assentamentos rurais. política de reforma agrária. indicadores de avaliação das condições de vida.

CARVALHO, Livia Hernandez. **As condições de vida dos assentados da região de Andradina:** a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de reforma agrária. 2013. 228 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

ABSTRACT

The theme of this research is the rural settlements in the region of Andradina-SP, northwest of São Paulo, and it starts with the analysis of the history of the agrarian question in this region in order to contextualize the agrarian situation in the rural settlements surveyed. The objective was to analyze the public policy of agrarian reform in the region, focusing on indicators of quality of life improvement of the families settled. Questionnaires were administered to the heads of 244 families, which account for 10% of the sum of the families of the 30 settlements in the region of Andradina. The research was done through analysis of information of interest to this study, which involved quantitative data described and systematized using Microsoft Excel spreadsheet program for calculation of indicators and their averages. From this, the data were analyzed qualitatively in order to grasp its meaning from the broader reality that makes up the agrarian question and its uniqueness in the region of Andradina. The indicators were related to family composition, education, health, previous occupation, work, sources of income, social benefits, settlement infrastructure, community involvement and leisure. Based on the data, we found that there is an improvement in the living conditions of the settlers, however, the data collected show that the indicators used to evaluate public policy reform do not capture other elements that make up the reality agrarian, as the conditions of access to food, housing, education and other characteristics experienced in the settlements, just showing that monetary income is scarce and land reform policy deficit. Currently, land reform has been treated as social policy and not as a development policy.

Keywords: rural settlements. agrarian reform policy. evaluation indicators of living conditions.

CARVALHO, Livia Hernandez. **As condições de vida dos assentados da região de Andradina:** a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de reforma agrária. 2013. 228 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

RESUMEN

Este tema de investigación es el trabajo de los asentamientos rurales en la región de Andradina-SP, al noroeste de São Paulo, y parte del análisis de la historia de la cuestión agraria en la región con el fin de contextualizar la situación agraria en los asentamientos rurales encuestadas. El objetivo fue analizar la política pública de la reforma agraria en la región, centrándose en el indicativo principal mejorar la calidad de vida de las familias asentadas. Los cuestionarios fueron administrados a los responsables de las 244 familias, que representan el 10% del total de hogares de 30 asentamientos en la región Andradina. La investigación se realizó mediante el análisis de la información de interés para este estudio, que trata de datos cuantitativos descritos y sistematizada mediante el programa de hoja de cálculo de Microsoft Excel para el cálculo de los indicadores y sus promedios. A partir de esto, los datos se analizaron cualitativamente con el fin de captar su sentido de la realidad más amplia que constituye la cuestión agraria y su singularidad en la región Andradina. Los indicadores que se relacionan con la composición familiar, la educación, la salud, la ocupación previa, el trabajo, las fuentes de ingresos, las prestaciones sociales, la infraestructura de los asentamientos, la participación comunitaria y de ocio. Basándose en los datos, se determinó que existe una mejora en las condiciones de vida de los pobladores, sin embargo, los datos recogidos muestran que los indicadores utilizados para evaluar la reforma de la política pública, no reflejan otros elementos que conforman la realidad agraria las condiciones de acceso a la alimentación, la vivienda, la educación y otras características con experiencia en los asentamientos, sólo muestra que los ingresos monetarios son escasos y la tierra déficit de la política de reforma. En la actualidad, la reforma agraria ha sido tratada como la política social y no como una política de desarrollo.

Palabras clave: asentamientos rurales. la política de la reforma agraria. los indicadores de evaluación de las condiciones de vida.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação do Número de Acampamentos, Ocupações de terra e Assentamento Rurais – 2003 – 2010	60
Gráfico 2 – Áreas dos lotes da região de Andradina (em ha)	120
Gráfico 3 – Tempo médio de ocupação dos assentamentos (em anos)	123
Gráfico 4 – Meio de acesso à terra	124
Gráfico 5 – Percentual dos assentados que são os primeiros beneficiários dos lotes	124
Gráfico 6 – Experiência anterior rural ou urbana	125
Gráfico 7 – Faixa de idade dos assentados da região de Andradina	126
Gráfico 8 – Escolaridade dos entrevistados	127
Gráfico 9 – Escolaridade dos assentados	127
Gráfico 10 – Escolaridade dos assentados que frequentam escolas	128
Gráfico 11 – Localização das escolas onde os assentados frequentam	129
Gráfico 12 – Percentual de assentados que trabalham dentro e fora do lote	131
Gráfico 13 – Percentual de famílias que recebem algum tipo de benefício	133
Gráfico 14 - Renda média (R\$) dos assentados	135
Gráfico 15 – Produção fora do lote	136
Gráfico 16 – Natureza da produção nos lotes	137
Gráfico 17 – Atividades que produzem maior renda	138
Gráfico 18 – Produção de animais no ano	139
Gráfico 19 – Percentual do valor auferido com a venda de animais no ano	139
Gráfico 20 – Cultura de grãos no lote	141
Gráfico 21 – Cultura de legumes e verduras no lote	141
Gráfico 22 – Cultura de frutas no lote	142
Gráfico 23 – Percentual de assentados atendidos pelo SUS	144
Gráfico 24 – Percentual de assentados atendidos por médicos particulares	145
Gráfico 25 – Visita de agentes sanitários nos lotes	145
Gráfico 26 – Visita de médicos da família nos assentamentos	146
Gráfico 27 – Trabalho dos agentes de saúde nos assentamentos	147
Gráfico 28 – Percentual de famílias que necessitaram de atendimento médico de emergência	148
Gráfico 29 – Meios utilizados para transporte no atendimento de emergência	149
Gráfico 30 – Pessoas com necessidades especiais	150

Gráfico 31 – Imunização dos assentados	150
Gráfico 32 – Dependência química	151
Gráfico 33 – Sugestões dos assentados para melhoria da saúde nos assentamentos.....	153
Gráfico 34 – Número de cômodos das casas dos assentados.....	155
Gráfico 35 – Material das paredes das casas	156
Gráfico 36 – Material do telhado das casas dos assentados.....	156
Gráfico 37 – Padrão de energia elétrica utilizada nos assentamentos	158
Gráfico 38 – Fontes de abastecimento de água dos lotes	159
Gráfico 39 – Quem construiu os poços nos lotes.....	160
Gráfico 40 – Tratamento de água.....	161
Gráfico 41 – Qualidade da água na opinião dos assentados	162
Gráfico 42 – Quem utiliza o poço do lote	163
Gráfico 43 – Tratamento de dejetos	164
Gráfico 44 – Coleta de lixo nos lotes dos assentamentos.....	164
Gráfico 45 – Destinação do lixo orgânico	166
Gráfico 46 – Destinação do lixo inorgânico.....	166
Gráfico 47 – Aplicação de calcário e corretivos de pH no solo.....	167
Gráfico 48 – Adubação nos lotes	168
Gráfico 49 – Utilização de agrotóxicos	169
Gráfico 50 – Bens móveis e imóveis nos lotes dos assentamentos	171
Gráfico 51 – Comercialização da produção com outros assentados	172
Gráfico 52 – Participação dos assentados em associações e cooperativas	173
Gráfico 53 – Participa ou tem afinidade com algum partido político.....	175
Gráfico 54 – O que o assentado gostaria que tivesse na área de lazer	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação entre agronegócio e campesinato	49
Quadro 2 – Quantidade de famílias por assentamento que foram estudadas.....	122

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa da Microrregião Geográfica de Andradina – SP – 2002	87
Mapa 2 – Localização geográfica dos assentamentos.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Famílias assentadas por trimestre – de 2003 ao 1º semestre de 2010.....	58
Tabela 2 – Assentamentos e Reassentamentos Rurais da MRG de Andradina	85
Tabela 3 – Dados gerais dos assentamentos e municípios.....	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA SOCIAL	18
1.1 Algumas Considerações sobre o Estado.....	18
1.2 Breve Caracterização das Origens da Política Pública	24
1.3 A configuração da Política Social no Brasil.....	27
CAPÍTULO 2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	36
2.1 Formação do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro.....	36
2.2 A Questão Agrária e a Reforma Agrária	41
2.3 Perspectivas da Agricultura	51
CAPÍTULO 3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA E A COMPOSIÇÃO DOS INDICADORES	55
3.1 Assentamentos Rurais e Reforma agrária.....	55
3.2 Considerações a respeito da Agricultura Familiar.....	64
3.3 A Composição dos Indicadores no Meio Rural	69
3.3.1 Breve introdução.....	69
3.3.2 Conceituando o Índice de Desenvolvimento Humano	69
3.3.3 Uma Análise a Respeito dos Indicadores	74
CAPÍTULO 4 CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA REGIÃO DE ANDRADINA	76
4.1 Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo	76
4.2 A Política de Reforma Agrária na Região de Andradina-SP	81
4.2.1 O Avanço da Cana na Região.....	88
4.3 Situação Geral da Atual Configuração dos Assentamentos Rurais da Região de Andradina	91
4.3.1 Algumas considerações sobre os dados do INCRA	116

CAPÍTULO 5 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS ASSENTAMENTOS	
DA REGIÃO DE ANDRADINA	119
5.1 Introdução	119
5.2 Os assentamentos da região de Andradina.....	119
5.3 Os assentados da região de Andradina	122
5.4 Trabalho e Rendimentos dos Assentados.....	129
5.5 A Saúde nos Assentamentos	144
5.6 A infraestrutura existente nos lotes	154
5.6.1 A Habitação	155
5.6.2 A Energia Elétrica	158
5.6.3 Fontes de abastecimento de água e tratamento de dejetos.....	159
5.6.4 O lixo nos Assentamentos	164
5.6.5 Práticas e insumos agropecuários nos assentamentos	167
5.7 Bens móveis e imóveis dos assentados	171
5.8 Participação em Associações, Cooperativas e Partidos Políticos	172
5.9 As formas de sociabilidade e lazer nos assentamentos	176
 CONCLUSÕES.....	 179
 REFERÊNCIAS	 190
 APÊNDICES	
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	204
APÊNDICE B – FOTOS DOS ASSENTAMENTOS.....	215
 ANEXOS	
ANEXO A – INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/Nº 68	222
ANEXO B – PORTARIA/INCRA/Nº 412	225
ANEXO C – PORTARIA Nº 6, 31 de janeiro de 2013.....	226

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema de trabalho os assentamentos rurais, situados na região de Andradina-SP, noroeste do estado de São Paulo, e parte da análise da história da questão agrária dessa região, no intuito de contextualizar a conjuntura agrária nos assentamentos rurais pesquisados.

O desafio desta tese foi estudar e investigar as condições de vida dos assentados da região de Andradina e analisar os indicadores da política pública de reforma agrária na vida desses assentados, como forma de retratar a realidade vivida, através dos indicadores citados por eles através das entrevistas e do questionário aplicado.

Foram aplicados questionários com os responsáveis por 244 famílias, que correspondem a 10% do total de famílias dos 30 assentamentos.

Para responder a essa indagação, o caminho percorrido no primeiro capítulo, foi o de conhecer um pouco sobre a estrutura do Estado, das Políticas Públicas e da Política Social:

O Estado, como ente responsável pela afirmação da ordem estabelecida, que mantém seu poder coercitivo, enquanto, por outro lado, atende à determinadas demandas trazidas pelas classes que o compõem; uma instituição constituída e dividida por interesses diversos, que tem como tarefa administrar os interesses, sem neutralidade;

As políticas públicas, compreendidas como sendo de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção, a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos, diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada, embora não possam ser reduzidas estritamente à políticas estatais. Estas serão formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social dentro do contexto capitalista, no qual a análise do Estado deve ser a partir de uma perspectiva de classe, onde conflitos ocorrem, já que em seu interior estão presentes interesses referentes à acumulação do capital e às reivindicações dos trabalhadores e;

As políticas sociais que devem ser entendidas como estratégias - governamentais ou não – para conter, as diversas manifestações da questão social, acirradas pelo embate entre capital e trabalho nos marcos do capitalismo monopolista, marcadas pela divisão de classes sociais inerentes ao sistema. Surgem, sobretudo, como fruto de lutas e conquistas da classe trabalhadora em prol da manutenção de suas necessidades sociais.

Já o segundo capítulo destaca a formação do desenvolvimento agrário brasileiro, marcado por atender os interesses da oligarquia agrária, em prol de interesses industriais, com a modernização tecnológica na grande propriedade, e subsídios aos grandes produtores rurais. Foi

destacado nesse capítulo também, o conceito de questão agrária e reforma agrária, onde o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, gerado principalmente pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e, conseqüentemente, a necessidade de mudança na estrutura agrária. Mostrou-se também a opção da política da agricultura pelo Agronegócio, que se caracteriza pela concentração de terras, domínio pelas grandes corporações, prejuízo dos agricultores, direcionamento para o grande estabelecimento agrícola, favorecimento dos países desenvolvidos em detrimento dos subdesenvolvidos, intensificação da especialização da produção, incentivo à monocultura, degradação ambiental e aumento da pobreza. As perspectivas da agricultura também foram apontadas nesse capítulo.

No terceiro capítulo, as considerações foram feitas no sentido de identificar as políticas públicas na área agrária, caracterizando os assentamentos rurais e sua importância na agricultura familiar, que são unidades de produção agrícola, implantadas através de políticas governamentais que visam o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores sem-terra ou com pouca terra.

A importância da agricultura familiar como componente do sistema de produção brasileiro, entendido como aquele em que a família, além de ser proprietária dos meios de produção, também assume o trabalho da estrutura produtiva, pois a propriedade é fundada no trabalho pessoal, ao contrário da agricultura patronal e capitalista, que se baseia na exploração do trabalho assalariado, bem como a composição dos indicadores no meio rural e as limitações desse tipo de metodologia, caracterizada de forma neutra, como roga o preceito positivista de cunho conservador.

O quarto capítulo faz uma caracterização da estrutura fundiária da região de Andradina e como se encontra a situação dos assentamentos dessa região, identificando segundo dados do escritório do INCRA, Unidade Avançada de Andradina, o número de famílias, a área dos assentamentos, os créditos acessados, e a principal atividade desenvolvida no lote.

Por fim, no quinto e último capítulo é feita a análise e discussão dos dados coletados na pesquisa de campo, com enfoque nos indicadores de melhorias (ou não) das condições de vida das famílias assentadas.

Nas considerações finais, retoma-se aos conceitos adquiridos durante os capítulos, destacando o que pôde ser construído com a implantação da política de reforma agrária da região de Andradina e o impacto que esta teve na vida das famílias assentadas. Faz-se também uma relação com a questão agrária e o Serviço Social, na medida que esta é uma das particularidades de atuação do Serviço Social.

CAPÍTULO 1 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA SOCIAL

1.1 Algumas Considerações sobre o Estado

A interferência estatal e suas ações têm fixado, ao longo do tempo, rígidas demarcações dentro da sociedade, estabelecendo limites às ações individuais, regulando a economia e classificando os valores morais, ao dar legalidade às práticas e aos interesses provenientes do mundo burguês. Na história do capitalismo, a atuação do Estado oscila entre uma atuação ativa ou mais dispersa, ocupando maiores ou menores espaços.

Tendo em vista a complexidade assumida pelo Estado na atual conjuntura, é necessário uma análise que apreenda suas diversas formas de constituir-se e os diferentes direcionamentos políticos assumidos no decorrer da história; essencialmente como ente responsável pela afirmação da ordem estabelecida, mantém seu poder coercitivo, enquanto, por outro lado, atende à determinadas demandas trazidas pelas classes que o compõem. Como coloca João Pereira (2006, p.16):

É por meio da relação com a sociedade que o Estado abrange todas as dimensões da vida social, todos os indivíduos, classes, e assume diferentes responsabilidades, inclusive as de atender demandas e reivindicações da sociedade em seu conjunto (não só de uma classe). Por isso, apesar de ele ser dotado de poder coercitivo, também pode realizar ações protetoras, desde que pressionado e controlado pela sociedade.

O Estado sendo uma instituição constituída e dividida por interesses diversos, tem como tarefa principal administrar esses interesses, sem neutralidade, pois possui uma condensação de forças materializada num bloco de poder ou num pacto de dominação, que exerce seu domínio por meio de um aparato institucional (burocrático, jurídico, policial, ideológico) sobre a sociedade, embora seja influenciado por ela, com vistas a regulá-la em seu conjunto.

Foi a partir dos séculos XVI, XVII e XVIII, com o suporte ideológico do liberalismo, através de uma nova ordem econômica denominada de capitalismo, que surge o princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado, alimentado pelas teses de David Ricardo e, principalmente, por Adam Smith. Segundo estas teses, cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, atuando numa coletividade de indivíduos, maximizaria seu bem estar coletivo, através do funcionamento livre e ilimitado do mercado.

Este aparece como um mecanismo natural de regulação das relações sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008)

Contudo, ainda segundo as autoras citadas acima, esse predomínio do mercado, como supremo regulador das relações sociais, só pode ser realizado na condição de uma suposta ausência da intervenção estatal, cabendo ao Estado o papel de fornecer a base legal com a qual o mercado pode maximizar os “benefícios aos homens” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Nessa perspectiva, o Estado como representante dos interesses dos cidadãos é, antes, o representante dos interesses globais do sistema econômico baseado no livre mercado, delimitando as liberdades individuais, sustentadas na propriedade privada, como condição para a democracia.

Para Vieira (2009, p. 63):

Com o predomínio desses princípios ferozmente defendidos pelos liberais e assumidos pelo Estado capitalista, não é difícil compreender que a resposta dada à questão social no final do século XIX foi, sobretudo, repressiva, e apenas incorporou algumas demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que estabeleciam melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cerne da questão social. [...] Nesse sentido, as primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre o Estado liberal e o Estado social. Em outras palavras, não existe polarização irreconciliável entre Estado liberal e Estado social, ou de outro modo, não houve ruptura radical entre o Estado liberal predominante no século XIX e o Estado social capitalista do século XX. Houve, sim, uma mudança profunda na perspectiva do Estado, que abrandou seus princípios liberais e incorporou orientações socialdemocratas num novo contexto socioeconômico e de luta de classes, assumindo um caráter mais radical, com investimentos em políticas sociais.

Com isso, aconteceu o reconhecimento dos direitos, sem, contudo, colocar em risco os fundamentos do capitalismo. O fundamento do Estado liberal desse período era não intervir na liberdade individual de modo a assegurar que os indivíduos usufríssem livremente seu direito à propriedade e à liberdade.

Vieira (2009, p. 198) destaca que no contexto da acumulação capitalista, juntamente com a Revolução Industrial, surgiram, como consequências desse processo, a urbanização exacerbada, o crescimento da taxa de nascimentos, a mutação na consciência política e social e também a primeira medida de política social. Há nesse período também, a aglomeração de fábricas, o aumento da população e a diminuição da mortalidade infantil. Somado a isso, a grande concentração de pessoas nas fábricas e nas cidades fez gerar o começo da consciência política, tornando-se mais visíveis as novas organizações proletárias, os sindicatos e as

cooperativas no empenho de adquirir o acolhimento público. Foi nessa sociedade industrial que ficou explícito o conflito entre os interesses do capital e os do trabalho.

O crescimento do operariado, que passou a ocupar espaços políticos importantes, obrigou a burguesia a reconhecer direitos políticos e sociais cada vez maiores nesses segmentos, sendo que a luta em defesa da diminuição da jornada de trabalho, analisada por Marx (1988) foi uma forte expressão desse processo, bem como a reação da burguesia alemã frente ao crescimento da socialdemocracia, como movimento de massas, propondo seguros sociais e a legislação de acidentes de trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

A vitória do movimento socialista na Rússia, em 1917, também foi importante para configurar uma atitude defensiva do capital frente ao movimento operário, bem como as mudanças no mundo da produção com o advento do fordismo. Essas mudanças ofereceram maior poder coletivo aos trabalhadores, que passaram a requisitar acordos coletivos de trabalho, direitos sociais e ganhos de produtividade (BEHRING, 2009, p.51).

Assim, pautada na luta pela socialização da riqueza e na instituição de uma sociedade não capitalista, a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, como o direito ao voto, de organização em sindicatos e partido, de livre expressão e manifestação que, no entanto, não conseguiu impor a ruptura com o capitalismo. Contudo, apesar de não ter conseguido instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo. Para Behring e Boschetti (2008, p. 64):

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade.

A partir do século XIX e início do século XX, ocorre o enfraquecimento das bases materiais de sustentação dos argumentos liberais, com contradições que começaram a se colocar no cenário, com diversas implicações para a política social.

As elites político-econômicas começam a reconhecer os limites do mercado a partir da crise de 1929/1932, período conhecido como o da Grande Depressão, quando se registra pela primeira vez queda na Bolsa de Nova York, se alastrando pelo mundo e reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes.

A expressão teórica e intelectual do reconhecimento de que o capitalismo vivia uma crise teve como seu maior expoente o economista Keynes (1988), que em seu livro intitulado de “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, primeira edição de 1936, propôs atividade deliberada de investimento governamental temporariamente, até que a economia voltasse a sua situação normal. Ao keynesianismo agregou-se o pacto fordista – da produção em massa para consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos e produtividade do trabalho.

Houve, nesse período, um brutal aumento da produtividade do trabalho a partir da decomposição do processo de trabalho em movimentos rigorosamente estudados, tendo em vista o controle do tempo, e um conjunto de estratégias de gestão, monitorando o fluxo de informações e da autoridade, pois: “Time is Money” (VIEIRA, 2009).

É nessa conjuntura que ocorre o *boom* de produção de bens de consumo duráveis – além dos carros, geladeiras, televisores, rádios e outros - combinados à urbanização e suburbanização nas cidades, que se relacionou com a expansão da indústria automobilística, carro chefe do período conhecido como “Anos de Ouro” ou “Anos Dourados” do capital. Assim, o capitalismo maduro (centrado na busca de rendas tecnológicas, a partir da redução do tempo de rotação do capital fixo) foi aberto tendo como referência o desenvolvimento pleno das possibilidades do capital.

Mandel (1990), por exemplo, ressalta que esse período teve como características, uma intensa centralização, concentração e expansão de capitais. O desenvolvimento das forças produtivas possibilitou o aumento da produtividade do trabalho e da produção de mercadorias, mediante a internacionalização da produção e a redefinição da divisão internacional do trabalho.

Criaram-se mecanismos estatais voltados para a reprodução ampliada dos trabalhadores, socializando com o patronato parte dos custos de reprodução da força de trabalho, pois as mobilizações e reivindicações dos trabalhadores pressionaram a incorporação, pelo capital, do atendimento de parte de suas necessidades sociais, operando mudanças nas legislações trabalhistas e nas medidas de proteção social, sendo estes fatores responsáveis pela constituição do *Welfare State*¹.

¹ O *Welfare State* é proposto e formulado com base em três pilares: educação, saúde e segurança. Este, geralmente é utilizado genericamente para designar os países que implementaram políticas sociais sob a orientação keynesiano - fordista, ou que o caracteriza como um esforço do Estado para modificar as condições do mercado e proteger os indivíduos das suas consequências econômicas e sociais. O *Welfare State* se caracterizou como um conjunto de serviços e benefícios sociais promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa "harmonia" entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente (GOMES, 2006).

Oliveira (2005) afirma que os investimentos no setor produtivo entram em declínio, provocando a recessão da economia, pois a ideia de lucros elevados e rápidos provocou um ciclo especulativo que tem-se acentuado nos últimos anos, sem nenhuma perspectiva de alteração. Nesse ciclo são incluídos setores das elites nacionais e internacionais, empresas, Estados e fundos de investimento de forma geral.

A autora ainda faz a crítica aos caminhos destrutivos que o capitalismo tomou para prosperar nas últimas três décadas. Os principais marcos são o aumento de concentração/centralização da riqueza nos países centrais em detrimento dos países periféricos e a imbricação do setor produtivo com o setor financeiro de caráter especulativo.

Assim, a crise de acumulação do capital denominada de reestruturação produtiva ocorreu principalmente nos principais países industrializados e obrigou as indústrias a realizarem ajustes nos processos produtivos, após a Segunda Guerra Mundial, no qual os moldes do pleno emprego viveram momentos de entusiasmo.

A produção capitalista começa a ter respostas negativas no emprego da força de trabalho na produção industrial, resultado da intensa atividade produtiva alimentada por suas contradições, ao mostrar que o período de crises prolongadas da economia atingia todos os tipos de indústrias (automobilística, construção, petroquímica, siderurgia), que apresentavam as características destacadas por Mandel (1990, p. 76)

[...] desequilíbrios e desproporções fundamentais de produção e circulação de mercadorias, ocasionando esforços por parte do capital a fim de superar tais contradições, reestruturando, assim, tanto a produção como os mercados. Os esforços de reestruturação da produção tendem a elevar as taxas e lucros através das seguintes medidas: eliminação, absorção ou redução da atividade das empresas menos rentáveis; substituição das técnicas menos produtivas por técnicas de produção mais avançadas; redução da fabricação de produtos cuja demanda parece estruturalmente em estagnação ou declínio; favorecimento à fabricação de produtos cuja procura se revela estruturalmente em elevação; investimentos de racionalização, com economia de matérias-primas, de energia, de mão-de-obra e de emprego do capital fixo; crescimento da velocidade de circulação de capital; intensificação dos processos de trabalho e, em geral, esforços concentrados para aumentar duravelmente a taxa de mais-valia (a taxa de exploração da força de trabalho). Todos esses fatores são evidentemente marcados por fatores de incerteza inerentes a um sistema baseado na propriedade privada e na concorrência.

O movimento do capital das últimas três décadas (processo de reestruturação produtiva) vai apresentar todas as particularidades acima apontadas, como resultado da superprodução, onde a economia capitalista tem capacidade de produzir, mas não tem consumidores para seus produtos e, onde o número de miseráveis continua aumentando.

Depois de ter destruído o campesinato e boa parte dos artesãos, desertificado regiões inteiras, apelado para o exército industrial de reserva dos trabalhadores imigrantes, criado concentrações urbanas desumanas e inadministráveis, ele condena milhões de assalariados e jovens ao desemprego estrutural, isto é, à marginalização, passando facilmente à decadência social. (CHESNAIS, 1996, p. 204).

Assim sendo, as mudanças na esfera da produção material, aliadas ao ideário neoliberal, ocasionaram o crescimento das formas de trabalho caracterizadas como precárias. Para Mattoso (1999, p. 8), a “precarização das relações de trabalho” se caracteriza com a ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários, dos contratos por empresa ou mesmo unilaterais. Por outro lado, a “precarização das condições de trabalho” é a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). “Esta precarização pode ser indicada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico.” A precarização também se caracteriza pela ausência de contribuição à Previdência Social, onde o trabalhador não tem direito à aposentadoria.

Nesse contexto, a nova configuração do mercado de trabalho se caracteriza pelo reduzido número de trabalhadores centrais em contraste com o grande contingente de trabalhadores que ficam à procura de um emprego precário, na maioria dos casos, na economia informal. Harvey (2002, p. 144) afirma que: “A atual tendência do mercado de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entre facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins”, pois a economia mundial, ao mesmo tempo que realiza mudanças estruturais, produtivas, organizacionais e tecnológicas, agrava a condição do trabalhador, uma vez que há insegurança no ambiente no mundo do trabalho e, o trabalhador se depara com as difíceis situações de desemprego, subemprego e concentração de renda, constituindo o que Mattoso (1999) conceitua de “desordem do trabalho”.

Para concluir, a mundialização do capital e o processo de reestruturação produtiva são respostas do sistema capitalista em crise, já que aponta para a insustentabilidade desse sistema, enquanto forma de organização da produção e da vida social, na medida em que o avanço da tecnologia e das reorganizações industriais, em prol da acumulação do capital, dificulta as condições da maioria dos homens e mulheres, que mercadejam sua força de trabalho. Nas relações sociais estabelecidas, no decorrer do desenvolvimento desigual capitalista, os benefícios se destinam a uma pequena parcela da população, os detentores dos

meios de produção, enquanto a maioria enfrenta as restrições das condições de trabalho, e, por conseguinte, de vida².

1.2 Breve Caracterização das Origens da Política Pública

As políticas públicas, nas últimas décadas, ganharam importância no campo do conhecimento, devido a alguns fatores, dentre os quais deve-se destacar: 1) a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a orientar a agenda da maioria dos países, principalmente os emergentes³; 2) as novas visões dos governos que substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra, passando a adotar políticas restritivas de gastos, condicionando suas políticas públicas ao cumprimento do ajuste fiscal e do equilíbrio orçamentário entre receita e despesa, diminuindo assim a intervenção do Estado na Economia e transformando as políticas sociais de universais em focalizadas, principalmente a partir de 1980; 3) diz respeito aos países em desenvolvimento, de democracia recente, nos quais, na maioria das vezes, ainda não se conseguiu formas de coalizões políticas, capazes de equacionar, minimamente, a questão de como fazer políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social da maioria de sua população (SOUZA, N. J., 2007).

Para Di Giovanni (2009, p. 3), as abordagens das políticas públicas não oferecem uma medida inclusiva e orgânica de todos os aspectos que compõem esse fenômeno. Para o autor, o conceito de política pública vai além da ideia de uma intervenção do Estado numa situação social considerada problemática:

[...] penso a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal (DI GIOVANI, 2009, p. 4).

² “Graças ao processo da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana. Este enunciado é uma lei na sociedade capitalista, onde o instrumental de trabalho emprega o trabalhador, e não este o instrumental. Esta lei se transmuta na seguinte: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital.” (MARX, 2002, p. 748).

³ Neste capítulo o termo países "emergentes" refere-se aos países periféricos capitalistas que receberam a maior parte dos fluxos de capitais provenientes dos países centrais nos anos 90.

Nesse sentido, conceituar as políticas públicas pressupõe uma capacidade mínima do Estado de conseguir planificar suas ações, seja do ponto de vista técnico da gestão ou do ponto de vista político.

Existe também o foco das abordagens das políticas públicas, que se concentram apenas no papel dos governos, e deixam de enfocar o seu aspecto conflituoso e os limites das decisões desses governos.

Mas, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seus focos estão nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Nesse contexto, as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, sendo este o motivo pelo qual em qualquer teoria da política pública é preciso também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

Outros segmentos, que não os governos, também se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como os grupos de interesse e os movimentos sociais, cada qual com maior ou menor influência que depende do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo.

Das diversas definições e modelos existentes sobre políticas públicas, que não serão aqui detalhados, importa extrair seus elementos principais, sintetizados por Celina Souza (2006, p. 36):

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.

A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos e, não necessariamente, se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.

A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.

A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

A política pública envolve processos subsequentes, após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Estudos sobre política pública propriamente dita focalizam processos, atores e a construção de regras, distinguindo-se dos estudos sobre política social, cujo foco

Celina Souza (2003), em uma abordagem positivista, pensa que o movimento do real, não pode ser analisado direito. A autora destaca as contribuições das diversas vertentes das teorias sobre políticas públicas e, conseqüentemente, sua análise, é de, como ocorre com qualquer referencial teórico, é preciso ter clareza sobre quando e como utilizá-lo. Isso porque, analisar políticas públicas significa, muitas vezes, estudar o “governo em ação”, razão pela qual nem sempre os pressupostos existentes se adaptam a essa análise.

Já Lowi (1972) descreve que apolítica pública pode assumir quatro formatos: 1) O das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados que estimula ou desestimula setores e atividades já existentes e regulamentadas; 2) O das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse, tratando da limitação ou concessão de atividades; 3) O das políticas redistributivas, que intervém na estrutura econômica da sociedade, criando mecanismos que podem levar a diminuir as desigualdades sociais e 4) O das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos.

É nesse conjuntura, que as políticas públicas serão formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social dentro do contexto capitalista, no qual a análise do Estado deve ser a partir de uma perspectiva de classe, onde conflitos ocorrem, já que em seu interior estão presentes interesses referentes à acumulação do capital e às reivindicações dos trabalhadores.

Nesse contexto, as políticas públicas são compreendidas como sendo de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção, a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos, diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada, mas estas, não podem ser reduzidas estritamente à políticas estatais.

O entendimento dos modelos e das teorias deve possibilitar ao analista melhor compreender o problema para o qual a política pública foi desenhada, seus possíveis conflitos, a trajetória seguida e o papel dos indivíduos, grupos e instituições que estão envolvidos na decisão e que serão afetados pela política pública. Portanto, desenvolver uma ou outra política depende do que se considera que é desejado socialmente e, os critérios que devem nortear, no momento de se estabelecer as prioridades, dos recursos disponíveis que direcionam a distribuição e transferência de renda, por exemplo, de um agente social para outro (RODRÍGUEZ; ARDID, 1996).

Por isso, as políticas públicas de interesse social devem beneficiar de forma diversificada os que possuem necessidades diferenciadas, no sentido de propiciar as condições para superação das desigualdades, rumo à conversão em uma política pública igualitária. O tema das quotas, em moda no discurso de militantes e de políticos, se enquadra nesta perspectiva (GEHLEN, 2004).

Nesse contexto, importa destacar, que para além da crescente sofisticação na produção de conhecimento em políticas públicas é fundamental se referir principalmente às chamadas

“questões de fundo”, que se estabelece entre o Estado e as políticas públicas que este implementa em uma determinada sociedade, e em um determinado período histórico.

É aqui, que se destaca a dimensão política do Estado no sentido da compreensão de suas funções no capitalismo contemporâneo. Para Offe (1984), o Estado atua como regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto e, no desenvolvimento do processo de acumulação capitalista.

Assim, o Estado capitalista moderno teria como papel não só qualificar permanentemente a mão-de-obra para o mercado, como também, através das políticas públicas sociais, procuraria manter sob controle parcelas da população não inseridas no processo produtivo (OFFE, 1984).

Nas ideias de Paulo Netto (1996), o Estado atua fundamentalmente, como guardião das condições de exploração de trabalho, garantindo a propriedade privada dos meios de produção e reservando para a pobreza um intervencionismo emergencial, episódico e contingencial.

Nesse sentido, acompanhar a relação de estágio de acumulação do capital e as formas de exploração do trabalho é imprescindível à compreensão de como, no Brasil, o Estado trata a questão da desigualdade e, conseqüentemente, a implantação de políticas públicas para a minimização dos efeitos nefastos do capitalismo.

1.3 A configuração da Política Social no Brasil

Nos países latino-americanos, principalmente a partir das primeiras décadas do século XIX, o que prevaleceu de seus dirigentes, foi uma maior abertura de novas oportunidades para a concretização dos próprios interesses, em lugar do respeito à qualquer Constituição, justiça ou direito social, que protegesse a grande maioria da população. Essas independências criaram o neocolonialismo, com crescente concentração da posse de terra, expresso em variados processos de recolonização dos países ali localizados (VIEIRA, 2009).

Sob essa ótica, no final do século XX e início do século XXI, a América Latina abre seu mercado consumidor interno, liberando a especulação financeira nas bolsas, leiloando as principais empresas públicas, privilegiando os investimentos e as empresas externas, destinando grandes volumes de dólares para pagamento da dívida externa, o que acarretou corte com os gastos públicos em nome do controle das contas do Estado, com a piora acelerada da pobreza, da violência social e do desemprego.

Firmou-se o princípio do privilégio e não o princípio da igualdade ou liberdade. O pensamento mais prevalente resumiu-se de que a questão social é uma questão de polícia. Demonstrou-se a falta de compromisso de classe por parte dos governantes do Brasil, pois os governos que assumiram o poder do Estado nos diferentes momentos sempre tiveram compromisso com a classe dominante nacional (ou mesmo internacional), assumindo apenas compromissos com garantias individuais.

No capitalismo, a questão social toma vulto e exige uma resposta do Estado, nas suas diversas manifestações, como a pobreza, a desigualdade, a violência e a indigência. Formas de mascarar-la também sempre existiram, com justificações divinas e moralistas, que a ratificavam por meio da vontade de Deus, ou com práticas que a criminalizavam ao ser tratada como objeto de intervenção policial, ou ainda com políticas voltadas para elementos pontuais cujo enfoque voltava-se para as manifestações/consequências e não suas causas. Sobre esse assunto Mota (2009, p. 49) destaca:

A rigor não existem – do ponto de vista histórico, político e teórico – muitas alternativas para pensar a natureza do enfrentamento da questão social. Pode-se, de fato, falar apenas de duas tendências gerais: administração no interior da ordem burguesa – demarcada pela implementação de reformas sociais e morais, tanto mais “eficientes” quanto mais ancoradas tecnicamente – ou a sua superação como uma prática que transforma não a questão social em si, mas a ordem social que a determina.

Aqui no Brasil, historicamente, a exploração colonial constituiu-se num modo de produção com base no trabalho escravo, na grande propriedade agrária e no monopólio comercial da grande empresa privada capitalista, com alternância de regimes do estado de direito democrático formal, e estados ditatoriais, que se edificaram em sociedades limitadas em suas manifestações, interesses e com forte presença autoritária, na prática política e na própria cultura. São sociedades que passaram por sérias transformações econômicas, que as levaram a uma política econômica com política social direcionada a cuidar momentaneamente de indigentes, de maneira focalizada, dispersa e seletiva. Esses programas são, pois, pretensões de política pública e social, que quase sempre não se concretizam, e não intervêm de maneira significativa na sociedade.

Na perspectiva de Paulo Netto (1996) é a partir do estágio conhecido como capitalismo monopolista – no último quartel do século XIX – que o Estado se reconfigura. Suas funções estatais e políticas imbricam-se com as funções econômicas, e a partir de então, o Estado atua como um administrador dos ciclos de crise, sendo permeável à demanda das

classes subalternas que mobilizadas forçam o Estado a responder com antecipações estratégicas.

Nas ideias de Martins (1994), o atraso da sociedade brasileira tem como núcleo central a propriedade territorial capitalista, que é responsável por constrangimentos históricos, sendo as soluções políticas orientadas por deliberações de cima para baixo e reiterando a subalternização das classes trabalhadoras. Iamamoto (2008, p. 132) reafirma elementos da realidade brasileira que vão na mesma direção e ainda explicita o papel do Estado na construção da sociedade burguesa:

Em síntese, no caso brasileiro, a expansão monopolista faz-se mantendo, de um lado, a dominação imperialista, e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional, e racial de renda, prestígio e poder. Engendra-se uma forma típica de dominação política, de cunho contra-revolucionário, em que o Estado assume um papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações e classes burguesas, como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade. O Estado é capturado historicamente pelo bloco do poder, por meio da violência, ou da cooptação de interesses.

O país transitou da democracia dos oligarcas à democracia do grande capital, onde permaneceu tanto a subordinação da produção agrícola aos interesses exportadores, quanto os componentes não capitalistas nas relações de produção e nas formas de propriedade. A expansão capitalista modernizou a grande propriedade territorial, convivendo com as vantagens da apropriação da renda fundiária, através da concentração da propriedade territorial e de uma grande expropriação de trabalhadores (IAMAMOTO, 2008, p. 131).

Para Iamamoto (2008), foi a agricultura que viabilizou historicamente a acumulação de capital, através da “modernização conservadora”. Isso pôde ser verificado através da aliança do grande capital financeiro, nacional e internacional, com o Estado nacional, que passa a conviver com os interesses oligárquicos e patrimoniais, expresso nas políticas e diretrizes governamentais, mas, incapaz de estabelecer um projeto nacional autônomo.

Modernizou-se a economia e o aparelho do Estado, sem contudo, melhorar as conquistas políticas e sociais, que permaneceram defasadas, expressando o desencontro entre economia e sociedade, apesar de alguns avanços obtidos (IANNI, 1992).

Em síntese, pode-se afirmar que a formação do proletariado brasileiro, durante a Primeira República, envolveu tanto trabalhadores estrangeiros, como escravos libertos e trabalhadores rurais vindos das regiões mais pobres, caracterizado por baixos salários e condições de trabalho muito precárias (FALEIROS, 2010).

As condições de trabalho e a problemática da luta dos trabalhadores com relação à redução das horas de trabalho, à questão salarial e às condições de trabalho, são as principais questões das lutas do período da Velha República.

[...] a articulação de políticas relativas à classe operária está ligada não somente a sua inserção heterogênea no processo contraditório de acumulação, mas também às relações sociais que a organização e a mobilização dessa classe podem representar para alterar a ordem estabelecida dentro de uma conjuntura específica. (FALEIROS, 2010, p. 20).

Para Fernandes (1996), no Estado brasileiro, a democracia não era uma condição geral da sociedade, pois estava aprisionada no âmbito da sociedade civil, da qual faziam parte apenas as classes dominantes, que utilizavam o Estado nacional para patrocinar seus interesses gerais. O Estado era utilizado com um liberalismo formal e o patrimonialismo, como prática, no sentido da garantia dos privilégios da classe dominante.

A democracia foi restrita, aberta e funcional só para os que tinham acesso à dominação burguesa. Sobre esse assunto, Iamamoto (2008, p. 132) destaca que:

Foi decisivo o papel do Estado nos caminhos trilhados pela modernização “pelo alto”, em que as classes dominantes se antecipam às pressões populares, realizando mudanças para preservar a ordem. Evitam qualquer ruptura radical com o passado, conservando traços essenciais das relações sociais e a dependência ampliada do capital internacional. Os traços elitistas e antipopulares de transformação política e da modernização econômica se expressam na conciliação entre frações das classes dominantes e com a exclusão das forças populares, no recurso frequente aos aparelhos repressivos e à intervenção econômica do Estado.

Nesse sentido, aqui no Brasil, não houve uma radicalização das lutas operárias, uma constituição de classe para si com partidos e organizações fortes. A questão social composta por manifestações de pauperismo e iniquidade, principalmente após o fim da escravidão e com a incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se tornou questão política a partir da primeira década do século XX com as primeiras lutas dos trabalhadores e iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). A criação dos direitos sociais no Brasil resulta, portanto, da luta de classes e expressa a correlação de forças predominante.

Para Paulo Netto (1996) as políticas sociais devem ser entendidas como estratégias - governamentais ou não - para conter, “sanar” diversas manifestações da questão social, acirradas pelo embate entre capital e trabalho nos marcos do capitalismo monopolista. Mas, sobretudo surgem como fruto de lutas e conquistas da classe trabalhadora em prol da manutenção de suas necessidades sociais.

Por sua própria origem e finalidade, estas políticas se voltam aos indivíduos em sua singularidade, ao atendimento de suas necessidades específicas, sem levar em consideração, o indivíduo como um sujeito histórico inserido em uma totalidade histórica – complexa -; não se dirigem ao atendimento das necessidades sociais como necessidades coletivas e são marcadas pela divisão de classes sociais inerentes ao sistema.

Paulo Netto e Braz (2008) ainda ressaltam que nas periferias do mundo capitalista, o *Welfare State* foi experimentado de maneira minimalista, pois os ideários do bem-estar social nestes países estavam em concordância com a industrialização e à urbanização. Aqui no Brasil é um assunto conflituoso, já que somente após a Constituição de 1988, ao menos no marco legal, é que os conceitos relativos à seguridade social se materializam. De acordo com Salvador (2010, p. 140):

As primeiras medidas de proteção social nascem no Brasil com mais de trinta anos de atraso em relação aos países centrais do capitalismo. Essa defasagem, na avaliação de Barbosa e Moretto (1998), pode ser explicada por três motivos: a) a falta de industrialização no país; b) limitado poder de pressão dos sindicatos, restritos a algumas atividades; e c) a estrutura política assentada em poderosas oligarquias estaduais.

Até a Constituição de 1988, as políticas públicas brasileiras, estiveram no campo da caridade e da filantropia, ou atreladas ao trabalho por meio de contribuições de determinados segmentos da sociedade. A primeira lei previdenciária do Brasil foi a Lei Eloy Chaves estendida a determinados segmentos que contribuía, seguida da criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), organizações de natureza privada, transformadas e substituídas progressivamente pelos Institutos de Aposentadorias e Pensão (IAPs), organizados por ramos de natureza estatal. E, mesmo após a promulgação da Lei Orgânica de Previdência Social (LOPS), em 1960, a estrutura dos IAPs não foi modificada até a criação do Sistema Nacional de Previdência Social⁴, em 1977.

⁴ O Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) era composto pela seguinte estrutura: o Instituto Nacional de Seguro Social (INPS), órgão responsável pela concessão e manutenção dos benefícios e serviço social para os beneficiários de todas as categorias, e que foi extinto em 1990 com a instituição do INSS; o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), órgão responsável pela prestação de serviços médicos, abrangendo assistência ambulatorial, hospitalar, dentária e farmacêutica. O INAMPS foi extinto em 1993 com a implantação do SUS; a Central de Medicamentos (CEME), órgão responsável pelo fornecimento de medicamentos a preços acessíveis aos mais necessitados entre os beneficiários, e que foi extinta em 1995; a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que prestava assistência social à população carente, independente da vinculação desta a quaisquer entidades integrantes do SINPAS. Foi extinta em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso; a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que atendia as necessidades básicas do menor atingido pelo processo de marginalização social, extinta em 1995. (CARBONE, 1994).

Assim, a promulgação da Constituição de 1988 instituiu o conceito e o sistema de seguridade social, que na definição constitucional brasileira, é um conjunto integrado de ações do Estado e da sociedade voltadas a assegurar os direitos relativos à saúde, a previdência e à assistência social, incluindo também a proteção ao trabalhador desempregado, via seguro-desemprego (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006). De acordo com Pereira (2002, p. 152):

Os conceitos de direitos sociais, seguridade social, universalização, equidade, descentralização político-administrativa, controle democrático, mínimos sociais, dentre outros passaram, de fato, a constituir categorias – chaves norteadoras da constituição de um novo padrão de política social a ser adotado no país.

No entanto, a afirmação desses direitos não significou e não significa que eles são estendidos e garantidos a todos, uma vez que dentre vários fatores históricos e políticos que contribuíram para a postergação dos mesmos, há uma separação entre as leis orgânicas que materializaram o tripé da seguridade e que se fizeram entre intervalos tardios, sendo a Assistência Social a última delas.

Neste sentido, entende-se que a afirmação de direitos, após a Constituinte de 1988, é marcada por um dualismo, caracterizado pelo quadro histórico, político e ideológico, com a garantia dos direitos civis, políticos e sociais voltados à defesa da cidadania, bem como o avanço da democracia, por meio da participação e controle popular, paralelos ao tencionamento de outra proposta político-institucional de resposta à questão social, de inspiração neoliberal, rogando a desresponsabilização estatal, mediante a concretização dos interesses do mercado, através de políticas de ajuste recomendadas pelos organismos internacionais, que capturam o Estado nacional num contexto de crise e fragilização do processo de organização dos trabalhadores. Decorre daí o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais brasileiras: privatização, focalização/ seletividade e descentralização.

[...] a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 156).

Segundo Oliveira (1998) ainda na ditadura iniciou-se o que ele denominou de “neoliberalismo à brasileira”, ou ainda, o “processo de dilapidação” do Estado brasileiro perpetuado pelo mandato “democrático” de José Sarney (1985 a 1990), e o de Collor (1990 a 1992), embora seu impeachment tenha representado um avanço das organizações da

sociedade civil brasileira -, seu governo simbolizou com os marajás, o bode expiatório da má distribuição de renda e da situação precária da saúde, educação, e das demais políticas sociais.

No período de 1999 a 2005, Boschetti e Salvador (2006) analisaram o financiamento e investimento da Seguridade Social no Brasil, sendo possível destacar seu caráter regressivo, com a concentração das fontes que custearam a Seguridade Social, ao recair sobre a classe trabalhadora. Nas palavras de Lima (2005, apud BOSCHETTI; SALVADOR, 2006, p. 32).

No Brasil, a tributação sobre o patrimônio é insignificante, não chegando a 3% do PIB. O único imposto federal sobre o patrimônio – o Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (ITR) – arrecada menos de 0,1% do PIB, apesar da enorme concentração de terra no país [...]. Além disso, os assalariados pagam em tributos diretos proporcionalmente o dobro do que pagam os empregadores. Os dados preliminares da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE revelam que, no extrato da população com renda per capita superior a R\$957, 96 por mês, os trabalhadores pagam em impostos diretos 16% da renda, e os donos das empresas pagam somente 8%.

Já Behring e Boschetti (2008) colocam que no período de 2002 a 2004, foram desviados do Orçamento da Seguridade Social R\$ 45,2 bilhões que deveriam ser utilizados para as políticas de previdência, saúde e assistência. Com a meta atual de 4,25% do PIB, equivalente a aproximadamente R\$70 bilhões de reais, é possível construir 14 milhões de casas populares; ou assentar 2 milhões de famílias sem-terra; ou gerar 3,5 milhões de empregos na agricultura.

As autoras ainda destacam (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 161), por exemplo, que as reformas da previdência de 1998 e 2003 restringiram direitos, reduziu o valor dos benefícios, provocaram a permanência no mercado de trabalho e não incorporaram os trabalhadores pobres inseridos em relações informais (cerca de 57,7% da população acima de 10 anos). Deve-se ressaltar deste fato, de que 58 de cada 100 brasileiros não contribuem com a previdência. Nesse mesmo espaço, os trabalhadores foram excluídos da gestão da política, embora sejam os principais financiadores. Os trabalhadores assalariados pagam em tributos diretos proporcionalmente o dobro do que pagam os empregadores (trabalhadores 16% da renda, empregadores 8%) (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006).

Não há paridade entre as formas de financiamento e, quem paga a conta é a “classe que vive do trabalho”, que representou em média 89,1% das fontes de financiamento da Seguridade Social no período de 1999 a 2005 (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006). Os autores ainda citam, que quando o dinheiro não é direcionado para as políticas sociais, é para o pagamento de juros da dívida, que em 2005 ultrapassou os R\$157 bilhões. Este valor foi

quatro vezes superior a todo gasto da União com Saúde no mesmo ano, e dez vezes mais que o montante dos recursos aplicados na política de assistência social.

A adoção deste receituário neoliberal⁵ se reflete, portanto, nos programas sociais de governo, que restringe recursos - historicamente sempre limitados no Brasil - para as políticas sociais governamentais. A medida adotada foi o desmonte das políticas públicas de caráter universal, ampliando a seletividade típica dos programas especiais de combate à pobreza extrema e a mercantilização dos serviços sociais, favorecendo a capitalização do setor privado dos seguros sociais.

Os anos 1980 ficaram conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico, pois, através da reestruturação produtiva, iniciada nesta década e imposta pelo capitalismo, houve o endividamento externo do Brasil, no qual 70% da dívida tornou-se estatal; houve a elevação do juros e inflação; o empobrecimento generalizado; crise dos serviços sociais públicos; desemprego; agudização da informalidade da economia; favorecimento da produção para exportação, em detrimento das necessidades internas; baixa taxa de crescimento; decréscimo do fluxo de recursos para a América Latina e; hiperinflação. Como descreve Antunes (2004, p. 18):

Foi nos anos de 1990, entretanto, que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país, através da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *lean production*, do sistema *Just-in-time*, *Kaban* do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho.

Nesse contexto, a classe trabalhadora do século XXI tornou-se mais fragmentada, heterogênea e diversificada. O caráter destrutivo do capital vigente confere a esta classe uma perda significativa de direitos, pois, o mundo do trabalho sob o comando e controle do capital é ainda mais precarizado, ao intensificar os níveis de exploração para aqueles que trabalham (ANTUNES, 1999).

Iamamoto (2008) cita ainda algumas mediações históricas que reconfiguram a questão social no cenário mundial e que estão estritamente relacionadas às mudanças presentes no mundo do trabalho. Dentre estas mediações históricas, destaca-se a “crise capitalista da

⁵ O neoliberalismo tem sua gênese datada logo após o término da Segunda Guerra Mundial em 1945, na Europa e na América do Norte, sendo uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista de bem-estar. Segundo Anderson (1998) os países pioneiros na adoção e propagação desta ideologia foram a Inglaterra em 1979, no governo de Thatcher, e os Estados Unidos em 1982, durante o mandato de Reagan. Os neoliberais defendem que o Estado não deve intervir na regulação do comércio exterior nem na regulação de mercados financeiros e, sustentam a estabilidade monetária como meta suprema, o que só seria assegurado mediante contenção dos gastos sociais e a manutenção de uma taxa “natural” do desemprego, associada a reformas fiscais, com redução de impostos para altos rendimentos.

década de 1970” em que se verificaram profundas alterações nas formas de produção e de gestão do trabalho perante as exigências do mercado mundial sob o comando do capital financeiro, alterando profundamente as relações entre estado e sociedade, ao ampliar as desigualdades entre o rendimento de trabalhadores qualificados e não qualificados. Os investimentos especulativos (capital financeiro) foram favorecidos em detrimento da produção, o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da questão social e da regressão das políticas sociais públicas.

Para finalizar, é importante frisar, que em muitas conjunturas, e no Brasil de forma acentuada, a materialização no social do ajuste global⁶ foram as “políticas de ajuste” recomendadas pelo Consenso de Washington, de inspiração liberal, que proclamou a necessidade de reduzir a ação do Estado, resultando num amplo processo de privatização da coisa pública e em um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional, a favor do grande capital financeiro.

É, pois, nesse contexto que se insere a ação do Estado, através das políticas públicas, deixadas a segundo plano, inclusive de forma acentuada na questão agrária, sem interesse por parte das classes dominantes em executar ações rumo à melhoria das condições de vida de grande parte da população rural. O capítulo seguinte irá tratar sobre esse assunto.

⁶ O Ajuste global é comandado pelo Consenso de Washington e operacionalizado pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e pela Organização Mundial do Comércio (MOTA, 2009). Apresenta algumas receitas de ajuste monetário. Políticas deflacionárias são aplicadas, impondo contenção salarial, redução de custos não operacionais, operacionais, cortes nas políticas sociais e previdenciárias.

CAPÍTULO 2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

2.1 Formação do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro

No Brasil, o modo de produção capitalista assume configurações que acirram ainda mais os embates de classe. O atual modelo de desenvolvimento provoca uma das maiores disparidades de renda e riqueza do mundo, assim como sustenta uma estrutura fundiária extremamente concentrada.

É, pois, nesse contexto, em que o Estado se insere de maneira legítima ao mostrar, mesmo que não de forma explícita, seus reais interesses para com toda a população, seja ela pobre ou rica.

Com relação à questão agrária, o Estado não tem sido diferente, ao agir em prol dos interesses da oligarquia, da classe dominante, em um longo período da história do país.

Foi a partir da década de 1960, que a agricultura, o setor mais tradicional da economia, foi considerada um entrave ao setor industrial, pois alegava-se que tinha baixa produtividade, sua produção não atendia às necessidades da população, seu modo de produção era arcaico e que não se constituía em um mercado consumidor para o setor industrial. Segundo José Graziano Silva (1985), no final dos anos de 1950 e início dos anos 1960, argumentava-se que a agricultura brasileira - devido ao seu atraso - seria um empecilho ao desenvolvimento econômico, entendido como sinônimo de industrialização do país.

Assim, para resolver o problema agrícola que afetava a economia, a classe dominante, no início da década de 1960, buscou uma alternativa e elaborou um projeto para o campo brasileiro, que não foi a reforma agrária, mas a modernização da grande propriedade, incentivando o latifúndio a tornar-se uma empresa rural (com a adoção de máquinas pesadas e uma série de insumos químicos) para a produção em escala, aumentando assim a produção agrícola.

Iniciou-se o processo de industrialização da agricultura, com a fabricação de máquinas e insumos agrícolas (tratores, arados, grades, fertilizantes, rações, medicamentos veterinários), ganhando força durante o regime militar, quando o Estado estabeleceu políticas agrícolas para incentivar a aquisição dos novos produtos, lançando linhas de financiamento, com crédito subsidiado (CELOS, 2007, p. 110).

Essa solução encontrada favoreceu os interesses da oligarquia agrária, mantendo inalterada a estrutura fundiária e os interesses da burguesia industrial, pois a agricultura passava a ser grande consumidora dos produtos da indústria.

É importante destacar, segundo Delgado (2005, p. 29), que a:

[...] tese da “modernização sem reforma” é também o caminho escolhido pelo golpe militar de 1964. Por este caminho se cortará a efervescência do debate agrário, tentando encerrá-lo pelo “argumento da força”. [...] A partir de 1964, o debate político é cortado, e lentamente o pensamento conservador vai impondo o debate exclusivo em torno das questões relativas à oferta e demanda de produtos agrícolas, seus efeitos sobre os preços, o emprego e o comércio, omitindo as questões sobre a estrutura fundiária e as suas consequências para o país.

Dessa maneira, a possibilidade de realização da reforma agrária e a diminuição das desigualdades sociais no Brasil foi destruída por um pacto entre as elites (o golpe de Estado), ou seja, a velha oligarquia rural que permeava (e ainda permeia) o poder político por meio de vários representantes, como deputados, senadores etc., e a burguesia industrial, que decidiram manter inalterada a estrutura fundiária.

Ao invés de promover uma reforma na estrutura fundiária brasileira e instaurar no país uma modernidade econômica e, principalmente social, as elites brasileiras optaram em manter a desigual estrutura fundiária e realizar uma modernização tecnológica na grande propriedade, por meio de escandalosos subsídios aos grandes produtores.

Segundo Belik e Paulillo (2001, p. 97),

Com a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1964, a modernização da agricultura se tornou compulsória, integrando cada vez mais a atividade rural à dinâmica colocada pela indústria e pelo setor de serviços. O crédito agrícola foi o vetor da modernização do Brasil. Através de taxas de juros subsidiadas e de recursos fartos, articulou-se toda uma cadeia de atividades, que passou a responder aos determinantes estabelecidos pela política macroeconômica do país. Em torno do crédito rural gravitaram atividades de assistência técnica, pesquisa agropecuária, seguro, armazenagem e todo um conjunto de ações ligadas à agroindustrialização das matérias-primas do campo. Nessa fase de intensificação da modernização, o Estado brasileiro reinava supremo, constituindo setores e definindo a ênfase das políticas.

No âmbito da legislação agrária, se destacaram o Estatuto do Trabalhador Rural (promulgado em 1963) e o Estatuto da Terra (promulgado em 1964), que foram leis criadas pela elite política dominante no sentido de conter os movimentos sociais e criar um obstáculo jurídico à reforma agrária, visto que, por exemplo, o Estatuto do Trabalhador Rural proibia greves no campo e o Estatuto da Terra acabou, conforme Gomes da Silva (apud BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 21), “[...] patrocinando a ‘modernização conservadora’, que alargou as desigualdades na agricultura, elevou o preço das terras agrícolas, destruiu a propriedade agrícola familiar e consolidou o latifúndio.”

O Estatuto da Terra, na verdade, criou os instrumentos indispensáveis da política agrícola que foi adotada em meados da década de 1960, como a assistência técnica, o crédito subsidiado, os preços mínimos, etc. (SILVA, J. G., 1985). O Estado mostrava claramente a opção feita para o setor agropecuário, que implicava em destinar recursos fartos para promover a modernização tecnológica nas grandes propriedades, mantendo intocada a estrutura fundiária, reprimindo os militantes e movimentos pró-reforma agrária.

A “modernização da agricultura” modernizou principalmente as médias e grandes propriedades com a adoção de tecnologias no processo produtivo, através do crédito subsidiado que proporcionou aos grandes e médios proprietários a compra de tratores, máquinas modernas, fertilizantes e adubos químicos, agrotóxicos, etc.

[...] tivemos, por um lado, a transformação da base técnica em boa parte do setor agrário, no que se convencionou chamar de modernização desigual: privilegiando, sobretudo os grandes proprietários de terras; as culturas voltadas para o mercado externo ou para a substituição de produtos que pesam na balança comercial; as regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, em detrimento das mais atrasadas, como o Norte e o Nordeste; e atingindo apenas uma pequena parcela dos produtores rurais, a que teve acesso ao crédito subsidiado, em torno de 20% a 25% do total (GONÇALVES NETO, 1997, p. 224-225).

É interessante notar que essa modernização incentivou a compra de produtos de uma indústria que surgiu especializada em produzir bens para a agricultura, e que junto com a agroindústria, que processa os produtos da agricultura, formam, então, os Complexos Agroindustriais (CAIs).

A constituição dos CAIs pode ser localizada na década de 70, a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura. Sua consolidação se dá pelo capital financeiro, basicamente através do SNCR [...]. (SILVA, J. G., 1996, p. 31).

Dessa maneira, fica claro porque a burguesia industrial nacional compactuou com os grandes proprietários de terras, pois, com o incentivo fornecido pelo governo, os grandes produtores se tornavam consumidores da indústria.

Com relação aos resultados da modernização tecnológica da agricultura, não se pode negar que esse processo gerou efeitos considerados positivos no plano econômico para o setor agrícola brasileiro, tais como:

- a transformação da base técnica;
- o aumento médio da produtividade, graças à utilização de insumos modernos; e,

- o aumento da produção agropecuária nacional, que possibilitou ao país ampliar as suas divisas por meio do aumento das exportações e também gerar um crescimento do mercado interno.

Os efeitos positivos ficaram apenas na esfera econômica, enquanto que no âmbito social, espacial, cultural e ambiental a “modernização conservadora” não trouxe melhorias nas condições de vida da população pobre do campo, nem representou a distribuição de terras para os mesmos. Expropriou posseiros e pequenos camponeses, agravando ainda mais a miséria, o desemprego, o êxodo rural e as migrações, bem como intensificou o desmatamento de áreas de floresta e provocou diversos impactos ambientais (LINHARES; SILVA, 1999, p. 147; PALMEIRA; LEITE, 1998, p. 92-93).

Ainda nesse contexto, a manutenção de um elevado grau de concentração de terra no país, determinou o processo de urbanização que se deu por meio do êxodo rural, através da expulsão da população do campo em direção a regiões com maiores opções de trabalho, vida e sobrevivência, que geralmente eram as grandes cidades. Nelas, o território destinado à população era, quase sempre, a periferia. E, assim, em virtude da falta de assistência e infraestrutura governamental no campo, as cidades tiveram como resultado o "inchaço urbano", sendo que elas não haviam desenvolvido capacidade sanitária, habitacional e estrutural para comportar toda essa população. Este fenômeno se deu em grandes proporções no Brasil, nos séculos XIX e XX, e foi sempre acompanhado pela miséria de milhões de retirantes e a morte de milhares de pessoas, de fome, sede e doenças ligadas à subnutrição.

Diversas foram as formas empregadas para a conservação e a ampliação do latifúndio e do poder que este abrange, como por exemplo, através da grilagem de terras públicas em diversas regiões do país, sendo um exemplo ilustrativo, ocorrido no estado de São Paulo no Pontal do Paranapanema (aproximadamente um milhão de hectares a partir da década de 1950) (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 25).

Não se pode deixar de citar aqui também, que permanência do latifúndio ainda convive com uma realidade paradoxal, qual seja crédito farto e barato disponível aos grandes proprietários, sendo necessário lembrar os calotes das dívidas, uma vez que os grandes são devedores contumazes, que na prática transformam o crédito em subsídio por meio da bancada ruralista no Congresso a negociar rolagem, carências, recálculos e descontos.

A abertura de fronteiras agrícolas provocou o loteamento de áreas para empresas multinacionais, criando-se grandes latifúndios inexplorados e voltados para especulação ou extração predatória de riquezas naturais, dando abertura também à intensificação da destruição ambiental (desmatamentos, queimadas, contaminação dos solos) e à expulsão das

populações locais que sobreviviam do extrativismo (borracha, sementes, castanhas, etc.) (CELOS, 2007, p.102).

De acordo com dados de entidades nacionais, da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Banco Mundial, isso faz com que o Brasil seja o segundo colocado no mundo em termos de concentração fundiária, perdendo apenas para o Paraguai (MORISSAWA, 2001, p. 115-116; FERNANDES, 2000, p. 28; CHIAVENATO, 1996, p. 57-59).

Outra característica sobre o latifúndio diz respeito a sua improdutividade. Dos 400 milhões de hectares titulados como propriedades privadas, apenas 60 milhões são utilizados como lavouras, sendo que o restante destina-se à pecuária ou não é aproveitado (MANIGLIA, 2004, p. 105-106).

Nesse contexto, esses problemas e considerações relativas à estrutura agrária brasileira e à posição do trabalhador, são também problemas humanos, pois os homens e a posição própria que ocupam nas atividades agropecuárias devem ser considerados em primeiro lugar, e como elemento central, que configuram todas as questões a serem analisadas. Grandes proprietários e fazendeiros de um lado, trabalhadores sem terra ou com insuficiente quantidade de terras de outro, com desnível nas condições de vida e com diferença profunda e radical na posição relativa que ocupam frente às atividades agrárias.

Os grandes proprietários e fazendeiros são antes de tudo homens de negócio para quem a utilização de terra constitui um negócio como outro qualquer [...] Já para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa de proprietários ou não, a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência para eles acessível (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 22).

Nessas condições, os procedimentos da agropecuária brasileira se justificam pela maior soma de rendas e/ou lucros no menor prazo possível, e com um mínimo de despesa, circunstâncias estas negativas e responsáveis pelo baixo nível da vida da população rural. Sendo assim, o papel que sempre coube à massa trabalhadora do campo brasileiro, é tão somente o de fornecer força de trabalho à minoria privilegiada que sempre foi a única exitosa na agropecuária brasileira.

A disponibilidade de força de trabalho fornecida aos grandes proprietários pela massa da população rural se formou e se constituiu por causa do monopólio da terra que, concentrada nas mãos de uma minoria de grandes proprietários, obriga a massa trabalhadora a buscar ocupação e sustento junto a esses mesmos proprietários, empregando-se a serviço deles.

Em suma, os êxitos comerciais da agropecuária brasileira são essencialmente devidos a duas circunstâncias – disponibilidades relativamente abundantes de terras e de força de trabalho –, circunstâncias essas que constituem precisamente os principais fatores determinantes dos baixos padrões de vida da população trabalhadora rural [...]. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 26).

O certo é que o progresso técnico, que objetivava maior rentabilidade, não pôde constituir por si, fator de elevação do padrão de vida do trabalhador rural. O que determina e fixa a remuneração do trabalho, nas condições atuais da economia rural, é o equilíbrio do mercado de mão-de-obra, ou seja, a relação da oferta e procura que nele se verifica. Seja onde e qual for, a grande exploração do tipo comercial tende a se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência e agravando as condições de vida da população trabalhadora rural, cuja remuneração é quase sempre insuficiente para os trabalhadores adquirirem os gêneros de subsistência no comércio.

Para os projetos políticos dos grupos hegemônicos, a reforma agrária pode até ter perdido a razão de acontecer, mas ela continua sendo uma grande necessidade dos trabalhadores rurais, em um outro tipo de desenvolvimento socioeconômico.

2.2 A Questão Agrária e a Reforma Agrária

A questão agrária brasileira expressa um conjunto de problemas relacionados à propriedade da terra, consequentemente a concentração de sua estrutura, aos processos de expropriação, expulsão e exclusão de trabalhadores rurais: camponeses e assalariados, à luta pela terra, pela reforma agrária, à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento, a qualidade de vida e dignidade humana, compreendendo as dimensões econômica, política e social (FERNANDES, 2001)

Assim, as reflexões sobre essa temática destacam elementos antigos e novos que estão referenciados empiricamente na forma de resistência dos trabalhadores, na luta pela posse de terra e na implantação de assentamentos rurais, bem como não pode ser dissociada do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil e do caráter fortemente urbanizado da sociedade, principalmente a partir de 1970.

A partir do período de 1967 a 1973, o proposta de desenvolvimento executada pelo Estado em parceria com grande capital nacional e internacional entra em crise e, evidencia que o que convencionou-se chamar de “milagre brasileiro” só tinha beneficiado uma minoria. José Graziano Silva (1985) destaca que no triênio 1975/1977 começa outra crise que é o

“ressurgimento” do novo: a questão agrária. A questão agrária, para este autor, diz respeito às transformações nas relações de produção, e os principais indicadores da questão agrária estão relacionados à maneira como se organiza o trabalho, à produção, ao nível de renda do trabalhador, ao emprego dos trabalhadores rurais, à produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc.

Para Fernandes (2001, p. 23) a questão agrária:

[...] é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. É uma política pública para a democratização do acesso à terra e formação do campesinato.

O autor afirma que em diferentes momentos da história, a questão agrária apresenta-se com características diferentes, relacionadas aos diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo.

Nestes cinco séculos de hegemonia do latifúndio e do capitalismo, as relações de trabalho no campo foram pautadas pela exploração, frequentemente reforçadas pela violência, o que garantiu uma mão-de-obra de custos mínimos, ampliando-se as possibilidades de acumulação de capitais, através da criação de valor excedente⁷.

A questão agrária está relacionada ao fato de que a grande maioria da população rural brasileira se encontra privada da disposição de terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência. Trata-se de considerável parcela da população rural que, devido à concentração da propriedade, não encontra outra alternativa para prover sua subsistência que alhear a sua força de trabalho e se por a serviço dos grandes proprietários. As condições em que se realiza esse fornecimento de força de trabalho configuram o essencial das relações de produção e trabalho vigentes na economia agrária brasileira.

Da colônia para o Brasil de hoje ocorreu, sem dúvida, um longo período histórico que trouxe modificações na organização colonial. No entanto, a utilização de terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim, essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população.

Assim sendo, a questão agrária possui, como elementos principais, a desigualdade, a contradição e o conflito, onde o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo,

⁷ “O que o capitalista ganha nessa relação é a fração de valor criado que não é revertida para o trabalhador (mais-valia) e sim apropriada pelo capitalista sob a forma de lucro do capital, ou seja, como sendo propriedade do capital.” (OLIVEIRA, 1986, p. 62).

gerado principalmente pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e, conseqüentemente, a sua destruição e recriação. Nesse processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, produzindo inevitavelmente o conflito. Esse processo é inerente ao capitalismo e faz parte de sua lógica e de sua história.

A questão agrária é um dos elementos estruturais do modo capitalista de produção, cujo processo histórico de afirmação (acumulação primitiva ou originária) dá-se, em grande medida, com a expropriação do produtor rural, do camponês (MARX apud BORGES, 1997, p. 43). No caso do Brasil, a forma como a terra está dividida apenas reflete a estrutura social e de classes, marcadas por alta concentração de renda e por profundas desigualdades.

Outras expressões da *questão agrária*, além das questões relativas à posse, domínio, propriedade e concentração de terras, dizem respeito a: produção, abastecimento e segurança alimentar; modelos de desenvolvimento da agropecuária e políticas agrícolas; processos de expropriação, expulsão e exclusão; violência e exploração contra camponeses e assalariados; resistência e luta pela distribuição de terras, reforma agrária e políticas sociais para o campo; relação campo e cidade; qualidade de vida e dignidade humana, dentre as várias configurações pontuais.

A grande propriedade oferece no Brasil grande resistência ao fracionamento, o que lhe remete numa dupla vantagem: de um lado maior número de braços à procura de ocupação e, de outro, um número crescente de pequenas propriedades inviáveis e prontas para serem absorvidas e agrupadas pela grande exploração. Daí, essa concentração excessiva da propriedade fundiária, que lhe assegura solidez e estabilidade. “É precisamente nas zonas e regiões de maior progresso e desenvolvimento que se observa um processo de concentração mais acentuado e de predomínio cada vez maior da grande exploração.” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 82).

Ou seja, a maneira como o país tem conseguido aumentar sua produtividade agropecuária tem causado impactos negativos sobre o nível de renda e de emprego da sua população rural.

A articulação desse movimento do capital tem-se dado por duas vertentes: a expansão física da área plantada e a incorporação de tecnologias intensivas, ambas apoiadas organicamente pelas políticas públicas governamentais.

Além disso, o que distingue o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura em relação à indústria é que o meio de produção fundamental da agricultura que é a terra, não é possível de ser multiplicado ao livre arbítrio do homem, como ocorre com as máquinas e

outros meios de produção e instrumentos de trabalho. O interesse dos grandes latifundiários aumenta em grandes proporções, pois ter mais terra é sinônimo de poder. Produzindo ou não, a terra gera renda para os grandes produtores. Ao mesmo tempo em que o proprietário detém um número elevado de hectares de terra, priva outras pessoas de tê-la como meio de produção.

Kautsky (1972) cita o caráter contraditório deste sistema, que, ao mesmo tempo em que destrói as relações não-capitalistas (camponesas), as recria e as utiliza para o seu desenvolvimento. Segundo o autor, mediante o processo de subordinação ao capital sofrido pelo camponês, verifica-se a existência de um intenso processo de desintegração do campesinato no interior do capitalismo, mas não do seu desaparecimento, pois ele é recriado.

Nesse sentido, o que define o capitalista é a fonte da mão-de-obra e a apropriação da mais-valia no processo de produção. Enquanto o camponês produz majoritariamente com a mão-de-obra própria, o capitalista compra a mão-de-obra de trabalhadores expropriados dos meios de produção e produz majoritariamente com mão-de-obra assalariada, gerando e se apropriando da mais-valia. O camponês tem a produção e o consumo coletivos, já no sistema capitalista a produção é coletiva, mas *o fruto desta produção é apropriado individualmente pelo capitalista*. Em um trecho em que define o camponês Kautsky (1972, p. 151, grifo nosso) afirma que o camponês é o trabalhador que:

[...] vende produtos agrícolas, mas não emprega assalariados, senão em pequeno número, por vezes algum camponês que não seja capitalista, mas simples produtor de mercadorias. Este é um trabalhador que não vive da renda que traz sua propriedade; vive do seu trabalho [...]. Ele necessita da terra como meio de transformar o seu trabalho em garantia de sua existência e não para a obtenção de lucro ou renda fundiária. Posto que o resultado de sua produção lhe reembolse as despesas e também lhe pague o trabalho investido, ele terá a sua condição de existência garantida.

É, pois, nesse contexto, que se defende a reforma agrária, que deve ser executada não apenas com a modernização econômica e tecnológica, mas também com a modernização social, com mais qualidade de vida e equidade social para a população como um todo.

Para Martins (1997, p. 48),

[...] uma reforma agrária ampla e consequente, de verdade, promoveria um grande salto histórico na vida do país: diminuiria a miséria urbana, criaria uma válvula de segurança para as mudanças econômicas e tecnológicas aceleradas pelas quais estamos passando, ampliaria o mercado e teria um efeito multiplicador de benefícios salutar no conjunto da sociedade, além de viabilizar o processo de modernização social e política. Só elites obtusas não podem ver isso.

De acordo com Veiga (1991), para o desenvolvimento da produção familiar no Brasil é necessário, antes de tudo, a superação da extrema desigualdade na estrutura fundiária por meio de uma política de reforma agrária, com a implantação de assentamentos rurais (acompanhada de crédito para custeio, investimento e assistência técnica), devendo-se também fornecer terra para parceiros e arrendatários subordinados às grandes propriedades, e que torne os mini fundiários produtores com maior acesso à terra, juntamente com as condições para o assentado produzir de forma viável.

Já para Alentejano (2003), existem pelo menos três posições no debate atual da reforma agrária no Brasil: a primeira seria a defesa da estrutura de classes, conferindo um papel marginal à reforma agrária, mantendo o latifúndio e o poder dos grandes proprietários de terras.

Uma segunda posição, defendida por alguns setores da classe média, seria uma crítica parcial e limitada à estrutura agrária brasileira, propondo, do mesmo modo, uma reforma, sem contudo, mudar a estrutura posta.

A terceira posição no tocante à reforma agrária é defendida pelos movimentos sociais e alguns partidos políticos de esquerda, na qual se propõe uma profunda e ampla reforma agrária, que realmente altere a atual estrutura fundiária ao proporcionar o acesso a terra a um vasto setor de excluídos, e garantir a sobrevivência alimentar, bem como a inserção no mercado, promovendo uma redução das desigualdades e injustiças sociais.

Nas ideias de Alentejano (2003), é preciso pensar novas possibilidades de resolução da reforma agrária tendo em vista as transformações do espaço agrário brasileiro e as mudanças na relação campo-cidade. Segundo esse autor, as possibilidades de reforma da estrutura agrária brasileira devem contemplar os seguintes princípios:

1) Ao contrário de apostar na urbanização como futuro da organização do espaço brasileiro, deve-se pautar pela ruptura da dicotomia campo-cidade, através da multiplicação nos assentamentos rurais e nas pequenas cidades, da infraestrutura e dos serviços vistos até o momento como sinônimos de urbanização;

2) Em contrapartida à aposta individualista na capacitação para a competição no mercado, deve-se pensar a capacitação para a cooperação e o exercício da solidariedade, fazendo dos assentamentos espaços não apenas de cooperação interna da produção, mas do exercício de solidariedade em relação à população de seu entorno;

3) Outro desafio está na formulação de um modelo de desenvolvimento sustentável, ou seja, na criação e na implementação de um modelo de desenvolvimento capaz de gerar renda e alimentos suficientes para a garantia de uma boa qualidade dos alimentos

produzidos, a preservação (ou recuperação) ambiental, através de práticas agroecológicas (ALENTEJANO, 2003, p.138).

Desse modo, a reforma agrária é importante não apenas no âmbito social, econômico e político, como também na questão ambiental.

Outros autores, mais críticos com essa questão, como por exemplo, Caio Prado Júnior (2000), aponta a desconcentração fundiária, como uma medida de combate às desigualdades econômicas no campo. Essas desigualdades teriam origem na relação entre os poucos proprietários detentores do monopólio da terra e das oportunidades de emprego e a massa de trabalhadores que vivem em condição de miséria. A reforma agrária é apresentada como a única medida capaz de eliminar estas discrepâncias, pois sem ela, as transformações na economia agrária não seriam capazes de alterar a estrutura fundiária.

Para que a utilização da terra deixe de ser o grande negócio de uma reduzida minoria, e se faça em benefício da população trabalhadora rural que tira dessa terra o seu sustento, é preciso que se favoreça e fomenta por medidas adequadas o acesso da mesma população trabalhadora à propriedade fundiária. Esse seria o ponto fundamental da reforma agrária, pois, com a sua realização se atingiria o essencial que a reforma agrária tem em vista: a elevação do nível da vida da população rural (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 82-83).

Já José Graziano Silva (1971, p. 38) destaca a reforma agrária como: “[...] processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo Governo, com a ativa participação dos próprios camponeses e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política.”

O processo, com local e prazo definidos para sua efetivação, deve atender parte significativa da população sem-terra, não podendo arrastar-se pelo tempo. Precisa-se modificar também o *status quo* no campo, causando impactos estruturais, sendo que os beneficiários do processo (camponeses sem-terra) têm que ter ativa participação na definição das políticas, não as deixando a cargo apenas dos técnicos estatais.

Fernandes (2003) destaca que a reforma agrária é tida como uma política de desenvolvimento que garante a territorialização do campesinato, em que essa territorialização vai além da conquista de terras; ela é a expansão das relações de poder no espaço geográfico e o confronto entre a propriedade capitalista e a propriedade camponesa.

Assim, a obtenção de terras não deve ser o objetivo final da reforma agrária, e deve-se pensar os assentamentos como uma proposta de desenvolvimento, na qual seria gerada a agricultura de base camponesa.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2006) aborda a reforma agrária, mostrando os impactos que ela pode causar nas diversas dimensões sociais. Ele faz uma interpretação multidimensional do processo, ao contrário da abordagem contida em grande parte das políticas públicas.

Assim, a reforma agrária possui efetivamente alcance social, uma vez que possibilita ao campesinato o acesso à terra que é seu principal instrumento de trabalho, trazendo melhores condições de vida a pessoas que estão em situação de miséria. Possui alcance econômico, ao fomentar o mercado interno, com a oferta de produtos e com o aumento da renda dos camponeses, e possui alcance político, pois o campesinato se posiciona enquanto classe social na luta pela manutenção do seu estilo de viver e trabalhar.

O economista Guilherme Delgado também fala sobre a reforma agrária, defendendo que esta ainda não foi alvo de um programa oficial por parte do Estado. O autor destaca a facilidade com que o agronegócio tem se apoderado das áreas agrícolas do território nacional acarretando grandes prejuízos à nação, já que este não cumpre com suas funções sociais, ambientais e de posse da terra, além de não respeitar as relações de trabalho. Nessas condições, a reforma agrária, aplicada de forma includente, seria a solução para estes empecilhos. Para Pereira Filho (2008, online):

Muitas vezes, se coloca a reforma agrária como um programa oficial, mas não encontramos isso. Afirmar-se que o Brasil está fora da curva e que, hoje, não se faz mais reforma agrária. A questão é discutir como inserimos os pequenos estabelecimentos. Mesmo no modelo capitalista, temos variantes da maior diferença. A experiência europeia do pós-guerra permite que, sem uma reforma agrária clássica, as pequenas propriedades coexistam sem serem engolidas pelo agronegócio internacional. Esse padrão de desenvolvimento – que chamaríamos de uma política agrária condizente com a realidade – abriria espaço para setores do campo participarem do desenvolvimento de forma mais includente. Mas, para isso, há a necessidade de uma política econômica distinta. Nosso modelo não é parecido com o europeu nem com o dos Estados Unidos, apesar de muitos dizerem que é a nossa inspiração. O nosso agronegócio é mais desigual do que o deles. Após a abolição e a guerra civil, houve uma mudança na estrutura de posse da terra e uma ocupação do meio-oeste dos EUA. Já nós chegamos ao século 20 sem fazer nenhuma dessas mudanças. E descartamos fazê-las porque dizemos que passou o tempo. Não se passou do tempo de uma política de igualdade e distribuição. Mudaram, sim, os instrumentos, as estruturas de intervenção. Precisamos de uma política comum que tenha capacidade de impedir o avanço do agronegócio, com a liberdade que tem hoje. Ele não tem obrigações com sua função social, obrigações de posse da terra, de meio ambiente e de respeito às relações de trabalho. O caso brasileiro é ímpar de desigualdade crescente. Um formato de reforma agrária includente, de desenvolvimento e igualdade não está fora da agenda ao menos que se pense que não há desigualdade no país. Alguns pensam que desenvolvimento é modernização conservadora. É a moda Geisel, desenvolver o modelo do regime militar. Agora, o Brasil precisa de uma política clara de contenção da liberdade de ação do agronegócio. Sem isso, a reforma agrária é engodo, tão residual e incapaz de se manter que será engolida.

Tanto Guilherme Delgado quanto Bernardo Mançano Fernandes destacam o agronegócio como o grande vilão da reforma agrária na disputa pelas terras agricultáveis do Brasil. Isso mostra a evolução do debate, já que antes o latifúndio era tido como o principal obstáculo para que a reforma agrária fosse efetivada. Além disso, discute-se agora não apenas a necessidade de desapropriar áreas, entregando-as a camponeses sem-terra, mas sim, a mudança dos paradigmas de desenvolvimento adotados no campo. Assim, a reforma agrária não é entendida apenas como uma medida conjuntural, de alívio da pobreza, mas como um modelo alternativo de desenvolvimento para o campo. Ela garante território para que o campesinato desenvolva seu modo de vida e produção, valorizando o trabalho de base familiar, a produção diversificada e em pequena escala, e gerando uma paisagem heterogênea no campo. O agronegócio, ao contrário, gera relações como o trabalho assalariado e precarizado, a produção em larga escala e a homogeneidade da paisagem. Portanto, reforma agrária e agronegócio não são entendidos como modelos de desenvolvimento complementares e sim como opostos, dada as diferentes relações sociais que produzem.

É aqui que se entende que o modelo agrícola neoliberal (agronegócio), se caracteriza pela concentração, domínio pelas grandes corporações, prejuízo dos agricultores, direcionamento para o grande estabelecimento agrícola, favorecimento dos países desenvolvidos em detrimento dos subdesenvolvidos, intensificação da especialização da produção, incentivo à monocultura, degradação ambiental e aumento da pobreza.

O agronegócio intensifica a influência sobre os processos naturais e concebe o camponês como incapaz de produzir conhecimento e como um receptáculo pronto para atender as imposições das transnacionais. A tabela abaixo destaca as diferenças entre esses dois modelos de agricultura.

Quadro 1 - Comparação entre agronegócio e campesinato	
Agronegócio	Campesinato
Centralização	Descentralização
controle centralizado da produção, processamento e mercado; produção concentrada, estabelecimentos agrícolas maiores e em menor número, o que acarreta um menor número de agricultores e de comunidades rurais.	maior ênfase na produção, processamento e mercado locais/regionais; produção pulverizada (maior número de estabelecimentos e agricultores), controle da terra, recursos e capital.
Dependência	Independência
abordagem científica e tecnológica para produção; dependência de <i>experts</i> ; dependência de fontes externas de energia, insumos e crédito; dependência de mercados muito distantes.	unidades de produção menores, menor dependência de insumos, fontes externas de conhecimento, energia e crédito; maior autossuficiência individual e da comunidade; ênfase prioritária em valores, conhecimentos e habilidades pessoais.
Competitivo	Comunitário
competitividade e interesse próprio; agricultura é considerada um negócio; ênfase na eficiência, flexibilidade, quantidade e crescimento da margem de lucro.	maior cooperação; agricultura é considerada um modo de vida e um negócio; ênfase em uma abordagem holística da produção, otimizando todas as partes do agroecossistema.
Domínio da natureza	Harmonia com a natureza
o ser humano é separado e superior à natureza; a natureza consiste principalmente em recursos a serem utilizados para o crescimento econômico; imposição das estruturas e sistemas do tempo humano aos ciclos naturais; produtividade maximizada através de insumos industrializados e modificações científicas; apropriação de processos naturais por meios científicos e substituição de produtos naturais pelos industriais.	o ser humano é parte e dependente da natureza; a natureza provê recursos e também é valorizada para o próprio bem; trabalha com uma abordagem ecológica/de ambiente fechado – desenvolvendo um sistema diferenciado e balanceado; incorpora mais produtos e processos naturais; usa métodos culturais para cuidar do solo.

Agronegócio	Campesinato
Especialização	Diversidade
base genética limitada utilizada na produção; predominância da monocultura; separação entre agricultura e pecuária; sistemas de produção padronizados; predominância de uma abordagem científica especializada.	ampla base genética; incorporação da policultura, rotações complexas; integração entre agricultura e pecuária; heterogeneidade de sistemas agrícolas; interdisciplinaridade (ciências naturais e sociais), sistema participativo (inclusão de agricultores).
Exploração	Abdicação
ênfase nos resultados de curto prazo em detrimento a consequências ambiental e social de longo prazo; dependência de recursos não renováveis; consumismo impulsiona o crescimento econômico; hegemonia do conhecimento científico e da abordagem industrial sobre conhecimento e cultura indígenas/locais.	custo total contabilizado; resultados de curto prazo igualmente importantes; amplo uso de recursos renováveis e conservação de recursos não renováveis; consumo sustentável, estilo de vida mais simples; acesso equitativo a necessidades básicas; reconhecimento e incorporação de outros conhecimentos e práticas permitindo uma base de conhecimento mais homogênea.
Fonte: Adaptado de Beus (1995 apud DESMARAIS, 2007, p. 69-70).	

Uma reestruturação deste modelo requer, em primeiro lugar, a equalização entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, pois este é o principal elemento que incentiva a desintegração do campesinato pela diferenciação espacial. Por seu caráter totalmente concentrador, excludente e predatório, o modelo agrícola neoliberal não permite nenhum desenvolvimento. Nesse contexto, os camponeses que lutam pela terra, e pela permanência nela, vão contra o atual modelo agrícola neoliberal que intensifica o processo de desintegração do campesinato pelo mundo.

Um outro modelo, defendido pela Via Campesina, destaca a independência dos agricultores, valorizando o mercado interno e os recursos locais para ser economicamente viável e ecologicamente sustentável. Este outro modelo prevê, a partir do conceito de soberania alimentar, uma reforma agrária que “[...] vá além da redistribuição de terra e envolva uma ampla reforma do sistema agrícola em favor da produção e comercialização pelos pequenos produtores.” (DESMARAIS, 2007, p. 35). Esta, envolve o “[...] acesso democrático e controle dos recursos produtivos como água, sementes, crédito e treinamento,

como também compreende o gerenciamento de suprimentos e mercados regulados para assegurar preços mínimos para aqueles que produzem comida.” (DESMARAIS, 2007, PÁGINA). Os principais objetivos desta reforma agrária são eliminar a pobreza e a diferença social e promover o desenvolvimento das comunidades (DESMARAIS, 2007).

Assim, para finalizar, no que se refere à questão agrária como um problema a ser solucionado para a redução da pobreza, é necessário considerar que o camponês tem o campo não somente como um lugar de produção, mas também um lugar de vida, reprodução e criação; o campo é o lugar onde o desenvolvimento de suas atividades econômicas, políticas e familiares ocorrem de forma indissociável. Neste sentido, para que o desenvolvimento ocorra efetivamente, uma das principais condições é a proteção do campesinato através da consolidação da pequena e média propriedade e da minimização dos problemas agrários, destacadamente aqueles ligados à comoditização dos produtos agropecuários e concentração de terra.

2.3 Perspectivas da Agricultura

Após o Estado brasileiro ter chamado a si a tarefa de financiar e organizar a produção agrária e, mais recentemente, mesmo após formular e colocar em prática uma série de políticas públicas de caráter social, a questão agrária se mantém como uma questão fundamental para o país.

Tanto a política agrária, propriamente dita, transformada em uma política menor do governo, encarregada da instalação e gerenciamento de assentamentos rurais, sem metas sociais ou econômicas claramente definidas, nem as chamadas políticas de combate à fome, têm enfrentado o conhecido “problema social da terra” (PRADO JÚNIOR, 1979). Esta recusa dos sucessivos governos após o fim do regime militar, bem como os conflitos sociais no seio da sociedade, tornam a exigência de uma reforma agrária cada dia mais premente.

Em todo o mundo, o Estado é chamado para prover as atividades agrárias com o crédito agrícola, com garantias de preço mínimo, de aquisição da safra, de viabilizar a pesquisa agropecuária e a infraestrutura de armazenamento e comercialização (estradas, portos, etc.). No entanto, a questão da agricultura no Brasil é: como pode o recurso público ser entregue a agentes econômicos que não cumprem as exigências sociais básicas, os direitos trabalhistas e o princípio constitucional da função social da terra?

Esta constatação é mais um desafio prático-político de enfrentamento dos preconceitos da mídia e do poder econômico dos interesses privatistas, que está no campo das denúncias,

do enfrentamento com os interesses privatistas, economicamente e politicamente minoritários, mas com alto poder de influência na esfera política e na opinião pública devido aos recursos que têm para investir na mídia e mesmo na corrupção eleitoral e política.

Assim, longe de cumprir a função social da terra, prevista pela Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) que determina a desapropriação das propriedades que utilizam de forma inadequada os recursos naturais, que são improdutivas, degradam o ambiente e impõem condições de trabalho escravo, o agronegócio transformado em ícone do Governo Lula, de acordo com Sérgio Souza (2007, p. 3),

[...] suplanta o atraso e a violência pelo empreendedorismo - com uma roupagem moderna e discurso da inclusão, da eficiência e da competitividade, em que o uso da terra à exaustão passa a ser sinônimo de produtividade - [...] na perspectiva de certo crescimento econômico no campo brasileiro.

Oliveira (2007, online) afirma que “[...] o quadro recente da apropriação privada da terra no Brasil, mostra que menos de um terço é ocupada produtivamente”, ou seja, que cumpriria sua função social, desconsiderando as condições sociais e ambientais desta exploração. O autor evidencia que “[...] esta é a realidade sobre o uso da terra no Brasil, onde a maior parte delas não é ocupada de forma produtiva, mas, ao contrário, são terras improdutivas. E é desta forma que o capitalismo desenvolve-se no campo brasileiro, revelando seu caráter rentista.”

Em vista disto, Carvalho (2005) diz que o objetivo estratégico de classe das classes dominantes é sempre o mesmo: a apropriação do espaço geográfico rural e a sua transformação em território do capital e dos especuladores de terras.

No caso da expansão da plantação de cana de açúcar, Carvalho (2008), afirma que os impactos já são constatáveis na concentração da terra, na desagregação dos territórios camponeses, no aumento da exploração dos assalariados rurais, na contaminação e na degradação do meio ambiente; no aumento real da emissão de gás carbônico; na desnacionalização das empresas rurais e das agroindústrias; na afirmação da dependência da economia do país à exportação de *commodities*, além de afirmar um modelo econômico de concentração e centralização da renda e da riqueza no campo. A área plantada com cana está provocando uma reorganização do uso da terra agricultável no país, assim como exercendo forte pressão para o desmatamento dos biomas da floresta amazônica, mata atlântica, pantanal e cerrados. E, mais, irradia seu modelo de reprodução para diversos países da América Latina.

Sampaio (2003) avalia que nenhuma dessas consequências, econômica e socialmente indesejáveis, pode ser eliminada sem que o Estado intervenha diretamente na desconcentração da propriedade da terra, pois as relações econômicas, sociais, políticas e culturais que decorrem da estrutura agrária e condicionam o comportamento dos produtores e da população do campo são fortemente influenciadas pela forma como se distribui a propriedade da terra, e a forma como esta se distribui é o que determina a estrutura.

Nesse sentido, Carvalho (2005) observa que os denominados programas de reforma agrária do governo federal, neste passado recente da história do Brasil, tornaram-se, quando muito, políticas de caráter compensatório e populista. Segundo o autor, sequer foram implantados conforme o previsto ou, quando o foram, rapidamente se esvaíram pela pressão política em favor dos interesses das classes dominantes.

Sampaio (2003, online) cita que,

Enquanto os modelos econômicos forem voltados para a reprodução dos padrões de consumo do mundo desenvolvido, [...], [ocorrerá a] miséria, opressão do povo da terra, crescimento insuficiente e sincopado da economia do país, deterioração do meio ambiente, dependência econômica e tecnológica.

Ainda de acordo com o autor acima, a reforma agrária constitui um dos pilares para o desenvolvimento baseado nas características aqui apontadas como alternativas ao modelo vigente, ressaltando-se que seus objetivos básicos são assegurar trabalho, renda, cultura e cidadania a toda a população do campo.

Logo, se reconhece que a construção de uma sociedade sustentável faz-se a partir de apontamentos que são gerados por movimentos sociais e políticos comprometidos com a produção e reprodução social, e não por ficções geradas a partir de interesses limitantes deste tipo de desenvolvimento.

É pois, nesse contexto, que o símbolo da terra, como destaca Balduino (2005), se liga visceralmente à vida, é propriamente o lugar histórico dessas lutas, sucessoras das mais primitivas lutas dos índios, dos negros e dos camponeses que, na sofrida busca do próprio chão, foram descobrindo as outras dimensões do seu combate. “Terra é dignidade, participação, é cidadania, é democracia.”

A questão agrária coloca-se hoje na forma de uma contraposição entre modelos de produção que evocam distintos projetos de desenvolvimento: o agronegócio, baseado na monocultura de exportação, e a agricultura familiar, com produção diversificada e voltada ao mercado interno. A coexistência do Mapa do MDA na estrutura do governo assinala a institucionalidade desse antagonismo e o tensionamento entre política agrícola e política agrária. Questões importantes, como

a distribuição de renda no setor agropecuário e o modo de reprodução da força de trabalho e de uso dos recursos naturais, estão implicadas na atividade agropecuária, mas transcendem a órbita da política agrícola: elas tocam em outras políticas públicas, como seguridade social, reforma agrária e fiscalização ambiental. Por outro lado, subsistem relações econômicas internas e externas (satisfação da demanda de consumo interna e provisão de saldos de comércio exterior) que devem ser consideradas na formulação da política agrícola, caso se quisesse fazê-la concordar com a ideia de que o objetivo da economia é promover, distributiva e qualitativamente, o bem-estar social (POLÍTICAS SOCIAIS..., 2011, p.278).

É nesse contexto, que se destaca para esta trajetória de luta e resistência, a formação dos assentamentos rurais, que redefinem em seu cotidiano as práticas sociais, fazendo enfrentamento ao modelo de produção hegemônico e assumindo o trabalho como categoria central para o desenvolvimento dos sujeitos.

CAPÍTULO 3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA E A COMPOSIÇÃO DOS INDICADORES

3.1 Assentamentos Rurais e Reforma agrária

O aumento do número de assentamentos, principalmente a partir da década de 1990, ensejou uma discussão maior sobre a reforma agrária no Brasil, pois, de um lado estavam os defensores dos assentamentos e os assentados, que procuravam mostrar os efeitos positivos na produção agrícola e pecuária, enquanto que do outro estavam os opositores das desapropriações, que tentavam desqualificá-los, mostrando a ineficácia produtiva dessas experiências, apontando baixos índices de produtividade, elevado número de desistências e indícios de favelização dos assentados.

A implantação dos assentamentos rurais tornou-se um marco na reforma agrária no Brasil, demonstrando a importância dos mesmos no contexto das políticas públicas, voltadas para o campo brasileiro. É consequência da atuação dos movimentos sociais de luta pela terra e, em especial, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) -, que se organizando e ocupando fazendas improdutivas trouxe à tona a questão da luta pela e contra a concentração fundiária, o grande número de trabalhadores sem terra, a violência no campo, a produção voltada para o mercado externo, a ampliação do agronegócio, os impactos ambientais e a baixa geração de empregos agrícolas.

A literatura brasileira sobre assentamentos rurais é vasta e aborda principalmente a diversidade de processos e personagens envolvidos na trajetória das unidades, onde fica claro a heterogeneidade de situações que determinam a formação dos assentamentos rurais (MEDEIROS et al, 1999).

De acordo com Bergamasco e Norder (1996, p. 7-8), o termo assentamento é utilizado desde a década de 1960 na América Latina. Para os autores:

Os assentamentos surgem da luta dos trabalhadores rurais sem-terra. O termo “assentamento” apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e vida comunitária.

Os autores acima ainda conceituam os assentamentos como a criação de novas unidades de produção agrícola, através de políticas governamentais que visam o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores sem-terra ou com pouca terra (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

De acordo com Bergamasco e Norder (1996), os assentamentos podem ser classificados em cinco tipos: 1) projetos de colonização originados e formulados durante o período militar, a partir dos anos de 1970, visando à ocupação das áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola; 2) reassentamento de populações devido à construção de usinas hidrelétricas; 3) planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; 4) programas de reforma agrária e; 5) a criação de reservistas extrativistas e outras atividades de cunho ou aproveitamento de recursos naturais renováveis.

Aqui no Brasil, a implementação de assentamentos é um tipo de política pública vinculada a uma tentativa de controlar e atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, criando-se locus para o exercício do controle e de disputas. Estes conflitos ganharam grande dimensão a partir do surgimento das Ligas Camponesas⁸.

Apesar das particularidades que envolvem cada assentamento, estes guardam diversas características em comum, como por exemplo, a história de exploração e expropriação a que as famílias de determinada região sofreram até chegar à intensificação dos conflitos fundiários.

Na concepção de Leite e colaboradores (2004) a implementação dos assentamentos, no Brasil, não decorre de uma política de desenvolvimento voltada para o atendimento da população rural, mas sim de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, principalmente a partir da década de 1980.

Ainda segundo Leite (1995, p. 204):

[...] dado ao conjunto de características que marcam a gênese dessas unidades produtivas, tratá-las simplesmente da ótica da categoria 'empresas rurais/produtores rurais' ou ainda submetê-los a padrões de avaliação econômica contidos nos tradicionais manuais de avaliação de projetos, tende a deturpar as condições em que se dá a produção nesses núcleos e os resultados daí advindos. Da mesma forma [...] identificá-los, por suas características formais à pequena produção, implica em

⁸ As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. As finalidades das Ligas eram prioritariamente assistenciais, sobretudo jurídicas e médicas, e ainda de autodefesa, nos casos de ameaças a quaisquer de seus membros.

As Ligas falavam em nome de uma ampla e diversificada categoria de trabalhadores que incluía foreiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários, que produziam uma cultura de subsistência e comercializavam os excedentes produzidos em terra própria ou em terra alheia (LIGAS CAMPONESAS, 2013, online).

perder de vista os processos de conflito, geração de utopias, peculiaridades da ação governamental, etc., que os caracterizam. Essa ressalva tem sido importante para evitar comparações a posteriori, que tendem a dissimular os fatores condicionantes do processo de implementação desses novos núcleos, ressaltado aí o perfil de intervenção do Estado, bastante distinto daquele operado no bojo da modernização agrícola.

Para Neves (1997 apud SANT'ANA, 2003), a política brasileira de implantação de assentamentos rurais pode ser caracterizada como uma “reforma agrária em migalhas”, pois, na maioria dos casos, trata-se de pequenas áreas reformadas mediante a pressão dos movimentos sociais, estando localizadas em regiões dominadas por estruturas fundiária muito concentradas.

A opinião de Alentejano (2004) é a de que, no Brasil, o que existe atualmente é uma precária política de assentamentos rurais, pois a maior parte dos assentamentos na realidade são frutos de regularização fundiária, onde, não é feito a desapropriação de terras para assentar pessoas que não tenham acesso a esta, mas sim é feito a concessão de títulos definitivos para posseiros que há muito tempo já ocupavam essas áreas.

Nesse sentido, é que, em diversos casos, a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, eletrificação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, apoio creditício e comercial) que pode facilitar o sucesso dos assentamentos. Após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse de terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores enquanto produtores agrícolas. A precariedade e a dificuldade que as famílias sem-terra enfrentam, revelam a importância que o Estado tem dado a essa questão (FERNANDES, 2006).

Apesar dos assentamentos serem realizações do Estado, muitas vezes mal planejadas e executadas, eles se constituem como espaço de existência camponesa e os assentados constituem, pela sua luta e resistência, os sujeitos do processo social e político. Esses assentamentos não são apenas lugares dedicados à produção agropecuária; são também o lugar do debate político, no qual discutem questões como a conquista da terra e a continuidade articulada das lutas; são um espaço de ações coletivas em que se expressam politicamente passando pela representação do interesse de classe. São ações motivadas por uma identidade construída no processo de luta pela terra e representam conteúdo político/ideológico que passa pelas relações de poder da estrutura da sociedade.

Em cada assentamento, a forma social da produção adquire características que se fundamentam na trajetória do próprio grupo. No momento em que a luta pela terra cede ao

espaço da produção, surgem novas formas de mobilização social daqueles que de “sem-terra” se transformaram em “assentados”.

As ações coletivas são viabilizadas pelos grupos de assentados e núcleos de produção e possibilitam a ampliação da luta dos sem-terra. Organizados nos núcleos e grupos, os assentados lutam por infraestrutura de produção, crédito financeiro e refletem sobre a política agrária, agrícola, questão ambiental, gênero, etc. (FABRINI, 2003, p. 9).

Segundo dados do *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA), em 30 de junho de 2010, estavam em execução 8,6 mil Projetos de Assentamento (PAs), abrangendo uma área de 84,4 milhões de hectares e abrigando 902,8 mil famílias, a maior parte nas regiões Norte (43%) e Nordeste (33%). Pará e Amazonas, na região Norte, Maranhão, no nordeste, e Mato Grosso, no Centro-Oeste, concentram pouco mais de 50% das famílias assentadas, em 70% da área total.

Mais do que confirmar o padrão de anos anteriores, os números sobre assentamentos, nos dois primeiros trimestres de 2010, são inquietantes e pequenos: foram assentadas no período apenas 3.520 famílias, desempenho que só supera o de 2008. A tendência decrescente apresentada desde 2006 é preocupante. Ainda assim, desde 2003 foram assentadas 575 mil famílias, o que representa 64% do total.

Tabela 1 - Famílias assentadas por trimestre – de 2003 ao 1º semestre de 2010.

Ano	1º	2º	3º	4º	Total
2003	4.680	5.334	3.448	21.513	34.975
2004	8.303	13.416	20.708	38.757	81.184
2005	1.893	15.077	31.695	78.442	127.107
2006	10.616	9.779	39.500	76.424	136.319
2007	6.863	8.402	8.181	43.537	66.983
2008	137	445	5.331	64.154	70.067
2009	3.753	486	12.387	38.798	55.424
2010+	545	2.975	100	-	3.620
Total	36.79	55.914	121.350	361.625	575.679

Fontes: Sistema Sipra e SDM/Relatório: Rel_0227. (INCRA, 2011b).

+ Nota: Parcial até 9 de julho de 2010

No primeiro semestre de 2010, a distribuição regional das famílias assentadas manteve a tendência de anos anteriores: o Norte respondeu por quase metade do total, seguido pelo Centro-Oeste e pelo Nordeste. Os estados que receberam o maior número de famílias foram Pará e Mato Grosso do Sul, áreas de expansão da fronteira agrícola e, surpreendentemente, São Paulo e Rio Grande do Sul, áreas de ocupação agrícola consolidadas.

O número ainda está distante do necessário para atender à demanda potencial por reforma agrária, estimada em quatro milhões de famílias, segundo um estudo do IPEA (2010).

O INCRA lança mão de diversos procedimentos de obtenção de terras para a reforma agrária. As desapropriações são responsáveis pela obtenção de áreas para a instituição do maior número de assentamentos, beneficiando 53% das famílias assentadas. Mas, em termos de extensão, as áreas públicas, estaduais e federais, obtidas via reconhecimento, arrecadação e discriminação, somam 64% do total das áreas com projetos de assentamento (POLÍTICAS SOCIAIS..., 2011).

No contexto nacional, os dados do INCRA/2008 (INCRA, 2011a) mostram que as regiões Nordeste e Norte apresentaram as maiores quantidades de projetos de assentamento, com 45% e 22%, respectivamente. A justificativa para isso foi de integrar para não entregar, pois a intenção nessa região era de ocupar espaços vazios. O meio físico não foi fator considerado na distribuição espacial de infraestrutura e benfeitorias; foram feitos elevados e ineficazes investimentos em grandes áreas desflorestadas para construção de estradas (vicinais ou ramais) e, por último, foram assentadas famílias em solos arenosos ou alagados, em relevo desfavorável e até em áreas com cobertura florestal primária, que contraria o artigo 37º do Código Florestal Brasileiro. Nessa região a luta pela terra é mais acirrada.

A grande maioria dos projetos de assentamentos em todo o Brasil ainda permanecem sem a licença ambiental (SOARES, 2008, p. 146).

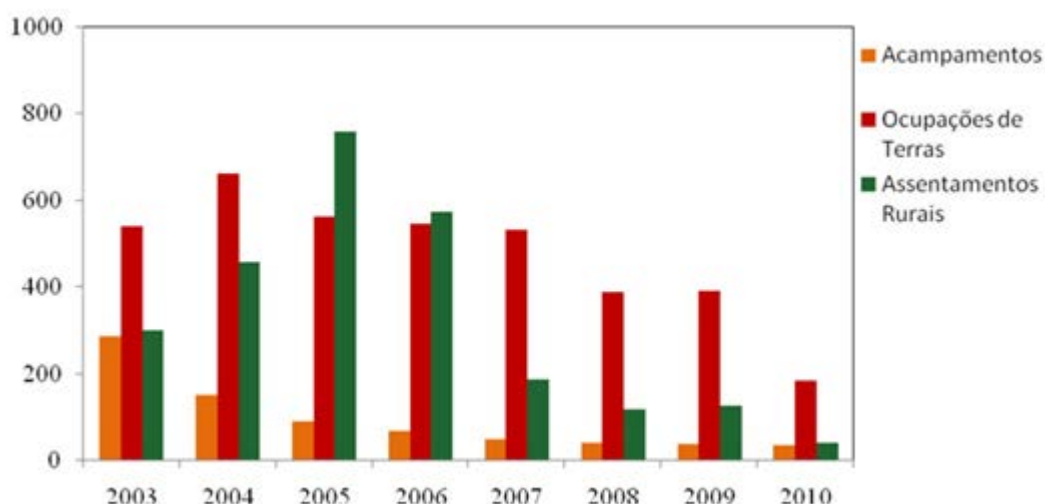
Em outras ideias, alguns estudiosos fazem uma interpretação da política de reforma agrária do governo Lula, como uma insatisfatória política de regularização fundiária, contrarreforma ou a reforma agrária que o agronegócio queria (OLIVEIRA, A. U., 2006). Este governo pouco avançou e pode-se até mesmo dizer que a sua política agrária teve os mesmos objetivos do que havia sido implantado até então: algumas desapropriações em propriedades alvos de ocupações de terras, regularização de áreas e crédito fundiário.

No entanto, ao se fazer uma análise da história do Partido dos Trabalhadores (PT) e do governo Lula, pode-se afirmar aqui, que estes possuem laços políticos e ideológicos com o MST, o que explica a atenção dada por Lula, ainda candidato em 2002, ao tema da reforma agrária em seu plano de governo.

Lula apoiava as ações do MST na luta pela terra e pela reforma agrária, criticando a política econômica e agrária do governo *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB), que abriu as portas do país ao neoliberalismo.

Quando eleito, em seu primeiro mandato, Lula encheu de esperanças inúmeras famílias sem-terras que estavam acampadas há anos e, também, estimulou outras famílias a migrarem para ocupações e acampamentos. Segundo os dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2012), o número de ocupações de terras em 2003 praticamente duplicou quando comparados a anos anteriores (ver gráfico 1). Da mesma forma, o número de novos acampamentos registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram bastante elevados, um dos maiores na história da luta pela terra no país (ver gráfico 1).

Gráfico 1 – Relação do Número de Acampamentos, Ocupações de terra e Assentamento Rurais – 2003 - 2010



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2012; Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2012.

No início de seu primeiro mandato, Lula, por reivindicação do MST e por causa das pressões, convocou Plínio de Arruda Sampaio e pediu para que este elaborasse o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Sampaio convocou uma equipe formada por diversos profissionais, entre eles, professores universitários que possuíam estudos e pesquisas sobre a questão agrária brasileira, e, também, manteve contato constante com os movimentos sociais. Durante a construção da proposta, Sampaio e sua equipe enfrentaram problemas como: os técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), bem como o Ministro Miguel Rosseto, eram contrários à proposta de reforma agrária elaborada por Sampaio e equipe, pois, o plano era ousado para os cofres públicos e para o conhecimento técnico dos

órgãos responsáveis pela reforma agrária, interpretado como inaplicável para a realidade agrária brasileira (BRANFORD, 2010).

No entanto, Sampaio e sua equipe apresentaram a proposta de assentar um milhão de famílias sem-terra, com pouca terra, desempregados, entre outros. Haveria regularização fundiária, reconhecimento de áreas indígenas e quilombolas, desenvolvimento de assentamentos já consolidados e, por fim, cooperação com famílias que possuíam renda mensal inferior a três salários mínimos e meio (SAMPAIO et al, 2003). Apesar de elogiados pela proposta, Sampaio e sua equipe foram dispensados e Lula apresentou uma versão bem reduzida da proposta, que tinha como objetivo assentar apenas 400 mil famílias.

Muitos autores, ao final do primeiro mandato de Lula confirmaram que a reforma agrária proposta, na verdade, foi uma política de regularização fundiária (OLIVEIRA, A. U., 2006).

O governo Lula deveria ter mudado a política macroeconômica; todavia, para reestabelecer o Brasil no mercado internacional, manteve a política econômica requerida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), até porque, o agronegócio foi e ainda é o grande trunfo do governo para geração de superávit primário. O crescimento econômico que tomou o país a partir de 2004, devido aos investimentos maciços feitos no agronegócio, no contexto político e econômico da globalização/neoliberalismo e suas correlações de forças, proporcionou no mesmo momento, a criação de programas assistencialistas como o Bolsa Família, que está atrelado a uma das propostas do governo de erradicar a fome no país, através da distribuição mensal de uma quantia em dinheiro para famílias carentes; no entanto, impediu que esse governo avançasse na distribuição de terras no país.

Ariovaldo Oliveira (2006), ainda destaca que os números disponibilizados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e MDA sobre a reforma agrária no primeiro mandato de Lula são contraditórios. O governo contabilizou como reforma agrária os assentamentos rurais criados em áreas desapropriadas, por não cumprirem com a função social da terra de acordo com a Constituição Federal de 1988, áreas regularizadas e reconhecidas ou, até mesmo, reassentamentos, inflando os dados sobre a política de reforma agrária do governo que, segundo esse mesmo autor, deveria contabilizar somente os novos assentamentos criados.

Conforme os números apresentados no gráfico 1, o número de ocupações de terras e acampamentos diminuíram de 2007 a 2010. Em 2010, por exemplo, foram registradas apenas 184 ocupações de terras e 35 acampamentos em todo o país, índice pequeno quando comparado a 2003, primeiro ano do governo Lula. Com a chegada de Lula à presidência, os números da luta pela terra aumentaram significativamente e, quando este deixou o cargo em

2010, diminuiu como nunca visto antes. Em relação aos assentamentos rurais criados, o governo também deixou a desejar, foram apenas 41 em 2010. Vale ressaltar que dentre estes há desapropriações, regularizações, reconhecimento, etc.

O descenso da luta pela terra, portanto, se deve a alguns fatores: a) a política de reforma agrária do primeiro mandato de Lula, que priorizou a regularização fundiária, o reconhecimento e a compra e venda em detrimento da desapropriação de terras e assentamento de famílias acampadas; b) o avanço do agronegócio sobre o latifúndio, impedindo que terras destinadas à produção de *commodities* sejam desapropriadas; c) a ascensão de políticas compensatórias imediatas, como o Bolsa Família, que inibe muitas famílias de lutarem por terras e habitarem acampamentos; d) os movimentos socioterritoriais, que têm dificuldades de se organizar social e territorialmente diante do avanço do agronegócio, da criminalização das ocupações de terras por meio de processos judiciais aos líderes do Movimento, e da incipiente política de reforma agrária.

O governo Lula, para o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, proporcionou a reconceitualização da reforma agrária no Brasil ao priorizar a regularização fundiária, o reconhecimento, a compra e venda de terras, assentando também famílias em lotes vagos. Para o autor, o principal entrave para a desapropriação de terras é o poder judiciário e a não atualização dos índices de produtividade, que datam de 1975.

Ainda, o governo Lula priorizou políticas de obtenção baseadas na regularização de áreas, reconhecimento e compra, desapropriando algumas propriedades. De acordo com Santos (2010), no primeiro mandato do governo Lula, 55% dos assentamentos rurais criados tiveram como política de obtenção a desapropriação da terra, 21% o reconhecimento, 14% a regularização fundiária, 6% a compra de terras e 4% a doação. Analisando os números apresentados, pode-se afirmar que 45% do total de assentamentos rurais criados provêm de políticas alternativas à desapropriação, que obteve a porcentagem de 55%. Já em relação à área dos assentamentos rurais, 74% da área provêm da política de regularização fundiária, 13% desapropriação, 10% reconhecimento, 2% compra e 1% doação. Estes dados reafirmam que em relação à área, ou seja, ao tamanho em hectares dos assentamentos rurais “criados” no primeiro mandato de Lula, a regularização fundiária se sobressai em relação às outras políticas de obtenção.

Deste modo, se não há criação de assentamentos rurais, algumas famílias desistem da luta pela terra e se sujeitam à programas assistencialistas, como o Bolsa Família, que transfere recursos a mais de 13 milhões de famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 70,00 reais mensais. O programa seleciona famílias com base nas informações inseridas pelos municípios

no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal⁹, instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil. O objetivo principal do programa é, única e exclusivamente, o alívio imediato e pontual da pobreza.

Assim, no que diz respeito à reforma agrária e à luta pela terra, com a diminuição de assentamentos rurais criados e a disponibilidade de programas compensatórios, muitas famílias aderiram a estes ao invés de acamparem, até porque a vida nos acampamentos é extremamente difícil e precária (MARQUES; MENDES, 2006).

Apesar de todos os aspectos negativos e críticas que são apontadas, não se pode negar que houve um aumento da quantidade de famílias assentadas, que vão provocar mudanças relevantes do ponto de vista social, econômico político e espacial nos locais em que foram implantados, pois, o aumento do número de pessoas morando no espaço rural cria demandas que se refletem no espaço urbano mais próximo, com resultados positivos para o comércio local, pela aquisição pelos assentados de produtos industrializados, pela comercialização de produtos originados nos assentamentos (leite e seus derivados, mandioca, frutas, hortaliças, etc.) e pelo aumento da demanda por infraestrutura, equipamentos e prestação de serviços públicos.

A relação campo-cidade também se destaca, pois, vai se intensificando na medida que um número maior de pessoas e mercadorias passam a trafegar entre estes dois polos, imprimindo novas realidades no espaço rural e urbano dos pequenos municípios em que estão implantados os assentamentos rurais.

As mudanças decorrentes da implantação de assentamentos rurais podem ser de curto, médio ou longo prazo e são decorrentes de diversos fatores, tais como a presença ou a falta de infraestrutura (escolas, posto de saúde e estradas), o conhecimento do assentado sobre determinada lavoura ou criação animal, preço dos produtos agrícolas, disponibilidade de mercado consumidor e dos meios de transporte, presença de agroindústrias processadoras, acesso a crédito, etc. A partir da produção agropecuária, pode-se relacionar algumas mudanças de curto, médio e longo prazo nos assentamentos rurais.

⁹ Um dado relevante a ser destacado aqui, diz respeito à Portaria nº 6 de 31 de Janeiro de 2013, do MDA. Essa portaria (anexa aos apêndices) trata do estabelecimento da ordem de prioridade territorial para as ações de obtenção de terras para a reforma agrária, os critérios, requisitos e procedimentos básicos para a seleção de candidatos beneficiários da reforma agrária. No artigo 6º, parágrafo único, **este estabelece que**, respeitada a ordem de que trata o caput, terá prioridade o candidato que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas e Projetos Sociais do Governo Federal.

Nesse contexto deve-se pressupor também:

[...] o entendimento de como ocorreu o processo de ocupação territorial no local em que os assentamentos foram implantados, visto que os mesmos ao serem criados são sobrepostos a uma organização territorial pré-existente que não deixa de existir. Há então a coexistência nesse mesmo espaço do assentamento e da grande propriedade, não ocorrendo necessariamente ruptura na estrutura fundiária e na forma de organização da produção agropecuária, pois a grande produção agrícola, como a plantação da cana-de-açúcar ou a criação de gado de corte, ainda continuam a serem realizados nas fazendas da região (SOUZA, S. P., 2007, p. 20).

Pode-se citar também que além de mais uma forma de organização da produção agropecuária, os assentamentos rurais criaram novas dinâmicas socioeconômicas para os pequenos municípios desenvolverem uma rede de relações entre o campo e a cidade, fortalecendo os vínculos produtivos, comerciais e pessoais entre estes dois espaços.

Ao serem implantados, os assentamentos rurais organizam uma forma de produção diferente daquela que vinha sendo realizada nas grandes propriedades, além de propiciarem uma reorganização para este espaço rural que vai se refletir no espaço urbano através da procura pelos assentados de produtos e da utilização de serviços públicos e equipamentos urbanos. Este processo desencadeia novos efeitos sociais e econômicos que provocarão uma dinamização da relação campo-cidade.

Assim, a partir da implantação e processo de consolidação dos assentamentos, ocorrem transformações consideráveis dentro de uma perspectiva local e regional, culminando com a dinamização da relação campo-cidade. Visto dessa maneira, os assentamentos rurais ocupam um espaço cada vez maior na dinamização regional e local, proporcionando não uma alteração profunda na estrutura fundiária, mas sim uma reestruturação fundiária nos pequenos municípios em que estão implantados.

Não se deve dizer, contudo, que ocorreu um processo efetivo de reforma agrária no Brasil. Quando muito, houve mudanças no local e na região, como é o caso dos pequenos municípios da região de Andradina, por exemplo, em que ocorreu a implantação de um maior número de assentamentos rurais.

3.2 Considerações a respeito da Agricultura Familiar

A agricultura familiar é um importante componente do sistema de produção brasileiro, tanto no que diz respeito ao abastecimento interno e exportação, mas principalmente para a

manutenção da oferta de ocupação e emprego rural, pois contribui para a função econômica, social, ambiental e de segurança alimentar a médio e longo prazo.

As disposições constitucionais relativas à função social da terra dizem respeito às questões estruturais do patrimônio ambiental e fundiário do país. Assim, o maior desafio para a construção de uma política que seja ao mesmo tempo agrícola e agrária está promover certo ajuste entre a tensa relação dada pelas demandas da produção agropecuária, com as diretrizes constitucionais que regulam a estratégia de acumulação do setor rural hegemônico e a formulação de ações - como a reforma agrária e os programas de apoio à agricultura familiar - que buscam dar solução aos problemas que afetam a maior parte da população rural: a concentração fundiária e a pobreza.

O conceito de agricultura familiar está definido em lei¹⁰, o que permite identificar seu tamanho e sua distribuição espacial. Nesse sentido, esse conceito é entendido como aquele em que a família, além de ser proprietária dos meios de produção, também assume o trabalho da estrutura produtiva, pois a propriedade é fundada no trabalho pessoal, ao contrário da agricultura patronal e capitalista, que se baseia na exploração do trabalho assalariado (FABRE; BURTE, 2007).

A partir daí, a agricultura familiar define seus objetivos econômicos, sua forma de inserção na sociedade, e assume uma grande diversidade de formas sociais, como a agricultura camponesa ou a agricultura de subsistência (CARVALHO, 2005).

O Censo Agropecuário 2006 incorporou essa definição à pesquisa e trouxe à tona uma descrição do meio rural brasileiro, que confirmou, como sua principal característica estrutural, a distribuição desigual da propriedade: dos 5,17 milhões de estabelecimentos agropecuários existentes, 84,4% eram de agricultura familiar e 15,6% de agricultura patronal, mas, enquanto estes dominavam três quartos da área agropecuária total (330 milhões de ha), aqueles ocupavam apenas um quarto dela.

O predomínio fundiário da agricultura patronal, que explica em grande parte a hegemonia econômica do agronegócio no setor agrícola como um todo, contrasta com o predomínio demográfico da agricultura familiar. Isto significa que, ao considerar o regime de atividade e de trabalho da grande maioria da população do campo, a agricultura familiar é o modelo que caracteriza a agricultura brasileira.

¹⁰ A Lei nº 11.326/2006 reconhece como agricultor familiar o produtor que não possua área superior a quatro módulos fiscais e utilize mão de obra majoritariamente familiar nas atividades do estabelecimento, retirando delas sua renda principal e dirigindo-as com sua família.

Para exemplificar, a agricultura familiar responde em todas as regiões pela maioria das ocupações agropecuárias: ela absorve três quartos da população ocupada nos estabelecimentos. No Norte, no Nordeste e no Sul, a proporção de ocupados em unidades familiares supera a média nacional, variando de 76,7% (Sul) a 83% (Norte e Nordeste). No Sudeste e no Centro-Oeste, a agricultura familiar representa 54,8% e 52,6% das ocupações, respectivamente (POLÍTICAS SOCIAIS..., 2011).

Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário, os agricultores familiares são responsáveis pela maior parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros todos os dias. Correspondem a 74% de todas as pessoas que estão empregadas no campo, totalizando mais de 13 milhões de trabalhadores. Os pequenos agricultores são os que mais produzem totalizando 25% do café, 31% de arroz, 67% do feijão, 97 % do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% de soja, 24% da pecuária de corte, 52% da pecuária leiteira, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos (MDA, 2007 apud LOPES, 2009, p. 19).

Ainda, a agricultura familiar reflete, em seu desempenho, sua viabilidade econômica. Segundo o censo, ela respondia em 2006 por um terço do total das receitas e 38% do valor da produção (do total, 72% da produção vegetal e 25% da pecuária). Em certas atividades, o valor da produção familiar superou o da patronal: ela gera 57% do valor agregado na agroindústria, 63% do valor produzido na horticultura, 80% do valor da extração vegetal, 56% do valor da produção de leite e 51% do valor da venda de suínos (IBGE, 2009; POLÍTICAS SOCIAIS..., 2011). Segundo o IPEA (POLÍTICAS SOCIAIS..., 2011, p. 284):

[...] além de gerar mais ocupações e produzir mais alimentos, o modelo de produção da agricultura familiar utiliza seus recursos produtivos (áreas e financiamentos menores) de forma eficiente. Tal constatação autoriza a sustentar que o modelo pode dar fundamento a uma estratégia de desenvolvimento rural que integre política agrária e agrícola com política de geração de oportunidades e de valorização da produção. Mas sua consolidação não pode efetuar-se sem que o modelo de *plantation*, historicamente dominante no país, seja confrontado por um modelo ainda não plenamente existente – o da reforma agrária, compreendido como política pública capaz de distribuir mais equitativamente o patrimônio fundiário do país e garantir acesso à moradia e ao trabalho.

Confirmando os dados acima, apesar das dificuldades referentes à remuneração do trabalho e da produção, e de deter apenas um quarto das terras, a agricultura familiar responde por boa parte da produção de alimentos do país e, na medida em que destina quase toda produção ao mercado interno, contribui para garantir a segurança alimentar da população brasileira e reduzir a pressão por importação desses produtos, concorrendo em favor do superávit comercial da balança agropecuária.

Ainda que uma concepção conservadora da agricultura insistisse em ver tais métodos sob o estigma do atraso tecnológico, eles indicam uma estratégia de redução dos riscos pela diversificação da produção, pelo investimento em produtos de maior valor agregado e pela própria utilização da mão de obra familiar, que envolve menores custos e maiores incentivos diretos na boa execução dos trabalhos. Assim, a contribuição dos agricultores familiares é, sobretudo, na produção de produtos que compõem a dieta alimentar básica da população, contribuindo com o abastecimento urbano através da diversificação de suas atividades e/ou do beneficiamento dos alimentos e matérias-primas.

No que diz respeito às políticas de apoio creditício à agricultura familiar e à agricultura patronal, esta reproduz, na alocação dos recursos, a desigualdade observada na estrutura fundiária, pois o valor destinado à agricultura familiar foi sempre em torno de um quinto do destinado à patronal, à exceção do período entre 2009 e 2010. Isto significa que mais de 80% do gasto previsto nos planos-safras para o setor agropecuário são dirigidos a cerca de 15% dos produtores, ao passo que aos demais 85% cabem 20% dos recursos (POLÍTICAS SOCIAIS..., 2011).

Seguindo ainda por esse raciocínio, Fabre e Burte (2007) destacam que não existem programas ou ações voltados para a pesquisa agropecuária que atendam aos interesses dos pequenos produtores rurais, pois a grande maioria das pesquisas são realizadas nas culturas de exportação, com variedades modificadas, “melhoradas” e adaptadas aos sistemas de produção capitalista, que desprezam as culturas de subsistência e as necessidades dos camponeses. Ainda segundo Fabre e Burte (2007, p. 231):

Por não acreditar no potencial socioeconômico da agricultura familiar, o Estado não desenvolve programas ou projetos realmente orientados para o desenvolvimento desta, mas sim fornece muitos programas sociais (aposentadoria, Fome Zero, Bolsa Família, [...]) para tentar manter o homem no campo, limitando o êxodo rural, a miséria e a fome ao meio rural. [...] Porém, esses programas paliativos não compensam a falta de oportunidades de emprego, devido ao modelo econômico aplicado no setor agropecuário [...].

Em relação a essa questão, tem sido dominante a tese segundo a qual o setor agrícola brasileiro é marcado por uma dualidade de modelos: de uma parte, o agronegócio; de outra parte, a agricultura familiar, praticada em menores áreas de exploração, ocupando a grande maioria da população rural e produzindo para o abastecimento do mercado interno.

Os dois modelos disputam entre si um bem finito (a terra), cujo valor de uso transcende, na área rural, a condição de meio de produção agrícola, na medida em que envolve dimensões essenciais da vida social, como habitação, alimentação e trabalho. A

necessidade de regular a ocupação e a exploração do espaço territorial do país e de, ao mesmo tempo, responder à questão social da pobreza rural e à questão fundiária da concentração da terra, repõe à cena política a atualidade da reforma agrária.

Deve haver programas de extensão rural, incentivos ao cooperativismo e à coletividade, capacitação ao agricultor, crédito rural, fornecimento de energia elétrica e outros tipos de estruturas, visando contribuir para fixar o homem no campo (SOUZA, S. P., 2007).

É importante ainda que seja destacado o papel das políticas públicas para o setor agropecuário¹¹, pois estas irão depender primeiro da opção do governo em promover a segurança alimentar do país, garantindo o abastecimento dos produtos voltados para o mercado interno, ou voltados para a atividade agroexportadora.

As políticas públicas devem integrar também a questão da repartição da riqueza criada pelo setor agropecuário nas outras categorias da sociedade, pois se faz necessário aumentar o poder aquisitivo dos camponeses, através do aumento progressivo, importante e contínuo dos preços agrícolas, principalmente para as produções de subsistência.

Garantir os preços agrícolas justifica-se, porque a busca do progresso técnico e tecnológico tende a transformar em redução de preços os ganhos de produtividade. Cabe, então, ao Estado manter a renda agrícola, controlando os preços para os produtos de primeira necessidade. Esse quadro macroeconômico é fundamental para garantir o sucesso das políticas públicas a serem definidas no combate à exclusão social no meio rural (FABRE; BURTE, 2007, p. 237).

¹¹ Atualmente, um assunto em questão é o preço da alta do tomate que subiu cerca de 150%. Muitos culpam o clima e os custos do transporte, mas segundo os dados do último IBGE, as pequenas propriedades representam mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Essas pequenas propriedades representam 84,4 % do total, mas ocupam apenas 24,3% das áreas agricultáveis, enquanto que as outras 15,6% das propriedades que ocupam 75,7% da área agricultável nacional, são os latifúndios. Esses latifúndios produzem apenas 30% do consumo nacional agropecuário e apesar de suas enormes dimensões, eles não estão voltados para atender as necessidades alimentares dos brasileiros. A agricultura familiar, no entanto, responde por 74% do emprego de toda mão-de-obra formal no campo, enquanto o agronegócio emprega apenas 26%. Os dados também são contrastes quando se analisa que a agricultura familiar recebe apenas 14% de todo o crédito disponível para o setor agrícola, enquanto os 86% restantes ficam com o agronegócio, que inclusive pressionam a área agricultável familiar. Nesse sentido, o elemento central para a alta dos preços dos hortifrúts e do tomate (tão discutido recentemente) não é São Pedro, mas sim o monocultivo, o latifúndio, e o Agronegócio, que desempregam o povo do campo e acabam com as lavouras voltadas para a produção de alimentos, substituindo-as por plantações de soja, cana e milho. E para piorar, o governo que é cúmplice dos latifundiários, financiando a expansão do agronegócio e não executando a reforma agrária de maneira a modificar a estrutura fundiária implantada.

3.3 A Composição dos Indicadores no Meio Rural

3.3.1 Breve introdução

O conceito de desenvolvimento humano é amplo, geral e varia de acordo com as fontes consultadas, suas posições ideológicas e papéis institucionais.

A definição de um burocrata governamental dificilmente coincidirá com a de um militante do MST. No entanto, o que talvez seja o único ponto consensual, entre os vários autores que lançam mão do termo, é colocar o ser humano no centro do desenvolvimento (TOLEDO, 2008).

Neste ponto cabe observar, que quando se quer implantar políticas públicas capazes de afetar diretamente no desenvolvimento de uma determinada localidade, utilizam-se indicadores com o intuito de aferir tanto os espaços que precisam ser apoiados, quanto os efeitos posteriores, resultantes das políticas aplicadas. A construção e utilização desses indicadores, no entanto, gera intenso debate, que se inicia pelo próprio conceito de “desenvolvimento” que se pretende (CORRÊA; SILVA; NEDER, 2007, p. 121).

Portanto, esses aspectos da construção dos indicadores remetem a questões importantes a serem aqui destacadas, como:

- a medição das condições de desenvolvimento por meio de indicadores é um tema complexo, pois não deve envolver aspectos de resultados estritamente econômicos;
- as análises de impactos de políticas públicas implementadas também não devem circunscrever somente ao âmbito econômico, e os indicadores que serão utilizados devem ser capazes de espelhar diferentes aspectos, a depender do objetivo a ser seguido em cada política;
- nunca existirá um indicador único a ser adotado, pois, mesmo que englobe diferentes aspectos, dificilmente será capaz de captar a totalidade das questões que se podem levantar, dependendo do objetivo que se tenha (CORRÊA; SILVA; NEDER, 2007).

3.3.2 Conceituando o Índice de Desenvolvimento Humano

A redescoberta do desenvolvimento humano não é novidade, pois, a ideia de que os arranjos sociais precisam ser avaliados pela sua eficácia em promover o “bem humano” remonta pelo menos a Aristóteles (384-322. a.C.). Aristóteles argumentava que a “riqueza não é, evidentemente, o bem que procuramos, pois é meramente útil e existe em função de algo

mais.” Ele distinguia um arranjo político bom de um ruim pelos seus sucessos e fracassos em possibilitar ao povo gozar de uma “vida próspera” (HAQ, 2008, p. 1).

A primeira vez que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) decidiu publicar seu Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), em 1990, a medida do desenvolvimento era dada, exclusivamente, pelo desempenho econômico. Se alguma instituição privada, governo ou veículo de comunicação pretendia medir quão desenvolvido era um país, por exemplo, a escolha do termômetro a ser usado invariavelmente recaía sobre o Produto Interno Bruto (PIB) per capita (a soma do valor de tudo que é produzido em um país ao longo de um ano, dividida pelo número de habitantes desse mesmo país) (PNUD, 1994).

Desde então, o leque de medições do desenvolvimento se multiplicou. Com a difusão do conceito de desenvolvimento humano, esse crescimento ocorreu através da agregação de novas dimensões - como educação, saúde, segurança, liberdade política -, o que evita reduzir o ser humano a apenas um papel, qual seja, o de consumidor ou assalariado (TOLEDO, 2008).

Criado pela ONU no início dos anos 90, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inclui, além da variável renda, geralmente empregada como indicador do grau de desenvolvimento, um conjunto de outras variáveis capazes de captar diversos aspectos das condições de vida da população. Em termos mais agregados, compõe-se de três índices, a saber: longevidade (esperança de vida ao nascer), a educação (número médio de anos de estudo e taxa de analfabetismo) e a renda (renda familiar per capita média ajustada), os quais participam com iguais pesos na composição do índice final (TORRES; FERREIRA; DINI, 2003).

As Nações Unidas sinalizaram aos governantes dos diversos países e regiões em desenvolvimento a proposição de que buscar crescimento não é sinônimo exclusivo de fazer aumentar o produto interno bruto, sendo possível constituir um debate internacional a respeito de que a melhoria das condições de saúde e educação da população deve também ser considerada parte fundamental do processo de desenvolvimento. “A grande questão que se coloca quando se pretende avaliar o nível de prosperidade ou qualidade de vida de um país, região ou município é como fazê-lo e quais os critérios verdadeiramente significativos para o desenvolvimento humano.” (SCARPIM; SLOMSKI, 2007, online).

De acordo com Scarpim e Slomski (2007), a dimensão renda não pode e não deve ser encarada como um fim em si próprio. Essa ideia se baseia no pressuposto de que o progresso de um país ou município não pode ser mensurado só pelo dinheiro que as pessoas possuem (ou carecem), mas também pela sua saúde, a qualidade dos serviços médicos e a educação,

que devem ser consideradas não só pela disponibilidade, mas pela qualidade. É preciso também conhecer as condições de trabalho, os direitos legais e políticos que os cidadãos usufruem, como se estruturam as relações familiares e entre os gêneros e como tais estruturas promovem ou dificultam outros aspectos da atividade humana.

Nesse contexto, em termos técnicos, o IDH mede a realização média de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano. Para PNDU (2004), as três dimensões são:

- uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença;
- conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de 2/3) e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (com ponderação de 1/3);
- um nível de vida digno, medido pelo PIB *per capita* (dólares PPC - paridade de poder de compra).

Certamente, o desenvolvimento humano é mais amplo do que isso, mas foi preciso elaborar um índice sintético que, além de amplo, fosse também factível. Buscaram-se indicadores que pudessem ser encontrados para todos os países, ou pelo menos para a grande maioria deles. O plano deu certo e o IDH, além de ter se tornado referência para medir desenvolvimento, alcançou 177 países na sua edição de 2006.

A longevidade foi escolhida por um motivo relevante: ter uma vida longa e saudável é pré-condição para que as pessoas tenham a oportunidade de desenvolverem todas as suas potencialidades. O indicador escolhido foi a esperança de vida ao nascer, calculado pelos demógrafos com base nos dados de mortalidade. Ele indica qual a média de anos que uma determinada população nascida no mesmo ano deve viver, se forem mantidas as atuais condições de saúde. Em última análise, esse indicador sintetiza uma série de outros indicadores, como mortalidade infantil, acesso à água potável, mortalidade materna, mortalidade por causas evitáveis, esgotamento sanitário, etc.

A educação expressa o potencial de os indivíduos, através do acesso ao conhecimento, tomarem decisões racionais ao longo da vida. É a única dimensão que é medida por dois indicadores: a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, e a taxa bruta de matrícula nos três níveis de ensino (a proporção entre a população de 7 a 22 anos e o número de matriculados nos ensinos fundamental, médio e superior). O primeiro indicador mede a quantidade de conhecimento básico de uma população, e o segundo, as mudanças que podem estar ocorrendo na margem, através do acesso à escola pelos jovens dessa população.

Já a dimensão renda é entendida como o meio de as pessoas sustentarem um padrão de vida digno, dado pelo acesso ao trabalho e ao crédito. Sua medida é o Produto Interno Bruto per capita, isto é, a soma dos valores de tudo que é produzido de bens e serviços em um país ao longo de um ano, dividida pelo número de habitantes do país. Como descrito anteriormente, para efeito de cálculo do IDH, o PIB per capita é ajustado pela chamada Paridade do Poder de Compra (PPC), para contornar defasagens cambiais entre as moedas dos vários países e assegurar que um dólar PPC seja suficiente para adquirir a mesma quantidade de mercadoria em todos os lugares (TOLEDO, 2008).

Cabe destacar, no entanto, que o IDH tem visão etnocêntrica, ou seja, uma visão do mundo onde determinado grupo é modelo de referência, reduzindo os demais grupos e culturas “diferentes”. Utilizar desta teoria para representar o desenvolvimento de uma localidade, não considera as particularidades, desigualdades e culturas de cada região ou local (KAYANO; CALDAS, 2001, p. 28). Fato esse também é questionado por Veiga (2005, p. 108):

Mesmo que se aceite a ausência de outras dimensões do desenvolvimento para as quais ainda não há disponibilidade de indicadores tão cômodos – como a ambiental, a cívica, ou a cultural – é duvidoso que seja essa média aritmética a que melhor revele o grau de desenvolvimento atingido por uma determinada coletividade. Ao contrário, é mais razoável supor que o cerne da questão esteja justamente no possível descompasso entre o nível de renda obtido por determinada comunidade e o padrão social que conseguiu atingir, mesmo que revelado apenas pela escolaridade e longevidade.

Numa abordagem funcionalista, um dos estudiosos sobre os indicadores sociais, Jannuzzi (2006), destaca que estes são instrumentos que operacionalizam o monitoramento da realidade social, com o intuito de subsidiar o planejamento, a formulação, a avaliação e a readequação de políticas públicas, pois eles possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população, permitindo uma averiguação metodológica dos fenômenos sociais. Eles são insumos básicos em todas as fases do processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Algumas pessoas confundem erroneamente o conceito de indicador social com as estatísticas públicas. A estatística pública, diferentemente de um indicador social, não está posto em um contexto teórico para a interpretação empírica da realidade, porém faz parte da criação dos indicadores, sendo de suma importância para sua composição.

Os indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos. Os quantitativos são construídos tendo como base as estatísticas públicas, que mensuram objetivamente dados de

ocorrências concretas. Já os qualitativos referem-se aos indicadores construídos à partir de avaliações subjetivas dos indivíduos. Os indicadores ainda podem ser classificados, enquanto complexidade metodológica em sua produção, como um indicador simples ou composto. São chamados de simples aqueles que são constituídos apenas de uma estatística específica, enquanto o composto, denominado também de sintético, ou índice, são formulados através da aglutinação de vários outros indicadores simples. Os indicadores compostos são muito utilizados em políticas públicas por orientarem de modo mais objetivo a priorização de recursos, no entanto, no processo de aglutinação dos demais indicadores simples para a compilação de um indicador composto pode haver perda da proximidade entre o conceito, a contextualização e a transparência de sua realização (JANNUZZI, 2001).

Outro sistema de classificação dos indicadores é o sistema que diferencia os indicadores de acordo com três aspectos relevantes da avaliação dos programas sociais:

[...] indicadores para a avaliação da eficiência dos meios e recursos empregados; indicadores para a avaliação da eficácia no cumprimento das metas e; indicadores para a avaliação da efetividade social do programa, isto é, indicadores para a avaliação dos efeitos do programa em termos de justiça social. (JANNUZZI, 2006, p. 19).

Assim, de acordo com Jannuzzi (2006), para que os indicadores sejam considerados bons, eles devem possuir algumas propriedades desejáveis, como: relevância social, validade, confiabilidade, cobertura, sensibilidade, especificidade, inteligibilidade de sua construção, comunicabilidade, factibilidade para obtenção, periodicidade na atualização, desagregabilidade e historicidade.

3.3.3 Uma Análise a Respeito dos Indicadores

O desenvolvimento de um país, estado, município, ou de uma população, qualquer que seja, requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva dos Estados repressivos (SEN, 2000), pois essa constatação revela que o desenvolvimento humano provém de uma ação pública deliberada e efetiva, que possibilita às pessoas participarem no processo de desenvolvimento e dele se beneficiarem, ao desenvolver suas capacidades individuais e dar-lhes um uso mais criativo e produtivo possível (PNUD, 2006).

No entanto, esses conceitos são feitos por organismos que muitas vezes não conhecem a totalidade da realidade, possuem um caráter não classista, e ilustra como a sociedade trabalha algumas questões, por uma ótica, muitas vezes limitada e do ponto de vista do desempenho individualizados das pessoas. Mas, o que importa destacar aqui, até para evitar certo ecletismo teórico, é que não se concorda com essas abordagens, porém, é necessário identificar os conceitos e as ideias de quem escreve sobre o assunto.

Conforme destaca Guillén-Salas (2005), a qualidade de vida não pode ser avaliada diretamente. A natureza abstrata desse objeto de estudo faz com que seja necessária a montagem de um referencial, a partir do uso de “indicadores”. Os indicadores ajudam a representá-la nos elementos e componentes que podem constituí-la, elementos e componentes que se referem a assuntos materiais e imateriais da vida dos sujeitos sociais.

Assim, ao se reduzir o indicador aos elementos quantitativos que configuram a discussão da qualidade de vida e desenvolvimento humano, elimina-se a perspectiva qualitativa e também a relação objetividade-subjetividade que revela os aspectos da realidade em que se vive.

Como citam Torres, Ferreira e Dini (2003), o entendimento de que o PIB per capita é uma medida insuficiente para avaliar a qualidade de vida das pessoas, já estava evidente na década de 50, quando em 1954 um grupo de especialistas das Nações Unidas propôs que, além da dimensão monetária, outras dimensões deveriam ser consideradas na avaliação da qualidade de vida das pessoas.

Neste sentido, Koga (2003) aponta que na década de 1990 a relação espaço/território e meio ambiente foram introduzidas nos estudos sobre condições de vida. Para Torres, Ferreira e Dini (2003), essa ideia se baseia no pressuposto de progresso de que um país ou localidade não pode ser mensurado apenas pelo dinheiro que possuem (ou carecem) seus cidadãos, mas também pela sua saúde, na qualidade de seus serviços médicos e em sua educação.

E, sobretudo, saber de que forma a sociedade em questão permite às pessoas imaginar, maravilhar-se e sentir emoções, o que efetivamente faz com que a vida seja mais do que um conjunto de relações comerciais (NUSSBAUM; SEN, 1998) e abarque dimensões subjetivas fundamentais a esse desenvolvimento.

Logo, a discussão acerca dos indicadores sociais deve romper com uma lógica que seja restrita à mensuração do desenvolvimento humano e que por muitas vezes se exime da responsabilidade de fazer uma leitura crítica da realidade, onde condições objetivas e subjetivas são dadas aos sujeitos em seu dia-a-dia. Desta forma, os indicadores devem sim

revelar o que de fato deve ser feito ou refeito no que tange especialmente às políticas públicas agrárias, de educação, saúde, renda e trabalho.

Contudo, procura-se no presente trabalho, ultrapassar o foco da passividade de objeto-sujeito que se quantifica, indicando qual é o número do desenvolvimento. No entanto, não se isenta aqui de realizar a quantificação dos dados de campo como mecanismos de estabelecer apontamentos sobre sua limitação.

Nesse contexto, esse trabalho visa oferecer contribuições que possam ser utilizadas para auxiliar na compreensão de como a política pública de reforma agrária vem sendo realizada na região de Andradina e qual o impacto que esse tipo de política tem nas condições de vida dos assentados, através dos indicadores que são utilizados no campo.

Como ressalta Jannuzzi (2009, p. 33) - “[...] os diagnósticos, por mais abrangentes que sejam, são retratos parciais e enviesados da realidade, espelham aquilo que a visão de mundo e a formação teórica dos técnicos de planejamento permitem ver ou priorizam enxergar.”

Questiona-se como esses indicadores são utilizados, pois os critérios muitas vezes não contemplam a realidade em movimento, o que inclui, dentre outras coisas, as especificidades do campo.

Ressalta-se com isso, que nem sempre estes indicadores conseguem dar visibilidade às condições de vida daquele que auferir uma quantia em dinheiro, porém, retira do seu lote quase que todos os alimentos fundamentais para a sua sobrevivência e de sua família, que mesmo tendo pouco estudo consegue manter seu filho estudando para além da média de anos que outras famílias do mesmo nível de renda conseguem. Nesse contexto, a busca e o cruzamento de dados podem auxiliar no estudo das realidades dos assentados.

Seguindo essas preocupações, neste caso, em que se pretende analisar os indicadores no meio rural implementados através das políticas públicas, e a geração de efeitos sobre as condições rurais, deve-se atentar para fato de que o conceito de Desenvolvimento Rural tem especificidades que precisam ser consideradas tanto para a definição da política a ser adotada e dos espaços a serem apoiados, quanto para analisar seu impacto posterior.

Essas linhas gerais, podem ser referências para a escolha dos indicadores. Para isso, serão considerados indicadores que reflitam transformações no meio rural e também nos ecossistemas locais, já que a ação do Estado e dos demais atores sociais, que estão envolvidos no processo de assentamento de famílias de trabalhadores rurais, é fundamental para aqueles que possuem como meta primordial a produção nos lotes que lhes foram destinados e, conseqüentemente, a melhoria de suas condições de vida.

CAPÍTULO 4 CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA REGIÃO DE ANDRADINA

4.1 Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo

A implantação dos assentamentos rurais no Estado de São Paulo provocou e tem provocado mudanças significativas no campo e na cidade dos diversos municípios paulistas em que os mesmos estão sendo ou já foram implantados.

As primeiras propostas para realização de projetos de assentamento no estado de São Paulo foram feitas através do programa Revisão Agrária, do governo Carvalho Pinto (1958-1962), época em que havia uma grande polêmica sobre a importância da reforma agrária em nosso país. Apenas dois projetos-pilotos foram criados: um em Campinas, com 72 famílias, cuja área foi negociada, de forma amigável, entre o governo estadual e um proprietário particular, e outro em Marília, com 103 famílias, em área pertencente à Secretaria Estadual da Saúde, transferida para a Secretaria da Agricultura. Foram beneficiadas 962 pessoas. Somente duas décadas mais tarde, o governo federal lançou programas de reforma agrária no estado. O assentamento de Marília, alguns anos após sua implantação, ficou totalmente descaracterizado, sendo transformado em chácaras de recreio para os empresários da região. Já o assentamento Fazenda Capivari, de Campinas, mantinha parcialmente suas características originais depois de decorridos 30 anos, como observou Bergamasco (1992).

Ainda segundo Bergamasco, durante a Revisão Agrária, o governo estadual tentou, sem êxito, implantar assentamentos em outras regiões do estado. Em 1962, chegou a indenizar o proprietário da Fazenda Pirituba, em Itapeva, e cerca de 180 famílias foram selecionadas pelo estado para ocupar parte da área. No entanto, houve vários empecilhos no processo de ocupação da fazenda. Em 1981, houve uma tentativa frustrada de ocupação e foi concedido pela justiça a reintegração de posse. Em 1983, houve nova investida, logo após o início do governo Montoro. Depois desse período o assentamento na Fazenda Pirituba foi implantado em 1984 com 150 famílias. Seus bons resultados foram apresentados pela Associação Brasileira de Reforma Agrária como *exemplo vitorioso e sem mistérios*.

De acordo com Bergamasco (1992) foi no final de 1985, que o governo estadual criou duas leis para regulamentar sua atuação fundiária. Nesta época já havia projetos de assentamento em Itapeva, Casa Branca, Araraquara, Araras e Sumaré, o primeiro já mencionado e os dois últimos em hortos florestais pertencentes à empresa estatal Ferrovia Paulista S/A(FEPASA).

De acordo com Sérgio Souza (2007, p. 34) os assentamentos surgiram na pauta da questão da luta pela terra devido uma “pluralidade de relações de trabalho e conflitos pela posse da terra, como por exemplo, da luta de posseiros, arrendatários, parceiros e sitiantes atingidos por barragens que resolveram buscar no acesso à terra uma alternativa a sua exclusão econômica e social”.

Para Fernandes (1996, p. 95):

Eram lutas realizadas por posseiros, atingidos por barragens, ex-arrendatários, bóias-frias, desempregados rurais e urbanos, etc., que aconteceram desde o extremo-oeste do estado, nas regiões Alta Noroeste, Alta Sorocabana, Araraquara, Campinas, Campos de Itapetininga até a baixada do Ribeira. Foi a partir dessas lutas localizadas que os trabalhadores foram construindo condições políticas para a troca de experiências e para superação do isolamento.

As transformações nos sistemas produtivos provocaram, portanto, a liberação de mão-de-obra no campo, acarretando um esvaziamento do espaço rural paulista, diminuindo as formas tradicionais de ocupação da terra como o arrendamento e a parceria, ao passo que as relações de trabalho assalariadas tornaram-se a principal forma de relação entre os proprietários de terra e os trabalhadores rurais (SOUZA, S. P., 2007, p. 35).

A redução no cultivo de café, ainda nos anos 70 e 80, e sua substituição pela pecuária extensiva e semiextensiva, foi um dos fatores que provocou um reordenamento de estrutura demográfica e ocupacional no meio rural paulista, gerando um novo conjunto de condições socioeconômicas a serem consideradas nos questionamentos da distribuição fundiária (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 76).

Para Fernandes (1996, p.43),

Com o avanço da industrialização e do crescimento urbano, a partir da década de 50, agricultura paulista passou por um intenso processo de transformações na sua estrutura produtiva. Em meados da década de sessenta, as quantidades crescentes de créditos agrícolas (do Sistema Nacional de Crédito Rural) financiaram a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura, de forma que esta passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos, o que consolidou o processo de industrialização da agricultura e promoveu o crescimento das relações de trabalho assalariado.

Assim, dentre as várias transformações ocorridas no campo no início da década de 1980, pode ser citado também, o intenso processo de concentração fundiária, marcada, sobretudo pelo êxodo rural, com a diminuição do trabalho familiar e o crescimento do trabalho assalariado.

Os primeiros assentamentos foram, portanto, resultado da organização dos movimentos sociais que ocuparam diversas áreas públicas e obrigaram o governo estadual a regularizar sua situação.

As políticas estaduais de recuperação de terras públicas voltaram-se principalmente para a solução de conflitos já antigos, mas que emergiram apenas naquele contexto de ampliação de liberdade política para os movimentos sociais e sindicais, decorrente do processo de abertura democrática pelo qual o Brasil passou no início da década de 1980. (SOUZA, S. P., 2007, p. 36).

O mesmo autor ressalta que foi a partir de 1983 e até o final da década, que foram criados outros assentamentos em áreas públicas estaduais, nos municípios de Andradina, Araraquara, Euclides da Cunha, Itapetininga, e Porto Feliz, atendendo parte da demanda social por acesso à terra.

Já em meados de 1990 iniciou-se uma nova fase de estabelecimento de programas estaduais de ocupação, devido a necessidade de uma atuação governamental mais sistemática na reorganização fundiária do Pontal do Paranapanema (MEDEIROS; LEITE, 1999).

Até 1984, apenas um assentamento abrigava mais de 500 famílias, o Gleba 15 de Novembro, no município de Euclides da Cunha, e apenas outros dois, o Fazenda Pirituba e o Fazenda Primavera continham mais de 100 famílias.

Os três projetos mencionados, por serem os mais populosos do estado, até 1989, canalizaram os debates sobre os “sucessos” e “fracassos” dos assentamentos em fase de implantação. O sucesso econômico do Assentamento Fazenda Pirituba era atribuído à organização coletiva da produção, enquanto que no Assentamento Fazenda Primavera, contrariamente, a produção era individual, o que teria acarretado uma acentuada diferenciação interna (SIMON, 1994).

Dois outros projetos, implantados pelo governo estadual, merecem destaque: os assentamentos de Sumaré I e II e o Assentamento Fazenda Monte Alegre, situado nos municípios de Araraquara e Motuca.

Ferrante (2000), fazendo um balanço dos projetos de assentamento implantados no município de Araraquara, afirma que, embora os assentados não tenham um projeto político capaz de influenciar a dinâmica local/regional, o próprio reordenamento da produção, provocado pela construção de estratégias familiares (numa região marcada por grandes fazendas de laranja e cana), acaba trazendo novas dimensões à região, exigindo a redefinição de lógicas até então naturalizadas e impondo novos interlocutores nos espaços públicos. De acordo com Ferrante (2000), apenas três projetos, dois no município de Araras e um no de

Casa Branca, totalizando apenas 44 famílias, podem ser creditados a um planejamento agrário do governo estadual. Os demais foram decorrência da atuação dos movimentos sociais.

Entre 1984 e 1994, foram implantados 24 projetos pelos sucessivos governos estaduais, em 10 municípios, envolvendo 1675 famílias. Destas, 998 foram assentadas nos municípios de Mirante do Paranapanema e Euclides da Cunha. De 1995 a 1997 foram assentadas 3272 famílias, das quais 2999 no Pontal do Paranapanema¹²(FERNANDES, 1996).

Após a conclusão de algumas usinas hidrelétricas, um enorme contingente de trabalhadores ficou desempregado. Os projetos de reassentamento de populações rurais atingidas por barragens começaram a ocorrer em 1979. Foram implantados seis projetos, dois na região de Andradina e quatro no Pontal do Paranapanema, envolvendo entre 930 e 950 famílias. O mais populoso é o Projeto de Reassentamento Lagoa São Paulo, implantado em 1983, no município de Presidente Epitácio, com 552 famílias. Os outros cinco projetos, com participação de 406 famílias, das quais 269 no Pontal do Paranapanema, foram criados no período de 1984 a 1986 (BERGAMASCO; NORDER, 1999).

Assim, foi a partir dos anos 1980 que o governo federal implantou 23 projetos de assentamento, beneficiando 2.823 famílias. Os dois mais populosos são o Assentamento Primavera, em Andradina com 343 famílias e o Reunidas, em Promissão, com 629 famílias. Cinco projetos reúnem, cada um, entre 120 e 170 famílias, sete envolvem entre 50 e 100 famílias e 9 possuem menos de 50 famílias (BERGAMASCO; NORDER, 1999). Os dois principais, sob o ponto de vista de seus impactos regionais são o Reunidas e o Primavera.

O Assentamento Reunidas tem sido considerado uma experiência bem sucedida no aspecto do assentamento por dinamizar o desenvolvimento econômico de uma região. Pinto (2000 apud LEITE et al, 2004, p. 25) destaca a importância da participação de seus assentados nas redes comerciais locais, atraindo recursos e contribuindo para o aumento do número de estabelecimentos comerciais no município de Promissão.

Os primeiros assentamentos nessa região datam da década de 1960 quando, através da intervenção estatal, foram implantados assentamentos nos municípios de Sandovalina e Presidente Epitácio¹³.

De acordo com Antônio (1990, p. 13),

A partir do início da década de sessenta, nesse território paulista, começaram ocorrer movimentos sociais, de resistência e de conflito entre os latifundiários/grileiros e os camponeses pela conquista da terra. Esse conflito resultou, pela primeira vez na

¹²Para maiores detalhes sobre as mudanças na agricultura paulista veja: FERNANDES (1996).

¹³O Pontal do Paranapanema está inserido na região da Alta Sorocabana que é assim conhecida por causa da Estrada de Ferro Sorocabana.

história da ocupação de terras, na Alta Sorocabana, numa intervenção direta do Estado que, através de uma reforma agrária distributiva, de interesse social, procurou eliminar rapidamente o foco de tensão social entre o latifundiário e os camponeses.

Ainda nas palavras de Antônio (1990, p. 15),

A colonização estatal na Alta Sorocabana não teve somente o sentido de amenizar e institucionalizar os conflitos, mas também, e, sobretudo, atender os interesses do capital; teve e tem, até o presente momento, o firme propósito de regularizar, legalizar e valorizar monetariamente as terras,- públicas, devolutas-, que eram, na maioria, reservas florestais e, apresentavam-se, e, ainda apresentam-se com problemas jurídicos e não podem ser comercializadas.

Assim, “[...] com a atuação estatal nessa região e com a implantação desses assentamentos no Pontal do Paranapanema, o problema da terra não foi totalmente solucionado, o que culminou com conflitos entre os trabalhadores rurais sem terra e os latifundiários dessa região” (SOUZA, S. P., 2007, p. 38).

O surgimento no Pontal do Paranapanema de movimentos sociais de luta pela terra na década de 1980 e a organização do MST no início dos anos 1990, teve uma relevância não apenas local ou regional, mas um significativo alcance político nacional que resultou na implantação de vários assentamentos rurais nesta região ao longo dessa década, pois os municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha, Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio, ali situados, concentram grande parte dos assentamentos do Estado, demonstrando que a luta pela terra nesses municípios foi mais intensa.

Bergamasco e colaboradores (2000 apud LEITE et al., 2004, p. 26) também estudaram o tema concentração de terras em cinco municípios paulistas com assentamentos (Promissão, Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Araraquara e Sumaré). Os autores constataram significativa coincidência entre a queda do índice de Gini e o período de criação dos assentamentos, numa época em que a tendência foi o aumento da área média dos estabelecimentos rurais paulistas, fortalecendo a hipótese do peso dos assentamentos na desconcentração fundiária.

Assim, podemos afirmar que apesar das dificuldades, os resultados verificados nos assentamentos, em sua maioria são positivos e mostram que, mesmo com todos os problemas e dificuldades que os trabalhadores rurais encontram, a alternativa dos assentamentos como opção ao desenvolvimento local, se torna viável, pois é uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, atividades estas que até então não faziam parte das atribuições nas relações sociais dos assentados.

4.2 A Política de Reforma Agrária na Região de Andradina-SP

Até o ano de 1908, toda a região chamada de noroeste paulista, era povoada pelos índios Kaingang, que migraram para essa região atraídos pela piracema do extinto Salto de Urubupungá na confluência dos rios Tietê e Paraná. Em poucos anos, esses índios foram exterminados e expulsos da região.

Até essa época a ocupação branca atendia dois objetivos básicos: um era estratégico-militar, relacionado a busca de um caminho alternativo pela região do Pantanal para se atingir a bacia do Paraná em função da guerra do Paraguai e; outro econômico, relacionado ao processo de ocupação de novas terras para o plantio do café (MICHELETTO, 2003, p.78).

A cidade de Andradina foi fundada em 1937. Nesse período, as elites agrárias que compraram do Estado de São Paulo os títulos de propriedade dessas terras, (devolutas, em princípio) iniciaram os primeiros empreendimentos econômicos da região. O principal desses investidores foi Antônio Joaquim de Moura Andrade, cujo sobrenome deu origem ao nome da cidade e que era detentor do título de 20.000 alqueires de terras próximos à margem do Rio Tietê (MICHELETTO, 2003, p. 79).

Essa região atraiu milhares de imigrantes europeus e japoneses e, mais tarde nordestinos expulsos de suas terras pela seca na região onde moravam. O trabalho nas fazendas de café e no polo comercial foi o grande responsável pelo primeiro núcleo urbano de Andradina.

Pode-se afirmar que a ocupação efetiva da região de Andradina teve início na década de 1930 com a construção da denominada Variante da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. As principais atividades econômicas na área eram o cultivo do café e do algodão, a extração de madeiras e criação de gado (MONBEIG, 1984). Além destas atividades, a região foi alvo da ação de especuladores. Grandes fazendeiros e companhias de colonização se apropriaram de vastas áreas na região, efetuando a divisão das glebas em pequenos lotes (OKUDA, 1988).

Na década de 1960, os cafezais foram transformados em pastos e muitos trabalhadores foram expulsos de suas terras pela situação de pobreza, fome e miséria decorrente do fechamento dos postos de trabalho, sendo este um dos principais motivos dos conflitos agrários da região, principalmente a partir da década de 1970.

Devido a isso, formou-se uma estrutura fundiária caracterizada pela existência de um grande número de pequenas unidades produtivas, que cobrem áreas diminutas, tanto

individualmente como em conjunto, ao lado de uma pequena quantidade de grandes latifúndios com enormes áreas.

Assim, na região de Andradina, a alta concentração fundiária associada à substituição de lavouras por pastagens provocaram o agravamento dos problemas da posse e do acesso à terra. A instalação das Usinas Hidrelétricas de Jupiá, Ilha Solteira e Três Irmãos (Complexo de Urubupungá), entre os anos 1960 e 1990, também contribuiu para o agravamento dos problemas fundiários, em razão do desalojamento da população ilhéu e ribeirinha.

Como parte da estratégia dos militares, a região sofrerá um inchaço populacional significativo com a construção das usinas hidrelétricas de Jupiá, Ilha Solteira e Três Irmãos, que compõem o Complexo Urubupungá. Esse aumento populacional importará demandas sociais crescentes e evidenciará, mais tarde, uma estrutura agrária marcada pelo latifúndio e uma estrutura social fortemente influenciada pela ação dos pecuaristas (MICHELETTO, 2003, p. 80).

No ano de 1960, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares representavam 93,3% do número total de propriedades e ocupavam 19,5% da área total dos estabelecimentos agropecuários da região. Os estabelecimentos com área superior a 500 hectares representavam apenas 1,1% do número total e ocupavam área de 54,2% da área total dos estabelecimentos agropecuários (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003).

A estrutura fundiária que já era altamente concentrada em 1960 concentrou-se ainda mais nas décadas seguintes. Entre 1960 e 1996 o número de estabelecimentos com área inferior a 100 hectares foi reduzido em 58,4% e a área ocupada por estes estabelecimentos, em 21,9%. O número de estabelecimentos com área superior a 1000 hectares, elevou-se em 9,3 % e a área ocupada em 23,7% (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 108).

No período compreendido entre 1960 e 1996 as propriedades situadas nos estratos intermediários sofreram incremento numérico de 43,1% e de 51,9% em área. Isto se deve à divisão dos grandes latifúndios por herança e à estratégia adotada pelos latifundiários de dividirem grandes propriedades em imóveis menores, para tirarem suas fazendas da vista dos movimentos reivindicatórios e desapropriações para fins de reforma agrária, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1980.

No entanto, o nível de concentração de terras pelos grandes estabelecimentos agropecuários na região de Andradina é bastante superior à média do Estado de São Paulo. A área média dos estabelecimentos da Região de Andradina no ano agrícola 1995/1996 (125,7 hectares) era muito superior à registrada para o Estado de São Paulo (79,6 hectares) (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 109).

Os assentamentos e reassentamentos rurais na região de Andradina começaram a ser implantados pelo INCRA e pela Companhia Energética de São Paulo (CESP) na década de 1980, época também marcada pela implantação desse tipo de projeto no resto do Estado de São Paulo.

Assim sendo, o agravamento do problema fundiário na região deve-se então à seguinte combinação de fatores: 1) elevada concentração fundiária; 2) expansão da pecuária extensiva em detrimento da lavoura; 3) demissão de operários pelas empreiteiras contratadas pela CESP para a execução de obras civis das usinas hidrelétricas; 4) inundação de ilhas e margens dos rios Paraná, Tietê e São José dos Dourados e de outros cursos d'água devido à formação dos lagos das usinas hidrelétricas de Jupiá, Ilha Solteira e Três Irmãos e o consequente desalojamento de pequenos produtores rurais ribeirinhos e ilhéus; e 5) dificuldades de acesso à terra por meio de arrendamento e parceria pelos produtores rurais sem terra ou com pouca terra. (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 110).

Para os autores, esses fatores contribuíram, para o aumento dos movimentos sociais existentes na região, aumentando gradativamente as tensões, principalmente no final da década de 1970, que foi a época que terminou a construção das barragens de Jupiá e Ilha Solteira, e a procura de trabalho colocou em questão a forma do uso da propriedade na região. A busca pela terra de trabalho, colocou então a questão da tradicional aliança entre o capital e a propriedade da terra na região, princípio este que atende a estratégia do Estado Brasileiro, produzindo, portanto, o avanço das forças populares, principalmente aquelas ligadas às Comunidades Eclesiais de Base e as Pastorais Sociais da Igreja na região.

“Andradina foi palco de um fecundo movimento social” (MICHELETTO, 2003, p. 78). Contudo, essa situação foi amenizada a partir do início da década de 1980, com a implantação dos assentamentos e reassentamentos rurais. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desapropriou algumas fazendas improdutivas da região, dando origem a sete assentamentos. A Companhia Energética de São Paulo (CESP) implantou três reassentamentos e um assentamento. “Os assentamentos possibilitaram a ampliação do número de pequenos produtores rurais da região, resultando no aumento da produção de milho, algodão, leite, bem como de produtos voltados à subsistência das próprias famílias assentadas e reassentadas” (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 105).

Deve-se considerar também que na época das construções da CESP, a legislação não exigia que a empresa indenizasse ou reassentasse a população atingida não portadora do título de propriedade da terra, prejudicadas pela instalação das Usinas Hidrelétricas implantadas pela CESP. Houve muitas demandas e reivindicações para o assentamento dessas populações, de

pequenos produtores rurais e da população que estava desempregada por causa das demissões realizadas pelas empreiteiras, encarregadas de execução das obras da CESP.

A primeira iniciativa da CESP em acomodar a população ribeirinha foi em 1983 com o Reassentamento Jupia e a acomodação de 115 famílias. Houve também a implantação do Assentamento Cinturão Verde no ano de 1984, com o objetivo de conter a expansão desordenada do núcleo urbano de Ilha Solteira e também criar uma área de agricultura irrigada, capaz de abastecer o núcleo urbano com produtos agrícolas e destinar parte da produção a outros municípios, para fortalecer a economia local, fato esse que não ocorreu (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 116). A partir de 1999 a Prefeitura de Ilha Solteira assumiu a responsabilidade pela área. A CESP também implantou outros dois reassentamentos: Hortifrutigranjeiros e Três Irmãos. A região tem também outro assentamento que foi implantado pela Prefeitura de Pereira Barreto denominado de Assentamento do Canal, que possui 12 lotes e ocupa uma área de 30 hectares, como compensação às áreas inundadas pelo Canal que estabelece a ligação entre os rios Tietê e São José dos Dourados (Canal de Pereira Barreto).

Já o INCRA, implantou sete assentamentos, na década de 1980, decorrentes de luta e de pressões exercidas pelos movimentos sociais, mas, sem um projeto claro e consistente de reforma agrária. O primeiro deles foi o Assentamento Primavera em 1981 (O processo de formação do assentamento Primavera será descrito no tópico seguinte). Além do Assentamento Primavera, o INCRA instalou outros assentamentos a partir de fazendas improdutivas, na segunda metade da década de 1980, motivada pela pressão de trabalhadores desempregados e de antigos produtores rurais expropriados e/ou com dificuldade de acesso à terra. Dentre eles estão o Assentamento Fazenda Esmeralda, com 85 lotes e 2096 hectares; o Assentamento Aroeira com 40 lotes e 873 hectares e; o Assentamento São José, com 39 lotes e 877 hectares. De todos os assentamentos implantados pelo INCRA nessa região, apenas nesses dois últimos, as famílias assentadas não participaram de movimentos de luta pela terra, podendo ser esta a causa para a ocorrência dos altos índices de evasão das famílias nesses assentamentos. Esses três assentamentos foram implantados em 1987. No ano de 1990 e no início do século XXI foram instalados outros assentamentos nessa mesma região: Assentamento Rio Paraná com 92 lotes e 2165 hectares; Fazenda Timboré com 172 lotes e 3050 hectares e Orlando Molina com 75 famílias e 152 hectares (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 112).

Na Tabela 2 são apresentados os assentamentos e reassentamentos rurais da microrregião de Andradina até o ano de 2002.

Tabela 2 - Assentamentos e Reassentamentos Rurais da MRG de Andradina.

Identificação do Assentamento Reassentamento	Nº de Lotes	Área Total (Ha).	Área Média dos lotes/Ha	Órgão responsável pela implantação	Ano de Implantação	Localização (município)
Assentamentos						
Fazenda Primavera	210	3.676	28,79	INCRA	1981	Andradina, Nova Independência e Castilho.
Cinturão Verde	75	727	9,69	CESP	1984	Ilha Solteira
Esmeralda	85	2.096	24,66	INCRA	1987	Pereira Barreto e Mirandópolis
Aroeira	40	873	21,83	INCRA	1987	Guaraçaí
São José II	39	877	22,49	INCRA	1987	Guaraçaí
Fazenda Rio Paraná	92	2.208	24,00	INCRA	1990	Castilho
Timboré	176	3.364	19,11	INCRA	1992	Andradina e Castilho
Orlando Molina	75	1.512	19,64	INCRA	1999	Muritinga do Sul
Canal	12	30	2,50	Pref. de P. Barreto	1993	Pereira Barreto
SUB-TOTAL	1011	23.066	19,37			
REASSENTAMENTOS						
Jupia	126	2.582	20,49	CESP	1983	Castilho
Hortifrutigranjeiros	73	432	5,91	CESP	1991	Pereira Barreto
Três Irmãos	43	1.186	27,58	CESP	1995	Pereira Barreto
SUB-TOTAL	242	4.200	17,99			
TOTAL	1121	27.266	18,68			

Fonte: Hespanhol, Costa e Espírito Santo (2003).

Contudo, após uma década depois, o número de assentamentos aumentou bastante, devido às diversas reivindicações por parte dos trabalhadores rurais e também pela forte pressão popular que estes exercem no sistema político. Atualmente os assentamentos encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Tabela 3 - Dados gerais dos assentamentos e municípios.

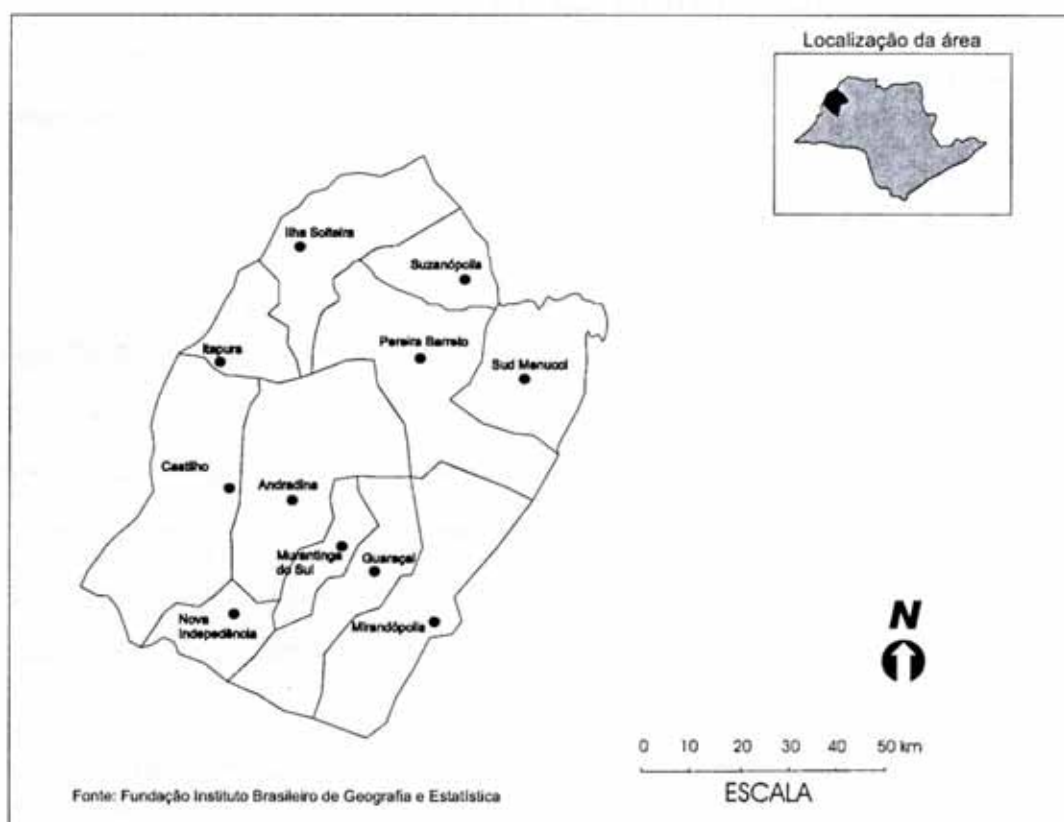
Municípios	Assentamento	Criação	Área	Famílias
Andradina	Wilson Gandolf (Arizona)	28/06/06	638,10	46
	Fazenda Belo Monte	28/04/02	1.534,48	74
	Timboré	23/06/95	3.379,82	176
	Timborezinho (Josué de Castro)	25/09/09	770,10	44
	Primavera	22/06/81	9.595,10	280
Castilho	São Joaquim	25/08/03	606,19	46
	Celso Furtado	09/12/05	2.434,76	179
	Terra Livre	25/08/03	628,32	41
	Nossa Senhora Aparecida II	24/12/04	976,45	73
	Cafeeira	08/10/07	1.968,58	125
	Santa Isabel	17/09/08	1.033,48	68
	Ipê	18/06/09	978,75	75
	Anhumas	12/12/01	1.350,26	70
	Rio Paraná	21/06/92	2.205,13	92
	Pendengo	24/08/09	4.139,62	245
Guaraçai	Nova Vila	15/01/05	882,37	57
	Santa Luzia	18/05/09	1.077,49	70
	São José II	09/02/88	877,60	39
	Aroeira	17/09/87	872,17	40
Ilha Solteira	Estrela da Ilha	21/03/05	2.984,33	209
	Santa Maria da Lagoa	21/03/05	1.210,63	75
Itapura	Rosely Nunes	21/03/05	1.172,66	85
	Cachoeira	29/10/07	972,57	65
	Zumbi do Palmares	30/12/06	1.181,80	80
Murutinga do Sul	Santa Cristina			
	Orlando Molina			

Municípios	Assentamento	Criação	Área	Famílias
Nova Independência	Pousada Alegre	08/08/05	929,72	60
Pereira Barreto	Terra é Vida	09/01/04	513,66	39
	Olga Benário	18/09/08	757,57	49
	Esmeralda	03/12/87	2.082,13	85
Suzanápolis	União da Vitória	19/08/05	2.906,31	155
TOTAL	31 Assentamentos	-		2998 Famílias

Fonte: REVISTA COMERCIALIZAÇÃO, 2010.

Destaca-se que a Microrregião Geográfica de Andradina localiza-se no extremo oeste do Estado de São Paulo e é formada por 11 municípios, perfazendo a área de 6.224 km² (Mapa 1).

Mapa 1 - Mapa da Microrregião Geográfica de Andradina – SP – 2002.



Fonte: Hespanhol, Costa e Espírito Santo (2003).

No que diz respeito as dificuldades que os assentados têm para se fixar na terra, estas são muitas, que vão desde à falta de infraestrutura, como dificuldade de acesso ao crédito, insuficiente assistência técnica, baixo nível de organização dos produtores e a vulnerabilidade no momento de adquirir e realizar a venda de insumos. No entanto, a produção é expressiva e destina-se tanto ao auto abastecimento quanto ao mercado. A atividade leiteira é a que propicia a maior renda aos assentados e o leite é entregue aos pequenos laticínios, à Nestlé, ou é vendido diretamente nas cidades pelos próprios agricultores. Os produtos de origem animal representam a principal atividade geradora de renda nos assentamentos (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003; SANT'ANA et al, 2007).

Ao todo na micro região de Andradina, embora as famílias produzam basicamente para seu próprio sustento e utilizem técnicas nem sempre avançadas, a produção realizada nesses espaços têm contribuído para a ampliação do número produzido de algodão, milho, mandioca, arroz, feijão e leite, contribuindo para a expansão da produção agrícola regional, ao propiciar a dinamização da economia e contribuir para a elevação da oferta de alimentos e de outros produtos agrícolas, bem como reduz a necessidade da aquisição de produtos no mercado, especialmente de alimentos, estando os assentados em melhor situação do que se encontravam antes do assentamento. Contudo, de acordo com Hespanhol, Costa e Espírito Santo (2003, p. 121):

[...] tanto os assentados quanto os reassentados e os demais pequenos produtores rurais da região de Andradina necessitam de assistência e estímulo por parte do poder público, para ampliarem a produção destinada a auto-subsistência e ao mercado. É fundamental que o poder público estimule os produtores rurais a se organizarem em associações, empresas comunitárias, cooperativas e a agregarem valor aos produtos gerados, libertando-os da exploração exercida pelos atravessadores quando da comercialização de seus produtos. A organização e a cooperação entre os pequenos produtores rurais, com o apoio efetivo do poder público, propicia a apropriação da riqueza gerada, o que contribui para elevação da qualidade de vida.

Há, portanto, a expectativa em torno do governo para que este realize a reforma agrária não se limitando apenas à concessão de terras, mas também que sejam criadas políticas agrícolas voltadas para o progresso econômico e social dos pequenos produtores rurais.

4.2.1 O Avanço da Cana na Região

Não se pode negar um fato relevante que está acontecendo nessa região. Historicamente a região foi caracterizada presença da atividade pecuária, principalmente gado de corte e em menor expressão gado leiteiro, além da alternância de culturas sazonais, como:

algodão, milho, amendoim, mandioca e feijão. Mas, o cenário tem se reconfigurado em decorrência das transformações geradas pelo avanço do capital sucroalcooleiro. As terras voltadas à pecuária, que era antes a principal atividade econômica da região, vêm sendo ostensivamente substituída pela cana-de-açúcar, de forma mais acentuada a partir dos últimos oito anos.

De acordo com os dados do IEA (Instituto de Economia Agrícola, 2009), no intervalo dos últimos cinco anos, o rebanho para corte sofreu uma redução de aproximadamente 25%, enquanto que para o gado leiteiro esta redução foi ainda maior, chegando a quase 60% no período. (XAVIER, 2010, p. 72).

Na região de Andradina, que se configura como uma área de expansão da canavieira, o que se viu num primeiro momento, é que grande parte das plantações de cana-de-açúcar ocorrem nas grandes propriedades arrendadas. Nessa região, historicamente marcada pela grilagem de terras e pela constituição de grandes propriedades improdutivas e/ou subutilizadas, a entrada do capital agroindustrial, estabelecendo relações de arrendamento com essas grandes propriedades, revela a manutenção desse caráter rentista da terra.

Nas *novas* áreas caracterizadas pelo avanço da atividade canavieira, verifica-se a constituição de uma estreita relação entre os representantes do capital sucroalcooleiro e os proprietários de terras, principalmente com os grandes proprietários, que antes se dedicavam a pecuária extensiva. Constatase que com a expansão da agroindústria da cana, muitas dessas fazendas que se apresentavam como improdutivas ou ainda com uma baixa geração de renda da terra, considerando a produtividade baixa da pecuária extensiva que se praticava, passaram a estabelecer contratos de arrendamento com as usinas, sob o argumento de que ao assumir a posição de rentistas da agroindústria, haveria a possibilidade de gerar para si, rendimentos mais “vantajosos”.

A conformação de tal cenário, de certa forma, revela a expectativa por parte do agronegócio canavieiro de que até este 2013 o número de usinas de açúcar e álcool instaladas no Oeste Paulista (onde se localiza a região de Andradina) chegue a aproximadamente 100 agroindústrias e que a área plantada com a gramínea atinja a marca de 31% do total de terras cultivadas (AZEVEDO; THOMAZ JÚNIOR; OLIVEIRA, 2008).

Este cenário revela o caráter rentista de como a terra se apresenta no Brasil, tendo como fim não a produção de alimentos, mas a especulação, intimamente condicionada a questões conjunturais que favoreçam a extração da renda (PAULINO, 1998). Essas terras que

se encontram concentradas na forma de grandes propriedades reproduzem esse caráter, funcionando ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Funcionam, ainda, como mecanismo que visa garantir o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

Dessa forma, o aspecto “vantajoso” apontado por parte dos proprietários, que arrendam terra para a agroindústria da cana, se deve ao fato de que na condição de rentistas, recebem renda sem nenhum dispêndio de força de trabalho, já que com a expansão do monocultivo da cana, quem vai comandar a produção das terras é a agroindústria sucroalcooleira, que aparece na condição de arrendatário.

Atualmente, com o etanol elevado a condição *commodities*, a agroindústria da cana, que historicamente foi marcada pela produção em grandes propriedades, agora não mais aparece associada aos grandes latifúndios, mas sim como *modernas empresas rurais* – mais um dos casos que ilustram esse mito da modernidade.

Assim, a expansão da cana na região de Andradina é processo que se encontra em movimento e que pode gerar implicações diretas sobre a reforma agrária, na medida em que a tendência é intensificar a demanda por mais terra com a concentração fundiária, o que tende a gerar reflexos que já podem ser observados sobre a reforma agrária da região.

O aumento da área ocupada com a cana pode gerar implicações diretas na constituição de novos assentamentos, e até mesmo alterações no que se refere à dinâmica dos assentamentos já constituídos – considerando que a cada nova safra, suas áreas passam a ficar cada vez mais imersas em um “mar de cana” (OLIVEIRA, 2003).

No entanto, na região de Andradina, onde a questão agrária se faz presente, verifica-se que a luta dos pequenos agricultores para se estabelecer no campo é, antes de tudo, uma demonstração de resistência contra a expropriação de suas terras. Fenômeno não exclusivo da região, mas de todo Brasil:

A prova disto é que os dados censitários revelam que, ao mesmo tempo em que há o aumento dos latifúndios capitalistas, há um aumento das unidades camponesas de produção. Este processo revela que, ao mesmo tempo em que aumenta a concentração de terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação destas terras expropriadas. Nem que para isso eles tenham que continuar seu devir histórico: a estrada como caminho (OLIVEIRA, 1988, p. 10).

Nesse contexto, concomitante a este processo de expansão do capital, verificou-se a ocorrência de um movimento de resistência do modo de vida camponês. A luta do pequeno

agricultor em permanecer no campo, é um movimento que entra em choque como processo de expansão da cana.

Na região, como uma tentativa de barrar o movimento de luta pela Reforma Agrária, levantam-se controvérsias com relação a quem de fato é responsável pela participação mais expressiva na produção agropecuária: a grande ou a pequena propriedade. Martins (1983) evidencia que este não tem sido um posicionamento recente no campo brasileiro. Há tempos os argumentos que apelam pela superioridade técnica da grande propriedade são utilizados na tentativa de suplantar e/ou mascarar a produção das pequenas unidades

Alguns argumentam pela superioridade da grande *propriedade* na produção agropecuária, que pode mais facilmente desenvolver as suas forças produtivas, utilizar maquinaria, etc. Essa afirmação é capciosa. Para que haja a grande *unidade de produção* não é necessário que haja a grande *unidade de propriedade*. A extensão da produção não está irremediável e necessariamente vinculada à extensão da propriedade, a não ser na cabeça do capitalista, daquele que não imagina o crescimento econômico senão com base na exploração do trabalho alheio (MARTINS, 1983, p. 149, grifo do autor).

Esse fato pode ser observado, por exemplo, no Assentamento Pousada Alegre, onde o aumento da produtividade da terra não depende necessariamente do aumento da área das propriedades. Onde hoje se encontram 60 famílias que sobrevivem da pequena propriedade familiar, o que existia era uma antiga fazenda onde se praticava a pecuária extensiva, marcada pela deficiente produtividade. Constituía-se mais em uma área voltada a servir de reserva patrimonial e de valor. Assim, a terra somente tem sentido se for apropriada com fins produtivos.

Nesse sentido, destaca-se a resistência do trabalhador no campo: “[...] *luta contra a conversão da terra de trabalho, terra utilizada para trabalhar e produzir, em terra de exploração, terra para especular e explorar o trabalho alheio.*” (MARTINS, 1983, p. 145, grifo nosso).

4.3 Situação Geral da Atual Configuração dos Assentamentos Rurais da Região de Andradina

Segundo dados da Coordenação da COATER, que presta serviço de assistência técnica ao Unidade Avançada de Andradina, Francisco Carlos Honorato Moya e Valderéz Vegiato, obteve-se informações atualizadas até o dia 30/06/2012 de todos os assentamentos rurais localizados na região de Andradina. Estas informações foram importantes para a realização da

pesquisa de campo com os assentados, na medida em que se pôde obter as informações do órgão governamental e relacionar com as declarações dos assentados. As informações dos assentamentos são apresentadas a seguir, de maneira objetiva, mostrando a área dos assentamentos, o número de famílias, as estruturas de cada assentamento e os créditos possivelmente acessados. Lembrando, que essas informações foram disponibilizadas pela Unidade Avançada do Incra de Andradina

I) Município de Andradina (SP)

1) Projeto de Assentamento Primavera (emancipado)

O P.A. Primavera foi criado em 22/06/1981, ou seja, no início da década de 1980, portanto, ainda em um governo de regime militar, não apresentando características estruturais de um assentamento atual, devido ao fato de ser planejado em conceito de reforma agrária com realidades pertinentes àquela época. Atualmente possui 311 famílias beneficiárias, ocupando área de 9.595,1042 ha.

Já há algum tempo os beneficiários possuem o título definitivo da área, portanto, são lotes emancipados, o que resultou em uma alteração no parcelamento original a partir do momento em que empresas começaram a comprar áreas e pessoas começaram a vender parte dos lotes para pagar financiamentos.

Nesse sentido, não foi aplicado o questionário, pois, o assentamento foi excluído do universo da pesquisa, por ter perdido sua característica principal na reforma agrária e sua função social, por se constituir atualmente em áreas caracterizadas como “fazendinhas” dentro do assentamento, pois com avanço da cana-de-açúcar e as grandes plantações de eucalipto, estas, mudaram inclusive a possibilidade de produção de outros alimentos para os assentados e conseqüentemente na melhoria das condições de vida destes.

2) P.A Timboré

O assentamento Timboré está localizado nos municípios de Andradina (SP) e Castilho (SP). Sua origem remonta ao ano de 1986, data em que a fazenda Timboré é julgada improdutiva mediante as vistorias de fiscalização realizadas pelo INCRA em imóveis da região de Andradina.

A criação do primeiro grupo de trabalhadores que ocupou a Fazenda Timboré foi

planejada durante o ano de 1988. As cidades de Sumaré (SP), com um grupo composto por 103 famílias, e Andradina, com um grupo de 27 famílias, foram às localidades onde ocorreu a articulação. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, a Comissão Pastoral da Terra e Sindicato de Trabalhadores Rurais de Andradina e Sumaré apoiaram e monitoraram a formação dos grupos para a ocupação e resistência.

Em 27 de Janeiro de 1989, este grupo de 130 famílias ocupou a Fazenda Pendengo, localizada nos municípios de Castilho (SP) e Nova Independência (SP) e pertencente ao mesmo proprietário da Timboré. Foram despejados alguns dias depois e ficaram acampados nas imediações do salão paroquial e da praça matriz de Nova Independência.

Após uma tentativa frustrada em março, as famílias acamparam nas imediações da fazenda e em 19 de agosto de 1989, os acampados ocuparam a área. Nesta ocasião, procedeu-se um conflito e um dos integrantes do grupo foi ferido por um estilhaço de bala e perdeu a visão de um dos olhos.

O poder judiciário temendo um aumento dos conflitos e da violência sequestra 500 ha na parte de baixo do local da ocupação, onde os acampados passaram a produzir. A administração da área ficou a cargo do INCRA. Por dois anos os acampados se restringem a essa área sequestrada.

Ao mesmo tempo, o STR de Andradina organizava outro grupo para ocupação com trabalhadores da região e da Alta Paulista. Este grupo de Andradina, chamado Chico Mendes, composto por 220 famílias, em 10 de abril de 1991, ocupa a parte de cima da Fazenda Timboré. Não houve conflitos. Decorridos três meses, em conjunto com o grupo Liberdade, ocupam toda a área da fazenda.

Entre 1991 e 1993 as famílias permaneceram na área produzindo para subsistência e gerando algum excedente de algodão, milho, arroz e feijão. A assistência técnica inicia-se a partir de 1993, por meio do Departamento de Assuntos Fundiários (que viria a se constituir na Fundação Itesp) e somente em 1995 a área sofre parcelamento, realizado pelo Itesp, após emissão na posse pelo INCRA e 176 lotes são formados.

O P.A. Timboré ainda possui área de preservação permanente (APP) e de reserva legal (RL). Os lotes são cercados em todo seu perímetro e nas divisões internas para as atividades agropecuárias.

Possui energia elétrica, água potável através de captação em poços semi-artesianos disponibilizados por recursos do INCRA e do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, casas de alvenaria e currais.

A principal fonte de renda concentra-se na pecuária leiteira, e os demais sobrevivem

de pequenas lavouras de produtos sazonais (quiabo, mandioca, bucha, abóbora, milho, feijão, urucum, maracujá, hortaliças, melancia, vassoura, etc.) além de criação de animais de pequeno e médio porte (frango/galinha caipira, caprinos e suínos). O escoamento de toda produção é realizado pelos próprios assentados e pelas quatro associações existentes.

3) P.A São Sebastião (Belo Monte)

O projeto de assentamento São Sebastião (antiga Fazenda Belo Monte) existe desde 22/04/2002 graças ao Programa Nacional de Reforma Agrária, possuindo área total de 1.588,3108 ha, com assentamento de 74 famílias beneficiárias. Possui infraestrutura com disponibilidade de água através de poços semi-artesianos coletivos e individuais, além de poços tipo cacimba. Toda a comunidade é servida de energia elétrica instalada individualmente pelas famílias.

As estradas do P.A. foram construídas pelos próprios assentados com tratores e conservadas pelo Poder Público Municipal. As áreas comunitárias abrigam tanques de resfriamento de leite, um campo de futebol para lazer e posto de saúde para atendimento médico.

Como neste P.A. não há escola, o transporte de crianças em idade escolar é realizado através de ônibus municipais até o centro urbano.

As famílias homologadas receberam todos os créditos para instalação (Apoio, Fomento, Habitação e complementação da Caixa Econômica Federal) e acesso a financiamentos (PRONAF A e A/C).

Organizacionalmente o P.A. São Sebastião está representado por 01 associação (Associação dos Produtores de Leite do Assentamento Belo Monte) e também por um grupo de mulheres que se organizam de maneira informal para atividades de panificação.

A principal atividade é dedicada à pecuária leiteira, onde se entrega o leite, que é coletado individualmente no tanque de expansão comunitário à Associação.

A produção agropecuária é diversificada, através da produção de pequenos e médios animais (frango/galinha caipira, suínos), verduras, hortaliças e produtos processados (ex: queijo), que são comercializados na região, abrangendo municípios circunvizinhos.

4) P. A. Arizona (Wilson Gandolf)

Os documentos de posse deste P.A. foram emitidos em 28 de junho de 2006 e as 46 famílias beneficiárias ocuparam os lotes em dezembro de 2006, posteriormente constituindo a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Arizona. Este Projeto de Assentamento dista aproximadamente a 7 km da sede do município, possuindo área de 635,20441 ha, distribuídos em 46 lotes incluindo 09 PR (Para-Rurais), Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).

Os lotes são cercados em todo seu perímetro e nas divisões internas para as atividades agropecuárias. Possui energia elétrica, casas com alvenaria em todos os lotes e currais. Além disso, existem 02 poços semi-artesianos, disponibilizados pelo INCRA e outros 08, todos com quantidade e qualidade de água para o abastecimento das famílias beneficiárias.

As estradas existentes necessitam de manutenção e melhorias, os assentados reivindicam a construção de mais duas pontes e a disponibilização de agentes de saúde.

Como o assentamento não possui escola, o transporte de crianças em idade escolar também é realizado através de ônibus municipais até o centro urbano.

As famílias beneficiárias receberam créditos para instalação (Apoio, Fomento, Habitação e complementação da Caixa Econômica Federal) e acesso a financiamentos (PRONAF A e A/C).

As principais atividades agropecuárias concentram-se na pecuária leiteira, na criação de pequenos e médios animais (frango/galinha caipira, suínos), produtos processados (ex: queijo, doce de leite), pequenas áreas de culturas de milho, mandioca, abóbora, quiabo, melancia, hortaliças e cuja produção é comercializada na região e em municípios circunvizinhos.

Além disso, participaram de Cursos de Capacitações (Artesanato, Processamento Artesanal de Carne Suína, Tratoristas, Horta Orgânica) e Palestras (Produção de Forragens e Manejo de Bovinos, Sanidade Animal, Calagem e Análise do Solo e PAA – Programa de Aquisição de Alimentos) entre outras.

5) P. A. Josué de Castro (Timborezinho)

O Projeto Josué de Castro, também conhecido como Timborezinho foi instituído em 15/09/2009 com o assentamento de 51 famílias, localizado a aproximadamente 25

quilômetros da cidade de Andradina, possuindo área de 790,3402 ha, Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).

Este P.A. possui rede de energia elétrica do Programa Luz para Todos.

No que diz respeito ao abastecimento de água, o PA foi contemplado com mais três (03) poços que serão disponibilizados através do INCRA. No entanto, o abastecimento de água é deficitário (apenas um poço semi-artesiano remanescente da fazenda) e de má qualidade, contribuindo para o fato de nem todas as famílias residirem em seus lotes, desenvolvendo outras atividades externas.

Os lotes estão cercados em todo seu perímetro e muitos deles nas divisões internas para as atividades agropecuárias.

As estradas existentes se encontram em condições precárias de trafegabilidade e necessitam de obras de melhoria para acesso e escoamento de produção. Também carecem de atendimento regular de agentes de saúde.

Este assentamento também não possui escola, sendo que o transporte de crianças em idade escolar é realizado através de ônibus municipais até o centro urbano.

Os créditos de Apoio Inicial já foram disponibilizados, porém, ainda não liberados aqueles referentes ao Fomento e parcialmente os créditos para instalação modalidade Habitação, não tendo as famílias beneficiárias acessado ao PRONAF. A maioria das moradias ainda é constituída por barracos e apenas algumas foram, ou estão sendo construídas com a liberação de parcelas do crédito para Habitação, sendo que alguns beneficiários construíram currais.

Por se tratar de assentamento recente não possui diversificação significativa de produção sendo que a atividade pecuária se limita a reduzido rebanho bovino, criações de pequenos e médios animais (frango/galinha caipira, suínos), produtos processados (ex: queijo), pequenas áreas de culturas de milho, mandioca, abóbora, quiabo e hortaliças, comercializadas na região e em municípios circunvizinhos.

A Associação de Produtores Rurais foi devidamente formalizada e registrada.

II) Município de Castilho

6) P.A. Anhumas

O Projeto de Assentamento Anhumas possui área total de 1.348,5959 ha, contando com 70 famílias beneficiárias da Reforma Agrária, cuja homologação data de 12/12/2001.

Todas as famílias beneficiárias contam com energia elétrica, 02 poços semi-artesianos, sendo um na área comunitária e outro no lote 48. Devido às más condições das estradas realizou-se parceria INCRA/CODASP para reformas e manutenções.

Neste assentamento foram liberados os Créditos Fomento, Apoio, Habitação, Custeio e PRONAF.

A produção leiteira é a principal atividade econômica das famílias assentadas, seguida da produção agrícola destinada às cidades vizinhas e ao consumo próprio.

7) P.A. Terra Livre

Com 41 famílias assentadas pelo Programa de Reforma Agrária o Projeto de Assentamento Terra Livre foi criado em 30/06/2003 e possui área total de 628,3237 ha, abrigando 41 famílias beneficiárias.

Quanto à infraestrutura, o PA possui somente 01 poço semiartesiano, cuja perfuração foi disponibilizada pelo INCRA, sendo os demais poços particulares (semiartesianos). As instalações de rede de Energia Elétrica foram realizadas, mas segundo os assentados as obras para construções de estradas ainda não foram feitas, sendo a manutenção das mesmas executada pela prefeitura Municipal de Castilho - SP.

As famílias assentadas acessaram os créditos de instalação (Apoio Inicial, Fomento, Habitação e Complemento Habitação da Caixa Econômica Federal), uma parcela do Apoio Mulher, PRA, além de financiamentos do PRONAF A.

Organizacionalmente existe no assentamento 01 associação com 21 famílias.

A principal atividade desenvolvida é a pecuária leiteira, sendo que o leite produzido é coletado pela associação para comercialização conjunta e as demais produções agrícolas são destinadas a projetos em parceria entre a CONAB, prefeituras, comércio local, etc.

8) P.A. São Joaquim

O projeto de assentamento São Joaquim originou-se do Programa Nacional de Reforma Agrária, com área de 606 ha da antiga fazenda Tremembé em 25/08/2002 e somente a partir de 05 de setembro de 2006 as 46 famílias beneficiárias foram homologadas, das quais 05 delas provenientes do acampamento Fênix com a anuência do INCRA.

O assentamento possui 02 poços semiartesianos (um na área comunitária e outro no lote 06).

As famílias beneficiadas tiveram acesso aos créditos Apoio, Fomento, Habitação, Apoio Mulher e a financiamentos (PRONAF – parcialmente).

A principal atividade desenvolvida é a pecuária leiteira, sendo a produção agrícola diversificada com plantio de pequenas áreas de abóbora, mandioca, feijão, quiabo, milho, hortaliças, dentre outras, que são destinadas a comercialização, consumo próprio e a projetos de incentivo com a Conab.

Este PA continua sendo beneficiado com a liberação de R\$ 25.000,00 de créditos de Complemento para Habitação para 5 das famílias ali instaladas. A liberação vem sendo realizada de acordo com os cronogramas e com a apresentação de comprovantes.

9) P.A. Nossa Senhora Aparecida II

O projeto de assentamento Nossa Senhora Aparecida originou-se da desapropriação pelo Programa Nacional de Reforma Agrária em área de 976,4573 ha da antiga fazenda São Luís em 10 de dezembro de 2004, inicialmente assentando 59 famílias, sendo que em 2008 o INCRA fez uma transferência em uma área de reserva de molhada para seca, beneficiando mais 14 famílias do acompanhamento Fênix, totalizando 73 famílias beneficiárias, que permanecem até hoje.

A implantação de estradas foi realizada através de convênio CODASP/INCRA, sendo mantidas pela pelo poder público municipal.

Dos 04 poços existentes no P.A., três foram perfurados pelo INCRA e o outro pela CATI, contemplado pelo Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas.

Todas as famílias foram beneficiadas pelo programa Luz Para Todos, tendo ainda sido liberados os créditos para instalação (Apoio Inicial, Fomento, Habitação) e acesso financiamentos (PRONAF A e A/C).

Em 2008 o assentamento ainda foi contemplado com a construção de uma escola, tendo início das atividades no ano de 2010 devido a uma comissão (grupo da educação), formada por beneficiários em meados de 2009.

A principal atividade desenvolvida é a pecuária leiteira, sendo que cada beneficiário possui em média 10 matrizes, totalizando cerca de 1.241 bovinos, tendo ainda havido aumento da área plantada de cana-de-açúcar e de capim Napier, em uma área de plantio com aproximadamente 20 ha, visando a alimentação em épocas de estiagem.

A atividade agrícola é diversificada, contando com a produção de mandioca, abóbora, urucum, milho, entre outras, destinadas a comercialização e consumo próprio.

Este PA está recebendo recursos da ordem de R\$ 60.000,00 para Complemento de Habitação, beneficiando 12 famílias. A liberação vem sendo realizada de acordo com os cronogramas e com a apresentação de comprovantes.

10) P.A. Celso Furtado (Três Barras)

O Projeto de Assentamento Celso Furtado foi criado com a desapropriação em meados de 2005 de uma área de 2.427,7659 ha da antiga fazenda Três Barras pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, possibilitando a instalação em 09/12/2005 de 179 famílias beneficiárias que vivem em regime da agricultura familiar.

Sua infraestrutura conta com 13 poços disponibilizados pelo INCRA, 01 área comunitária utilizada como escritório para atendimento de campo pelos técnicos, assembleias, reuniões, dentre outras finalidades.

O Programa Luz para Todos beneficiou 143 famílias, sendo que 06 delas foram impossibilitadas por motivos de não atendimento à legislação ambiental.

A principal atividade econômica concentra-se na pecuária leiteira, contando também com produção agrícola diversificada de pequenas áreas de cultivo para complementar a geração de renda.

Ainda se encontram em liberação recursos da ordem de R\$ 85.000,00 provenientes de Complemento para Habitação para 17 famílias beneficiárias. A liberação vem sendo realizada de acordo com os cronogramas e com a apresentação de comprovantes.

11) P.A. Cafeeira

A desapropriação de uma área de 1.959,7754 ha da antiga Fazenda Cafeeira pelo Programa Nacional de Reforma Agrária originou o projeto de assentamento Cafeeira, possibilitando o assentamento de 125 famílias beneficiárias, cuja homologação ocorreu em 08 de outubro de 2007.

A infraestrutura deste P.A. conta com 08 poços semi-artesianos, sendo 03 comunitários e 05 individuais ou para uso em grupos. A área comunitária conta com 02 casas chamadas de sedes, sendo uma do grupo do MST e a outra do grupo do Sindicato, sendo utilizadas para plantão médico, plantão da equipe técnica, reuniões e assembleias.

Já foram liberados para as famílias beneficiárias os créditos de instalação (Apoio Inicial, Fomento, Habitação), Apoio Mulher e financiamentos de PRONAF (parcialmente).

A pecuária leiteira ocupa lugar de destaque entre as atividades desenvolvidas para geração de renda com produção de aproximadamente 85 mil litros/mês de leite, contando com o apoio de 03 tanques resfriadores para armazenamento e conservação do produto. Na agricultura plantam pequenas áreas de culturas diversificadas para produção de abóbora, mandioca, milho, quiabo, pimenta e frutas (goiaba e melancia em alguns lotes). Todas as produções são destinadas ao comércio local, regional, consumo próprio, alimentação de animais de criação e consumo próprio.

Também se encontram em liberação R\$ 952.000,00 beneficiando 119 famílias com Crédito para Complemento Habitação.

12) P.A. Santa Izabel

O projeto de assentamento Santa Izabel originou-se da desapropriação pelo Programa Nacional de Reforma Agrária de uma área de 1.033,4851 ha da antiga fazenda Capim, cuja emissão de posse ocorreu no dia 17 de setembro de 2008, beneficiando 68 famílias, sendo que em sua maior parte, são filhos de assentados do PA vizinho (Rio Paraná).

A parceria INCRA/prefeitura municipal possibilitou a abertura de estradas e futuras manutenções. Este P.A. ainda possui 04 poços perfurados pelo INCRA, todos em funcionamento, sendo que as famílias beneficiadas se organizaram para construir a rede adutora. O assentamento conta ainda com 03 áreas comunitárias utilizadas para assembleias, reuniões e uma com o curral utilizado para manejo do rebanho.

As famílias beneficiárias receberam créditos de instalação (Apoio Inicial, Fomento, Habitação e Habitação Complementar), tiveram acesso ao Apoio Mulher e a financiamentos (PRONAF A e A/C), além de terem sido beneficiados pelo Programa Luz Para Todos.

A principal atividade econômica concentra-se na pecuária leiteira em sistema extensivo, com produção média de 2.420 litros de leite/dia, sendo que o volume é coletado e armazenado em 02 tanques resfriadores, além de outro no P.A. vizinho. Ainda possuem atividade agrícola pouco diversificada, representada por pequenas áreas de culturas de milho (para silagem), feijão, mandioca e abóbora.

Neste PA encontra-se em fase de liberação, R\$ 340.000,00 para Crédito Complementar de Habitação, beneficiando 68 famílias.

13) P.A. Pendengo

O Projeto de Assentamento Pendengo possui 201 famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária cuja emissão de posse ocorreu no dia 24 de agosto de 2009 em área de 4.185,7758 ha. Tratando-se de um projeto relativamente recente, enfrentou vários problemas de infraestrutura em virtude da demora de perfuração de poços semi-artesianos, instalação de rede de energia elétrica, construção de estradas, redução de recursos de créditos de instalação e entraves na liberação de financiamentos (PRONAF A).

Organizacionalmente este P.A. possui 02 associações, sendo que uma delas comercializa a produção de leite dos associados com a Cooperativa local e outra tem a finalidade de comercializar a produção agrícola.

Neste período ainda encontram-se em liberação R\$ 2.010.000,00 de Crédito Complementar para Habitação, beneficiando as 201 famílias.

Ainda, o coordenador do Programa Luz para Todos confirmou que o P.. Pendengo será beneficiado pelo projeto, estando em fase de aquisição de materiais (postes e equipamentos para rede de distribuição).

14) P.A. Esperança de Luz (Ipê)

A Fazenda Ipê pertencia a um único proprietário e anteriormente era ocupada com plantio de cana-de-açúcar. Com o Programa Nacional de Reforma Agrária teve área de 996,2610 ha desapropriada e no dia 18 de junho de 2009 recebeu o nome de Esperança de Luz. Atualmente conta com 51 famílias beneficiárias que passaram seis anos acampados às margens da pista, em frente à fazenda, até a emissão de posse.

As famílias beneficiárias diversificaram a produção da propriedade, inicialmente com plantio de culturas como milho, algodão, mandioca, abóbora, quiabo, maxixe, vassoura, entre outras, além de atividade pecuária com bovinocultura leiteira.

Todos os produtos acima mencionados são comercializados no local, na região e em programas de incentivo como Doação Simultânea, Merenda Escolar (PAA), que também reservados ao consumo próprio e alimentação de animais de criação.

Este P.A. foi beneficiado por projetos de habitação e possui energia elétrica adquirida pelo Programa Luz para Todos. Também foram liberados créditos de Apoio Inicial e Habitação, Fomento, Adicional do Fomento e PRONAF.

Quanto à infraestrutura, as estradas de acesso e vias de escoamento apresentam regulares condições de trafegabilidade devido a parceria entre o INCRA e a prefeitura, responsável pela manutenção periódica. A parceria estabelecida entre o INCRA e a CODASP também possibilitou algumas melhorias nas condições das estradas.

Na sede do P.A. está localizado o único poço semi-artesiano utilizado por algumas famílias para consumo próprio e animal. Entretanto, algumas famílias construíram poços Cachimba com recursos próprios ou provenientes dos poucos créditos concedidos pelo INCRA.

Em reunião realizada com as lideranças (associação existente) a reclamação é que a água é insuficiente para o uso próprio e para a produção, solicitando que novos poços sejam disponibilizados, visando o bem-estar das famílias e que atendam à demanda produtiva.

Na Área Comunitária do assentamento, cinco casas e um barracão são utilizados para eventos, realização de assembleias, reuniões, escritório de campo pelos técnicos, confraternizações, dentre outras finalidades.

Este PA está sendo beneficiado com a liberação de Créditos de PRA no valor de R\$ 4.669,40 para 6 famílias e mais R\$ 48.800,00 do Apoio Mulher para 61 famílias.

15) P.A. Rio Paraná

O Projeto de Assentamento Rio Paraná foi criado em 03 de outubro de 1991, possuindo área de 2.208,6817 ha, com 92 famílias beneficiárias da Reforma Agrária homologadas em 26/06/1992.

Em meados de 1992 através de parceria entre ITESP e CODASP foi realizada a construção e implantação de estrada. Já em 1998 foram realizadas obras de recuperação, sob a responsabilidade das manutenções pelo poder público municipal.

O abastecimento de água é realizado por quatro poços no PA, sendo três perfurados pelo INCRA e um em parceria com a prefeitura.

O assentamento conta ainda com 02 áreas comunitárias utilizadas para eventos, reuniões, atendimento médico, entre outros.

O P.A. ainda foi beneficiado com créditos de instalação (Apoio inicial, Fomento, Habitação) e PROCERA.

III) Município de Guaraçaí

16) P.A. AROEIRA

O denominado Projeto de Assentamento Aroeira originou-se da antiga fazenda Aroeira localizada no município de Guaraçaí, entre Tupi Paulista e Nova Independência. Sua luta foi iniciada em 1982 por um grupo de 70 famílias que aguardavam a desapropriação da área para fins de Reforma Agrária. Em 21 de setembro de 1987 foram homologadas 40 famílias em áreas médias de 16 ha com uma área de reserva florestal. A área do assentamento é de 873,3836 ha, atualmente ocupados por 40 famílias beneficiárias.

Este P.A teve acesso a todos os créditos disponibilizados pelo INCRA, inclusive o crédito do PROCERA. Devido ao falecimento de alguns beneficiários titulares dos lotes, seus dependentes (filhos (as)) assumiram a titularidade da parcela, tendo assim direito a créditos de Pronaf A e Custeio.

A infraestrutura existente com três poços semi-artesianos completos, sendo que um é responsável pelo abastecimento da Agrovila, onde funciona uma escola de ensino fundamental. Também foram recuperados dois poços que já existiam (remanescentes da antiga fazenda).

As estradas internas do P.A. foram abertas em parceria com a Prefeitura Municipal de Guaraçaí, que ainda realiza sua manutenção e conservação.

As famílias beneficiárias sobrevivem de cultivos consorciados de abóbora, cenoura, feijão, mamão, mandioca, maracujá, melancia, milho, pimenta, quiabo, abacaxi, vagem, dentre outros. O maior volume de produção agropecuária e geração de renda provêm da fruticultura (manga e abacaxi), além da produção de leite e seus derivados (queijos).

A exploração pecuária concentra-se principalmente em criações de pequenos e médios animais (frango/galinha caipira, suínos) e de rebanho leiteiro. A produção de leite (cerca de 1.000 litros/dia) é destinada predominantemente à comercialização com laticínios.

17) P.A. São José II

Antiga Fazenda São José II. Este P.A. recebeu a mesma denominação. Teve sua luta iniciada em 1983 através de um grupo de 70 famílias. Em 11 de fevereiro de 1988 foram homologadas 39 famílias, beneficiadas com áreas médias de 16 ha e duas áreas de reserva

legal com áreas de 2,4463 ha e 13,03 ha. A área total do assentamento é de 877,6062 ha e mantém-se ocupada por 39 famílias beneficiárias.

O referido P.A., teve acesso a todos os créditos de instalação disponibilizados pelo INCRA, inclusive o crédito do PROCERA. Com a transferência de titularidade, alguns dependentes adquiriram a condição de titulares das parcelas, tendo assim direito a outros financiamentos (PRONAF A e Custeio).

A infraestrutura existente conta com dois poços semi-artesianos completos, sendo que um é responsável pelo abastecimento do Posto de Saúde existente na antiga sede da fazenda. Outros dois poços semi-artesianos completos foram perfurados, visando o abastecimento canalizado dos lotes. As estradas internas do P.A foram abertas em parceria com a Prefeitura Municipal, também responsável pela sua conservação. A Unidade Básica de Saúde implantada através de convênio entre INCRA e Prefeitura Municipal atendem toda a comunidade dos P.A's Aroeira e São José II.

O P.A. São José II possui cultivos diversificados e consorciados de abóbora, cenoura, feijão, mamão, mandioca, maracujá, melancia, milho, pimenta, quiabo, abacaxi, vagem, dentre outros produtos. O sistema de produção que representam as principais fontes de renda são aquelas originárias da fruticultura (manga e abacaxi), além da produção de leite e seus derivados.

A exploração pecuária do assentamento concentra-se principalmente em criações de frango caipira, suínos e gado de leite. A criação de frango caipira é realizada em sistema aberto, com a produção anual de aproximadamente 800 aves, sendo a produção de ovos destinada ao consumo interno e externo, assim como parte do consumo de carne. Com relação à suinocultura são conduzidos cerca de 120 animais, criados em áreas cercadas até o ponto de abate e destinados ao consumo interno e o excedente à comercialização externa. A produção de leite (cerca de 800 litros/dia) é destinada predominantemente à comercialização com laticínios.

18) P.A. Nova Vila

O P.A Nova Vila foi criado em 10 de fevereiro de 2005 originário da antiga fazenda Santo Antônio, com área total de 866,7704 ha, atualmente ocupados por 57 famílias beneficiárias.

O assentamento possui dois poços comunitários que atendem a maioria da comunidade, sendo que alguns beneficiários (as) possuem poços semi-artesianos particulares.

Organizacionalmente o P.A. conta com uma coordenação composta por quatro beneficiários.

Atualmente o assentamento produz uma grande variedade de produtos, dentre os quais pode-se citar: abóbora, feijão, arroz, milho, quiabo e frango caipira. No entanto, a principal atividade produtiva concentra-se na pecuária leiteira.

O assentamento já acessou todas as modalidades de crédito de instalação (Apoio Inicial, Fomento e Habitação), Apoio mulher (parcial), além de financiamentos (PRONAF A e A/C).

No setor de educação as crianças utilizam transporte escolar municipal para deslocamento do assentamento até a cidade de Guaraçaí e Nova Independência.

Quanto a saúde o assentamento possui posto de saúde para atendimento às famílias com assistência de agentes municipais de saúde.

19) P.A. Santa Luzia

O P.A. Santa Luzia possui atualmente 71 famílias assentadas em área de 1.077,4930 ha, contando com mais de dois anos de existência (desde 18/05/2009) e distando aproximadamente 20Km da sede do município (Guaraçaí). Possui Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL); os lotes são cercados em todo seu perímetro e divididos internamente para as atividades agropecuárias; possui infraestrutura como energia elétrica e água potável disponível à comunidade através de captação em poços semi-artesianos completos.

Como não existe escola no assentamento as crianças em idade escolar são transportadas até a sede do município por ônibus do município.

A principal fonte de renda das famílias beneficiárias concentra-se na criação de gado leiteiro e a complementam com o plantio de pequenas áreas de culturas sazonais como: quiabo, mandioca, abóbora, milho, feijão, abacaxi, melancia, dentre outras e a criação de animais de pequeno e médio porte. O escoamento de toda produção é realizado pelos próprios assentados (as).

As famílias assentadas já foram beneficiadas com créditos de instalação e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF A).

IV) Município de Ilha Solteira

20) P.A. Estrela da Ilha

Através do Programa Nacional de Reforma Agrária a antiga Fazenda São José da Barra passou a assentar famílias a partir de 21/03/2005, sendo que a última homologação ocorreu no ano de 2010 em área anteriormente destinada a uso comunitário. O Projeto de Assentamento Estrela da Ilha possui atualmente 200 famílias em área de 2.855,8860 ha.

A infraestrutura existente conta com água disponibilizada à comunidade através de poços semi-artesianos e cacimbas nos lotes. A energia elétrica foi disponibilizada pelo Programa Luz Para Todos, ainda no término das construções residenciais.

Quanto às vias de acesso e de escoamento da produção, as obras nas estradas do P.A. foram realizadas pela Cia. de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) e atualmente o Governo Municipal responsabiliza-se pela conservação e melhorias quando solicitadas pelos assentados.

Não existe escola neste P.A., pelo assentamento ser dentro do município. As crianças em idade escolar são transportadas pelo município por meio de ônibus municipal. Já as áreas comunitárias foram destinadas às associações (“Terra é Vida”, “Campo Verde” e “Sol Nascente”).

As famílias homologadas receberam créditos de instalação do INCRA (Apoio Inicial, Fomento, Habitação e complementação da Caixa Econômica Federal), acesso ao PRONAF (A e A/C).

Quanto à organização social, o P.A. Estrela da Ilha é representado por três associações e uma cooperativa. A “Associação dos Trabalhadores Rurais de Ilha Solteira Terra é Vida” (cerca de 80 associados) e a Associação Sol Nascente auxiliam os associados no escoamento da produção. A “Cooperativa de Produção Agropecuária Hortifrutigranjeiro e Piscicultura Campo Verde” é constituída de cerca de 100 famílias cooperadas dos P.A.’s Estrela da Ilha, Santa Maria da Lagoa, Cachoeira e Zumbi dos Palmares.

A principal atividade desenvolvida é a pecuária leiteira, sendo o produto entregue à Cooperativa dos Assentados Produtores Rurais de Andradina e Região (Coapar). O leite coletado é armazenado em tanques de resfriamento comunitários na sede do P.A. e no lote de um dos assentados.

A diversificação da produção, como alternativa de obtenção de renda tem apresentado bons resultados. A renda complementar desta P.A. provém da comercialização de produção de

pequenos animais (frango/ovos/galinha caipira, suínos), de hortaliças (verduras e legumes) e de produtos processados em mercados da região, abrangendo municípios como Ilha Solteira, Andradina e Três Lagoas (MS).

21) P.A. Santa Maria da Lagoa

O Projeto de Assentamento Santa Maria da Lagoa originou-se da fazenda de mesmo nome incluída no Programa Nacional de Reforma Agrária, contando com 75 famílias assentadas a partir de 21/03/2005 em área de 1.210,6364 ha.

A infraestrutura conta com água disponível à comunidade através de três poços semi-artesianos, sendo dois perfurados pelo INCRA nos lotes 26 e 61 e outro já existente na área comunitária, além de outros poços cacimbas ou semi-artesianos perfurados nos lotes, com recursos das próprias famílias assentadas.

A energia elétrica foi disponibilizada pelo Programa Luz Para Todos, e, as obras de estradas foram realizadas pela CODASP, sendo atualmente conservadas e melhoradas pelo Governo Municipal.

Nesse assentamento também, o acesso de crianças em idade escolar é realizado através de transporte municipal.

A área comunitária abriga estrutura de cozinha para panificação, bem como tanque comunitário de resfriamento de leite e escritório para atendimento técnico das famílias assentadas, que não estão sendo utilizados.

As famílias beneficiárias tiveram acesso aos créditos de instalação disponibilizados pelo INCRA (Apoio Inicial, Fomento e Habitação, além de crédito para ampliação e melhoramento da moradia (convênio INCRA E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)).

Quanto a organização social o P.A. possui uma associação com cerca de três anos de existência para prestação de serviços e comercialização, contando com aproximadamente cinquenta e sete sócios. Também existe uma organização informal de mulheres que se organizaram a partir da cozinha piloto para panificação, cujos produtos são comercializados na própria comunidade, estabelecendo uma relação com a igreja católica do município que inclusive financiou o projeto.

A principal atividade concentra-se na pecuária leiteira, sendo o leite entregue à Cooperativa dos Assentados e pequenos produtores da região Noroeste do Estado de São Paulo e a Perlat (laticínio do município de Pereira Barreto). A coleta do leite ocorre no tanque de resfriamento comunitário na sede do P.A. e no caso da PERLAT a coleta é feita em latões

nos lotes. A diversificação da produção realiza-se com o plantio de culturas olerícolas irrigadas além de criação de frango/galinha caipira e suínos, e processamento do leite (queijo), mandioca, entre outras atividades agropecuárias. A comercialização da produção é realizada em feiras na região, nos municípios de Itapura, Andradina e Ilha Solteira.

V) Município de Itapura

22) P.A. Rosely Nunes

Este Projeto de Assentamento originou-se do Programa Nacional de Reforma Agrária em área de 1.172,6635 ha da antiga Fazenda Progresso em 25/02/2005. Inicialmente foram assentadas 76 famílias e atualmente o P.A. conta com mais nove famílias que foram assentadas a partir de 2008 na área anteriormente destinada à reserva legal, totalizando atualmente 85 famílias.

A disponibilidade de água à comunidade é realizada através de poços semi-artesianos ou cacimbas nos lotes. A energia elétrica foi disponibilizada pelo Programa Luz Para Todos, cerca de um ano e meio após a ocupação, quando as residências encontravam-se em fase de término. A CODASP providenciou as estradas, que atualmente são conservadas e melhoradas pelo Governo Municipal quando solicitadas pelos assentados. As famílias assentadas na área inicialmente destinada à reserva legal (“Rosely Nunes Fênix”) acessam seus lotes através de estrada provisória aberta pelo governo municipal.

As crianças em idade escolar são transportadas por ônibus municipal até escolas na sede do município, uma vez que o P.A. não possui uma própria.

Na área comunitária há um projeto destinando-a a área de lazer à comunidade (campo de futebol).

Atentos às prioridades da comunidade, alguns assentados mobilizaram-se e solicitaram ao governo municipal a coleta de lixo, que é realizada uma vez por semana por caminhão da prefeitura há cerca de três anos.

As famílias homologadas acessaram créditos de instalação do INCRA (Apoio Inicial, Fomento, Habitação e complementação da Caixa Econômica Federal). Também acessaram o PRONAF (A e A/C).

A pecuária leiteira é a principal atividade, sendo o leite entregue à Coapar e à Perlat (laticínio do município de Pereira Barreto). A coleta do leite ocorre em um tanque de resfriamento comunitário na sede do P.A. e outro situado no lote de um assentado.

A diversificação da produção é representada pela piscicultura em tanque escavado, destinado inicialmente à criação de pacu e tilápia. Entretanto, de modo geral, a renda familiar é composta basicamente pelas “atividades básicas para autoconsumo” como criação de frango/galinha caipira e suínos, além de cultivo de hortaliças e processamento do leite (queijo).

A comercialização da produção é realizada em feiras livres na região nos municípios de Itapura, Andradina e Três Lagoas (MS).

23) P.A. Cachoeira

O P.A. Cachoeira foi criado em 29 de outubro de 2007, possuindo área total de 997,0805 ha e 65 famílias beneficiárias.

No que se refere à infraestrutura existente as famílias tem acesso à água através de poços cacimba perfurados pelo INCRA e poço semi-artesiano coletivo localizado na área comunitária. Alguns assentados perfuraram seus próprios poços semi-artesianos com recursos próprios, porém, ainda há famílias que passam por dificuldades quanto ao acesso à água.

O programa Luz Para Todos garantiu o acesso à energia elétrica a todos os beneficiários (as) e, o convênio INCRA/CODASP disponibilizou estradas de acesso e para escoamento de produção, cuja conservação e manutenção são realizadas pela prefeitura municipal.

As famílias beneficiárias acessaram os créditos de instalação: Apoio Inicial, Fomento e Habitação, restando o crédito Complementar para Habitação. Também acessaram linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF A e A/C).

A principal atividade econômica e produtiva do P.A. concentra-se na pecuária leiteira com produção média de 1.200 litros/dia. A produção agrícola é diversificada e representada por pequenas áreas de feijão, milho, mandioca, quiabo, abóbora, frutas, legumes, hortaliças, além de complementação de renda proporcionada pela criação de pequenos animais (frango/galinha caipira, suínos) e comercialização de queijos e outros processados do leite.

24) P.A. Zumbi dos Palmares

Este Projeto de Assentamento foi criado em 30 de dezembro de 2008, originário do Programa Nacional de Reforma Agrária em área de 1.181,8021 ha da antiga fazenda São Luiz, assentando o total de 80 famílias beneficiárias.

Este P.A. possui infraestrutura graças ao abastecimento de água através de poço coletivo e de poços semi-artesianos ou tipo cacimba. A energia elétrica foi disponibilizada pelo programa Luz Para Todos e ainda não possui estradas de acesso e para escoamento de produção, sendo servido apenas por aberturas provisórias para facilitar a circulação interna, enquanto aguarda o resultado de licitação para início de obras.

Também não possui escola, sendo que as crianças em idade escolar dependem de transporte municipal. Ainda não possui unidade básica de saúde, sendo o P.A. atendido por agentes da prefeitura municipal.

Quanto ao crédito o assentamento acessou aqueles de instalação disponibilizados pelo INCRA (Apoio Inicial, Fomento, Habitação), restando algumas famílias acessarem o Fomento Adicional. A maioria dos beneficiários (as) também já acessou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF A e A/C).

A principal atividade é a pecuária leiteira com produção de cerca de 800 litros diários captados pela COAPAR. A atividade é representada pelo plantio de pequenas áreas de culturas para fins comerciais e consumo familiar como feijão, milho, mandioca, quiabo, abóbora, frutas, legumes, hortaliças, dentre outras, comercializadas também pelo programa da CONAB, além da produção artesanal do grupo de mulheres.

Neste período, o PA ainda continua sendo beneficiado com a liberação de R\$ 86.400,00 para Adicional de Fomento, beneficiando 27 famílias. As liberações vêm sendo realizadas de acordo com os cronogramas e com a apresentação de comprovantes.

VII) Município de Murutinga do Sul

25) P.A. Orlando Molina

A caracterização do Assentamento Orlando Molina baseou-se em um documento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), denominado Diagnóstico do Projeto de Assentamento Orlando Molina 2003/2004, elaborado em 2004 e parcialmente atualizado em 2005.

O assentamento Orlando Molina está localizado a oito quilômetros do município de Murutinga do Sul (SP) que apresenta uma população de 3.963 habitantes (1371 na zona rural e 2592 na zona urbana), sendo 2014 homens e 1949 mulheres. O Assentamento possui 1.511,9 hectares, totalizando 77 famílias estão assentadas na área.

O projeto de assentamento Orlando Molina possui área de 1.511,9005 ha, contando atualmente com 77 famílias beneficiárias da Reforma Agrária. Os documentos de posse foram emitidos em 24 de novembro de 1998, após desapropriação das fazendas Nossa Senhora Aparecida e São Judas Tadeu. Das 77 famílias, ainda existem dois lotes com famílias que não foram homologadas por suspeita de venda. Mediante vistoria constatou-se que havia capacidade para 78 famílias.

Com relação à infraestrutura existente, a eletrificação foi resultado de uma parceria junto à prefeitura, tendo sido realizadas melhorias com recursos próprios, não existindo nenhuma família sem energia elétrica; neste contexto, uma das reivindicações das famílias é que as despesas sejam reembolsadas a exemplo do ocorrido no Assentamento Belo Monte. O abastecimento de água é realizado por dez poços distribuídos no Assentamento, também instalados mediante parceria com a prefeitura, porém, também sido necessárias perfurações de poços cacimba. Ainda não há estrutura de estradas e atualmente a prefeitura municipal presta alguns auxílios emergenciais, havendo problemas como pontes caídas. Quanto ao acesso aos créditos, a maioria já foi contemplada.

Existem alguns casos de venda de lote, cujas famílias procuram regularização junto ao INCRA. O assentamento conta com apenas um coordenador. Dentro do Assentamento existe uma Associação e uma Cooperativa. A área comunitária existente conta com um barracão e uma sala totalmente destelhada, utilizada para reuniões, assembleias e plantões.

Quanto às atividades desenvolvidas a principal é a produção leiteira, sendo que atualmente existem cinco tanques de expansão comunitários no PA. Uma minoria tem como principal fonte de renda a agricultura com a produção diversificada de frutas, tuberosas (mandioca), hortaliças (tomate cereja, vagem, quiabo), dentre outras, sendo a produção comercializada na região, mercado da cidade, em feiras livres ou entregue para o PAA.

26) P.A. Santa Cristina

O projeto de assentamento Santa Cristina possui área de 986,3465 ha, atualmente com 56 famílias beneficiárias da Reforma Agrária, criado em 17/07/2006, mediante desapropriação da antiga fazenda Santa Cristina. Na época da criação do assentamento foram divididos 58 lotes, porém, apenas 56 famílias foram homologadas, sendo que dois lotes para-rurais que ficam ao fundo do Assentamento, e se encontram ocupados pelos acampados da Macaé.

O P.A. foi contemplado pelo Programa Luz para Todos, beneficiando 100% das famílias, 03 poços comunitários perfurados pelo INCRA, dos quais 02 abastecem as famílias

beneficiárias e 01 os dois lotes para-rurais ocupados, além de poços cacimba em alguns lotes. Não foram disponibilizadas estradas do assentamento, sendo que aquelas existentes foram parcialmente conservadas pela CODASP.

As famílias beneficiárias receberam os créditos de instalação, financiamentos do PRONAF A e A/C.

Também existe um histórico de ocupação da área de reserva legal do Assentamento, sob alegação que a mesma não era averbada e contando com o apoio do Sindicato, além de ocupação irregular no lote PR-51, onde atualmente reside uma família com quatro filhos (provenientes do Acampamento Macaé).

Organizacionalmente o P.A. é dividido em duas glebas, sendo a parte da frontal coordenada pelos Srs. Josias e Lúcio e a gleba ao fundo pelos Srs. Cido e Cícera. Ainda existem três associações e uma área comunitária contendo uma casa (sede), um barracão (escritório de campo) e uma pequena casa (depósito de ração) utilizada por uma das associações.

A principal atividade econômica é a pecuária leiteira, existindo atualmente três tanques resfriadores comunitários. Já a minoria dos assentados tem atividade agrícola voltada a produção de frutas e verduras de forma diversificada, produzindo mandioca, tomate cereja, vagem, quiabo, vassoura, entre outras. Toda a produção é comercializada na região, junto a mercados da cidade, feiras livres, ou entregues ao PAA.

VIII) Município de Nova Independência

27) P.A. Pousada Alegre:

O Projeto de Assentamento Pousada Alegre está localizado a cerca de 1 km da sede do município, possuindo área de 832,12 ha e 60 famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, cuja emissão de posse ocorreu em 04 de junho de 2005 e a homologação em 08/08/2005.

Posteriormente, os assentados formaram a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Nova Independência, passando a residir em seus respectivos lotes.

Neste assentamento estão incluídos 03 PR (Para-Rurais), Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). Os lotes estão cercados em todo seu perímetro e nas divisões internas para as atividades agropecuárias. Possui energia elétrica, casas de alvenaria e currais, 12 poços semi-artesianos (04 construídos pelo INCRA e 08 pelo Programa Estadual

de Microbacias Hidrográficas). Como não tem Escola Rural, as crianças em idade escolar são transportadas até a sede do município por Ônibus da Prefeitura Municipal. As famílias beneficiárias participaram de diversos Cursos de Capacitação e Palestras, tendo ainda sido beneficiadas por créditos de instalação (Apoio Inicial, Fomento e Habitação), Apoio Mulher e também acessaram financiamentos (PRONAF A e A/C).

A principal atividade econômica é a pecuária leiteira, complementada por criações de pequenos e médios animais (frango/galinha caipira, caprinos, ovinos e suínos) e pequenas áreas de culturas (milho, mandioca, sorgo, forrageiro (alimento para os animais), maracujá, abóbora, quiabo, melancia e hortaliças).

X) Município de Pereira Barreto

28) P.A. Esmeralda

Este P.A. originou-se da emissão de posse de área de 2.104,1044 ha da antiga Fazenda Esmeralda em 03 de dezembro de 1987 pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, permitindo o assentamento de 85 famílias.

O Assentamento possui infraestrutura de água potável disponibilizada por seis poços semi-artesianos completos, cuja perfuração foi disponibilizada com recursos do INCRA. A energia elétrica foi feita através do Programa Luz da Terra, porém, por ser rede primária monofásica não vem atendendo à demanda energética do assentamento. As estradas foram implementadas e vêm sendo conservadas pelo Poder Público Municipal.

As atividades econômicas concentram-se nas produções agropecuárias do sistema da agricultura familiar, com destaque para a pecuária leiteira com produção média de 4.200 litros/diários de leite, cuja comercialização é realizada com cooperativas de recebimento.

A atividade agrícola está representada por pequenas áreas de cultivo de forma diversificada e mecanizada de culturas como pimenta, abóbora, mandioca, seringueiras e mangas. Os derivados do leite (doces) e a produção agrícola são comercializados através de Programa da CONAB (PAA) e em feiras livres da região. Estando o assentamento localizado próximo ao Rio Tietê, alguns lotes se mantêm, com a exploração do turismo rural com sustentabilidade.

29) P.A. Terra é Vida

O P.A Terra é Vida originou-se em 09/01/2004 de uma área de 543,4582 ha do Programa Nacional de Reforma Agrária, possuindo 39 famílias assentadas, distando cerca de 25 km do centro urbano, possuindo Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).

Os lotes são cercados em seu perímetro e nas divisões internas para as atividades agropecuárias. Possui energia elétrica, água potável oferecida a comunidade através de captação em poços semi-artesianos cuja perfuração foi disponibilizada por recursos do INCRA e do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Como o P.A. não possui escola, o transporte de crianças em idade escolar até aquelas na sede do município é realizado por ônibus municipal.

A maioria das famílias beneficiárias tem como principal fonte de renda a pecuária leiteira, sendo que os demais complementam sua renda comercializando através do Programa de Aquisição de Alimento (PAA), cultivando pequenas lavouras de produtos sazonais (quiabo, mandioca, abóbora, milho, feijão, urucum, maracujá, hortaliças, melancia, dentre outros) e criação de animais de pequeno e médio porte (frango/galinha caipira, suínos). O escoamento da produção é realizado pelos próprios assentados.

Organizacionalmente o P.A. possui uma associação.

As famílias beneficiárias já foram contempladas com Créditos de Instalação (Apoio Inicial, Fomento, Habitação e complemento da Habitação), Apoio Mulher (parcial), além de acessarem financiamentos (PRONAF A e A/C).

30) P.A. Olga Benário

O Projeto de Assentamento Olga Benário foi criado em 18/09/2008, originário de uma área de 757,5762 ha da antiga Fazenda Jamaica, beneficiando 49 famílias do Programa Nacional Reforma Agrária, sendo que a homologação foi realizada em fevereiro de 2009.

As famílias beneficiárias tiveram acesso aos créditos de instalação (Apoio Inicial, Fomento, Adicional do Fomento, Habitação), Apoio Mulher, além de financiamentos (PRONAF A e A/C).

A abertura de estradas internas foi possibilitada pelo convênio Prefeitura Municipal/INCRA e concluída pela CODASP. Para o abastecimento de água, O INCRA disponibilizou recursos para a perfuração de 25 poços cacimba (um poço para duas famílias).

Após o término das construções das moradias, o Programa Luz Para Todos disponibilizou a energia elétrica.

O assentamento também possui um tanque resfriador de leite comunitário que atende às famílias deste e do P.A. Eldorado dos Carajás. Também foi construído um barracão comunitário com materiais disponibilizados pelo INCRA.

Quanto à educação, algumas crianças em idade escolar estudam no Patrimônio Primeira Aliança, outras nas escolas estaduais de Pereira Barreto, sofrendo o desgaste das longas distâncias devido às condições precárias da estrada externa.

A principal atividade é a pecuária leiteira, com a comercialização de leite e de seus derivados (queijos, principalmente), sendo comercializados na região e em municípios limítrofes.

Já o sistema de produção agrícola no assentamento é diversificado e mecanizado, representado pelo plantio de pequenas áreas de culturas (fruticultura, hortifrutigranjeiros, milho, mandioca, pimenta, berinjela, jiló, mamão, pytaia, entre outras) e tendo também como alternativa, a pesca artesanal. Também são praticadas criações de pequenos e médios animais (frango/galinha caipira, suínos).

Neste P.A. existe uma associação de pequenos produtores locais, tendo como foco a comercialização de produtos para CONAB. O assentamento realiza capacitação em várias áreas de trabalho e produção para complementar a demanda existente referente às comissões de planejamento e ações do assentamento.

XI) Município de Suzanópolis

31) P.A. União da Vitória

Em 15/08/2005 foi iniciado o processo de criação do projeto de assentamento União da Vitória com a emissão de posse pelo INCRA posse do imóvel rural denominado fazenda Tapir, em uma área de 2.903,3104 ha.

O projeto possui capacidade de assentamento para 155 famílias sendo que 144 foram homologadas, pois o lote 35 necessitou de processo de regularização e existiam ainda alguns casos de irregularidades para serem levantados, analisados e investigados, inclusive pela Polícia Federal.

Em sua organização social existem dois grupos de coordenação, sendo que uma está composta por três beneficiários (as) e uma outra, por dois.

No assentamento há seis poços comunitários, atendendo à maioria da comunidade, sendo que alguns já possuem poços semi-artesianos próprios.

As crianças em idade escolar utilizam transporte municipal para se deslocarem até a escola em Suzanópolis, uma vez que esta não existe no assentamento.

Dois agentes de saúde prestam assistências pontuais, pois o P.A. não tem unidade própria.

As famílias beneficiárias já acessaram todas as modalidades de crédito instalação (Apoio Inicial, Fomento e Habitação), Apoio Mulher (parcial) e financiamentos (PRONAF A e A/C).

A principal atividade é a pecuária leiteira e a criação de pequenos e médios animais (frango/galinha caipira, suínos), mas também é desenvolvida agricultura de forma diversificada através do cultivo de pequenas áreas de abóbora, feijão, arroz, milho, quiabo, hortaliças, dentre outras.

4.3.1 Algumas considerações sobre os dados do INCRA

As informações acima descritas ilustra de maneira favorável a atuação do INCRA nas liberações dos créditos que são acessados pelos assentados da reforma agrária. No entanto, essa é uma visão governamental e não retrata de forma fidedigna que todos eles receberam os créditos citados e mais, que eles são suficientes para atender toda a demanda da família e do lote.

Os assentamentos estão apoiados por uma política de crédito própria, através do INCRA, que financia a implantação dos lotes, com recursos para a construção da moradia, da manutenção da família no primeiro ano, além de financiar o custeio da produção e disponibilizar crédito para investimento, com prazos e carências.

Na maioria dos casos, são agricultores pobres, com baixa ou nenhuma capacidade própria de investir em melhorias de seu lote. O que podem fazer raramente vai além do uso da mão-de-obra familiar para tratar minimamente a terra conquistada. Para piorar a situação, os assentamentos geralmente ocupam áreas que apresentam condições estruturais precárias.

Conforme foi destacado nas pesquisas por Moraes (1996) e Lopes (2001), nos assentamentos rurais no estado de Sergipe, os autores concluíram que “[...] os recursos disponibilizados e realmente aplicados não foram suficientes para atender as demandas das famílias de agricultores assentados. Ambos estudos destacaram a demora na liberação dos recursos e as dificuldades dos agricultores para acessar o crédito.” (apud BRUNO; DIAS, 2004, p. 19).

Romano e Buarque (2001, p. 23) estudando o caso do Nordeste Brasileiro afirmam que o volume de recursos destinado aos pequenos agricultores, inclusive para os assentados, é historicamente pequeno “[...] se comparado com o destinado para outros atores agrários e agroindustriais, e ainda para outros atores de outros setores da economia.”

Além da insuficiência dos recursos, tanto Bittencourt e colaboradores (1998) quanto Cordeiro e colaboradores (2001) relatam, em seus estudos, [...] a demora no acesso dos agricultores ao crédito e o descompasso entre os processos administrativo-burocráticos e as necessidades dos processos sociais de produção agrícola.” (apud BRUNO; DIAS, 2004, p. 19).

Ainda, existem situações que os créditos do INCRA somente chegam aos agricultores após ano, ou anos da sua instalação nos assentamentos, fato que determina, para muitos, a impossibilidade de permanência na terra. Os autores acima relatam que o acesso ao crédito é, em muitas situações, apenas parcial. O problema de acesso ao crédito por parte dos agricultores assentados é também evidenciado nos estudos de Heredia e colaboradores (2002).

Nesse contexto, a insuficiência dos recursos que chegam aos agricultores tem reflexo direto sobre a sua capacidade de pagamento. Se não há dinheiro suficiente para financiar melhorias estruturais ou custear a produção, os projetos se tornam economicamente inviáveis. Por conta do baixo nível de capitalização prévia dos agricultores e da insuficiência dos financiamentos destinados à estruturação dos assentamentos, uma parcela importante dos recursos dos projetos é destinada à montagem de infraestrutura básica, que não gera renda em curto prazo e que, por isso, depende de uma estratégia de contínuo acesso a novos recursos, geralmente inexistente (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 1999). Uma das consequências, como identificaram Bittencourt e colaboradores (1998) em Minas Gerais, foi o levado índice de inadimplência. (apud BRUNO; DIAS, 2004, p. 20).

Com relação ao papel desempenhado pelo INCRA na gestão dos processos de contratação dos créditos, o estudo de Silva e colaboradores (1995) aponta a timidez de suas ações, caracterizadas pela baixa capacidade operacional.

Quanto aos agricultores assentados, avalia-se que sua condição socioeconômica anterior à entrada no programa de reforma agrária é, em si, um limite à obtenção de bons resultados na utilização dos recursos de financiamento e crédito, desdobrando-se em desvios na finalidade de aplicação dos recursos e em uma baixa capacidade de pagamento da dívida assumida (REZENDE, 1999).

É, pois, nesse contexto, que a falta de políticas públicas complementares e de crédito rural coloca os agricultores assentados a enfrentar a terra quase sempre em condições precárias para o cultivo. Como os recursos para investir na estruturação básica dos

assentamentos são escassos ou mal empregados, o pouco que conseguem para financiar os projetos técnicos é dividido com a tarefa de criar condições mínimas de infraestrutura: estradas de acesso e escoamento da produção, energia elétrica e distribuição de água.

CAPÍTULO 5 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO DE ANDRADINA

5.1 Introdução

Neste capítulo, serão apresentados os resultados da análise dos dados e informações obtidas a partir da pesquisa de campo realizada nos assentamentos da região de Andradina-SP.

Acredita-se que a seleção dos trinta assentamentos rurais e suas características reflete, de maneira geral, as condições de vida das famílias assentadas, permite a análise de variáveis que compõem os indicadores e retrata a diversidade na organização interna, na formação socioeconômica e na produção agropecuária dos assentamentos localizados nos 9 municípios da região de Andradina. Este estudo foi realizado com base nos dados de fonte primária, que possibilitaram uma melhor caracterização dos assentados pesquisados e das suas condições de vida.

Os dados e as informações, apresentadas neste capítulo, foram obtidos por meio da pesquisa de campo (aplicação de questionário) junto aos responsáveis pelos lotes dos assentamentos, nos meses de outubro/2012 a fevereiro/2013, coincidindo com períodos de chuva na região, o que dificultou o acesso a alguns assentamentos, devido as mesmas estarem sem condições de tráfego. O modelo de questionário aplicado encontra-se anexo à tese.

A pesquisa foi feita através de análise das informações de interesse para esse estudo, que envolveram dados quantitativos descritos e sistematizados utilizando planilhas do programa Microsoft Excel para cálculo de indicadores e suas médias. A partir disso, as informações foram analisadas de forma qualitativa de maneira a apreender seu significado a partir da realidade mais ampla que compõe a questão agrária e sua singularidade na região de Andradina.

Nas seções seguintes, descreve-se como as famílias assentadas foram caracterizadas utilizando indicadores como composição familiar, ocupação anterior, escolaridade, empregos gerados, fontes de renda, benefícios sociais, saúde, educação e desenvolvimento econômico dos assentamentos.

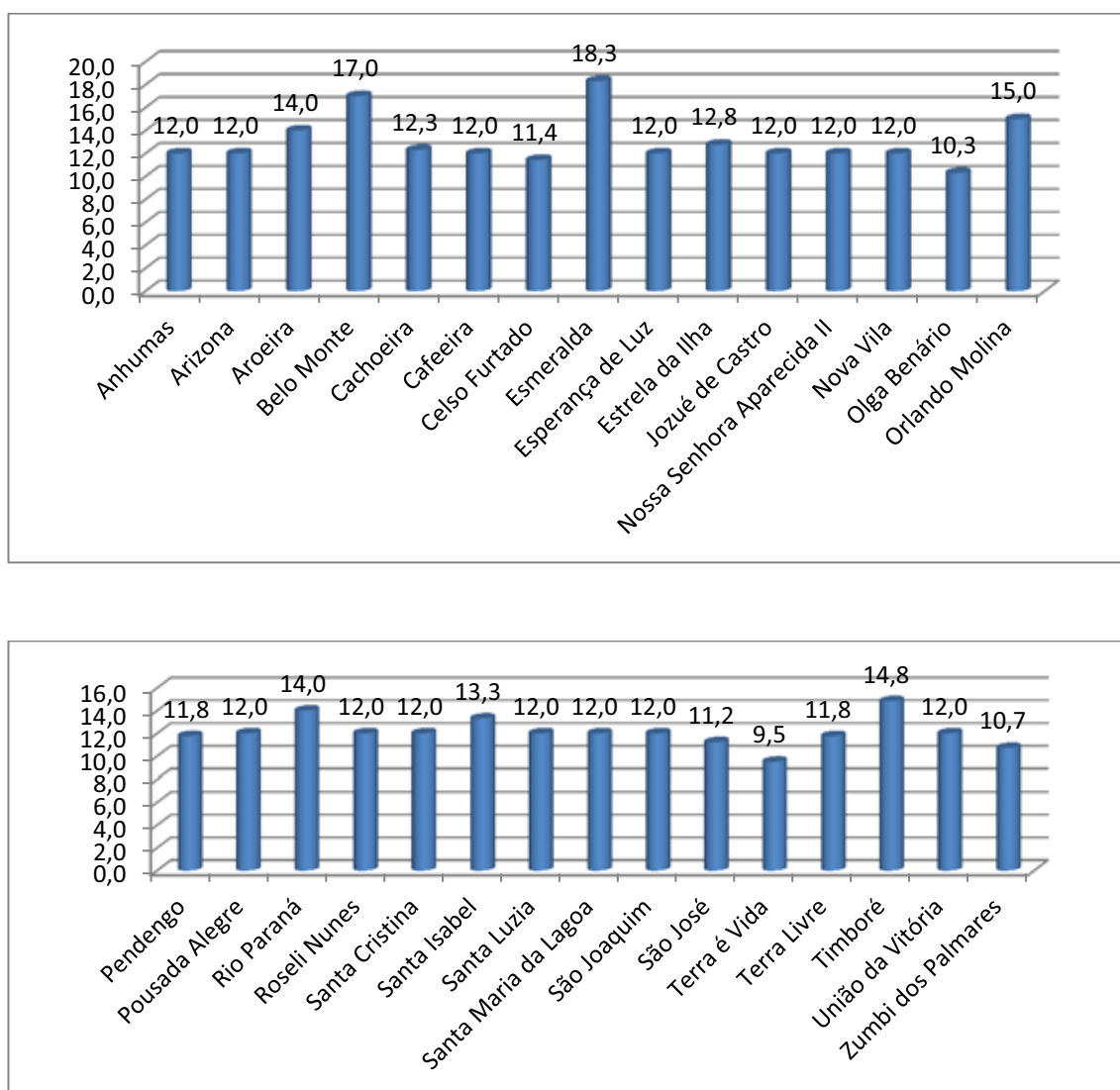
5.2 Os assentamentos da região de Andradina

Quando esta pesquisa foi iniciada, a região de Andradina possuía 30 assentamentos localizados nos municípios de Andradina, Castilho, Guaraçai, Ilha Solteira, Itapura,

Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto e Suzanápolis. Atualmente possui 38 assentamentos.

Na Gráfico 2 são apresentadas as áreas dos lotes dos 30 assentamentos que participaram desta pesquisa. A área média dos lotes é de 12,5 ha. O maior assentamento é o Esmeralda com 18,3 ha e o menor é o Terra é Vida com 9,5 ha.

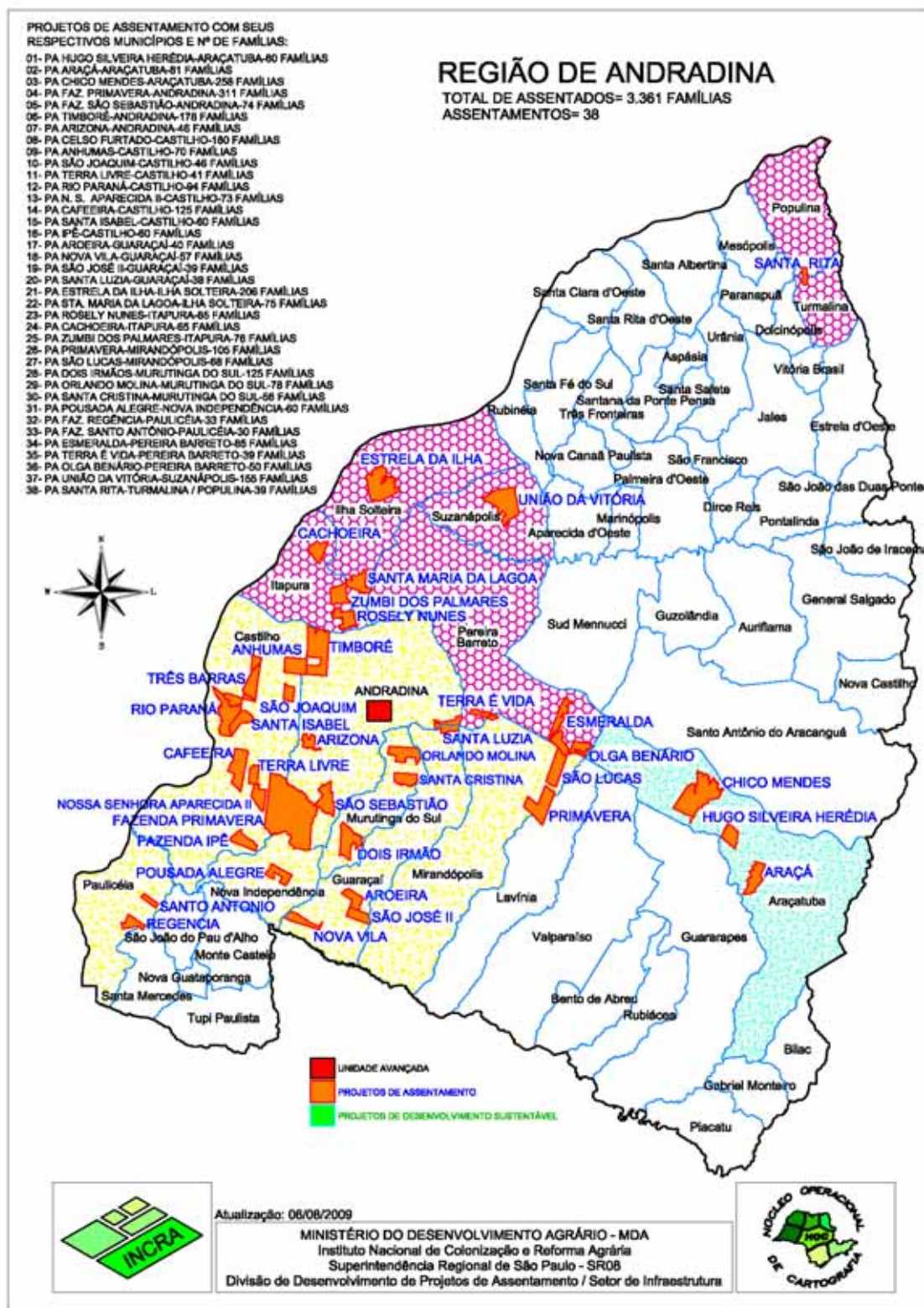
Gráfico 2 – Áreas dos lotes da região de Andradina (em ha).



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

O mapa mostra a localização geográfica dos assentamentos.

Mapa 2 – Localização geográfica dos assentamentos.



Fonte: Núcleo Operacional de Cartografia do INCRA.

Deve-se ressaltar que o mapa mencionado não está atualizado, servindo apenas para se ter uma ideia da localização dos assentamentos. Mesmo na Regional do INCRA de Andradina não há um mapa mais atualizado dos assentamentos da região de Andradina.

Foram aplicados questionários com os responsáveis por 244 famílias, que correspondem a 10% do total de famílias dos 30 assentamentos mencionados. No Quadro 2 são apresentadas as quantidades de famílias por assentamento, que foram estudadas nesta pesquisa.

Quadro 2 – Quantidade de famílias por assentamento que foram estudadas

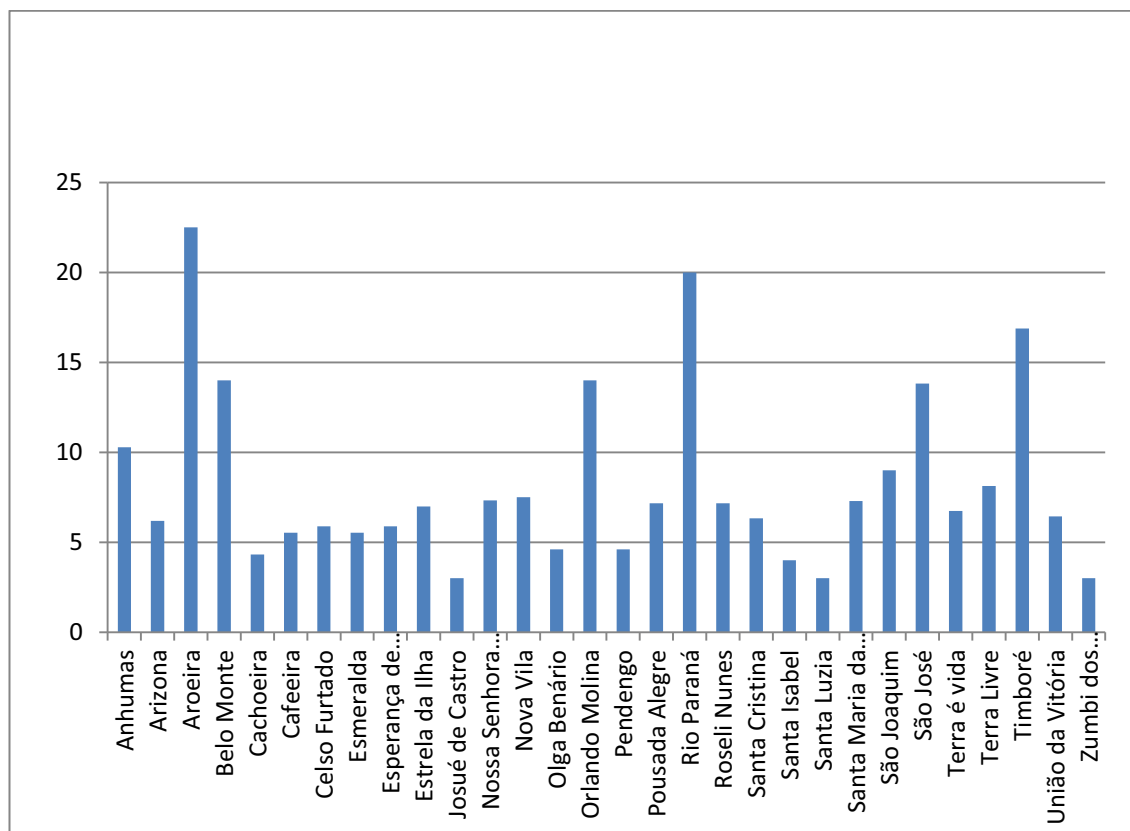
Assentamento	Número de Famílias	Assentamento	Número de Famílias	Assentamento	Número de Famílias
Anhumas	7	Josué de Castro	5	Santa Isabel	6
Arizona	5	Nossa Senhora Aparecida II	6	Santa Luzia	7
Aroeira	4	Nova Vila	6	Santa Maria da Lagoa	7
Belo Monte	6	Olga Benário	5	São Joaquim	4
Cachoeira	6	Orlando Molina	8	São José	4
Cafeeira	13	Pendengo	20	Terra é vida	4
Celso Furtado	18	Pousada Alegre	6	Terra Livre	4
Esmeralda	9	Rio Paraná	9	Timboré	18
Esperança de Luz	7	Roseli Nunes	9	União da Vitória	16
Estrela da Ilha	15	Santa Cristina	6	Zumbi dos Palmares	7

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

5.3 Os assentados da região de Andradina

No Gráfico 3, ilustra-se o tempo médio de ocupação dos assentamentos da região de Andradina pelas 244 famílias estudadas.

Os assentamentos que as famílias ocupam há mais tempo são o Aroeira (22,5 anos), o Rio Paraná (20,0 anos) e o Timboré (16,9 anos), e os que ocupam há menos tempo são o Jozué de Castro, o Santa Luzia e o Zumbi dos Palmares, todos com 3,0 anos.

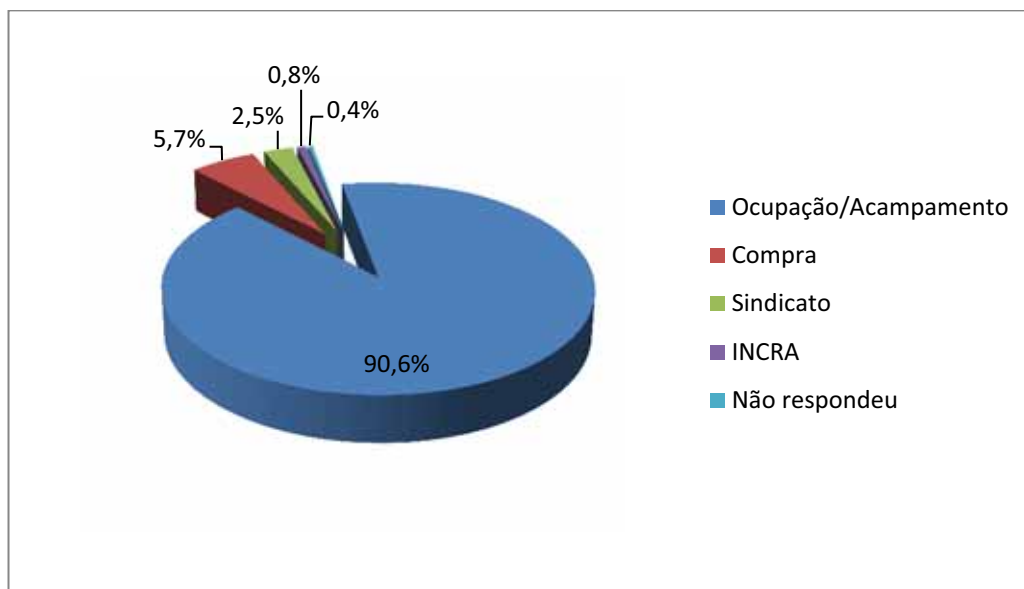
Gráfico 3 – Tempo médio de ocupação dos assentamentos (em anos).

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Deve-se destacar que esse tempo só foi computado dentro do lote, a partir do momento em que essas famílias passaram a ser reconhecidas pelo INCRA e homologadas. No entanto, a grande maioria delas passou vários anos de suas vidas em barracos de lona, acampados, em lugares insalubres, submetendo-se a diversos tipos de privações e restrições, com a esperança de um dia conseguirem um pedaço de terra para morar, produzir seus próprios alimentos e tirar o sustento de suas famílias.

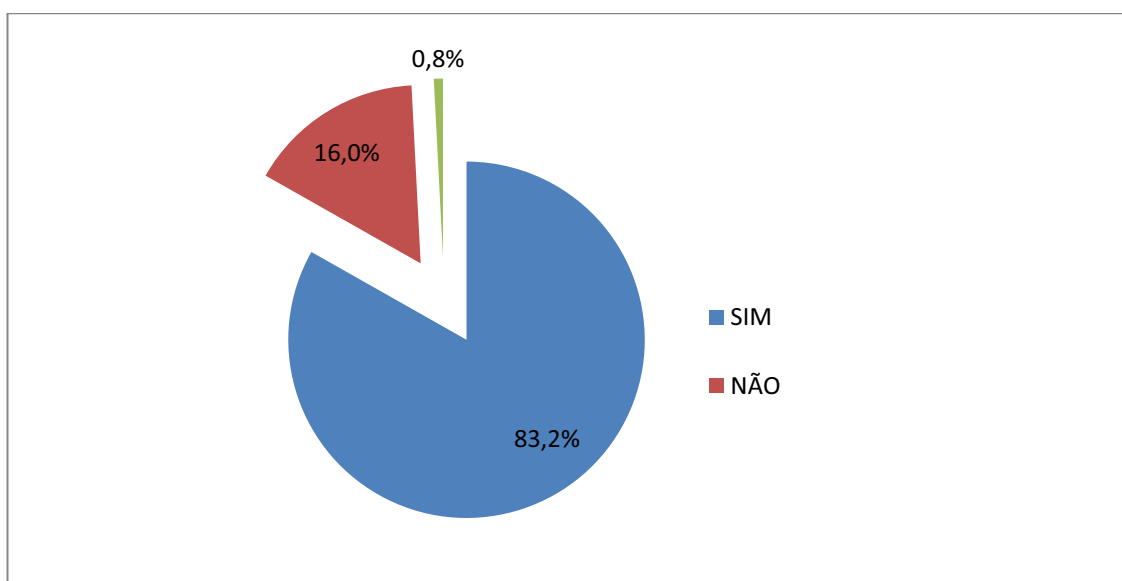
Na Gráfico 4, ilustra-se por que meios os assentados da região de Andradina tiveram acesso à terra. Observa-se que 90,6% das ocupações ocorreram através dos acampamentos. Este percentual está de acordo com Leite e colaboradores (2004), segundo os quais 90% dos assentamentos no país resultam de conflito agrário.

Sigaud (2006) cita que os acampamentos compreendem um conjunto de técnicas ritualizadas com organização espacial, através de um conjunto de relações construídas, nas quais os acampados viam na possibilidade de participar das ocupações uma alternativa de trabalho, que possibilitava manutenção da família e de um futuro melhor.

Gráfico 4 – Meio de acesso à terra.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

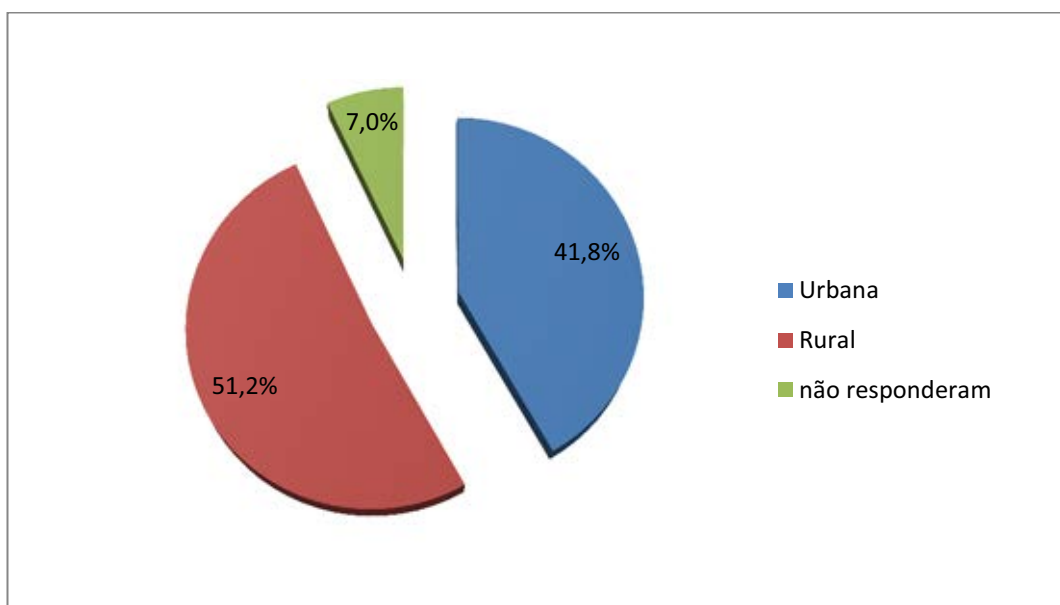
Indagou-se ao entrevistado se era o primeiro beneficiário do lote e qual a sua experiência anterior à entrada no assentamento. No Gráfico 5, mostra-se que 83,2% dos assentados são os primeiros beneficiários dos lotes conquistados, identificando que as pessoas não desistem tão facilmente de seus lotes, mesmo enfrentando situações tão adversas.

Gráfico 5 – Percentual dos assentados que são os primeiros beneficiários dos lotes.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

No Gráfico 6 pode-se fazer uma leitura da experiência de trabalho anterior ao assentamento. A maioria desses assentados (51,2%) dedicou a maior parte de sua vida ao trabalho na atividade rural, com significativa experiência na agropecuária (posseiros, arrendatários, trabalhadores do corte de cana, empregados de fazendas, assalariados rurais permanentes ou temporários, etc.). Entre os entrevistados que vieram do meio urbano (41,8%), muitos deles possuíam raízes campesinas, como a infância no campo, pais ou avós agricultores, expressando a representação do êxodo rural, daqueles que devido à modernização da agricultura, o minifúndio e a exploração do trabalho assalariado no campo, buscaram na cidade melhores condições de vida.

Gráfico 6 – Experiência anterior rural ou urbana.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandes Carvalho.

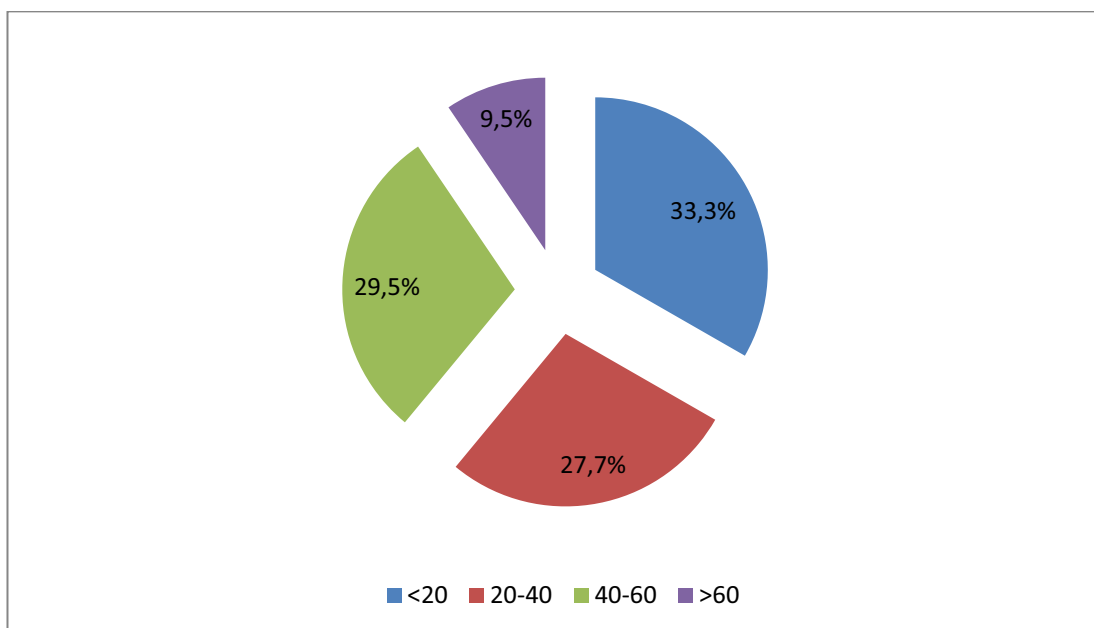
A presença de trabalhadores oriundos de áreas urbanas em assentamentos rurais demonstra a busca do retorno a um antigo território, mesmo que de seus pais ou avós, na busca da recriação de uma identidade, uma nova identidade campesina, daqueles que em determinado momento não conseguiram resistir, foram forçados e “seduzidos” pelas cidades, as mesmas que hoje os expulsa e lhes traz a necessidade de uma nova reterritorialização, a partir da terra, traduzida por um lugar que é seu, por ter onde morar, ter onde produzir com liberdade e autonomia.

Alguns trechos de depoimentos de assentados expressaram uma desilusão com o desenvolvimento socioeconômico na cidade, com mais oportunidades de emprego e maior facilidade de acesso a bens e serviços. Contudo, ao longo dos depoimentos dos entrevistados pôde-se perceber que a realidade encontrada na cidade foi uma realidade de exclusão que os levou à luta pela terra.

“Antes eu não tinha lugar, pagava aluguel e o dinheiro que eu trabalhava não sobrava nada... hoje eu tenho um lugar para morar.” (assentado do P.A. Cachoeira).

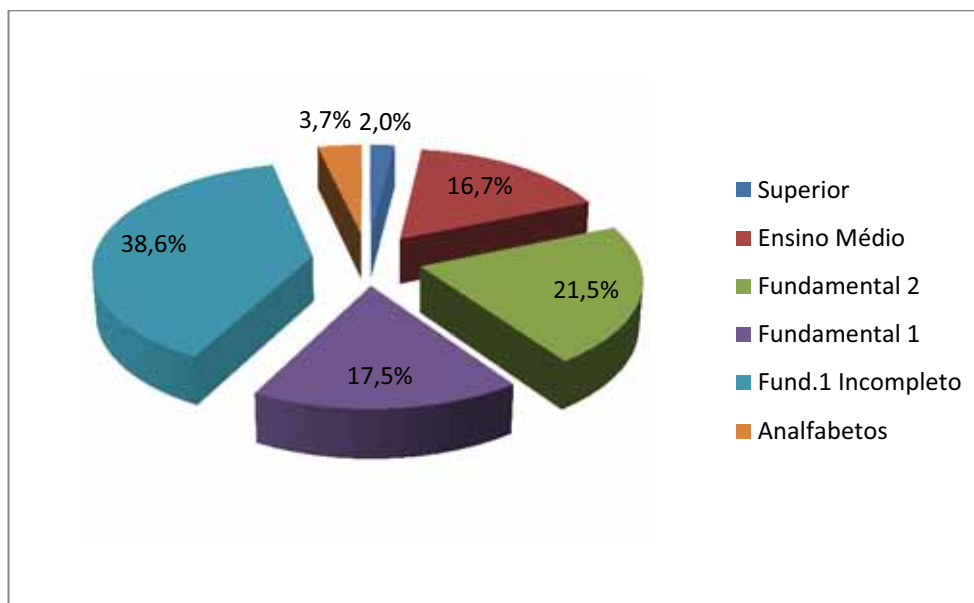
No Gráfico 7, mostra-se o perfil de idade dos assentados, observando-se que a maior população é de pessoas com idade inferior a 20 anos. Os idosos, com idade superior a 60 anos, representam apenas 9,5% dos assentados. O maior percentual de pessoas está na faixa dos 20 aos 40 anos.

Gráfico 7 – Faixa de idade dos assentados da região de Andradina.



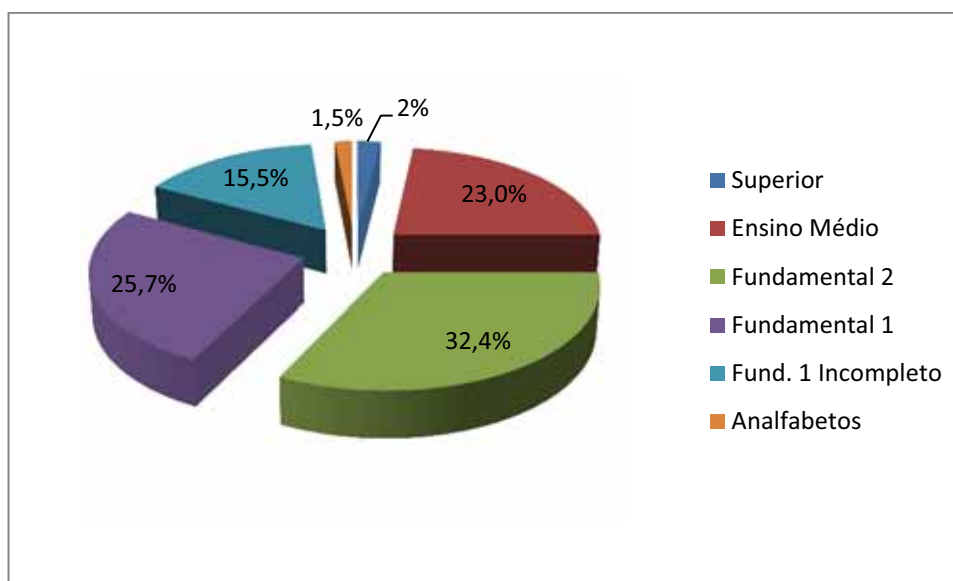
Fonte: Elaborado por Lívia Hernandes Carvalho.

No Gráfico 8, ilustra-se a escolaridade dos responsáveis pelas famílias. O maior contingente é de pessoas com menos de 4 anos de escolaridade (38,6%), havendo poucos analfabetos (3,7%) e também poucos com nível superior (2,0%).

Gráfico 8 – Escolaridade dos entrevistados.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandes Carvalho.

A escolaridade de todos os assentados é ilustrada no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Escolaridade dos assentados.

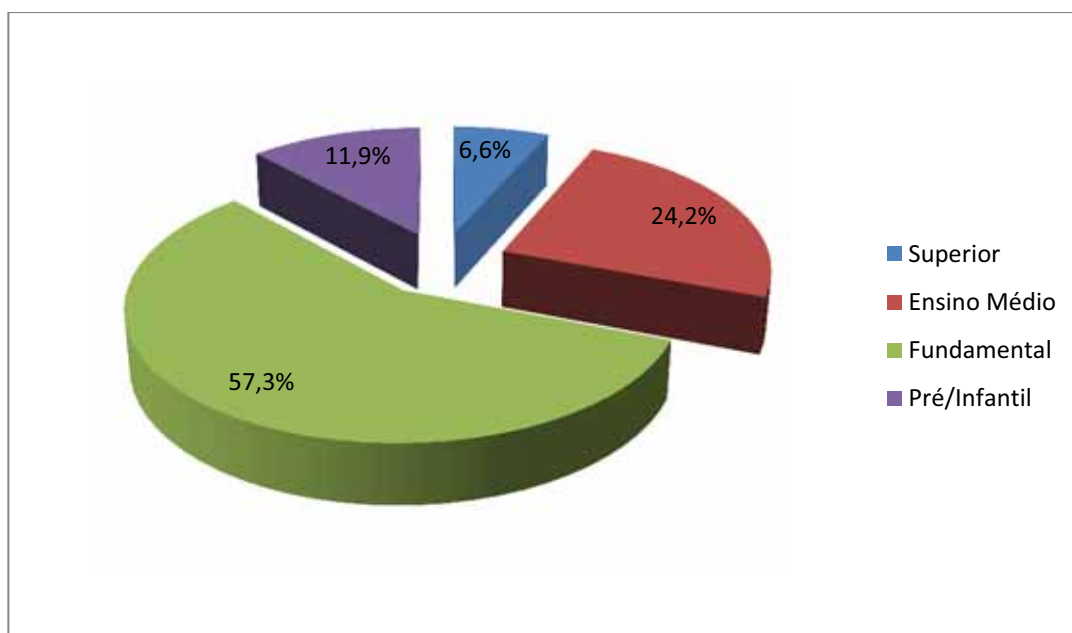
Fonte: Elaborado por Livia Hernandes Carvalho.

Observa-se, neste caso, que a maior população (32,4%) é de assentados com ensino fundamental completo, sendo o percentual de analfabetos menor (1,5%) que o dos responsáveis pelos assentamentos. O percentual de pessoas com nível superior é também de 2%.

No Gráfico 10 mostra-se em que nível de ensino estão matriculados os assentados nas escolas. Um fato que deve ser destacado é que 6,6% desses assentados frequentam curso superior, índice que é mais de três vezes maior que o percentual de assentados com nível superior. Essas pessoas que estão frequentando o nível superior são, em sua maioria, filhos de assentados que almejam uma vida melhor através do estudo.

Já o percentual de pessoas que frequentam o ensino médio (24,2%) também é ligeiramente superior ao do conjunto dos assentados (23,0%), mostrando também que, apesar das dificuldades existentes, há um contingente significativo de crianças que frequentam o ensino infantil.

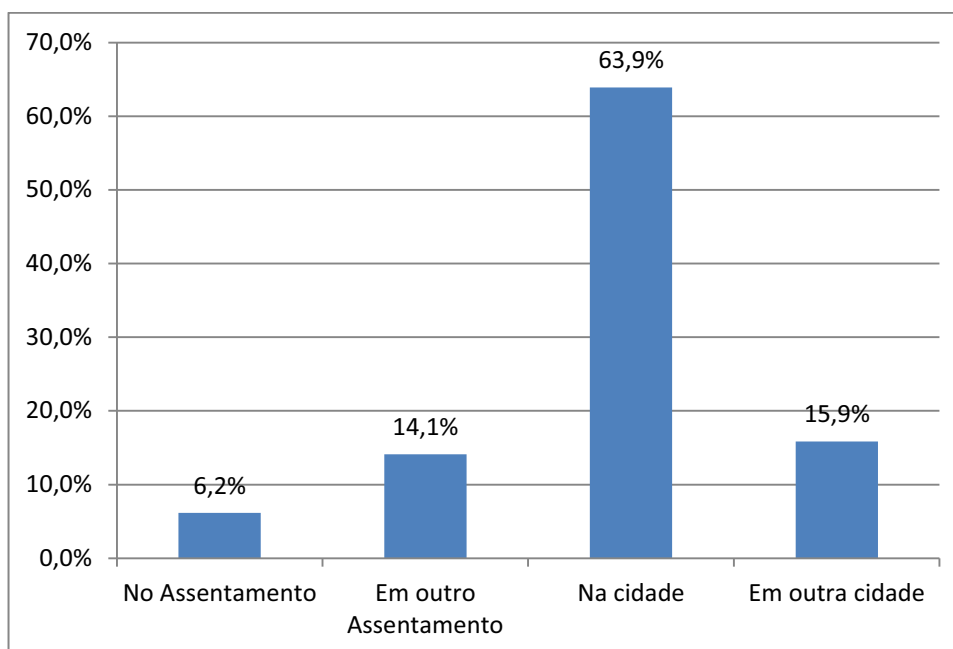
Gráfico 10 – Escolaridade dos assentados que frequentam escolas.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandes Carvalho.

No Gráfico 11, ilustra-se onde estão situadas as escolas onde os assentados frequentam.

Gráfico 11 – Localização das escolas onde os assentados frequentam.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Esse dado mostra uma realidade preocupante da educação no campo, que vai de encontro com a Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA) realizada em fins de 2004, no Estado de São Paulo, mostrando que a maioria da população escolar dos assentamentos paulistas frequenta escolas na zona urbana.

A dificuldade de transporte, as estradas em péssimas condições, acordar de madrugada, chuvas, nada disso é impedimento para que os assentados busquem as escolas para melhorar sua formação. A luta, porém, precisa continuar, visando que seja implantado escolas nos assentamentos, com projetos político-pedagógicos voltados para o homem do campo que respeitem e fortaleçam a cultura camponesa e promovam uma formação voltada ao desenvolvimento rural sustentável. Os artigos 23 e 28 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) determinam que sejam realizadas as adaptações curriculares e organizacionais necessárias à adequação do ensino às condições da vida do campo, incluindo o ajuste do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, situação essa que não ocorre.

[...] a maioria das escolas de assentamento não oferece o Ensino Fundamental completo e tampouco as condições de ensino e aprendizagem são equivalentes às unidades de ensino situadas nas zonas urbanas, o que fere o princípio constitucional

de igualdade de condições de acesso e permanência na escola. (DI PIERRO; ANDRADE, 2009, p. 254-255).

Assim, a Educação rural está longe de ser adequada e eficiente para o contexto no qual se insere. Isso porque o rural e sua população ainda continuam sendo vistos "[...] como um mundo à parte, fora do comum, ou seja, fora dos parâmetros definidos pela representação urbana, esta sim, a moderna." (OLIVEIRA; BASTOS, 2004, p. 149). Quando falamos de qualidade educacional, principalmente no que diz respeito ao funcionamento da escola, não podemos distinguir claramente a urbana e a rural, pois em nenhuma das duas o sistema é satisfatório, embora no meio rural os problemas sejam muito mais preocupantes.

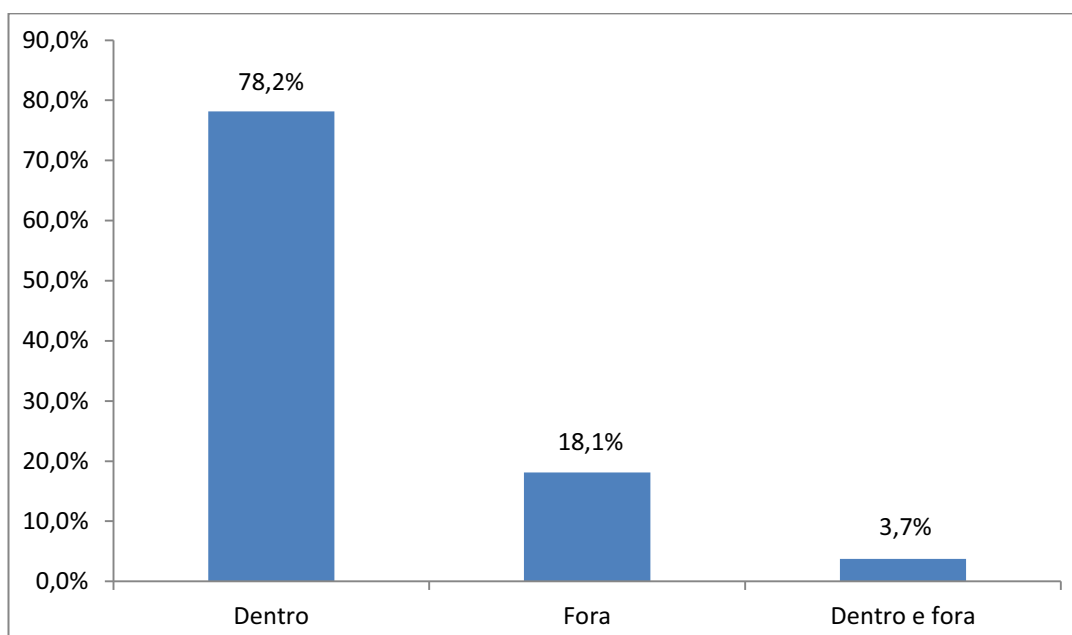
A Escola rural merece destaque, segundo Sérgio Leite (2002), por possuir especificidades no que se refere a sua dinâmica espacial. Possui leis próprias na conjugação do trabalho e da produção, além da co-existência de valores culturais e competências de seus membros sociais. Em uma análise sobre a Escola rural, o autor ainda diz que os problemas relacionados a ela se encontram na *ação didático-pedagógica* da unidade escolar, que apresenta um currículo geralmente estipulado por resoluções governamentais e com vistas à realidade urbana, com estruturação didático-metodológica deficiente, salas multisseriadas, calendário escolar em dissonância com a sazonalidade da produção agropecuária, ausência de orientação técnica e acompanhamento pedagógico e de material de apoio para alunos e professores. E, também no que se refere à *participação da comunidade* no processo escolar, que apresenta um particular distanciamento dos pais em relação à escola, contribuindo ainda mais para desvincular a escola da comunidade em que está inserida.

Quando dizemos Educação Básica do Campo estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola que não apenas esteja no campo, mas que sendo do campo, seja uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, a cultura e as causas sociais e humanas dos sujeitos sociais do movimento do campo (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 40).

5.4 Trabalho e Rendimentos dos Assentados

No Gráfico12, mostra-se o percentual de assentados que trabalham dentro e fora dos seus lotes. Constata-se que a maioria (78,2%) trabalha exclusivamente no seu lote, 18,1% trabalham fora e 3,7% trabalham dentro e fora do seu lote. Estes últimos dizem trabalhar fora do lote porque necessitam complementar suas rendas, que são insuficientes.

Gráfico 12 – Percentual de assentados que trabalham dentro e fora do lote.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Quando o trabalho é exercido fora do lote, seja ele formalizado ou não, os assentados evitam mencioná-lo com medo de represálias ou questionamentos por parte do Estado, e daí a necessidade da não declaração de vínculo empregatício.

Nessa conjuntura, a dedicação de um dos titulares é no trabalho do lote, mas, muitas famílias combinam a renda obtida no lote com a renda derivada de trabalhos fora do assentamento em atividades agrícolas (em outros lotes no próprio assentamento) e não agrícolas, através de empregos temporários, e outros trabalhadores contratados em regime precário, expressando nesse cenário, que os dados sobre o trabalho nos assentamentos, dizem respeito à complexidade crescente das formas e relações de trabalho precarizadas, presentes no meio rural brasileiro.

Schneider (2003) afirma que o trabalho agrícola e não agrícola, exercidos de forma complementar pelos membros da família que residem na propriedade, frequentemente se deve à pouca disponibilidade de terras, às dificuldades de modernização e incentivos por parte do governo, o que compromete sua renda, obrigando essas pequenas unidades a buscar uma alternativa complementar de renda (pluriatividade), para reprodução da família, bem como se torna uma necessidade estrutural, onde a renda obtida nesse tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução não só da família como do próprio estabelecimento familiar,

com a função de garantir a propriedade do bem rural, como também renda não advinda da agricultura.

Apesar da não menção e da omissão de execução de trabalho fora do lote, nas entrevistas de campo, pôde-se constatar que em grande parte dos lotes, existe esse trabalho, em função das dificuldades de se retirar uma renda exclusivamente do lote que venha a garantir as necessidades básicas das famílias.

Como em alguns casos, a renda da família é exclusivamente de atividade externa ao lote, devido à insuficiência de recursos e necessidade de manutenção da família, esta não tem outra saída, senão alhear sua força de trabalho em serviços precários, que a explora. Talvez o campo não lhes condicione a extração de bens necessários para sua sobrevivência e também os novos conceitos da globalização vêm também influenciando e estimulando essa nova classe a ingressar em novos ramos de desenvolvimento econômico.

Nessa conjuntura, o que acontece é um processo desenvolvido pelo sistema dominante que provoca na vida do trabalhador rural, como também dos trabalhadores urbanos, uma variação nas condições da realização do trabalho. Para Moreira e Targino, (1996, p. 281- 282):

A acentuação da proletarização observada recentemente no campo decorre de dois eixos do mesmo processo de subordinação da agricultura ao capital: de um lado, as mudanças técnicas da produção agrícola, com o aproveitamento mais intensivo das terras para aumentar a produtividade, tem provocado a destruição da policultura alimentar produzidas por moradores, parceiros e arrendatários, como já foi demonstrado; de outro lado, a lógica da acumulação capitalista, ao desencadear a expulsão e expropriação completa dos lavradores, transforma-os em trabalhadores livre de toda a propriedade, à exceção da sua força-de-trabalho.

Kautsky (1986), por exemplo, em sua obra intitulada *A Questão Agrária*, traduzida por Otto Erich, refletiu naquele momento o que hoje acontece de forma atual. O pequeno lavrador tem como saída, trabalhar fora de seu lote como forma complementar e adicional, na medida em que precisa suprir suas necessidades no momento em que enfrenta o perigo da escassez de alimentos e outras exigências do lote e da casa, em um momento que sua produção enfrenta dificuldades climáticas ou outros imprevistos.

Os assentados passam então a vender não o excedente de sua produção rural, mas sim sua força de trabalho, que pode provocar a saída definitiva do lote ao retornar ao caminho de volta a cidade e ao desemprego. Portanto, não são apenas as condições climáticas que definem esses acontecimentos, mas sim ações políticas e estratégias que influenciam diretamente nesse processo.

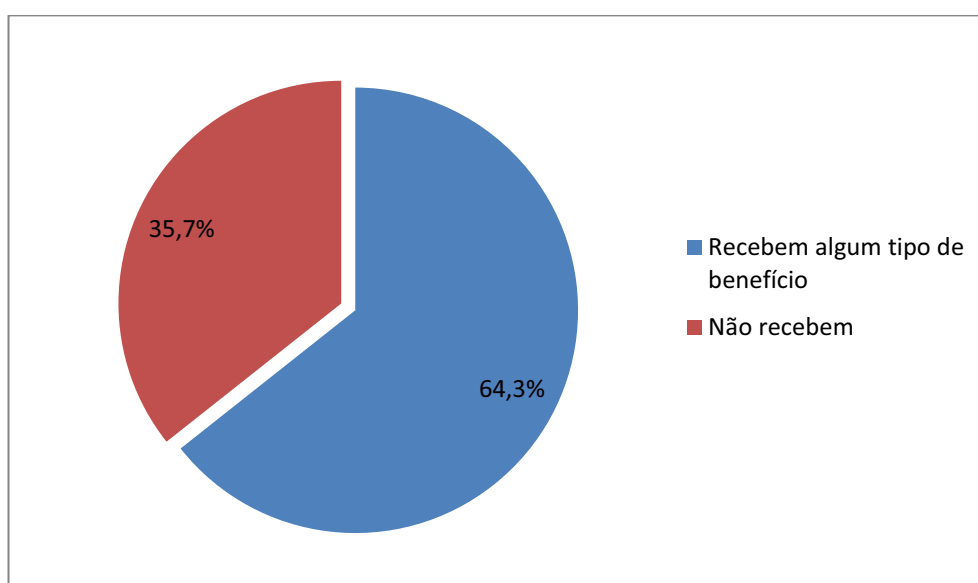
Nesse contexto, a dinâmica do capital procura definir a condição de vida das massas populares submissas ao seu poder, ao criar e promover a alienação do trabalho e fragmentação

da estrutura social de uma classe, em que nela esteja a possibilidade de explorar o lucro através do trabalho assalariado, para a evolução e conservação do capital.

Segundo Delgado e Cardoso Júnior (2000), as diferenças entre rendas domiciliares reforçam a importância da previdência social para o setor rural brasileiro, principalmente, do ponto de vista da redução da pobreza. No entanto, outros aspectos devem ser considerados, tal como a forma de utilização da renda, principalmente no que tange à análise dos efeitos da previdência como instrumento gerador, não só de renda, mas, principalmente, de melhores condições de vida, de reprodução da agricultura familiar e de sua permanência na terra. Os autores ainda consideram que os benefícios previdenciários rurais, na forma de um seguro de renda mínima para idosos e deficientes, são capazes de incluí-los socialmente, além de promoverem a inserção do próprio setor de subsistência da economia rural.

No Gráfico 13 mostra-se um dado muito relevante para a permanência dos assentados em seus lotes: 64,3% deles recebem algum tipo de benefício, seja ele aposentadoria rural ou urbana, auxílio doença, auxílio maternidade, mesmo que o período seja curto, pensão ou o programa de transferência de renda como o Bolsa Família. Nesses casos, essa renda previdenciária ou assistencial é a garantia de que aquele dinheiro vai cair todo dia do mês e é a renda com a qual eles podem contar, em períodos mais difíceis da produção, de saúde, etc., que minimizam a situação de dificuldade pela qual passam.

Gráfico 13 – Percentual de famílias que recebem algum tipo de benefício.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Nos diversos relatos feitos através das entrevistas, os assentados destacaram a importância desses benefícios para suprir suas necessidades, já que a renda proveniente dos lotes é insuficiente e as condições de pobreza nos assentamentos serem de visibilidade expressiva.

Confirmando os dados acima, Grossi, Souza e Silva (2002) salientam que para as famílias que possuem pequenas propriedades de terra e que sobrevivem desta, é cada vez maior a subordinação às transferências de renda feitas pelo governo na forma de aposentadorias e pensões.

Delgado e Cardoso Júnior (2000) apontam o importante papel dessas transferências na melhoria da renda dos pequenos agricultores familiares e defendem a previdência rural como uma renda mínima para o sustento da agricultura familiar de subsistência em regiões menos desenvolvidas.

Biolchi (2002), por sua vez, ressalta que a Previdência Social contribui para evitar o êxodo de muitos agricultores familiares, uma vez que a estrutura familiar e o contexto em que essa se encontra inserida é que vão determinar a permanência ou não no campo. Segundo o autor, as aposentadorias rurais representam uma estratégia de reprodução econômica de muitas famílias, mesmo que sirvam apenas para manter as atividades de subsistência e autoconsumo.

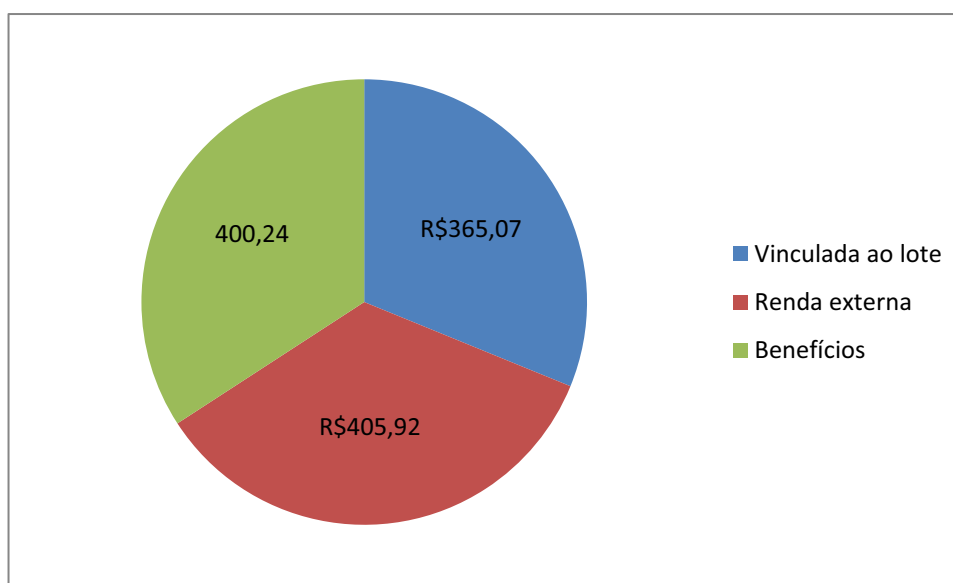
Constatou-se que o benefício mensal, seja ele oriundo da Previdência Social, ou do Bolsa Família¹⁴, é uma fonte de renda que tem como finalidade principal suprir as necessidades básicas de consumo nesses domicílios, não sendo utilizado para a criação de capacidade produtiva.

No que diz respeito à renda desses assentados pode-se afirmar que parte dela é oriunda de algum tipo de benefício, sendo inclusive, frequentemente, maior que a renda auferida do lote, conforme pode ser ilustrado no Gráfico 14. A renda média mensal auferida pelo assentado da região de Andradina em decorrência de seu trabalho no lote é de R\$365,7, fora do lote é de R\$405,92 e em decorrência de benefício é de R\$400,24, integralizando uma renda média mensal de R\$1.171,23.

¹⁴ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. A gestão do Bolsa Família é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04.

Destaca-se, que apesar da renda média ser relativamente alta e estar acima do salário mínimo, grande parte dos assentados vivem de maneira restrita nas suas necessidades básicas. Ou seja, quando se considera as famílias que sobrevivem apenas da renda do lote, elas sobrevivem com bem menos que o valor de um salário mínimo, daí a importância dos benefícios e do trabalho fora do lote para poder complementar a renda.

Gráfico 14 - Renda média (R\$) dos assentados.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Sen (2000) afirma que a pobreza não deve ser identificada exclusivamente segundo a abordagem tradicional (econômica), ou seja, pelo baixo nível de renda domiciliar, mas sim pelas privações de capacidades básicas que um indivíduo com determinado nível de renda apresenta. Nesse sentido, um indivíduo será considerado pobre se suas circunstâncias materiais e os contextos políticos o impedirem de desenvolver capacidades que lhe permitam ser membro de uma comunidade social, econômica e política.

Outros conceitos também devem ser considerados nessa definição, como debilidade física (ausência de força, desnutrição, saúde deficiente, incapacidade física e alto grau de dependência do grupo); isolamento (distância física e espacial, carência de educação, ignorância, baixas condições de acesso a serviços e informações); vulnerabilidade (tensões internas e externas, possibilidade de aumentar os níveis de pobreza e carência); ausência de poder (incapacidade e debilidade para enfrentar a exploração e as ordens dos poderosos); insuficiência de renda (dinheiro ou bens) e de riqueza, sendo esses problemas muito comuns no meio rural.

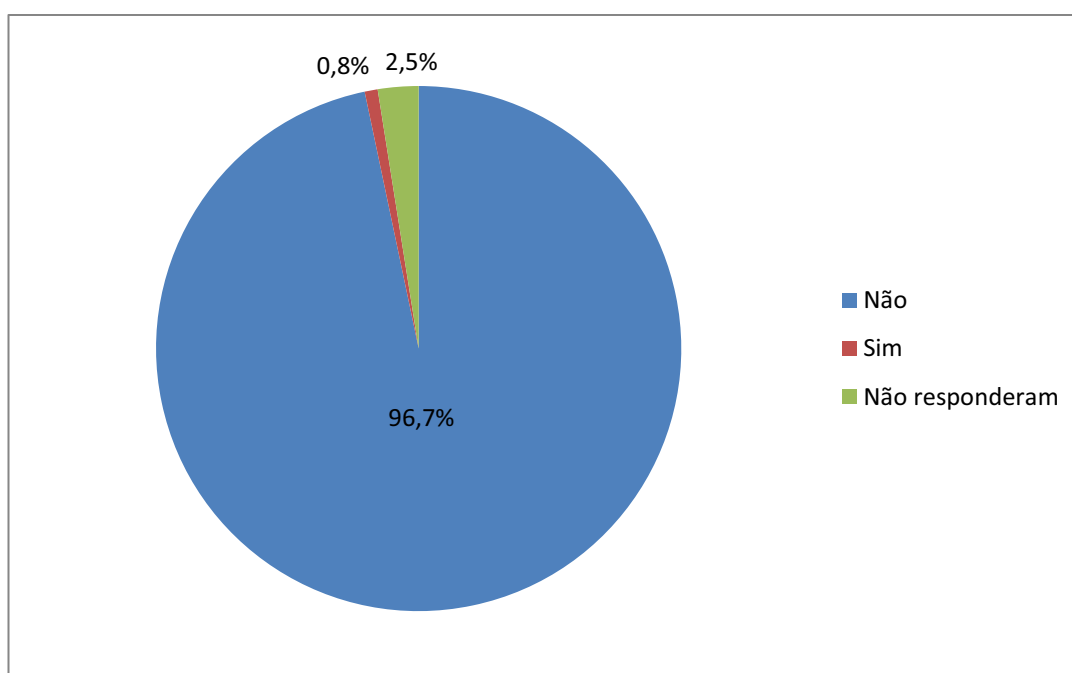
Neste contexto, é importante a elevação do nível de saúde e educação para que os assentados melhorem suas condições de vida. Deve-se também, na definição das políticas públicas, destacar-se o que necessita ser considerado prioritário para este tipo de população.

Assim, no caso dos assentamentos e da renda desses, o nível de consumo pode até ser elevado sem que se tenha uma elevação do nível de renda, exatamente porque a produção do lote pode ser exclusivamente de subsistência, sendo secundária ou esporádica a existência de excedentes comercializáveis. Visto então de outra perspectiva, essa produção de subsistência significa, efetivamente, uma renda não monetária.

Contudo, é amplamente sabido que dificilmente uma produção agropecuária em um lote pode satisfazer todas as necessidades de consumo familiar, impondo-se a busca de obtenção de excedentes ou de rendas em dinheiro.

Conforme ilustrado no Gráfico 15, 96,7% dos assentados nada produzem no assentamento, fora de seus lotes. Contudo esta pode também não ser uma informação fidedigna, na medida em que eles não sentem confiança de transmitir uma informação que é ilegal do ponto de vista do INCRA, ou seja, o arrendamento de lotes. Claro que isso é minoria, mas é uma situação pontual que também existe nos assentamentos.

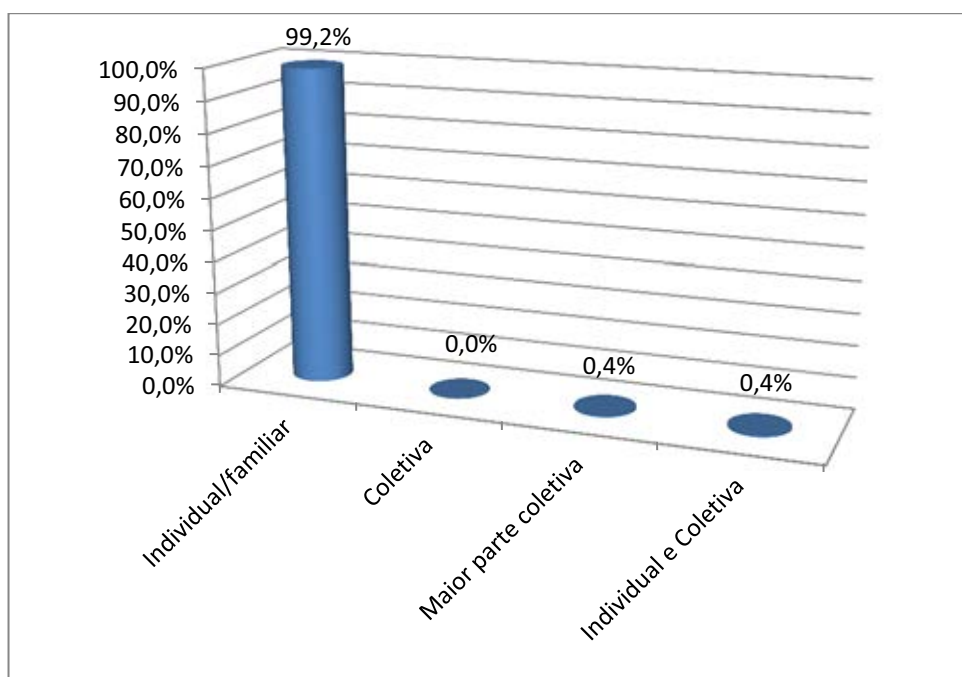
Gráfico 15 – Produção fora do lote.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

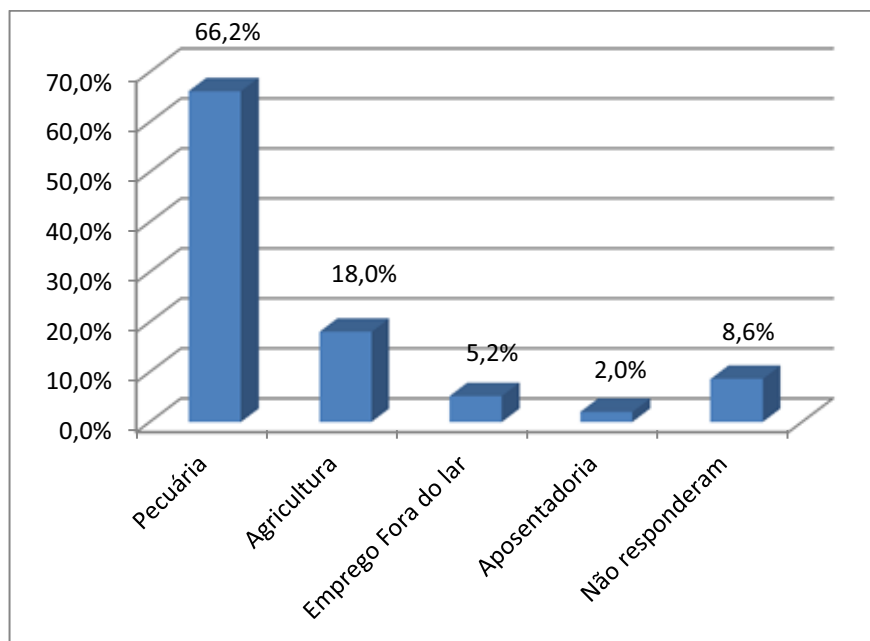
A quase totalidade da produção nos lotes é feita pela família (99,2%). Apenas 0,4% da produção é de caráter predominantemente coletivo e também 0,4%, individual/coletivo, conforme mostrado no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Natureza da produção nos lotes.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

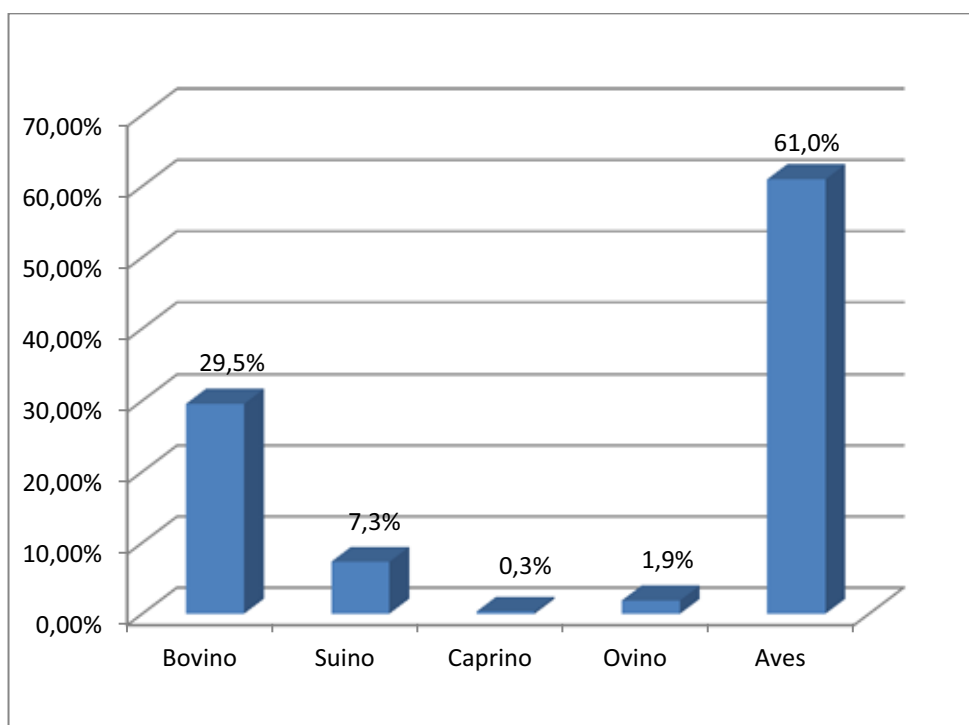
Na pesquisa, pode-se constatar um dado que não é novo nos assentamentos rurais: a atividade produtiva que proporciona maior renda para a família dos assentados é a pecuária 66,2% (Gráfico 17) vindo a agricultura, a seguir, com 18,0%. Deve-se considerar que um número relativamente alto de entrevistados (8,6%) não respondeu a esta questão.

Gráfico 17 – Atividades que produzem maior renda.

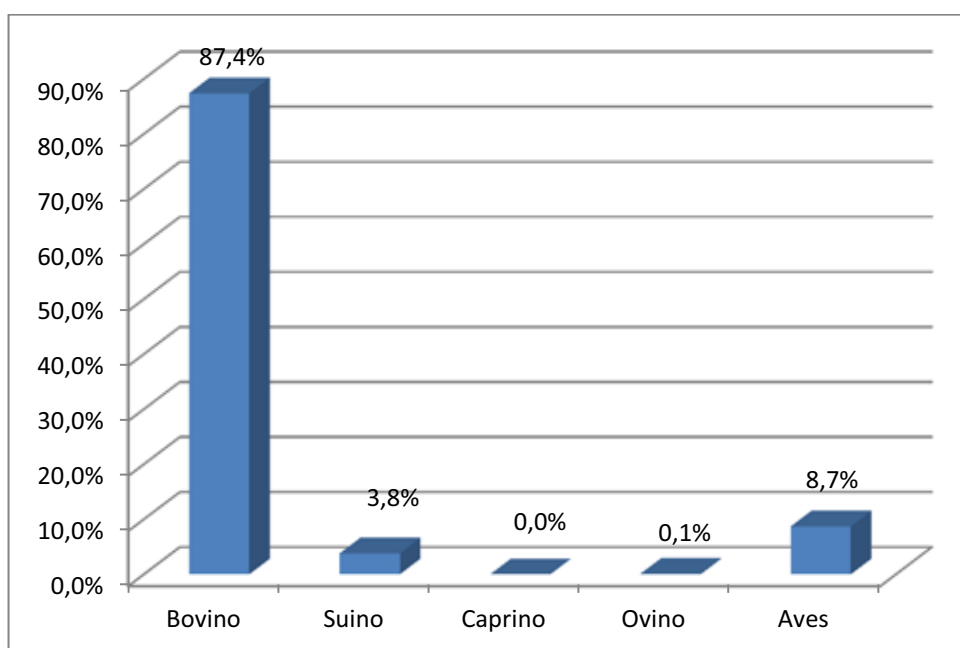
Fonte: Elaborado por Livia Hernandes Carvalho.

Nos Gráficos 18 e 19, mostra-se, respectivamente, o percentual de animais vendidos nos lotes e o percentual de valores auferido com a venda de animais nos 244 lotes estudados, durante o ano. Foram vendidos 549 bovinos, 159 suínos, 1 caprino, 5 ovinos e 1067 aves, totalizando 1781 animais. O valor auferido com a venda dos animais atingiu o montante de R\$367.332,00.

A produção leiteira, principal atividade dos lotes é uma importante opção dos pequenos produtores, pois se dá de forma artesanal e/ou pouco mecanizada, permitindo-lhes desenvolver com pouco capital sua atividade produtiva. Muitos assentados redirecionam a produção de leite para a confecção de doces, pães e queijos, que levam para vender nas feiras da cidade e em mercados locais. Exerce um papel histórico na estruturação das unidades familiares, não apenas pela capacidade de ocupação de mão de obra, mas principalmente pela oportunidade de ingressos monetários de curto prazo e pela possibilidade de diversificação de renda com a venda de animais, tendo o gado o papel de poupança para os pequenos agricultores.

Gráfico 18 - Produção de animais no ano.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Gráfico 19 – Percentual do valor auferido com a venda de animais no ano.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

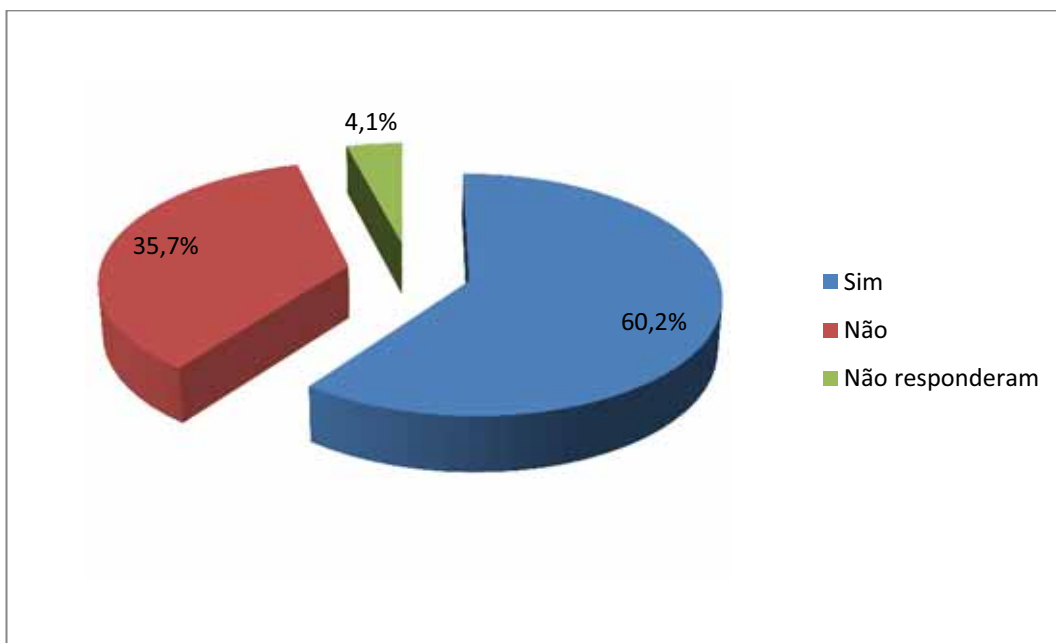
Ainda, a produção de animais serve em muitos lotes como única fonte de sobrevivência da família, que vende o litro de leite a um preço muito baixo, sendo este estabelecido por atravessadores, o que diminui ainda mais a valor que deveria ser agregado ao produto.

Existem dificuldades para a pecuária leiteira no período de seca, em função da baixa disponibilidade e qualidade de pastagem. No entanto, a predominância da pecuária leiteira está ancorada em um conjunto de fatores, nos quais a principal razão de adotarem essa atividade está no fato de garantir uma renda mensal, ou seja, representa a garantia de entradas monetárias mesmo que mínimas a cada mês, de modo que os assentados possam assumir compromissos de despesas no período com certa segurança. De forma complementar, mas não menos importante, é a possibilidade de vender os bezerros a cada ciclo produtivo. Além disso, é uma atividade de baixo risco, não há perda total, a comercialização é garantida e mesmo as oscilações de preços apresentam certa previsibilidade quando comparada, por exemplo, com as culturas anuais.

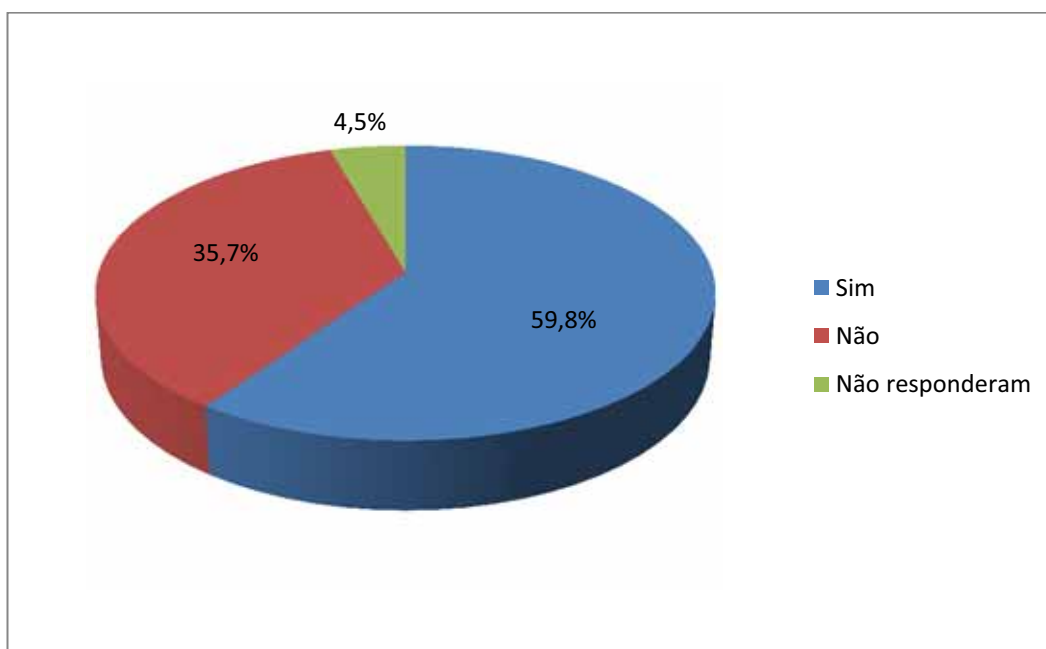
Outro ponto a ser considerado, com base nos questionários aplicados, diz respeito à utilização das terras para a agricultura de subsistência. Essas atividades ainda não são as que se poderiam esperar, considerando-se a vasta área dos assentamentos e do grande número de famílias assentadas que poderiam estar se dedicando a outros tipos de produção. Cumpre aqui mencionar que os créditos concedidos pelo governo para os assentados é muito pequeno face às necessidades existentes, no entanto, a condição de assentado possibilitou pela primeira vez o acesso ao crédito para a produção, conforme também foi destacado no estudo de Leite e colaboradores (2004).

Em 60,2% dos lotes estudados cultivam-se grãos, principalmente feijão e milho, conforme ilustrado no Gráfico 20. O montante auferido por 46 famílias com a venda de grãos, em um ano, somou R\$345.803,00. As plantações de milho e feijão são culturas colhidas anualmente, que servem tanto para a venda, consumo ou para alimentar os animais, como é o caso do milho.

No Gráfico 21, mostra-se que em 59,8% dos lotes há cultivo de legumes e verduras, principalmente abóbora, quiabo, pepino, beterraba, mandioca, alface, cebolinha e cheiro verde, destinados tanto ao consumo como a venda. O montante obtido por 33 famílias com a venda de legumes e verduras foi de R\$59.876,00 em um ano.

Gráfico 20 – Cultura de grãos no lote.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandes Carvalho.

Gráfico 21 – Cultura de legumes e verduras no lote.

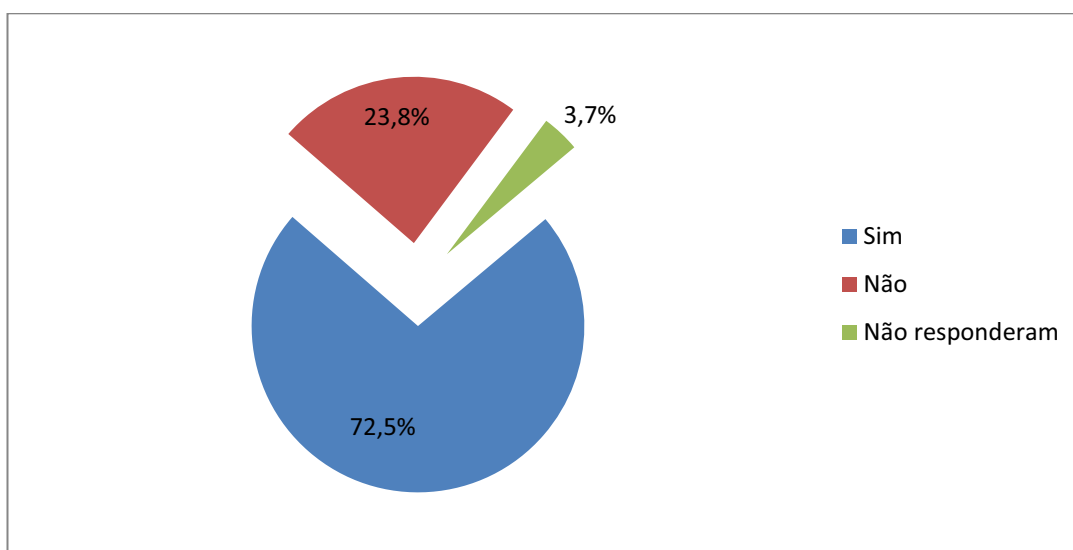
Fonte: Elaborado por Livia Hernandes Carvalho.

Em 72,5% dos lotes (Gráfico 22), cultiva-se frutas como laranja, limão, tangerina, poncan, melancia, banana, manga, goiaba, mamão, acerola, tamarindo, cajá-manga, amora, figo e pera. O valor auferido por 6 famílias foi de R\$16.250,00, em um ano

Antônio Sant'Ana e colaboradores (2007) atribui a pouca expressão, em área e renda gerada, das culturas perenes (fruticultura e outras) nos assentamentos da região, principalmente às barreiras encontradas na fase de comercialização e à insuficiência de sua formação técnica para desenvolver a nova atividade, além dos custos de implantação que são altos.

As verduras, legumes e frutas, quando são comercializadas, o são em feiras livres ou diretamente em na casa dos consumidores de casa em casa. Esses alimentos também podem ser comercializados através do Programa de Aquisição de Alimentos (do governo em parceria com entidades sociais) que é entregue para a Conab¹⁵, no qual os assentados recebem um valor máximo anual (R\$4.500,00) dos produtos que são vendidos.

Gráfico 22 – Cultura de frutas no lote.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

¹⁵ Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. (MDA, 1999).

Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios. Desta forma é possível comercializá-los no momento mais propício, em mercados públicos ou privados, permitindo maior agregação de valor aos produtos. A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais.

A diversificação da produção, portanto, não deve ser vista isoladamente, pois a consolidação de uma nova atividade que não visa apenas o autoconsumo da família ou do lote depende da forma como ocorre a sua inserção no mercado.

Nesse contexto, quase todas as famílias dos assentamentos têm em comum a criação de animais ou o cultivo de alimentos destinados ao autoconsumo familiar, além da produção para geração de renda. Isso constitui um ganho do ponto de vista da segurança alimentar que é muito valorizada pelos assentados e, sem dúvida, determinante para a saúde.

A maior parte dos alimentos que compõem a refeição é proveniente de produção própria dos assentados, sendo adquirido no mercado apenas o que não se produz no lote, como é o caso do arroz, às vezes a carne e alguns produtos industrializados e de higiene. Essa capacidade de produzir a maior parte dos alimentos confere aos assentados uma maior segurança alimentar se comparado ao período de acampamento ou mesmo antes da inserção na luta pela terra.

Além disso, observa-se uma mudança nos hábitos alimentares dos assentados, que associam a vida no assentamento com a possibilidade de se alimentar com tranquilidade, em horas certas, com um produto saudável, contrapondo à experiência vivida nas cidades.

A produção para o autoconsumo não contribui apenas para a segurança alimentar do núcleo familiar. Ocorre frequentemente uma troca de alimentos sem que haja movimentação financeira, mas que é significativamente importante para a segurança alimentar da comunidade. Esse esquema de trocas de alimentos ocorre como uma cortesia, visto que alguém oferece um produto que tenha cultivado aos vizinhos, em contrapartida, recebem um produto que o outro tenha produzido, mas, nem sempre a troca é imediata. Esse esquema de reciprocidade solidária contribui para assegurar uma alimentação mais diversificada ao longo do ano, sendo importante compreender nesse contexto, essa dupla dimensão da produção para autoconsumo e troca, pois influencia na segurança alimentar da comunidade.

Nesse contexto, considera-se aqui a vital importância do autoconsumo para as famílias no meio rural, pelo fato de que se trabalha sem remuneração e mesmo assim se tem acesso ao alimento, diferentemente do que acontece na cidade.

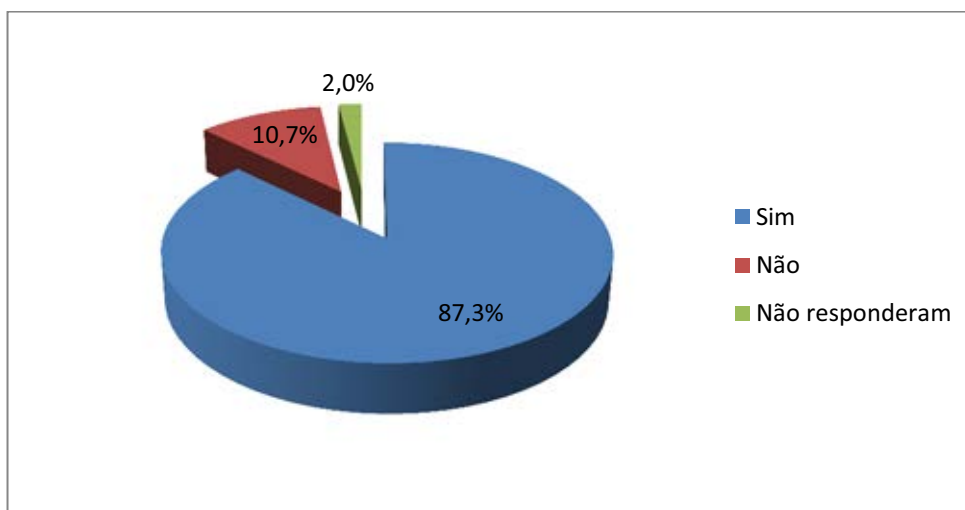
5.5 A Saúde nos Assentamentos

Nas entrevistas realizadas, os relatos dos assentados com relação à saúde foram muito negativos, no sentido de que a política de saúde nos assentamentos é limitada, mal planejada e executada.

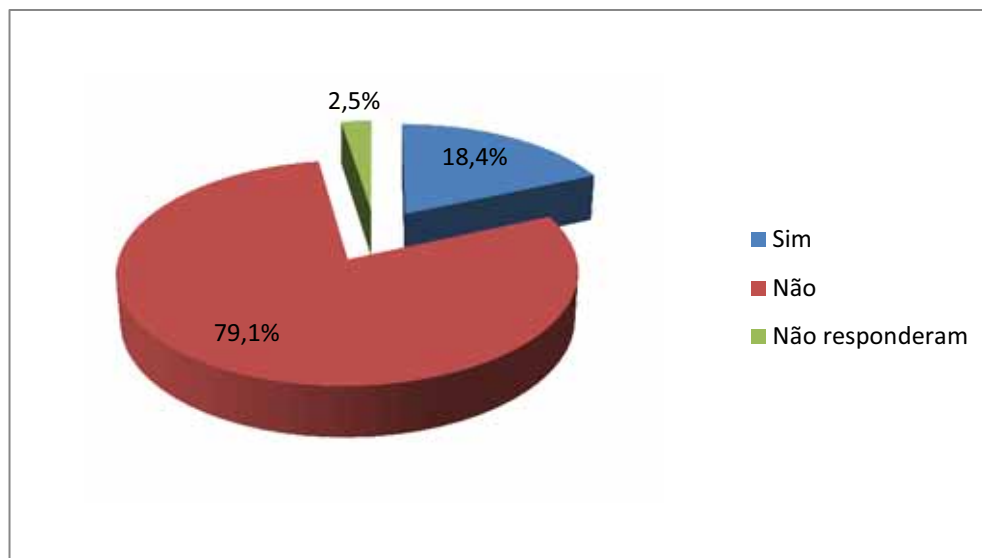
Os dados, apresentados nos Quadros 23 e 24, ilustram como os assentados recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS), que é público, do Governo Federal e aos médicos particulares. Observa-se que 87,3% dos assentados utilizam o SUS e apenas 18,4% são atendidos pelos médicos particulares devido à precariedade do atendimento pelo SUS e para evitar complicações maiores.

Entre aqueles que declararam ter sido atendidos por médicos particulares, 62,2% foram também atendidos através do SUS. Os assentados que utilizam os serviços do SUS também necessitam pagar pelos serviços médicos, quando o SUS não tem capacidade de atender toda a demanda de saúde, principalmente a rural.

Gráfico 23 – Percentual de assentados atendidos pelo SUS.



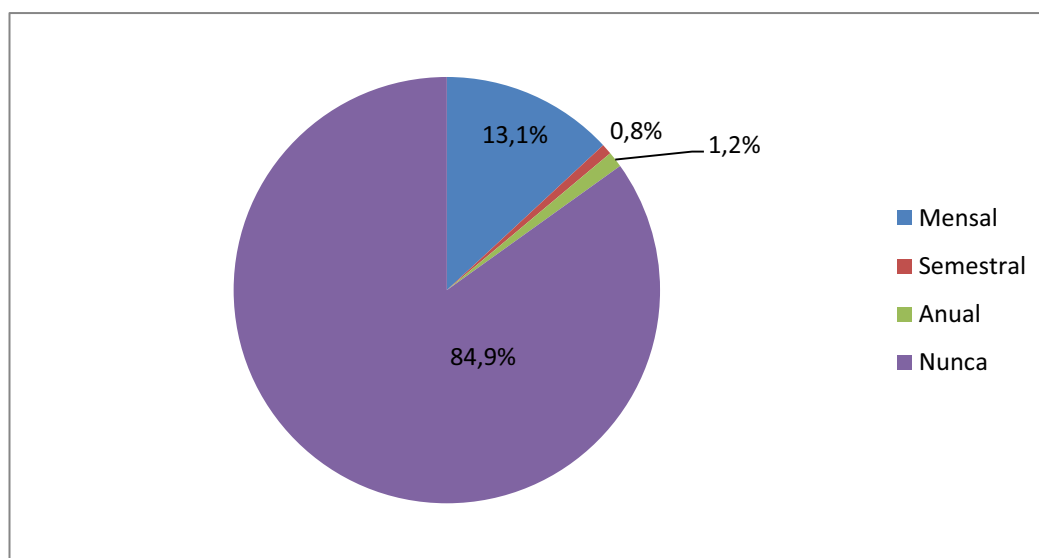
Fonte: Elaborado por Livia Hernandes Carvalho.

Gráfico 24 – Percentual de assentados atendidos por médicos particulares.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

No quesito atendimento de saúde no assentamento através dos agentes de saúde, médicos e agentes sanitários (que fazem combate à dengue e outros insetos), há também muitas reclamações por parte dos assentados.

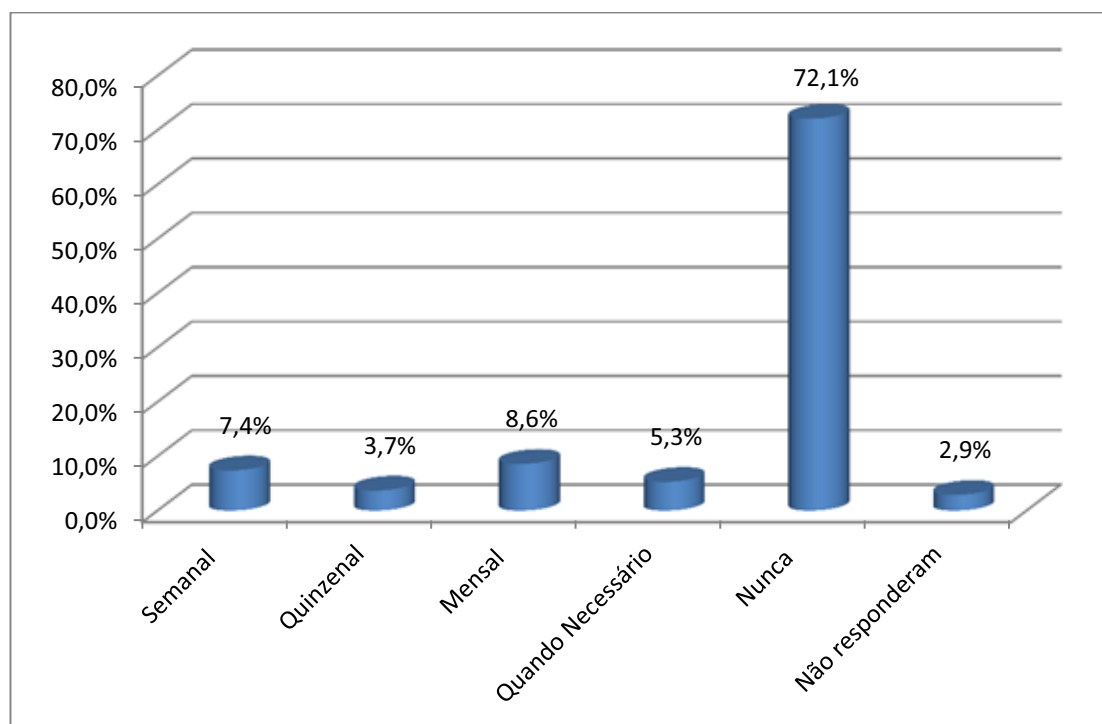
A presença dos agentes sanitários nos assentamentos é ínfima. Apenas 13,1% dos lotes receberam visita mensal desses profissionais, conforme ilustrado no Gráfico 25, o que contribui para uma disseminação maior da dengue e de outras epidemias nos assentamentos.

Gráfico 25 – Visita de agentes sanitários nos lotes.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

No Gráfico 26, mostra-se os resultados relacionados à visita dos médicos da família nos assentamentos. A maioria dos assentados (72,1%) afirmou não ter recebido visita do médico no assentamento. Apenas 25,0% mencionaram ter recebido a visita do médico, com alguma periodicidade.

Gráfico 26 – Visita de médicos da família nos assentamentos.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandes Carvalho.

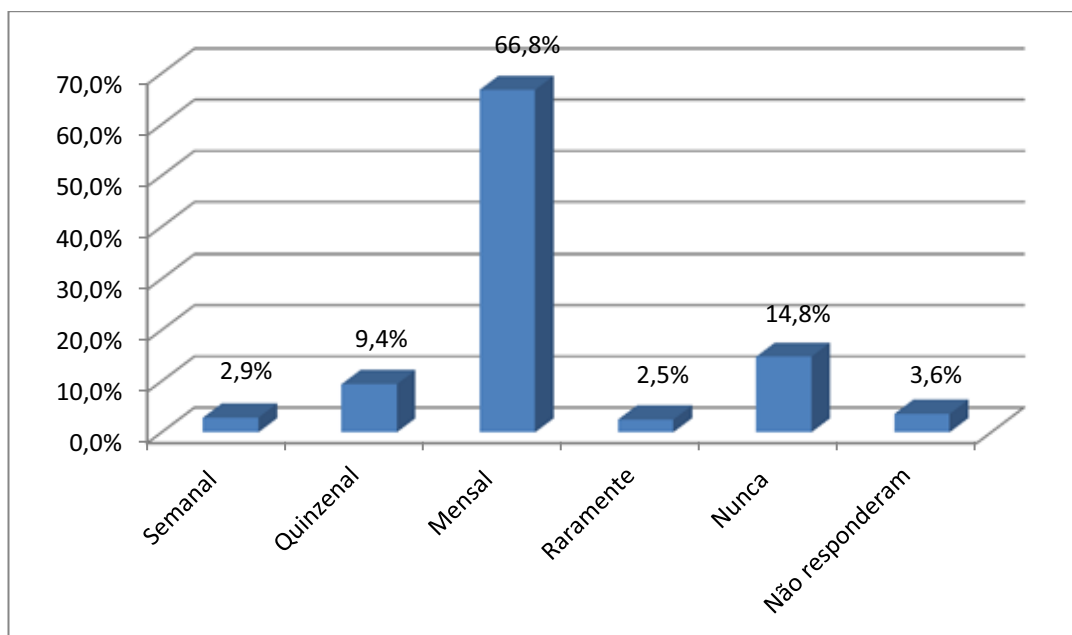
Os assentamentos possuem número ínfimo de postos de saúde, sendo a implantação dos mesmos reivindicação frequente nos lotes em que foi realizada a pesquisa, por terem importante papel na melhoria da saúde nos assentamentos.

Quando existe o posto de saúde, o médico raramente aparece para fazer os atendimentos. Nas entrevistas, os relatos de atendimento médico local às famílias assentadas (a falta dele) - seja através de um atendimento clínico para revisão médica ou diagnóstico de doenças preexistentes, seja para orientação quanto ao ambiente de moradia e suas condições de salubridade ou, mesmo, para preservação deste ambiente ou prevenção a doenças ou elementos agressores à saúde, estes, foram quase nulos.

A frequente troca de médicos no atendimento aos assentados também foi um ponto negativo ressaltado.

Através dos questionários pôde-se verificar que o único serviço de saúde que efetivamente existe dentro dos assentamentos é o do agente de saúde, que muitas vezes é da própria comunidade, conforme mostrado no Gráfico 27.

Gráfico 27 – Trabalho dos agentes de saúde nos assentamentos.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

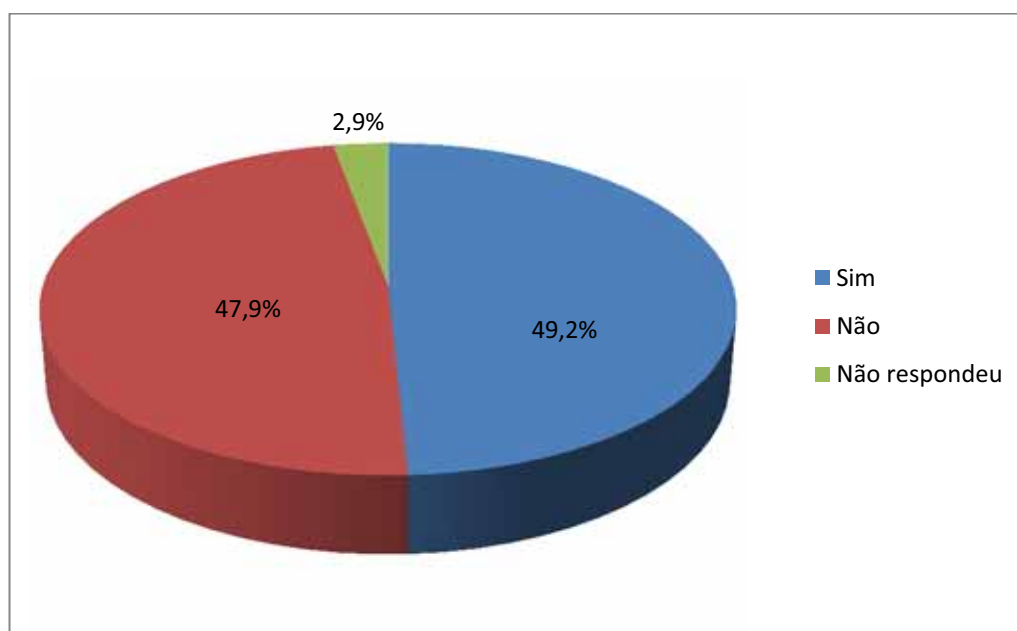
O trabalho dos agentes de saúde dos assentamentos consiste basicamente em identificar as doenças e orientar os pacientes para que procurem tratamento médico nas unidades de saúde externas ao assentamento. Outras atribuições desses agentes são: agendamento de consultas, entrega de medicamentos, verificação do peso das crianças e acompanhamento de pessoas com problemas de hipertensão, que na maioria dos casos são idosos.

No entanto, segundo as famílias entrevistadas, o atendimento dos agentes de saúde é prejudicado pelas condições de trabalho oferecidas pelas prefeituras dos municípios em que os assentamentos estão localizados. Além do número de agentes ser pequeno para atender ao grande número de famílias, falta-lhes transporte para as visitas, que são realizadas muitas vezes a pé. Inclusive, um dos agentes de saúde, em entrevista, afirmou que uma das maiores dificuldades no atendimento às famílias do assentamento é a grande distância entre os lotes e a inexistência de transporte próprio para esse fim.

O transporte através de ambulância também foi citado, na medida em que se alguém fica doente, é algum membro da família que tem que levar, porque as ambulâncias dos municípios se negam a entrar nos assentamentos, principalmente quando estes são distantes. Nesse contexto, as reclamações são fortes também, no sentido das dificuldades de transporte de pacientes que buscam assistência médica individual, ambulatorial ou hospitalar, tanto no atendimento pontual, quanto em tratamentos mais prolongados, como os de doenças crônicas, por exemplo.

Algumas soluções paliativas são buscadas, através do transporte de pacientes com carro próprio e recursos próprios dos assentados, para conseguirem atendimento médico de urgência/emergência. Além de poucos automóveis disponíveis, tanto nos municípios como nos assentamentos, o acesso pelas estradas aos assentamentos é muito difícil, precário e demorado. Quase metade das famílias estudadas nos assentamentos (49,2%) necessitaram de algum atendimento médico de emergência, conforme mostrado no Gráfico 28.

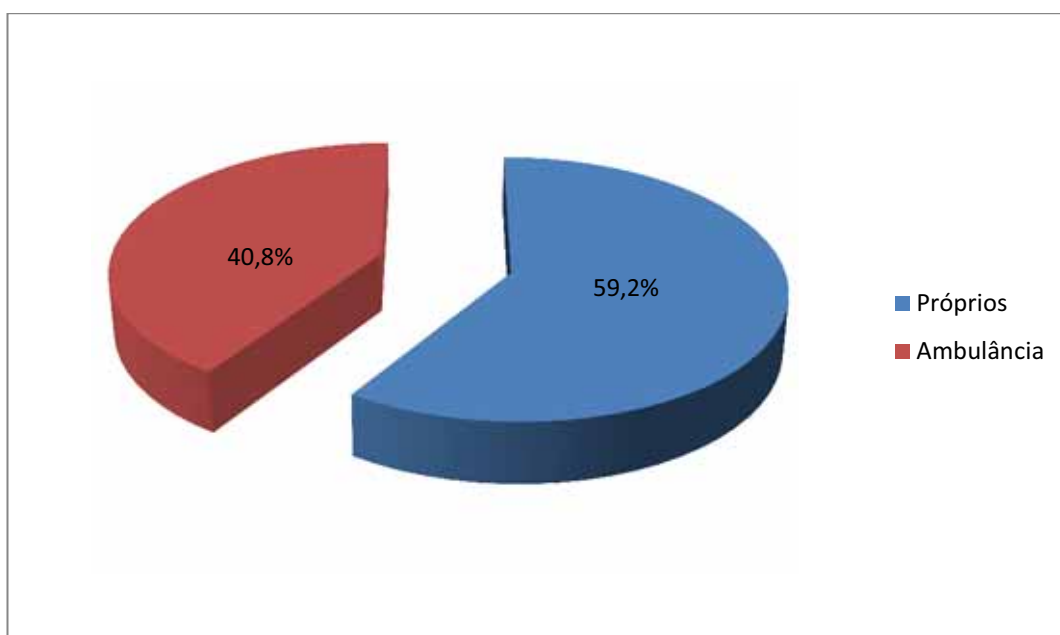
Gráfico 28 – Percentual de famílias que necessitaram de atendimento médico de emergência.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

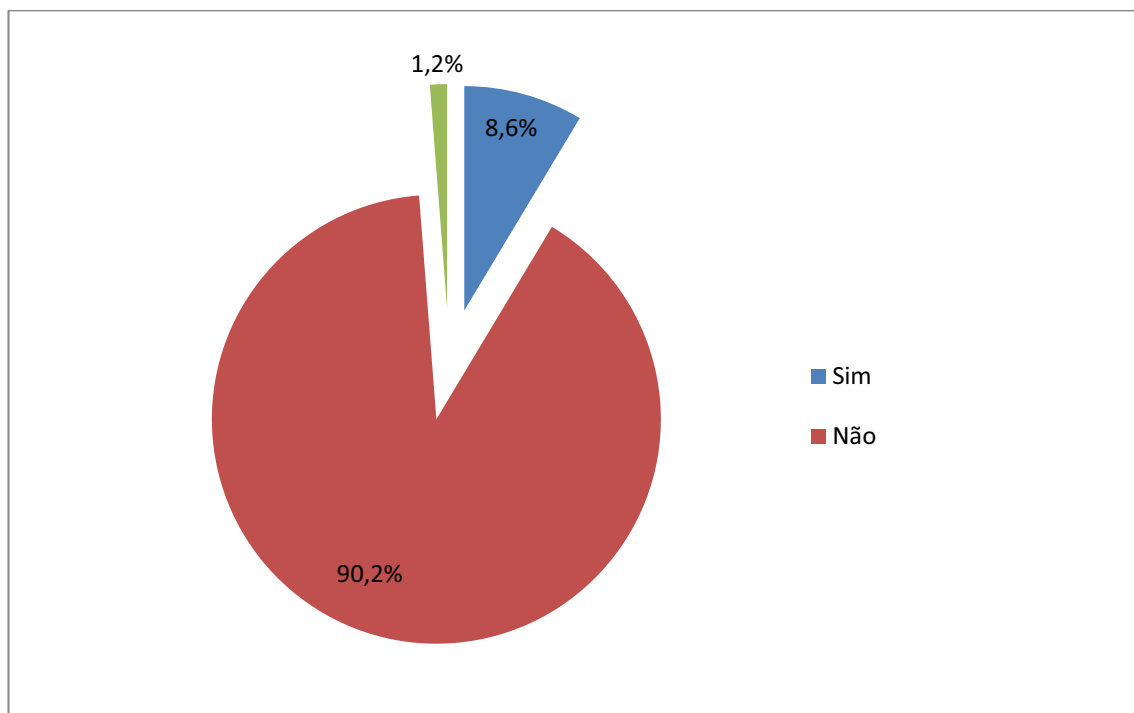
Das famílias que precisaram de algum tipo de atendimento de emergência, 59,2% delas tiveram que transportar o doente com recursos próprios. As ambulâncias foram utilizadas apenas em 40,8% dos atendimentos, conforme ilustrado no Gráfico 29.

Gráfico 29 – Meios utilizados para transporte no atendimento de emergência.



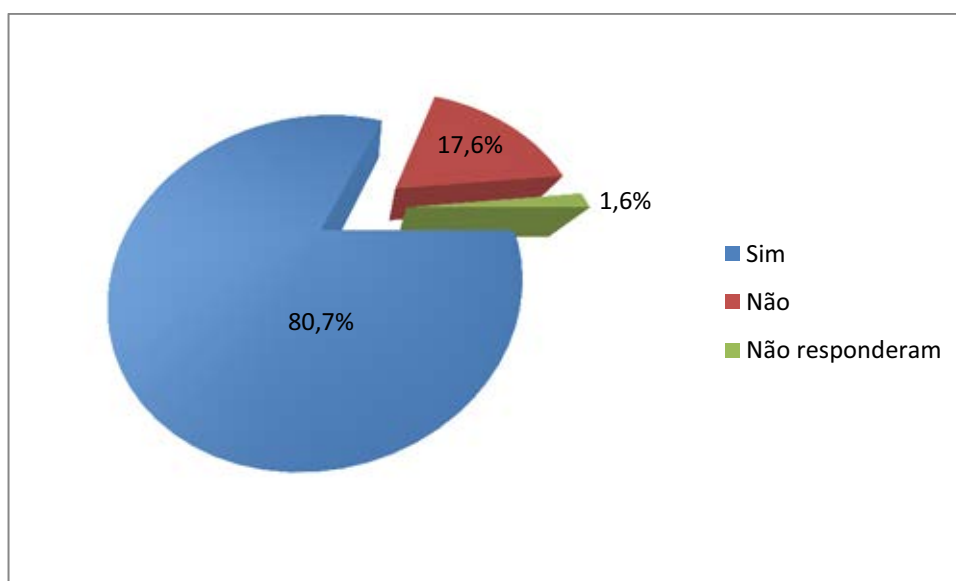
Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Há pessoas com necessidades especiais em apenas 8,6% das famílias dos assentados que responderam ao questionário da pesquisa, conforme ilustrado na Figura 5.30. Em mais de 90% das famílias, os assentados declararam não possuir nenhum membro do núcleo familiar com algum tipo de deficiência, seja ela educativa especial, visual, auditiva, física, mental ou múltipla.

Gráfico 30 – Pessoas com necessidades especiais.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Mais de 80% (Gráfico 31) dos assentados receberam imunização, mas ainda há um percentual maior que 17% de pessoas que não receberam imunização.

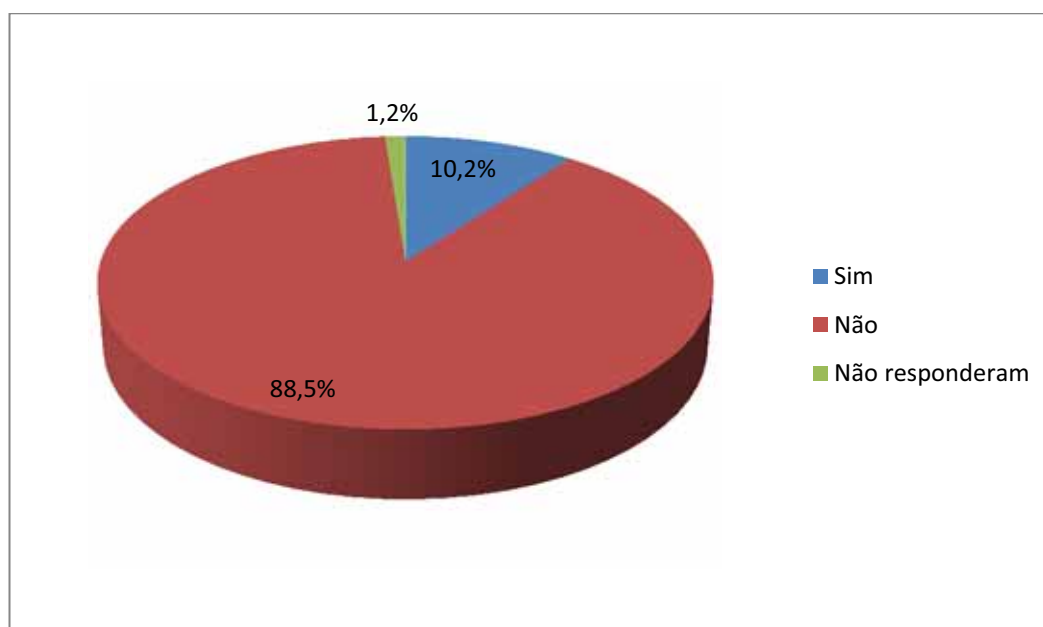
Gráfico 31 – Imunização dos assentados.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Um tema atualmente relevante na saúde pública é a questão da dependência química, que é colocada como uma das prioridades pelo Governo da Presidente Dilma Rousseff. Conforme mostrado na Figura 5.32, o percentual de assentados dependentes químicos das famílias estudadas é de mais de 10%. Esse é também um resultado que pode não ser considerado fiel, uma vez que quem tem esse tipo de problema frequentemente o omite.

Nas entrevistas realizadas, os assentados falaram de alguém que conhecem que precisam de tratamento, mas nunca citaram seu lote, pois esse problema social sempre “está no quintal do vizinho”.

Gráfico 32 – Dependência química.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Na pesquisa realizada pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), através de uma reportagem publicada pelo jornal “O Estado de S. Paulo”, sete entre cada dez brasileiros que ganham menos de R\$1.000,00 por mês bebem de forma abusiva, podendo-se incluir nesse contexto, os assentados pela renda que estes possuem. De acordo com a pesquisa, quanto menor a renda, maior é o consumo excessivo de álcool.

Esse levantamento, realizado em 149 municípios, com 4.607 pessoas, a partir de 14 anos, destaca que o consumo que já era grande, aumentou bastante nessa parcela da população, nos últimos seis anos. A bebida, vinculada para “esquecer da vida”, como uma

espécie de fuga, agora também está diretamente associada aos momentos de lazer, entretenimento e diversão.

Esta droga lícita traz enormes prejuízos para a população, porém, não foi possível levantar o número preciso de dependentes desta droga, uma vez que o alcoolismo é um assunto considerado tabu e muitas famílias preferem não conversar sobre o tema.

Infelizmente, a realidade do alcoolismo encontrada nos assentamentos tem contribuído para a situação degradante que alguns assentados vivem, podendo dessa forma ser um problema considerado de saúde pública, na medida em que o uso abusivo de álcool potencializa uma série de doenças psíquicas e físicas tais como a hepatite alcoólica e a cirrose, podendo ainda o álcool agir como imunossupressor e favorecer infecções, agravar úlceras pépticas, causar pancreatite, neuropatias, dentre outras doenças.

Por isso, em muitas famílias que possuem um membro dependente do álcool, as condições psicossociais são bastante complicadas, pois, além das dificuldades em se manter no assentamento, essas famílias têm em casa um problema de doença crônica que não recebe o devido tratamento e em muitos casos não é considerada como doença e/ou dependência.

Foi perceptível, na convivência com os assentados, que o grande vilão dentro dos assentamentos é o álcool consumido em menor escala através da cerveja (que é um item caro para os assentados) e principalmente através da pinga, que é uma bebida barata e de fácil acesso e consumo.

Em alguns lotes, apesar de ser uma proibição por parte do INCRA, existem bares (que também são espaços de diversão), com instalações simples e bastantes precárias, geralmente em um cômodo da casa, com a finalidade principal de vender bebidas e cigarros. Essa é uma forma tanto de alimentar o vício de quem os tem, como de complemento de renda para quem os vende, se tornando também um problema social dentro dos assentamentos por causa de discussões, brigas, agressões e desestruturação dos laços sociais e familiares.

Os conflitos familiares e interpessoais, também são frequentes, o que faz com que o dependente fique isolado, vivendo na solidão do assentamento, sem família, sem mulher, sem filhos e escondido da realidade.

Nesta pesquisa, foi possível constatar que não existe qualquer campanha, programa de saúde pública e estratégia efetiva do governo para o combate no uso excessivo do álcool, ou que alerte para os males que a bebida acarreta para a população. Essa realidade contribui para que cada vez mais assentados entrem no vício, que afeta diretamente a produção desenvolvida nos lotes, se é que ela existe, quando a família possui esse tipo de problema.

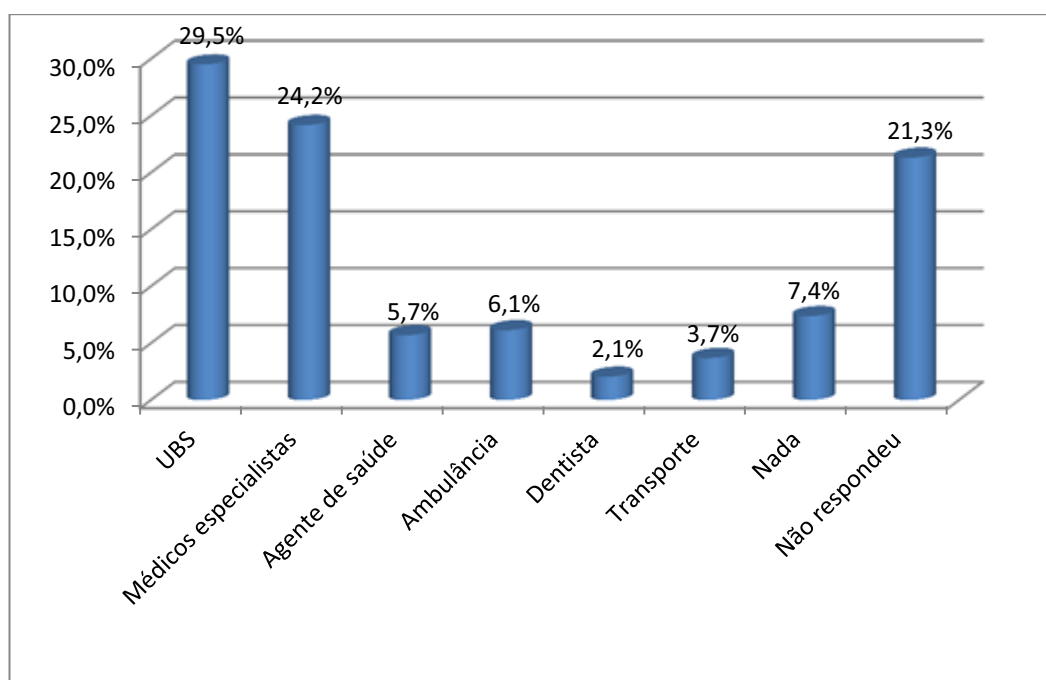
A análise feita com relação à saúde nos assentamentos, de acordo com os relatos colhidos na pesquisa de campo, mostram algumas situações graves que devem ser repensadas no sentido de se fazer uma política pública de saúde diferente da que está sendo atualmente executada.

Tal situação é resultante das experiências negativas anteriores já realizadas (projetos inacabados e programas extintos; unidades de saúde prontas, mas sem utilização; prédios que foram desativados e estão hoje abandonados; desencontro com as estruturas e as equipes educacionais etc.) e da baixa consciência político-sanitária e rural, verificada pela inadequação das reivindicações por melhores serviços e ações de saúde, seguida pela pouca prioridade dada à situação de saúde entre as bandeiras políticas dos movimentos populares.

Por exemplo, os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde, previstos na organização do Sistema Único de Saúde do país, exigem em sua composição 50% de participação dos usuários. Nos lotes pesquisados, encontrou-se baixa participação dos assentados, quando não inexistente, nessas instâncias de negociação entre a sociedade civil e os governos.

Os assentados foram solicitados para apresentar sugestões para melhorar a saúde nos assentamentos. No Gráfico 33 são apresentados os resultados de suas opiniões.

Gráfico 33 – Sugestões dos assentados para melhoria da saúde nos assentamentos.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandes Carvalho.

Conforme se pode observar, de acordo com a opinião dos assentados, principalmente o SUS e a disponibilidade de médicos especialistas são prioridades para a melhoria da saúde nos assentamentos.

Um outro dado referente à saúde diz respeito à insatisfação da assistência médica disponibilizada à doentes ou acidentados, que reflete a baixa oferta de serviços como também a ausência de medidas de prevenção de doenças e de acidentes nos assentamentos.

Nesse contexto, o cenário exige a criação de um novo modelo de promoção e assistência à saúde para as famílias assentadas pela reforma agrária, que deve ser incluído na política orientada à população rural. Não se quer dizer aqui, que deve haver uma proposta de saúde exclusiva para assentados, mas uma proposta que não deve estar só no plano teórico, mas sim na execução de uma política de saúde a ser implementada para a área rural e para as famílias que aí vivem, estudam e trabalham. É necessário conhecer-se previamente os riscos de agravos à saúde existentes em cada região, pois a obtenção dos dados e informações sobre essa realidade deve anteceder qualquer ação de assentamento.

Uma outra crítica diz respeito ao Sistema Único de Saúde, que não acompanhou a questão agrária, ao desenvolver um sistema de saúde basicamente urbano, não só na sua estrutura física, mas, também nos conceitos emitidos, nos processos educativos aplicados, nos métodos de trabalho e no relacionamento com usuários, levando ao isolamento, desaparecimento e omissão das diversas iniciativas existentes para a área rural.

Assim, o crescimento das cidades e suas consequências, juntamente com a centralização do atendimento médico em hospitais, em detrimento da atenção ambulatorial e preventiva, são as causas principais desse despreparo do SUS e dos profissionais para intervir no meio rural. Investe-se cada vez mais em tecnologias e procedimentos especializados, porém, a ciência médica afastou-se do ambiente familiar e rural e não construiu instrumentos adequados de enfrentamento de saúde dos assentados, como uma das prioridades dessa política pública.

5.6 A infraestrutura existente nos lotes

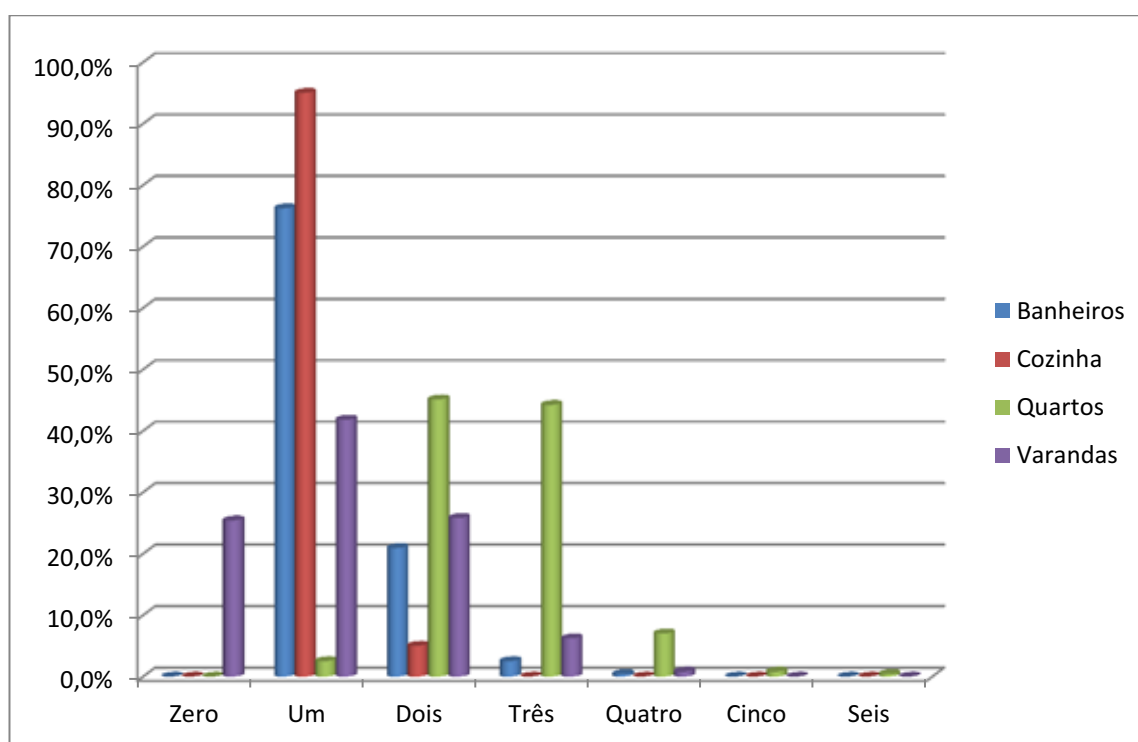
Este item se refere às infraestruturas para o desenvolvimento local do meio rural, que pode ser avaliado através de infraestrutura básica de habitação, rede de esgoto, abastecimento de água, eletrificação, utilização do lixo, máquinas e implementos agrícolas, itens domésticos dentro dos lotes, utilização de produtos destinados à melhoria da produção, etc, que são pré-requisitos para que o desenvolvimento dos assentamentos se efetive.

5.6.1 A Habitação

A habitação contém um elemento cultural, simbólico, organizador da sociabilidade e do cotidiano, sendo esta a referência de lugar das pessoas.

Tem havido uma melhoria nas condições das casas dos assentados. No Gráfico 34 constata-se que mais de 40% das casas têm 3 quartos, 20% possuem 2 banheiros, cerca de 33% das casas possuem mais que 2 varandas. No entanto, no interior de várias delas ainda o piso é de terra batida, sendo este um fator de insalubridade.

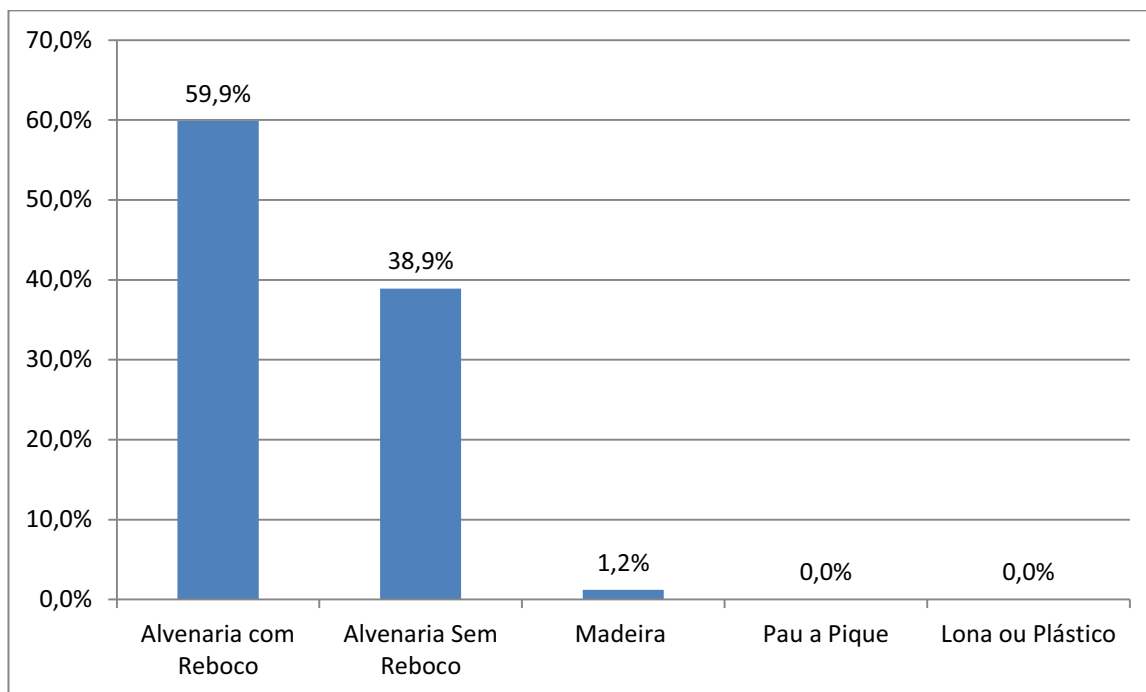
Gráfico 34 – Número de cômodos das casas dos assentados.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandes Carvalho.

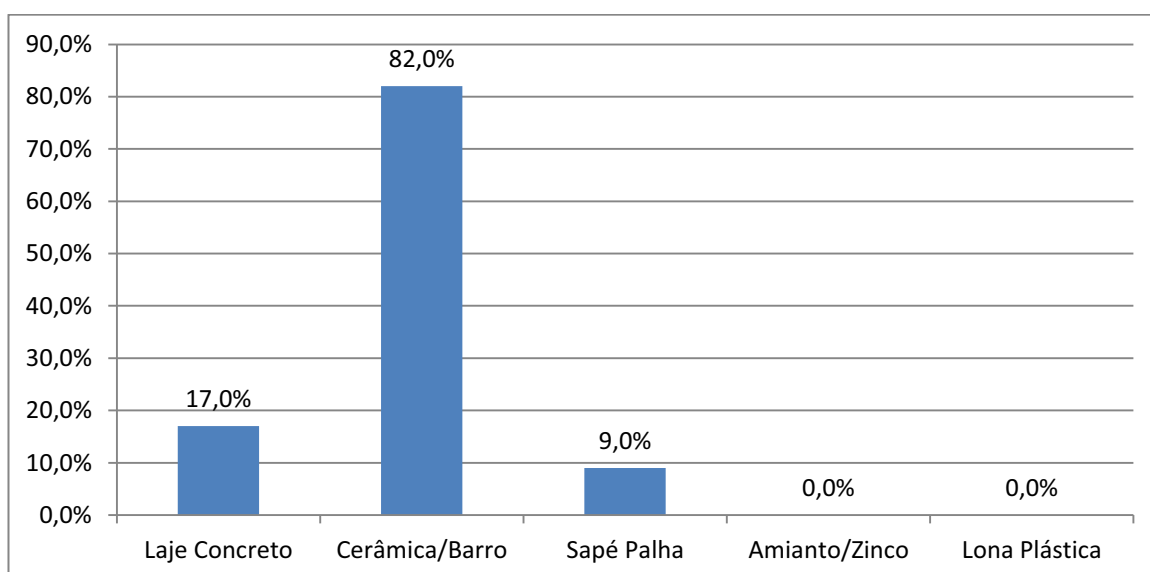
No Gráfico 35, mostra-se que 98,8 % das casas dos assentados são de alvenaria, sendo que 59,9% delas possuem paredes rebocadas. Apenas 1,2% são de madeira, não existindo casas de pau a pique ou de lona.

Nas visitas, observamos que muitas casas estão em más condições de conservação, não têm forro, o que afeta a saúde dos moradores, pela poeira que estes ficam expostos diariamente, principalmente em épocas de seca, mas também nos dias de chuva, em que ficam mais propensos às gripes, e os poucos móveis existentes estragam devido à umidade.

Gráfico 35 – Material das paredes das casas.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Apenas 9% das casas têm telhado de sapé ou de palha, conforme se pode observar no Gráfico 36, não havendo casas com telhado de zinco, amianto ou de lona plástica. 82,0% das casas têm telhado de barro ou cerâmica e 17,0% delas têm laje.

Gráfico 36 – Material do telhado das casas dos assentados.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

É importante destacar que as casas geralmente são construídas com o recurso¹⁶ da habitação que o INCRA libera, com muita burocracia e demora, quando essas famílias são assentadas. Nesse sentido, há que se fazer uma observação que apesar do recurso ser liberado pelo Governo através do INCRA, este, no valor de R\$15.000,00, é insuficiente para se erguer uma casa nos padrões mínimos de atendimento das necessidades de uma família, por menor que ela seja. Apenas a partir de 2003, no Governo Lula, estes recursos passaram a ser liberados para os assentados.

Não se está aqui desmerecendo o valor que é liberado, pois é com este recurso que muitas famílias adquirem suas casas e não precisam mais pagar aluguel. A ressalva aqui é no sentido de que este valor é insuficiente, tendo que os assentados construírem suas moradias através da ajuda mútua e também trabalhar de outras formas, que não através da produção no lote para poderem melhorar as condições de suas moradias.

Nesse contexto, as condições habitacionais têm sido arroladas entre os critérios para uma análise das condições sociais de vida e identificação da pobreza no Brasil (LOPES, 1995; LEONE, 1994). Assim, uma melhoria da situação habitacional nos assentamentos representa uma importante mudança das condições de vida desses assentados.

Outro ponto a ser considerado com relação à construção civil dentro dos assentamentos diz respeito à integração comercial com os municípios e com a região. Quase tudo que é consumido e comprado para as necessidades dos assentados, seja material de construção, peças para manutenção dos veículos dos assentados, eletrodomésticos, comprados com prestações a perder de vistas e juros muito altos, alimentos comprados nos mercados, remédios, vestuários, móveis, insumos, gado etc., têm um significado de grande relevância nos municípios nos quais os assentamentos estão inseridos, na medida em que esse dinheiro gasto pelos assentados em seus estabelecimentos comerciais tem um retorno grande nos municípios sedes dos assentamentos, causando um impacto favorável na dinâmica econômica principalmente dos pequenos municípios.

¹⁶ Os recursos que o INCRA libera quando as famílias são assentadas, estão na Normativa 68 do INCRA e se encontram especificados nos Apêndices deste trabalho.

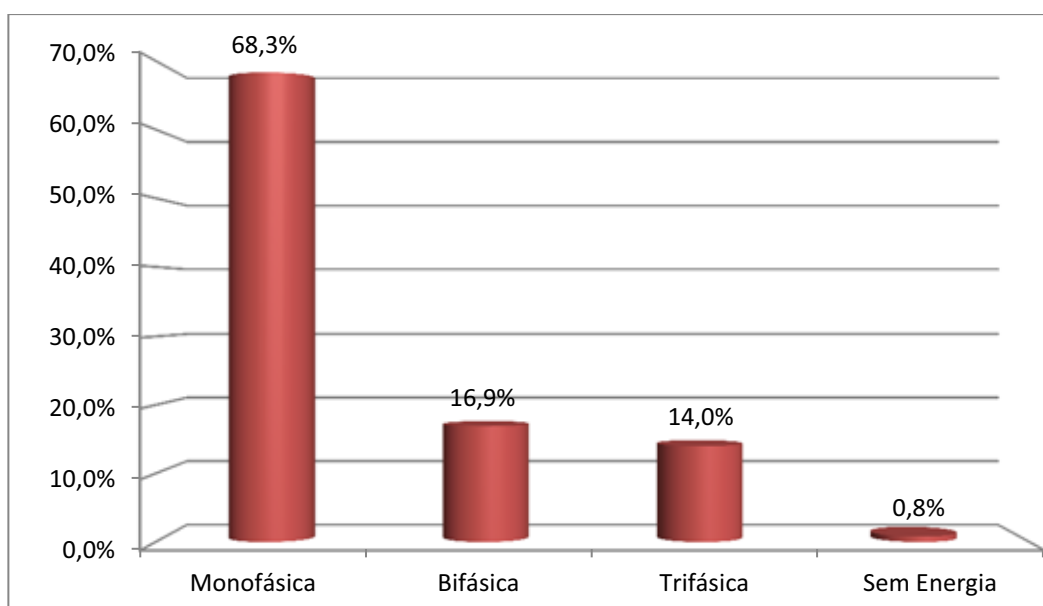
5.6.2 A Energia Elétrica

Apenas 0,8% das casas dos assentados não têm energia elétrica, conforme se observa no Gráfico 37. A Energia elétrica foi implantada nos assentamentos mais recentes através do Programa Luz para Todos¹⁷.

O padrão de energia mais utilizado é o monofásico, presente em 68,3% das residências. Ele atende às necessidades da maioria das casas, tendo a vantagem de ser construído com custos reduzidos, uma vez que sua implantação é relativamente simples, o que implica em menores custos de manutenção e operação.

Já a energia trifásica está presente em apenas 14 % dos lotes, fato esse que contribui na melhoria da produção.

Gráfico 37 – Padrão de energia elétrica utilizada nos assentamentos.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

¹⁷ Criado em 2003 pelo Governo Federal, por meio do Ministério de Minas e Energia (MME) e com a participação da Eletrobrás e suas empresas controladas, o Programa Luz para Todos nasceu com o objetivo de levar luz a 2 milhões de domicílios rurais no Brasil, que antes viviam na escuridão. Com a implantação e divulgação do Programa, foram acrescidos 900 mil domicílios à meta inicial. Os Agentes Executores do Programa são as Concessionárias de energia elétrica e Cooperativas de eletrificação rural. O Programa Luz para Todos faz parte da estratégia do Governo Federal de utilizar a energia elétrica como instrumento para o desenvolvimento econômico das comunidades atendidas e para a redução dos índices de pobreza e da fome. A chegada da luz vem representando mais conforto, melhoria da qualidade de vida e novas possibilidades de geração de renda para as famílias beneficiadas contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das áreas beneficiadas. O Programa também facilita a integração das iniciativas públicas no meio rural, tanto no que diz respeito aos programas sociais e ações de atendimento de serviços básicos (educação, saúde, abastecimento de água) quanto às políticas de incentivo à agricultura familiar, aos pequenos produtores e comerciantes locais. O objetivo do Programa é que o acesso à energia elétrica contribua para a diminuição da pobreza e aumento de renda das famílias atendidas. (ELETROBRAS. ELETROSUL, online).

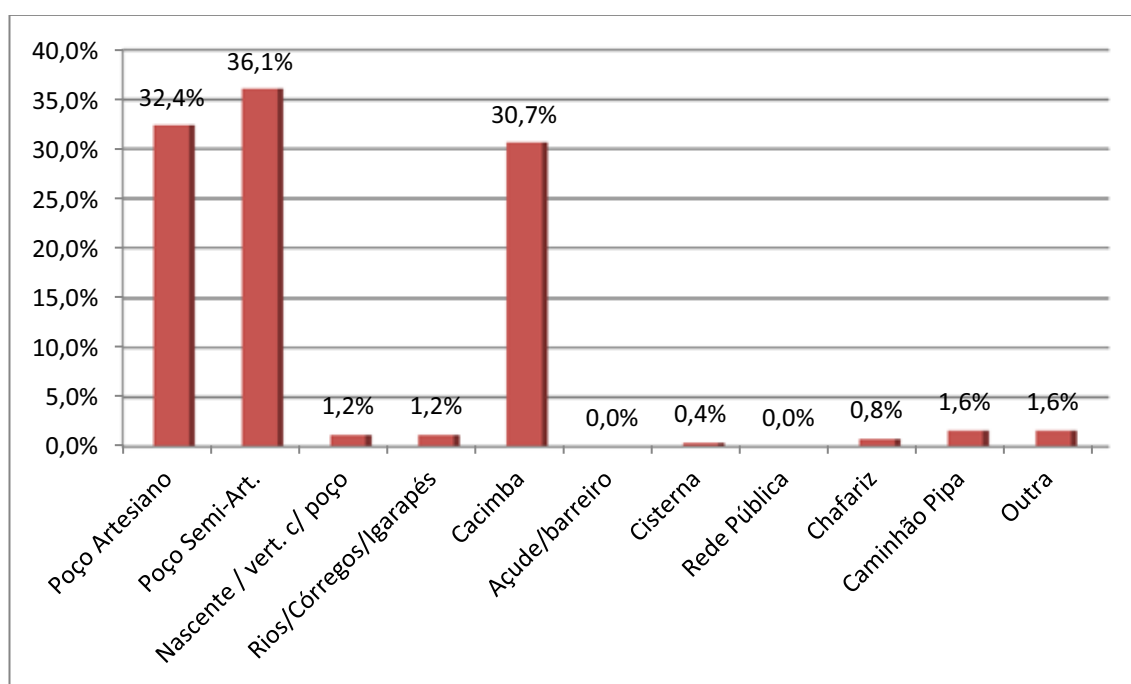
5.6.3 Fontes de abastecimento de água e tratamento de dejetos

No Gráfico 38 mostra-se que 36,7% dos lotes dos assentamentos da região de Andradina são abastecidos por poços semi artesianos, 32,4% por poços artesianos e 32,4% por poços cacimbas.

Os poços cacimbas, apesar de ser uma alternativa para o lote, é considerado ruim, pela sua pouca capacidade de armazenamento de água, o que o torna insuficiente, muitas vezes, para atender as necessidades que o lote exige, principalmente em épocas de seca.

Os poços cacimbas, apesar de ser uma alternativa de água para o lote, é considerado ruim, pela sua pouca capacidade de armazenamento de água, principalmente em épocas de seca e também por ser insuficiente para as necessidades que o tamanho do lote exige.

Gráfico 38 – Fontes de abastecimento de água dos lotes.



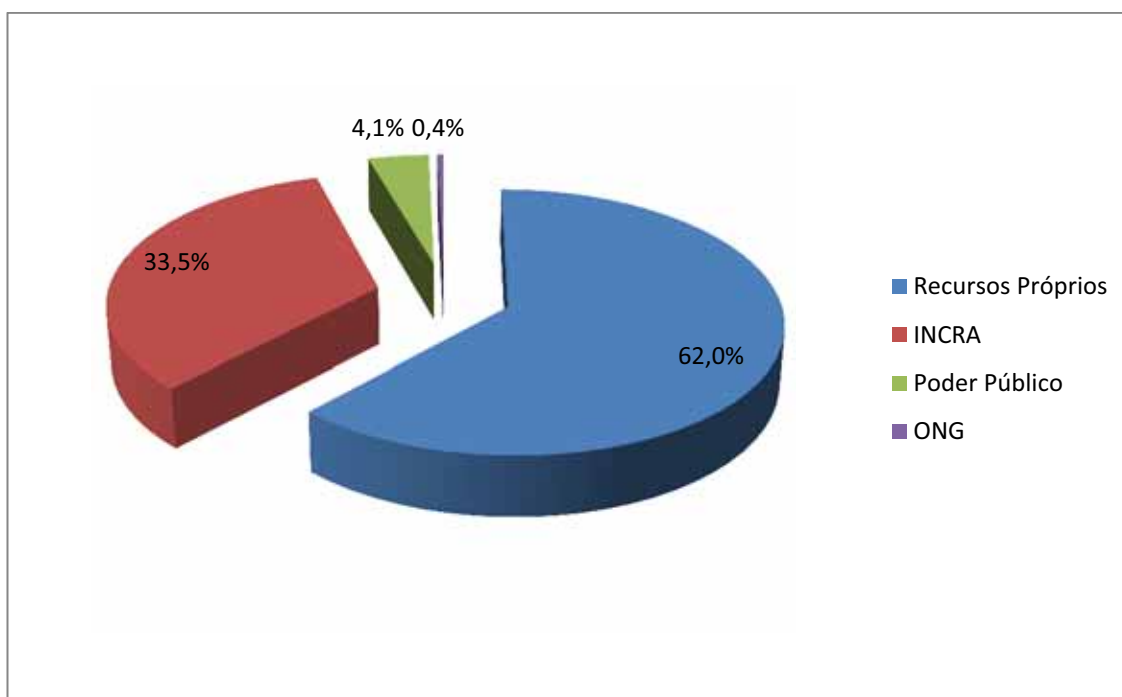
Fonte: Elaborado por Livia Hernandes Carvalho.

Com exceção dos poços tubulares, construídos por empresas particulares, a serviço do INCRA, os poços manuais cacimbas localizados nas residências, foram construídos pelos próprios proprietários dos lotes, de forma rústica, sem elementos básicos que protejam de forma eficiente a água de potenciais fontes de contaminação.

Grande parte dos poços apresenta formas de proteção precárias, que dependendo da sua instalação permite a entrada de animais, como sapos, por exemplo, que lá morrem e se decompõem, sendo esta a água que as famílias vão tomar.

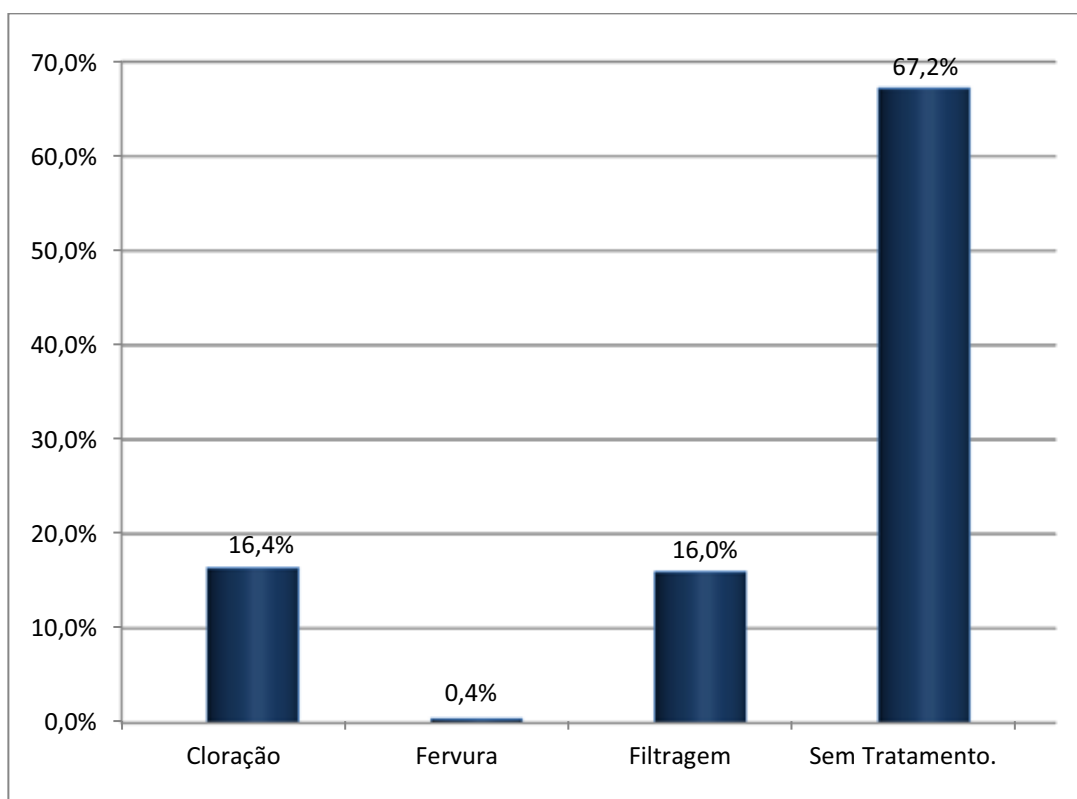
Devido principalmente à burocracia do INCRA na liberação de crédito, 62,0% dos poços dos lotes foram construídos pelos próprios assentados (Gráfico 39). O INCRA construiu 33,5% e o poder público apenas 4,1% dos poços.

Gráfico 39 – Quem construiu os poços nos lotes.



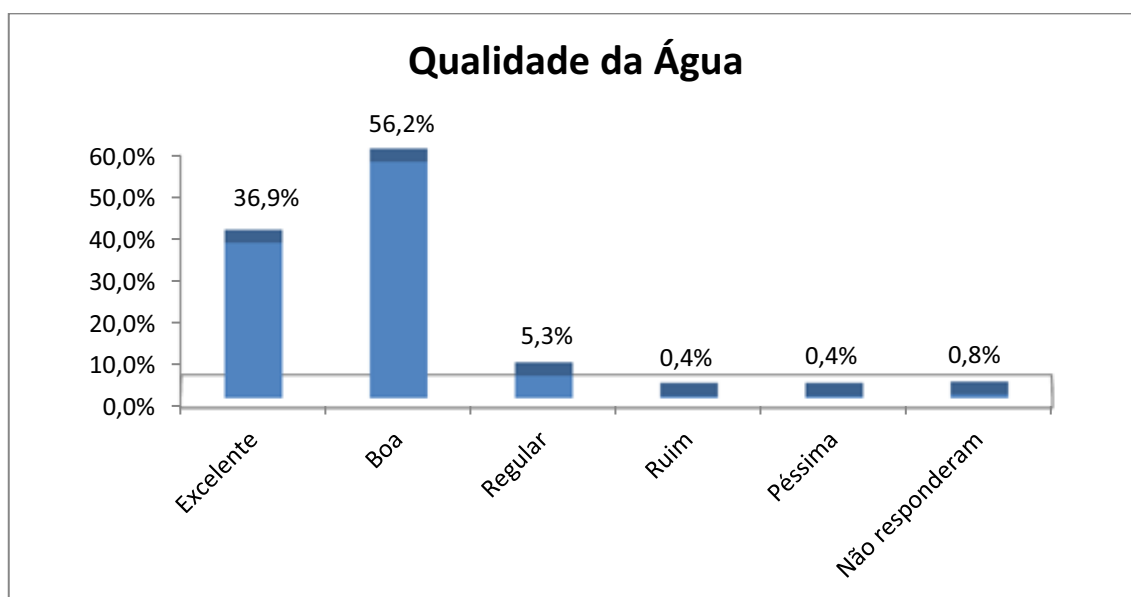
Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Em 67,2% dos lotes, a água não recebe qualquer tipo de tratamento, conforme pode ser visto no Gráfico 40.

Gráfico 40 – Tratamento de água.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandes Carvalho.

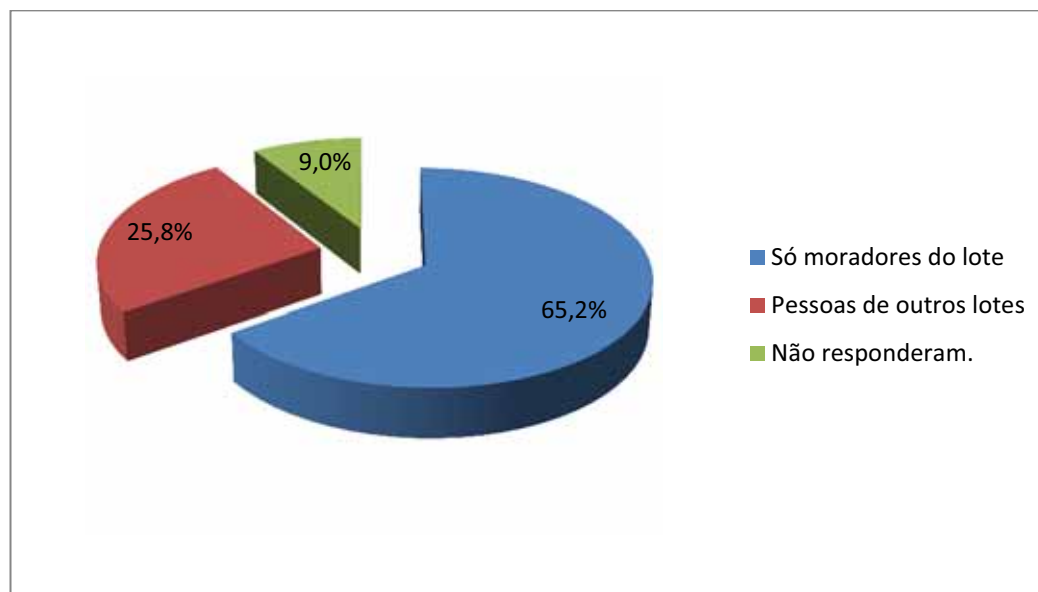
Na grande maioria dos casos, os assentados relataram não sentir gosto ou odor na água em qualquer momento de consumo, e consideram a qualidade da água boa em mais da metade dos lotes pesquisados (56,2%), e excelente em 36,9% dos lotes, conforme mostrado no Gráfico 41, representando nesse contexto, que os assentados não têm conhecimento dos riscos que a contaminação da água, ou o que cai num poço, por exemplo, pode representar para a saúde das famílias. Um outro argumento dos assentados é de que a água captada através de poços profundos, na maioria das vezes, não precisa ser tratada, bastando apenas a desinfecção com cloro.

Gráfico 41 – Qualidade da água na opinião dos assentados.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Durante as visitas para coleta de dados, observou-se alguns fatores sanitários e ambientais que podem ainda contribuir para uma possível contaminação na água, dentre os quais pode-se destacar: a forma de construção dos poços, a inexistência de fontes de proteção, como tampas ou telas, a localização de fossas não muito distantes do poço, a declividade do terreno em relação ao poço e a presença de outras fontes de contaminação como locais de deposição de lixo doméstico, sanitários e fertilizantes agrícolas.

Quando indagados sobre quem utiliza o poço de seu lote, 65,2% informaram que apenas os moradores do lote e 25,8% informaram que moradores de fora do lote utilizam o poço de seu lote, conforme ilustrado no Gráfico 42.

Gráfico 42 – Quem utiliza o poço do lote.

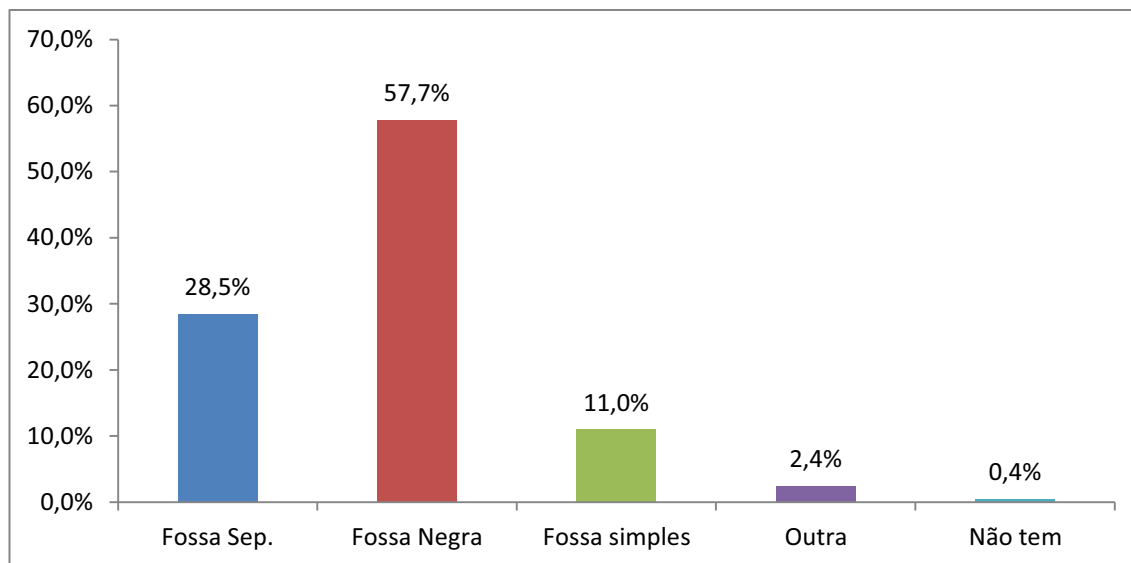
Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Agora focalizando a questão do tratamento de dejetos no lote ou esgoto¹⁸, observa-se, analisando-se a Figura 5.43, que em 57,7% dos lotes o tratamento de dejetos é realizado através da fossa negra, um buraco cavado na terra onde os dejetos – água de lavagem de roupa, de louça, da pia, do chuveiro e do vaso sanitário – são despejados e infiltra diretamente no solo, contaminando e poluindo tudo que está na terra, os lençóis freáticos, os aquíferos subterrâneos e superficiais.

Outra característica desse tipo de fossa, é que os dejetos humanos que são depositados nesses buracos podem ser veículos de germes e situações favoráveis à transmissão de doenças como a febre tifóide e paratifóide, diarreias infecciosas, amebíase, ancilostomíase, esquistossomose, teníase, ascaridíase, etc.

Apenas 28,5% dos lotes possuem fossas sépticas. A fossa séptica é cara e a política de reforma agrária não a prioriza, como forma de conservar o meio ambiente, bem como o governo pouco destina recursos para construí-las.

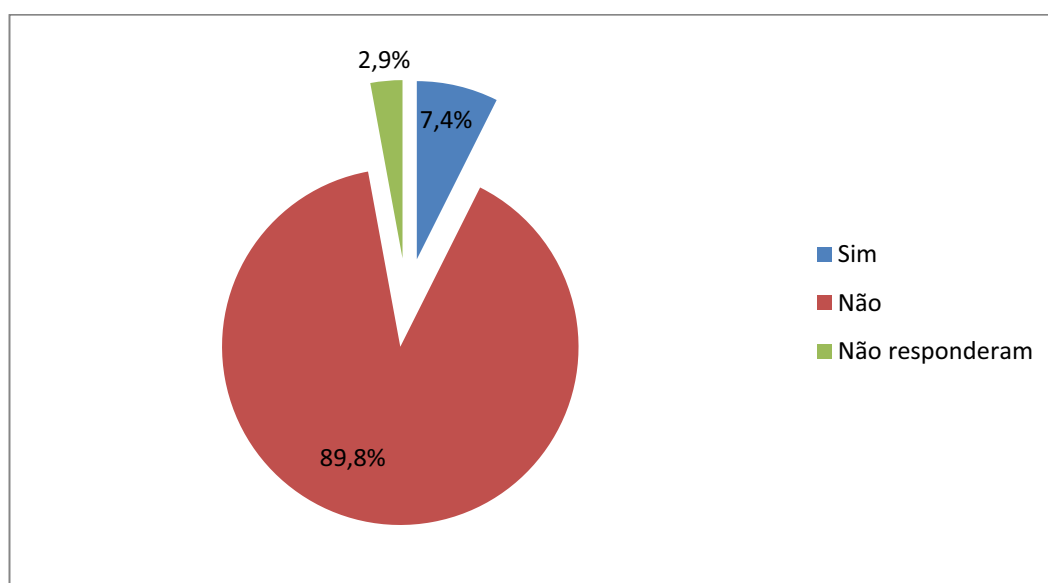
¹⁸ Esgoto é o termo usado para as águas que, após a utilização humana, apresentam as suas características naturais alteradas. Conforme o uso predominante: comercial, industrial ou doméstico essas águas apresentarão características diferentes e são genericamente designadas de esgoto, ou águas servidas.

Gráfico 43 – Tratamento de dejetos.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

5.6.4 O lixo nos Assentamentos

Na maioria das comunidades rurais brasileiras não há serviço público ou particular para realização da coleta do lixo. Nos assentamentos da região de Andradina, conforme ilustrado no Gráfico 44, não há coleta de lixo em 89,8% dos lotes pesquisados.

Gráfico 44 – Coleta de lixo nos lotes dos assentamentos.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Isso acarreta maior risco de poluição e comprometimento da saúde das pessoas. A falta de um sistema de descarte consolidado e eficiente nas localidades rurais pode ocasionar sérios problemas ao ambiente, como a contaminação da água, do solo e até dos alimentos produzidos nas lavouras.

Segundo Darolt (2002) o lixo rural é composto tanto pelos restos vegetais da cultura e materiais associados à produção agrícola - como adubos químicos, defensivos e suas embalagens, dejetos animais, produtos veterinários, quanto por sobras semelhantes às produzidas nas cidades - como restos de alimentos, vidros, latas, papéis, papelões, plásticos, pilhas e baterias, lâmpadas etc.

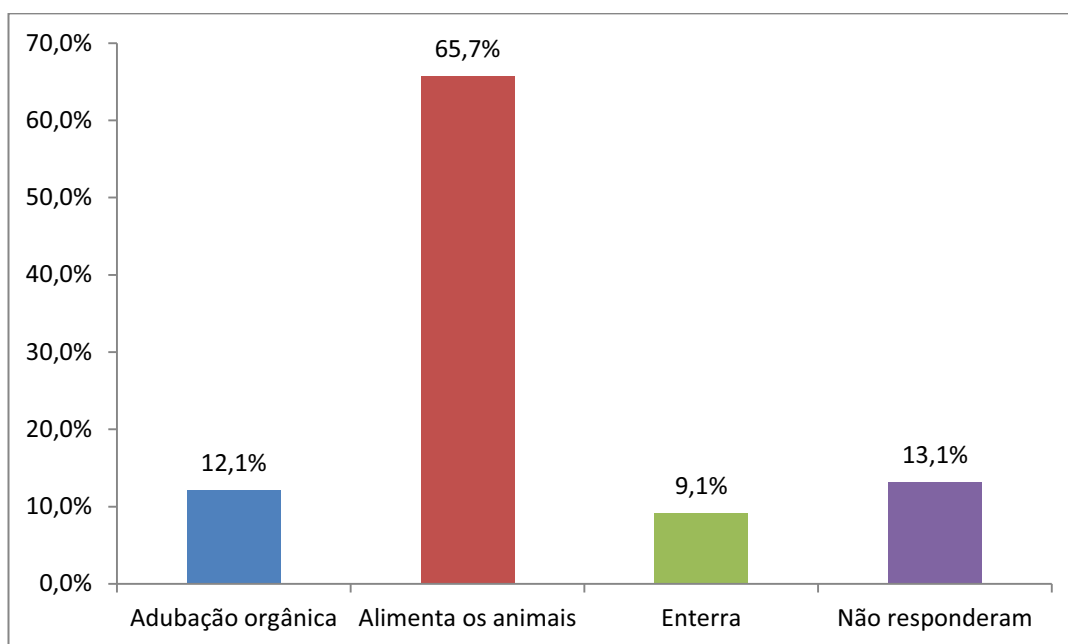
Este é um assunto de grande relevância para os assentamentos, observando-se neste trabalho a necessidade de um maior cuidado com o acúmulo de lixo no entorno dos domicílios. Por meio da observação direta, pôde-se constatar mau cheiro, hábito de jogar restos de alimentos em frente às portas das cozinhas, somado ao fato de que os animais, como cachorros, galinhas, gatos, patos, etc., são criados soltos no terreiro e havendo acúmulo de fezes de animais próximos às casas. Como praticamente não há coleta de lixo nos lotes, frequentemente a sua deposição é feita em áreas impróprias prejudicando o meio ambiente e a população local.

Apesar da separação aqui em lixo orgânico e inorgânico, em muitos lotes, o lixo não é selecionado, é jogado de qualquer maneira no solo, sendo na sua grande maioria queimado, diminuindo a quantidade de nutrientes no solo e também possibilitando o surgimento de doenças.

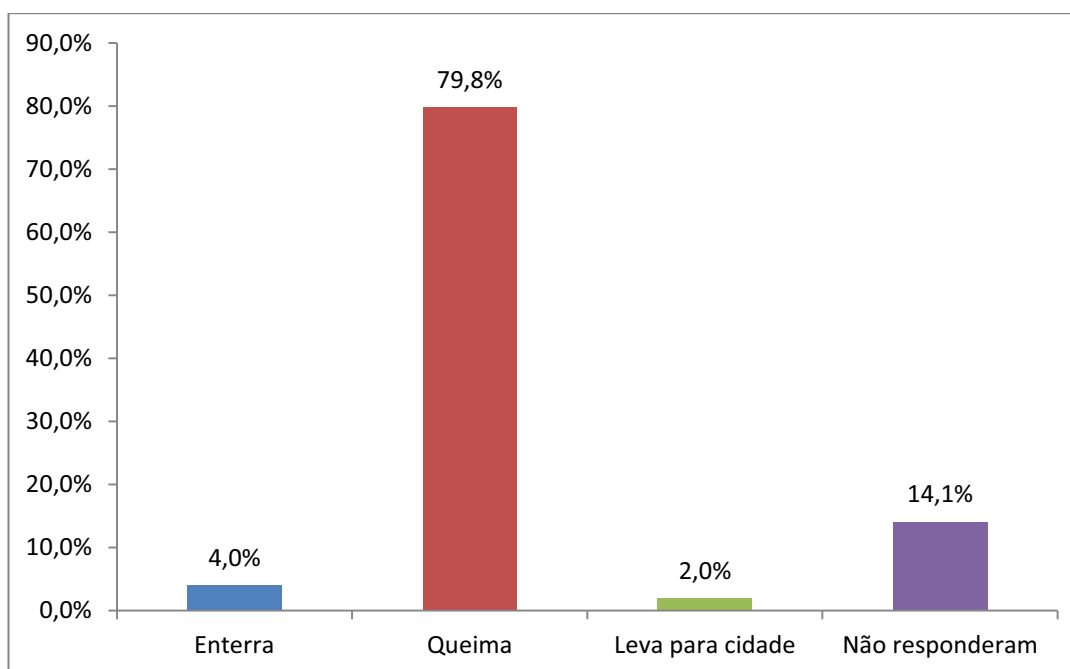
Os assentados foram questionados a respeito da destinação do lixo orgânico. Na pesquisa em tela, afirmam que o lixo orgânico é destinado à alimentação dos animais em 65,7%% dos casos, e para a adubação em 12,1% dos lotes (Gráfico 45). A queima do lixo orgânico foi declarada em apenas 9 % dos lotes.

Com relação ao lixo inorgânico, 79,8% dos assentados declararam que queimam esse tipo de lixo por falta de coleta de lixo dentro do assentamento (Gráfico 46). Este é um dado preocupante.

Verificou-se, nos assentamentos, que os maiores problemas com relação ao destino dos lixos estão relacionados a grande utilização de sacolas plásticas, lixos de banheiro e embalagens de agrotóxicos, que podem se constituir em potenciais fontes de poluição e contribuir para a deterioração das condições de saúde humana, animal e do ambiente .

Gráfico 45 – Destinação do lixo orgânico.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Gráfico 46 – Destinação do lixo inorgânico.

Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

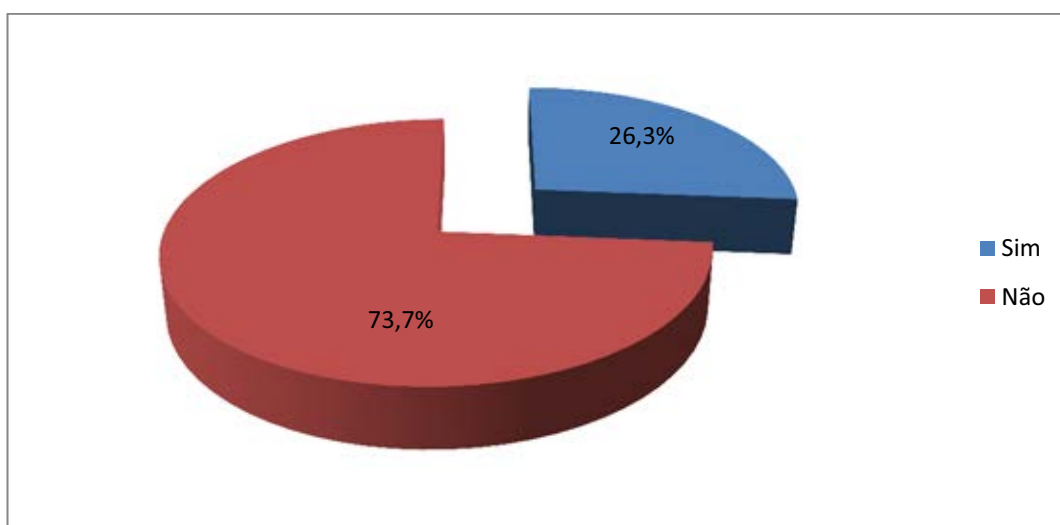
Não se pode deixar de citar aqui, que além da necessidade de coleta de lixo dentro dos assentamentos, devendo ser prioridade nas políticas públicas destinadas a esse fim, também existe uma falta de educação e conscientização sobre os problemas causados com o lixo produzido. A poluição ambiental prejudica o funcionamento dos ecossistemas, ao matar várias espécies de animais e vegetais, mas prejudica, acima de tudo, o ser humano uma vez que este depende muito dos recursos hídricos, do ar e do solo para sobreviver com saúde.

5.6.5 Práticas e insumos agropecuários nos assentamentos

O termo modernização é, às vezes, utilizado para designar a transformação da base técnica da agricultura, visando maior produtividade e estabilidade dos sistemas de produção nos projetos de assentamentos. Nesta pesquisa, pôde-se conhecer um pouco o perfil dos agricultores no contexto das inovações tecnológicas.

Os dados levantados nesta pesquisa permitem caracterizar os assentamentos da região de Andradina como possuidores de um baixo padrão de modernização. No Gráfico 47, mostra-se com que intensidade se utiliza calcário e corretivos de pH no solo dos lotes destes 30 assentamentos. Constatou-se que somente 26,3% dos entrevistados já fizeram esse tipo de ação na terra, contrastando com a grande maioria que não faz. Pôde-se constatar através das entrevistas, que o baixo uso de insumos deve-se ao preço dos mesmos, como também pela grande descapitalização dos assentados.

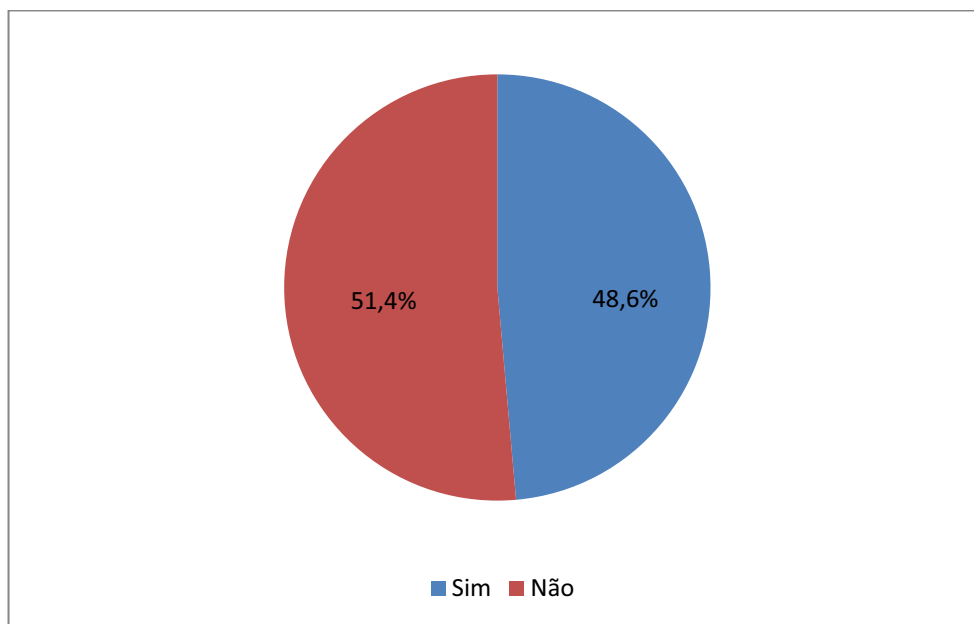
Gráfico 47 – Aplicação de calcário e corretivos de pH no solo.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

A adubação do solo é feita por 48,6% dos assentados (Gráfico 48), que afirmaram utilizam adubação orgânica¹⁹ e química²⁰, quando se pode pagar por ela. No caso da adubação orgânica, seu uso tem sido negligenciado, levando ao desperdício do adubo que é naturalmente produzido na criação de animais.

Gráfico 48 – Adubação nos lotes.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

No que se refere aos agrotóxicos, este termo é usado no seu mais amplo sentido, e pode ser caracterizado como qualquer composto que seja manufaturado para ser utilizado na agricultura, visando prevenir ou reduzir efeitos adversos de pragas (FAY; SILVA, 2004). O termo agrotóxico inclui todos os herbicidas, inseticidas, fungicidas, fumigantes e outros compostos orgânicos, ou, ainda, alguma substância destinada para o uso, como regulador de crescimento, desfoliantes ou dissecantes.

¹⁹ Adubação Orgânica é a prática de colocar no terreno os resíduos orgânicos, como: esterco, urina e restos de animais, palhas, capins, lixo, serragem, restos de culturas e capinas, cama de estábulos ou galinheiros, bagaços, ou farinha de ossos e farinha de carne, entre outros, que se transformam em húmus. O uso somente de adubos orgânicos não resolve o problema para garantir ou aumentar a fertilidade dos solos. A adubação mineral e a adubação orgânica se completam. Nenhuma delas isoladamente satisfaz as exigências nutricionais das culturas.

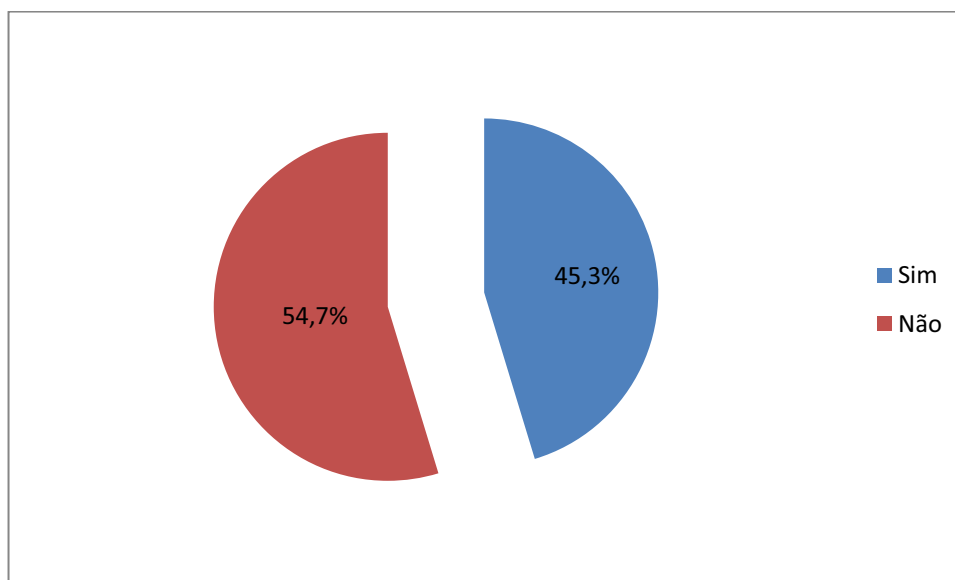
²⁰ Fertilizantes ou adubos sintéticos são compostos químicos que visam suprir as deficiências em substâncias vitais à sobrevivência dos vegetais. São aplicados na agricultura com o intuito de melhorar a produção. Os fertilizantes, não obstante o seu mérito na agricultura, podem causar poluição de solos e cursos de água.

Os entrevistados declararam que os mais utilizados são os inseticidas²¹, herbicidas²² e em pouca quantidade os fungicidas²³. Os inseticidas são utilizados nos sistemas de lavouras permanentes, e a aplicação de herbicidas são utilizados em lavouras anuais.

No Gráfico 49, mostra-se que a utilização de agrotóxicos é feita em 45,3% dos lotes pesquisados. No entanto, o que precisa ser alertado aqui é que essa utilização está sendo feita de forma indiscriminada, com falhas na utilização desses tóxicos que são causadores de diversos problemas relacionados ao meio ambiente e à própria saúde humana, ao causar o aumento dos números de casos de intoxicação, principalmente entre os trabalhadores de lavouras.

Na atualidade, quando se vai a um mercado, por exemplo, nunca se sabe o quanto de veneno estamos ingerindo quando comemos um alimento produzido na terra. É o caso dos morangos, tomates, pepinos, alface, cenoura, uvas e vários outros, sendo praticamente impossível para o consumidor reconhecer que um produto recebeu ou não a pulverização de produtos não permitidos, ou além do limite autorizado.

Gráfico 49 – Utilização de agrotóxicos.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

²¹ **Inseticidas:** é um tipo de pesticida usado para exterminar insetos, destruindo ovos e larvas principalmente.

²² **Herbicidas:** os herbicidas são substâncias químicas capazes de selecionar populações de plantas, são classificadas em: seletivos, quando são utilizados para matar ervas daninhas sem prejudicar o cultivo e não seletivos, quando dependendo de seu modo de ação podem ser aplicados nas folhagens ou no solo.

²³ **Fungicidas:** Fungicidas são substâncias químicas, de origem natural ou sintética que, aplicadas às plantas, protegem-nas da penetração e/ou do posterior desenvolvimento de fungos patogênicos em seus tecidos.

Na produção dos lotes, o consumo dos agrotóxicos é grande principalmente do Roundup, que é um herbicida que é altamente cancerígeno, mata todo tipo de vida até 20 cm abaixo do solo e se utilizado indevidamente causa intoxicação que pode levar à morte.

O aumento no uso de defensivos por pequenos produtores rurais, segundo os mesmos, se justifica pela praticidade e eficácia do manejo das culturas, mas o fator de maior influência é o econômico, pois, o uso desses químicos diminuem os custos de produção propiciando “maior” lucratividade. No entanto, esses assentados estão deixando de lado as preocupações quanto às contaminações do solo e da água, sem levar em consideração os malefícios causados a saúde.

Essa utilização massiva por parte dos assentados ocorre porque esse produto é barato e acessível aos assentados e, por ser um produto que reduz o tempo de trabalho em função da substituição da atividade capina pelo uso intensivo do herbicida, chamado de “queima de enxadas”, reproduzido por vendedores do herbicida, com o discurso da otimização, ou seja, de evitar perdas, garantir a qualidade, quantidade e aumentar a produtividade de sua produção.

Infelizmente, tudo leva o pequeno produtor ao agrotóxico, inclusive a assessoria técnica que, muito frequentemente, só sabe orientar práticas produtivas com a utilização de veneno.

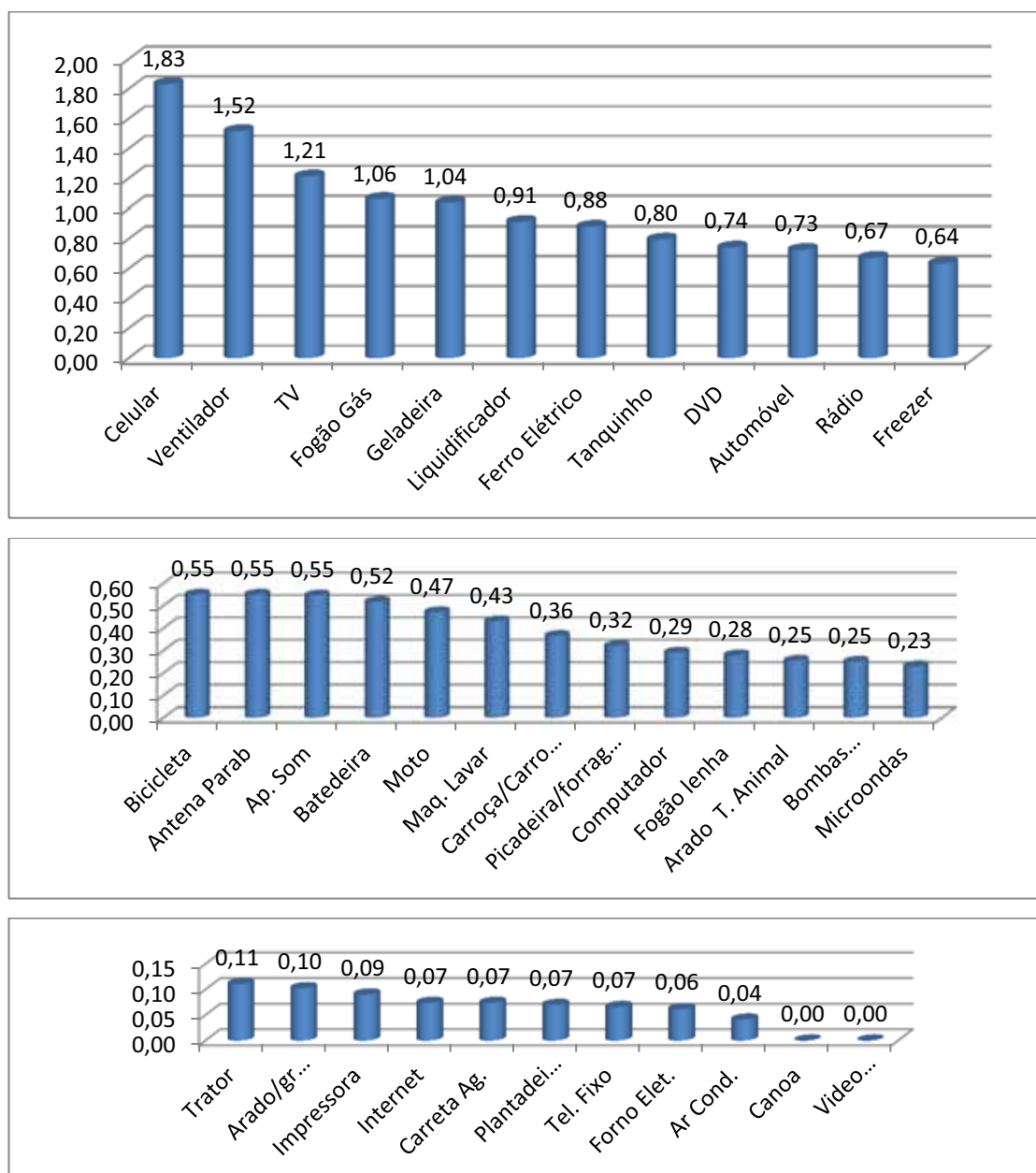
Para finalizar esse tópico é relevante considerar, que apesar dos assentados terem acesso à terra, faltou e falta complementação de investimentos, bem como de capital humano, através de sua capacitação, com vistas a melhorar a produção de forma orgânica e sustentável, para além do uso de agrotóxicos.

Constatou-se na pesquisa também, que além desses problemas citados relativos à produção, os assentados não fazem análise de solo, bem como não possuem consciência da importância de se fazer essa análise, como ferramenta indispensável para orientar práticas de correção e adubação.

5.7 Bens móveis e imóveis dos assentados

No Gráfico 50, mostra-se o número médio de bens móveis e imóveis por família de assentado.

Gráfico 50 – Bens móveis e imóveis nos lotes dos assentamentos.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

O número médio de celulares por família é de quase 2, considerando a grande necessidade do assentado se comunicar. O número médio de ventiladores, televisores,

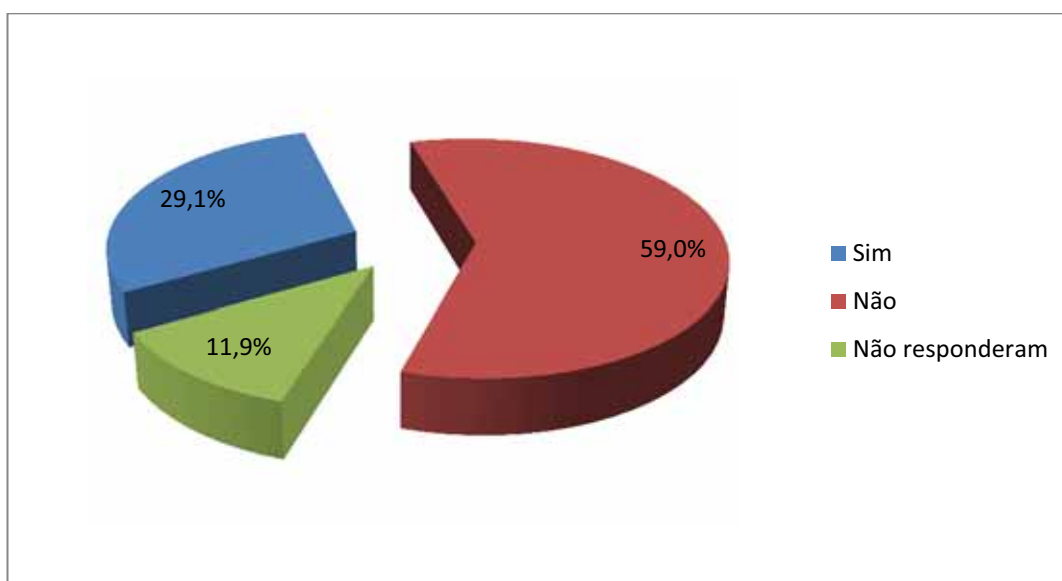
geladeiras e fogões a gás, por família, é superior a 1. Pode-se também considerar razoável o número de automóveis, que é superior a 2 para cada 3 famílias.

É muito pequeno o número de famílias que possuem internet, apenas 18, nos 244 lotes, o que dá uma média de 0,07 por família. O número de forno de micro-ondas, considerando sua grande utilidade e preço relativamente acessível, é também muito pequeno, menos de 1 para cada 4 famílias de assentados.

5.8 Participação em Associações, Cooperativas e Partidos Políticos

O trabalho coletivo ocorre nos assentamentos, mas em uma extensão muito limitada. Foi perguntado aos chefes das famílias pesquisadas sobre a realização da comercialização de sua produção em conjunto com outros assentados. Apenas 29,1% responderam que sim, conforme ilustrado no Gráfico 51.

Gráfico 51 – Comercialização da produção com outros assentados.



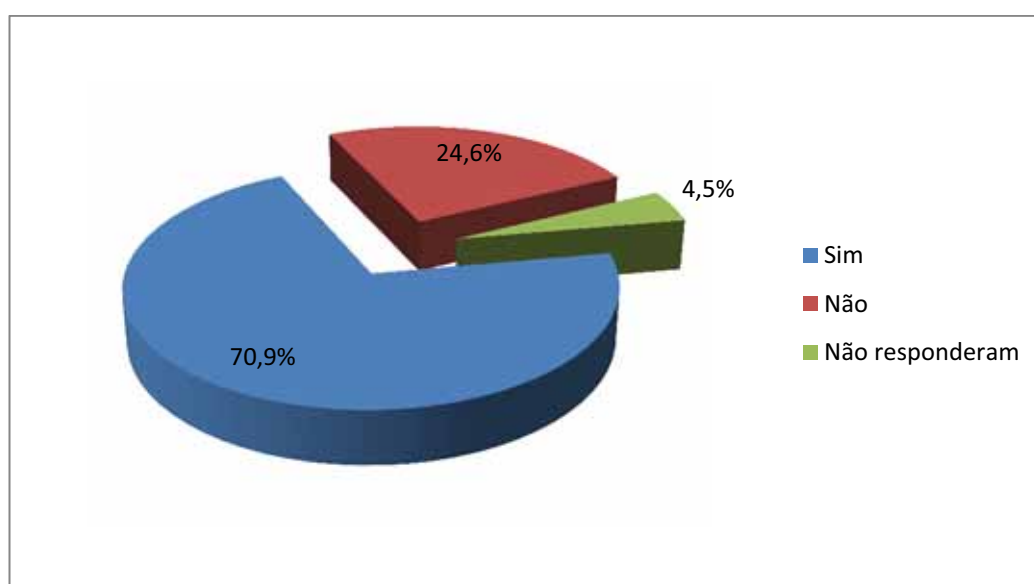
Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

A pequena produção rural familiar apresenta importantes aspectos, sendo sua reprodução socioeconômica muitas vezes inviabilizada devido às dificuldades desses pequenos produtores sozinhos se posicionarem no mercado, sendo a comercialização de seus produtos o objetivo mais difícil de alcançar.

Nesse contexto, o associativismo rural pode ser um caminho alternativo, um instrumento de luta dos pequenos produtores, e pode ter um papel decisivo para inserir a produção dos assentados no circuito econômico e contribuir para que eles possam ter uma melhor remuneração como fruto de seu trabalho.

Verifica-se um percentual relativamente alto (70,9%) de participação dos assentados em associações ou cooperativas, conforme mostrado no Gráfico 52.

Gráfico 52 – Participação dos assentados em associações e cooperativas.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Os assentados declararam que a associação na cooperativa foi um meio que encontraram para enfrentar a problemática da comercialização²⁴ de seus produtos, sendo ela uma mediadora na venda dos seus produtos e dotando-os de maior poder na negociação com os compradores e atravessadores. Além disso, quando se escoar a produção coletivamente há maior facilidade para a inserção de seus produtos no mercado e assim obter uma renda que

²⁴ Os dilemas da comercialização estão relacionados a vários fatores e em diferentes fases da atividade agrícola, como o baixo rendimento por unidade de área (produtividade), ou a precária qualidade do produto; infraestrutura (condições de estrada, eletrificação, abastecimento de água potável e as condições de armazenamento); do grau de dispersão dos produtores; da maior ou menor eficiência das formas coletivas de venda dos produtos (grupos, associações e cooperativas). Esses fatores repercutem diretamente nas condições e possibilidades dos produtos. Assim, esses problemas da comercialização dão margem a argumentos de que uma parcela das famílias por não ter acesso aos recursos e às informações técnicas, não terem experiências agrícolas, não dispor de infraestrutura mínima de produção e por não ter uma formação que lhe habilite a administrar uma propriedade, não apresentam como principal dificuldade a comercialização, mas sim a produção.

possa propiciar sua permanência na terra, luta diária desses assentados (FERRANTE; BARONE; DUVAL 2006).

Este trabalho mostra, no entanto, que apesar dos assentados terem alguma organização coletiva, ainda precisam desenvolver formas de gestão que lhes propiciem melhores resultados na compra e venda dos produtos, assim como na resolução de vários problemas que são comuns a todos. .

Constatou-se através dos depoimentos colhidos, que poucos têm consciência sobre a importância do trabalho coletivo para o desenvolvimento do assentamento e da consequente melhoria da qualidade de vida para todos. Quase todas as atividades funcionam apenas no núcleo familiar, e na prática continua prevalecendo o individualismo, conceito este bem diferente do que era seguido quando estavam acampados.

Concorda-se com Görgen e Stédille (1991), quando afirmam que muitos trabalhadores ocupam terra e não querem nem ouvir falar no trabalho coletivo, preferem o trabalho individual, a propriedade individual, porque na sua origem está a pequena produção; são filhos de pequenos proprietários, meeiros, arrendatários, agregados, etc., para os quais o modelo de desenvolvimento, que fizeram parte, foi sempre baseado no trabalho individual e, por isso, tendem a ter certa resistência ao trabalho coletivo.

Essa forma de produzir é considerada a mais atrasada, pois tudo é realizado de forma tradicional e desgastante. Nesse sentido, individualmente os assentados têm, maiores dificuldades para obtenção de crédito, para o aumento da produtividade e para o escoamento da produção, tornando-se mais difícil sair da condição de produtores de subsistência, como se apresentam na atualidade.

Pode-se destacar, nesse contexto, que a precariedade da organização e a falta do consenso pela prática conjunta das atividades influenciam diretamente na economia do lugar, pois com a união dos trabalhadores para realização do trabalho de forma coletiva, áreas maiores poderiam ser cultivadas em menor quantidade de tempo e com custo bem menor, fato que aumentaria a produtividade e a renda dos assentados no ato da comercialização.

Especificamente no tocante ao nível de organização dos assentados, a prática do trabalho coletivo, possibilita uma maior diversificação das atividades econômicas dos assentamentos e das práticas utilizadas pelos assentados, proporcionando avanços mesmo que de forma gradativa nas conquistas estruturais e sociais.

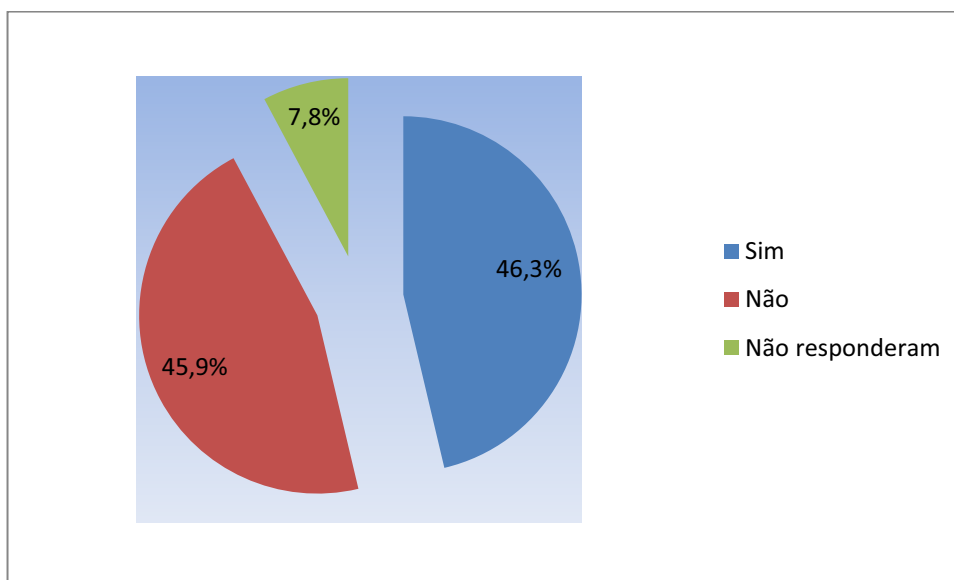
O êxito de uma organização depende da participação e ação coletiva de seus integrantes, analisando situações, decidindo sobre os encaminhamentos e atuando sobre estes em conjunto. “O trabalho coletivo é uma forma de juntar à grande ‘riqueza’, que é à força de

trabalho. Quanto mais força de trabalho juntar, mais ‘riqueza’ será acumulada. Por isso, existe aquele dizer popular para representar este pensamento: ‘unidos somos fortes!’” (GÖRGER; STÉDILLE, 1991, p. 158).

Por essa razão, entende-se que a atuação das instituições que prestam assistência técnica aos trabalhadores rurais deve ocorrer de maneira mais constante nos 30 assentamentos pesquisados e em toda a região de Andradina. Acredita-se que estes trabalhos devam estar necessariamente voltados para o reforço qualificado da conscientização dos assentados para a importância da adoção do método de atividades realizadas em conjunto, sendo que esta deveria ser uma das principais preocupações do INCRA ao desenvolver e implantar um projeto de assentamento, com vistas a sua viabilidade social, econômica e o seu consequente desenvolvimento.

Quando perguntados sobre se participam ou têm afinidade com algum partido político, 46,3% disseram que sim, 45,9% responderam negativamente e 7,9% não se manifestaram sobre esta questão, conforme ilustrado no Gráfico 53.

Gráfico 53 – Participa ou tem afinidade com algum partido político.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandes Carvalho.

Levantamento feito pelo IBOPE a pedido do jornal O Estado de S. Paulo, mostrou que os brasileiros estão menos interessados em partidos políticos. Dados divulgados mostram que, no final de 2012, 56% das pessoas diziam não ter nenhuma preferência partidária, contra 44%

que apontavam preferência por alguma legenda. Em 1988, 61% apontavam preferência por algum partido político.

Considerando apenas os assentados que responderam, cerca de 50% tem interesse ou afinidade por algum partido político, percentual superior ao do conjunto da população brasileira, conforme a pesquisa do IBOPE.

5.9 As formas de sociabilidade e lazer nos assentamentos

Os assentamentos, promovendo deslocamentos de pessoas de um lugar para outro, criam necessariamente dinâmicas de sociabilidade. Estas, em parte, são adaptações das experiências passadas, mas há também outras que são novas, criadas pela nova situação e pelo novo meio.

A partir da criação dos assentamentos, a vida dos assentados assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços e redes de sociabilidade, refazem-se e reconstróem-se os antigos, e estabelece-se uma nova dinâmica na relação “para fora” do assentamento, na interação com as cidades e o poder público municipal, e uma nova inserção na dinâmica política local. Mas ao mesmo tempo em que estão colocadas diversas “novidades”, impõe-se também, com grande força no cotidiano dos assentados, uma dinâmica social e cultural muito próxima ao padrão vigente na região, e o dia-a-dia da maior parte dessa população vai ser marcado predominantemente pelas estratégias de reprodução da unidade familiar (que envolvem o trabalho dentro e também fora do lote), pelos vínculos de parentesco e de vizinhança, pela relação com a cidade, com a religião, com os espaços de lazer. (LEITE et al., 2004, p. 111).

As relações de vizinhança, as festas e as formas de ajuda mútua sofrem transformações devido a sua nova inserção e a incorporação de novas técnicas produtivas. No entanto, algumas formas de lazer existem mesmo que minimamente em seu interior, principalmente em datas comemorativas.

As festas são importantes para provocar os encontros entre os membros da comunidade. A descrição dessas festas²⁵ enfatiza sua base religiosa, onde existe uma grande parte de evangélicos. A leitura da Bíblia e a oração se configuram num espaço de interação e de lazer para esses assentados, pois, as famílias frequentemente organizam reuniões em suas residências para momentos.

Com relação aos espaços de lazer nos assentamentos 89,4% dos entrevistados declararam não haver nenhum tipo desse espaço no assentamento. As respostas ficaram,

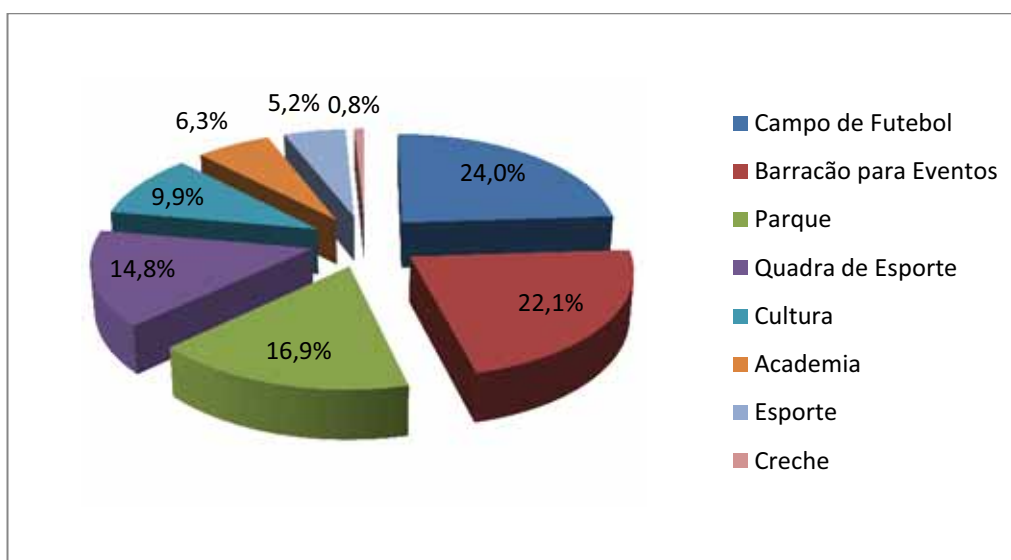
²⁵ Podemos incluir também uma observação, que são nas festas, casamentos e eventos que se criam oportunidades de trabalho remunerado para as mulheres.

muitas vezes, limitadas a um espaço comunitário, geralmente um barracão ou a sede, mas sem menção de atividades sendo desenvolvidas neles.

Nesse sentido cabe uma ressalva no sentido de que é visível a necessidade de criação de alternativas de lazer no interior dos assentamentos como a construção de centro comunitário que esteja ativo, de campo de futebol, salão de festas e outros espaços para atividades lúdicas e de expressão religiosa.

Indagou-se aos entrevistados sobre o que gostariam que tivesse na área de lazer do assentamento. No Gráfico 54, ilustra-se a preferência dos entrevistados.

Gráfico 54 – O que o assentado gostaria que tivesse na área de lazer.



Fonte: Elaborado por Livia Hernandez Carvalho.

Os espaços de lazer mencionados com maior frequência foram o campo de futebol (24%) e o barracão para eventos (22,1%), sendo também citados a quadra, o espaço para atividades culturais e a academia de ginástica.

O lazer nos assentamentos vai além de um momento de descontração e de “passa tempo”, sendo também um fator importante para a permanência, principalmente dos jovens, no campo. A atuação do Estado nesse setor é essencial, à medida que proporcione infraestrutura para que os assentamentos prosperem e seus integrantes tenham vontade de permanecer na terra.

A carência de atividades de lazer nos assentamentos é visível, podendo-se constatar que não existe estrutura específica para proporcionar estas atividades. Os chamados “jogos de

azar” (dominó, baralho) são constantes. Em busca de lazer, os assentados participam de festas, tomam banho no rio, vão a um bar conversar com amigos, entre outras atividades.

Importante, também, ressaltar que “[...] as ações, representações e expressões criadas e recriadas pelos assentados a partir da vivência cotidiana nos demonstram uma dimensão importante dos impactos socioterritoriais resultantes da instalação e consolidação dos assentamentos. Essa dimensão dos impactos também passa pela subjetividade coletiva dos assentados” (RAMALHO, 2002, p. 107).

Por fim, um dado relevante nas falas dos assentados refere-se à opinião deles sobre o contexto de vivência dentro dos assentamentos e o impacto que esse lugar tem na vida deles. Ou seja, na realização da pesquisa, constatou-se que quando os assentados eram perguntados se a vida seria melhor na cidade ou no campo, em quase todos os casos, 97% deles afirmaram que a vida é melhor no campo, sendo daí, também a força de permanecerem no lote.

Esse dado representa o valor que a terra possui na vida dessas famílias, seja pela vivência anterior no meio rural, pela tranquilidade, pela melhoria das condições alimentares ou habitacionais, pela oportunidade de serem “donos” de seu próprio pedaço de terra, de não serem empregados dos outros etc.

Depois da terra conquistada, a permanência assegura a subsistência e garante a qualidade de vida, condição nem sempre existente antes de tornarem-se assentados. Também enfatizam o resgate da cidadania da população assentada, tendo em vista que esta passa a usufruir de boa alimentação, habitação e trabalho digno.

Os assentados, apesar de mencionarem a “vida dura”, as dificuldades no período de acampamento, discorrem sobre a felicidade que encontram no campo comparativamente à vida na cidade, fato que relacionam com a possibilidade de ter uma vida com mais qualidade. A conquista da casa, do lar, a alimentação, a segurança do trabalho e da terra são expressões da vivência desta condição de dignidade que uma política pública está conseguindo contribuir para sua efetivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, estudou-se os assentamentos rurais da região de Andradina, situada na região noroeste do Estado de São Paulo. Há uma escassez de estudos e informações pertinentes à questão agrária nesta região, a despeito de já haver sido identificada como área prioritária para a realização da reforma agrária no Estado de São Paulo, no I Plano Regional de Reforma Agrária deste Estado, de 1986.

A amostra utilizada na pesquisa, 10% das famílias destes assentamentos, é estatisticamente representativa dos 30 pesquisados.

A pesquisa mostrou que mais de 90% das ocupações dos assentamentos ocorreram por meio dos acampamentos e apenas 0,8% através do INCRA. No livro *Impacto dos Assentamentos*, Leite e colaboradores (2004), em uma pesquisa bastante abrangente com aplicação de questionários a 1568 famílias assentadas pelo INCRA, entre 1985 e 1997, em 92 projetos de assentamentos, de 39 municípios, menciona que “[...] em 89% dos assentamentos estudados a iniciativa da desapropriação partiu dos trabalhadores e seus movimentos, em contextos de crise.” Isto demonstra que não existe por parte dos diversos Governos uma política pública de Reforma Agrária e, sim, uma política de assentamentos de famílias desencadeada muito mais em função dos conflitos instaurados pelos trabalhadores rurais sem terra.

A maior parte dos assentados (51,2%) tinham experiência de trabalho em atividades rurais e 41,8% possuíam experiência profissional anterior no meio urbano, mas a maioria destes tinham pais ou avós agricultores, infância no campo ou alguma outra ligação com o meio rural. Portanto, um percentual significativo dos assentados já tinha alguma experiência no meio rural. Este dado também está em sintonia com a pesquisa feita por Leite e colaboradores (2004), em que ficou constatado que 94% dos assentados, antes de entrar no assentamento, já tinham alguma experiência de trabalho na agricultura.

Em termos de escolaridade, o maior contingente dos chefes de família (38,6%) não concluiu a 4ª. série do ensino fundamental e 3,7% são analfabetos. Mas, o que deve ser ressaltado é que 17,5% concluíram o ensino médio e 2% tem nível superior. A escolaridade dos responsáveis pelos lotes da região de Andradina melhorou significativamente quando se compara com a escolaridade dos chefes de família da pesquisa de Leite e colaboradores (2004), na qual 87% dos entrevistados tinham no máximo a 4ª. série do ensino fundamental e 32% nunca tinham ido à escola.

A quantidade de assentados, matriculados em escolas, que frequentam faculdade (6,6%) e o ensino médio (24,2%) é outro aspecto que chama a atenção e evidencia que tem havido progresso na escolaridade dos assentados, a despeito do fato de que quase 80% deles precisam se deslocar até a cidade ou mesmo para outra cidade para realizar seus estudos.

A escolaridade dos assentados pode melhorar mais. Ainda há muitas dificuldades a serem superadas, pois, não existe prioridade de uma educação rural para os assentados e seus filhos, e não existe um projeto político pedagógico que fortaleça os que vivem no campo.

Em todos os assentamentos há dificuldades com as estradas, principalmente nos períodos chuvosos, que traz uma consequência direta no transporte dos alunos para as cidades e, conseqüentemente, na própria condição do ensino das crianças e jovens assentados.

A perda de dias consecutivos de aulas acarreta prejuízos no desempenho escolar do aluno. Os assentados relataram que os alunos perdem vários dias de aula, pois com as chuvas, as estradas não permitem acesso aos ônibus, havendo descaso e negligência do poder público com as péssimas condições dos veículos disponibilizados, além da ameaça da prefeitura em cortar o transporte escolar nos períodos de menor demanda. Os horários de ônibus também são citados como ruins, pois as crianças têm que acordar de madrugada e na volta chegam em casa tarde e cansadas.

Nada se discutiu sobre a qualidade do ensino que os assentados têm recebido, mas é amplamente reconhecido que o ensino público fundamental e médio, em todo o Estado de São Paulo, estão muito ruins, com raras exceções.

No que diz respeito à produção, grande parte dos assentados têm como principal atividade do lote, a pecuária leiteira, por considerá-la vantajosa, ao garantir uma renda mensal, que oferece poucos riscos ou queda brusca da produção, tem uma oscilação de preços relativamente previsível e traz um ganho adicional com a venda dos bezerros. Ainda, o ITESP e o INCRA passaram a recomendar que os produtores aplicassem o crédito de investimento do PRONAF na pecuária leiteira, especialmente na aquisição de matrizes e materiais de infraestrutura para a produção. A maior parte do leite é destinada às associações e cooperativas.

As alterações climáticas (chuvas mais tardias), diminuição da fertilidade dos solos, aumento de pragas e doenças, falta assistência técnica, incertezas de preços e de canais de comercialização são apontados como fatores que dificultam a diversificação da produção. Mas a crítica principal é em relação ao direcionamento do crédito: o Pronaf teria se tornado um instrumento de crédito quase exclusivamente dirigido à pecuária leiteira.

Ainda nesse contexto, há um tipo de diversificação da produção e da renda que muitas vezes passam despercebidas aos técnicos e analistas: a olericultura, as frutas e a criação de pequenos animais no quintal e áreas ao redor, aliados à comercialização direta ao consumidor e/ou ao pequeno varejo dos municípios próximos ao local onde se localiza os assentamentos.

Essas atividades atendem a finalidades geralmente múltiplas, incluindo o autoconsumo e o destino de parte do produto para outros canais de comercialização e também a uma renda não-monetária.

É importante destacar que em 60% dos lotes pesquisados são produzidos grãos (principalmente feijão e milho), em 65%, verduras e legumes, em 72,5% dos lotes são cultivadas frutas.

Esta diversificação da produção dos lotes é também o principal recurso para garantir o quadro de segurança alimentar das famílias assentadas. As observações de campo permitem afirmar que os produtos comercializados diretamente ao consumidor geram uma renda complementar importante para a maioria dos produtores e mesmo, quando eventual, não é desprezível, pois é utilizada quando a família passa por alguma dificuldade.

Algumas medidas também auxiliariam na comercialização da produção, como por exemplo, a criação de feiras itinerantes em bairros das cidades dos assentamentos. No entanto, para que isso possa ocorrer é necessário que haja a participação das prefeituras, que se responsabilizariam pelo transporte dos trabalhadores e de suas mercadorias, já que a falta deste é um dos principais problemas identificados nos assentamentos. Essa experiência, que já ocorre em assentamentos de alguns municípios do Estado de São Paulo, tem demonstrado resultados positivos.

Nesse sentido, há a necessidade das famílias de comercializar os excedentes desde que lhes sejam dadas condições para a realização destas atividades. Seria pouco razoável pensar que os trabalhadores, que apenas recebem a terra do Governo, irão conseguir ascender social e estruturalmente, sem que lhes sejam ofertadas tais condições. A política de reforma agrária como política pública de governo deve estar em sintonia com outras políticas públicas em âmbito municipal.

Foi perguntado aos chefes das famílias pesquisadas sobre a realização da comercialização de sua produção em conjunto com outros assentados. Menos de 30% responderam afirmativamente. Mais de 70% relataram participar de associações ou cooperativas, mas, na realidade, a falta de organização e união dos assentados é um fato que afeta a qualidade da produção e da renda dos assentados. As cooperativas mencionadas pelos assentados trabalham principalmente na comercialização do leite.

Nesse contexto, pensa-se que uma solução interessante e que proporcionaria uma melhoria nas condições de renda das famílias de assentados da região de Andradina, seria a criação de outras cooperativas para comercializar produtos agrícolas, considerando o pequeno percentual de assentados que realizam a comercialização de sua produção em conjunto com outros.

Antônio Sant'Ana e colaboradores (2007) analisaram estratégias de produção e comercialização de assentados da região de Andradina. No caso dos produtos de origem vegetal, o canal que aparece com maior frequência é o intermediário (32,0% do total de produtos comercializados). Entre os produtos de origem animal, 29% são vendidos via cooperativas (basicamente o leite), aparecendo, a seguir, o intermediário (26,4%), especialmente nas vendas de bovinos (bezerros e vacas de descarte). As vendas realizadas ao consumidor e ao comércio varejista, quando consideradas em conjunto, também têm uma participação percentual significativa: 31,4% dos produtos de origem vegetal e 45,4% dos produtos de origem animal.

Entre os trabalhadores, 78,2% trabalham somente no lote, 18,1% fora do lote e 3,7% dentro e fora do lote. Leite e colaboradores (2004), relatam que nos assentamentos abordados em sua pesquisa, 79% trabalhavam somente no lote, 11% no lote e fora dele, 1% somente fora do lote e 9% declararam não trabalhar. Portanto, há uma diferença maior, nas duas pesquisas, no contingente dos que trabalham somente fora do lote.

Nessa pesquisa ficou demonstrado que a renda do assentado da região é composta por três componentes igualmente importantes: a obtida dentro do lote, fora do lote e benefícios. A quantidade de assentados que recebe algum tipo de benefício é relativamente alta, mais de 64%. A renda média mensal de uma família de assentados é de 1,7 salários mínimos.

Ainda, além dos fatores e problemas relacionados à produção e estrutura dos lotes (da falta de apoio à produção e comercialização de seus produtos), são relevantes os problemas detectados nos assentamentos, de ordem social.

Cerca de 90% dos assentados recebem atendimento médico através do SUS. Pouco mais de 18% foram atendidos por serviço médico particular. Apenas 13,1 % dos lotes receberam a visita de agentes sanitários de combate a dengue e outros insetos e 25% a visita do médico com alguma periodicidade.

O único serviço de saúde que efetivamente existe dentro dos assentamentos é o do agente de saúde. Quase 80% dos lotes receberam, pelo menos mensalmente, a visita de um agente de saúde.

Os agentes de saúde são do próprio assentamento e realizam um trabalho mais sistemático de visitas e encaminhamento de exames e consultas para a rede local e regional de saúde. O fato dos agentes de saúde terem sob sua responsabilidade um grande número de famílias exige que se desloquem para vários locais, sem um transporte adequado e muitas vezes a pé.

Os assentados ainda reclamam do atendimento especializado e em vários locais reivindicam ambulâncias e transporte para os atendimentos emergenciais, além de maior rapidez no agendamento de consultas e exames.

Sabe-se que as condições de saúde para o conjunto dos cidadãos brasileiros estão precárias, e isso aparece com maior nitidez em relação aos trabalhadores rurais. Observou-se que os assentados estão que expostos às doenças crônicas, não têm um acompanhamento contínuo por parte da saúde, bem como existe a falta de saneamento básico. Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao acesso aos serviços de saúde, sua localização, a distância que os assentados têm de percorrer e ainda a qualidade do atendimento. Os doentes são encaminhados para os hospitais da cidade, sendo o transporte e acesso a essa extremamente insuficiente e difícil. Ainda, as políticas de prevenção à saúde, são inexistentes, principalmente no que diz respeito ao uso de álcool e drogas.

Tem havido uma melhoria nas condições das casas dos assentados, mais de 40% têm 3 quartos, 20% possuem 2 banheiros. Quase 90% são construídas em alvenaria, das quais 60% possuem as paredes rebocadas.

Apenas 0,8% das residências não têm energia elétrica. No trabalho de Leite e colaboradores (2004), apenas 27% dos lotes eram servidos na sua totalidade por rede elétrica e 46% deles tinham problemas de abastecimento de água. A disponibilidade de energia elétrica nos assentamentos da região Andradina é sensivelmente maior devido ao Programa Luz Para Todos.

Muitas casas, porém, estão em mal estado de conservação, não têm forro e possuem chão batido. Podem-se constituir um fator de risco para a saúde, porque possibilitam a entrada de animais peçonhentos, os assentados ficam expostos ao frio, chuva, vento e humidade. Esta é uma percepção dos próprios assentados.

Todos os lotes estudados nesta pesquisa possuem abastecimento de água, embora mais de 30% deles tenham poços cacimba que, principalmente em época de seca, não fornecem água em quantidade suficiente para atender às necessidades do lote. 62% dos poços foram construídos com recursos próprios dos assentados, apenas 33,5% com recursos do INCRA. Esse dado mostra que apesar do INCRA liberar recursos de infraestrutura, esse processo é

moroso e burocrático, tendo as famílias que improvisar com recurso próprio ou com poços cacimbas para abastecerem seus lotes.

A água não recebe nenhum tipo de tratamento em mais de 67% dos lotes, mas é considerada como boa ou excelente por mais de 93% dos assentados.

Outro problema comum nos assentamentos é a utilização de fossas negras, ao invés de fossas sépticas. Isso nos remete a dizer que o Estado não prioriza esse tipo de estrutura que é mais cara, ao contrário da fossa negra, que é a predominante nos assentamentos, mas que não recebe nenhum tipo de tratamento.

Mais de 89% dos entrevistados declararam não existir nenhum espaço de lazer nos assentamentos pesquisados. As atividades como assembleias, ida ao médico e à feira são consideradas lazer e indicam formas de sociabilização e participação dos assentados em atividades políticas importantes, bem como são mencionadas por possibilitar encontros com os amigos, conhecidos e discutir assuntos em comum ao assentamento.

Os assentamentos da região de Andradina possuem um baixo padrão de modernização. Utiliza-se calcário e corretivos de pH do solo em apenas cerca de 26% dos lotes e adubação em menos da metade dos lotes. O baixo uso de insumos deve-se aos preços dos mesmos que são razoavelmente altos, considerando o baixo poder aquisitivo dos assentados.

Analisando-se a quantidade de bens móveis e imóveis dos assentados, constata-se que possuem quantidade de ventiladores, televisores, geladeiras e fogões a gás, por família, superior a 1. O número de automóveis é superior a 2 para cada 3 famílias. É, porém, ainda muito pequeno, o número de famílias que possuem internet.

Através dos dados coletados neste trabalho, infere-se que no Brasil a Reforma Agrária ainda está em seu estágio inicial, e ainda há muito por fazer. Os trabalhadores são protagonistas desta luta que se propõe a corrigir erros históricos e diminuir as desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira.

Um projeto claro de Reforma Agrária ainda não foi formulado pelos governos e nem pelos movimentos sociais. As medidas que o governo vem adotando ultimamente (como os recursos financeiros e a atuação da CONAB) ainda são tímidas e seus resultados não demonstram uma grande alteração num quadro de depreciação socioeconômica desse segmento da população rural.

Uma legítima reforma agrária somente será feita com uma maior valorização do papel da agricultura familiar, o que exige mudanças profundas tanto na política oficial de redistribuição da terra, quanto na política econômica, na assistência técnica aos produtores e no sistema de crédito. Os assentamentos rurais passariam a ser mais que uma alternativa para

a miséria e a fome. Tal como se configuram atualmente, são um fato histórico recente na luta pela terra no Brasil e têm contribuído, mesmo que minimamente, para levar uma parcela dos trabalhadores agrícolas a retornarem para o espaço rural.

Esta pesquisa demonstra que os assentamentos rurais constituem inegavelmente uma política de desenvolvimento local e regional, na medida em que desencadeia um processo de melhoria das condições de vida das famílias de assentados, promovendo impactos positivos na vida das mesmas.

A partir das atividades realizadas em campo, constata-se que a reforma agrária até agora realizada é parcial, limitando-se o governo a distribuir apenas a terra, e não ofertando as condições necessárias para o desenvolvimento econômico e social dos assentados.

Assim, o que se pode depreender desses dados, é que os pontos que os assentados consideram que estão suficientes dizem respeito ao trabalho individual de cada um, tanto com relação ao trabalho que é destinado ao lote (mão-de-obra), quanto do conhecimento que possuem para trabalhar na terra.

O tamanho dos lotes é considerado suficiente na maioria dos casos, com algumas ressalvas por parte de quem produz leite, por ser o pasto muitas vezes pequeno para criarem mais gado.

Já com relação às críticas, algumas sugestões precisam ser observadas.

A primeira delas é uma política de crédito/financiamento na época apropriada, pois é possível constatar que a insuficiência da estrutura disponível para que os assentados acessem com regularidade recursos financeiros para iniciar, manter e ampliar lavouras e criações, tem criado enormes dificuldades para a viabilidade da exploração do lote, bem como tem interrompido iniciativas e provocado desânimo generalizado. Não se trata apenas de ter a linha de crédito: trata-se de fazer com que o recurso seja liberado na época certa, particularmente no plantio, principalmente em regiões com restrições climáticas.

A segunda sugestão diz respeito à assistência técnica, que foi alvo de crítica na maioria dos assentamentos pesquisados. As entrevistas e visitas indicaram que tem sido bastante precário o apoio técnico dado pelos órgãos públicos às iniciativas dos assentados, seja quanto às culturas, seja quanto às criações.

Evidentemente, é recomendável que tais iniciativas sejam feitas já com o apoio de técnicos e profissionais daqueles órgãos, mas nem sempre isto acontece ou é possível. Muitas vezes, tem-se constatado o contrário: os técnicos recomendam algumas produções, geralmente associadas a projetos de viabilidade econômica, elaborados com falhas de orientação e especificações insuficientes, o que redundará, em pouco tempo, em fracassos que se tornam

tanto mais catastróficos quanto mais recursos financiados estiverem envolvidos. O mais importante é que, uma vez iniciada uma cultura ou criação, elas sejam acompanhadas de perto, monitoradas e, principalmente, haja rapidez de indicação para alternativas de eliminação de pragas e doenças, de adequação do meio físico às exigências técnico-produtivas.

A terceira sugestão diz respeito a uma indispensável política de apoio à comercialização/escoamento da produção. Aqui poderia ser incluída a necessidade de políticas de beneficiamento, processamento e agroindustrialização, principalmente porque estas estão indissociavelmente ligadas às políticas de financiamento/crédito. Os assentados geralmente não tem experiência, conhecimento e mesmo disponibilidade de tempo para procurar, pesquisar e decidir por mercados e canais mais apropriados de comercialização de suas produções.

As políticas de apoio devem dizer respeito tanto aos equipamentos necessários à comercialização, como aos serviços a ela relacionados (existência de demandas alternativas, carências momentâneas, etc). Isto geralmente possibilita a obtenção de preços mais remuneradores e uma comercialização mais flexível. Um equipamento geralmente muito necessário é o caminhão para transporte dos bens, algo de difícil realização pelos assentados.

A quarta sugestão pode ser chamada de administrativa, mas que engloba tanto a dimensão legal/jurídica como fiscalizatória. As principais atribuições dessa política dizem respeito à necessidade de um acompanhamento sistemático de técnicos do INCRA (ou ITESP) para manter o órgão informado da realidade de cada lote, especialmente quanto à atualização da situação de sua posse, bem como de seu uso pelo assentado. Se a legislação permite ou prevê, não faz sentido a demora da mudança de responsável/beneficiário do programa de reforma agrária que o Governo Federal (ou Estadual) implementa. Em outras palavras, a regularização da posse deve ser mais ágil, mais flexível e mais atualizada.

Esses quatro fatores somados poderão permitir que tanto o preço dos produtos vendidos, como a renda oriunda do lote, melhore as condições de vida dos assentados em todas as suas necessidades dentro do lote e fora dele. Para isso, a identificação e a caracterização de regiões rurais são essenciais para o incentivo à agricultura camponesa, que é o modelo de agricultura capaz de contribuir para a reversão do quadro atual, que vise minimizar e melhorar os problemas decorrentes da questão agrária.

Além destes problemas, identificou-se diversos outros, com destaque para a falta de uma conscientização ambiental dos moradores, que desconsideram/desconhecem a necessidade de queimar o lixo produzido nas casas, já que não existe coleta no local, bem

como a falta de responsabilidade pública pelo lixo. Principalmente para a minimização das consequências ambientais que estes podem vir a causar no lençol freático superficial que é de onde os moradores retiram água para seu consumo. Mas, é importante lembrar que a responsabilidade pela coleta do lixo é do governo municipal.

Sobre a infraestrutura dos assentamentos, há um consenso de que o INCRA tem agilizado o crédito instalação, criando maiores condições para a permanência das famílias nos lotes. No entanto, alguns ainda estão recebendo o crédito de instalação e, em alguns lotes, como por exemplo, o complemento da habitação, não foram liberados, dificultando a situação das famílias assentadas. As reclamações sobre insuficiência de créditos foi um ponto muito discutido nas entrevistas.

A energia elétrica existe em todos os assentamentos pesquisados, no entanto, em muitos lotes está insuficiente para atender as necessidades produtivas para utilização de alguns maquinários, por ser monofásica na maioria deles, ou bifásica.

Ainda, as falas são no sentido de haver um espaço construído e consolidado, com atividades para as crianças e jovens, para que eles não queiram ir para a cidade em busca de diversão e, sim, queiram se identificar no mundo rural e nele se fixar.

Um motivo indicado pelos assentados para o abandono do campo por parte dos jovens é a necessidade de produzirem e ganharem seu próprio dinheiro, seja para ajudar a compor a renda insuficiente dos pais, ou para consumo próprio.

Assim, apesar de todas as dificuldades e empecilhos encontrados na vivência de uma estrutura fundiária limitada para a agricultura familiar, este estudo indicou a importância da política de Reforma Agrária, que tem possibilitado ao público atendido melhores condições de acesso a alimentação, trabalho, renda e moradia.

Não se pode admitir, contudo, que os planos de Reforma Agrária no país se resumam apenas à políticas de distribuição de lotes de terras e de créditos insuficientes. De acordo com Maria Aparecida de Moraes Silva (2004), é necessário alertar que para que haja sucesso nos assentamentos rurais. Nas pequenas propriedades, onde se pratica a agricultura familiar, é preciso que se pense em políticas públicas efetivas que sejam capazes de garantir as necessidades reais de reprodução social e material das famílias envolvidas nesses processos. Para que isso seja possível é de fundamental importância que as particularidades e as experiências dos atores envolvidos na luta pela terra sejam a base para a construção dos projetos desenvolvidos pelo governo na ocasião da implantação dos assentamentos, bem como na assistência prestada aos pequenos produtores.

Tais particularidades e experiências devem transcender às práticas de trabalho, e levar em consideração também às tradições culturais dos envolvidos, como a religião, os misticismos, os simbolismos, etc., que de um modo geral fazem parte das relações sociais de todo ser humano.

Impõe-se situar o Serviço Social, nesse contexto, como profissão que atua junto a questão social. A questão agrária é uma particularidade da questão social que está posta ao Serviço Social, e que diz respeito a elementos como a desigualdade, a contradição e o conflito.

O drama vivenciado pelos pequenos produtores, os assentamentos e acampamentos rurais, o trabalho assalariado em área rural são expressões diretas da questão agrária; além destas temos a situação urbana, a pobreza vigente, a agressão ao meio ambiente, enfim, uma ampla gama de questões que a todos envolve como cidadãos, e especialmente aos profissionais de Serviço Social que atuam diretamente na questão social.

A reforma agrária é uma necessidade dos trabalhadores rurais, dentro de um projeto de desenvolvimento socioeconômico de outro tipo e, à medida que a política pública de reforma agrária possa trazer trabalho e direitos de cidadania, cabe ao Serviço Social dar importância no sentido de buscar ações emancipatórias e transformadoras pautadas no Projeto Ético-Político da profissão.

A realidade de atuação do Serviço Social na apreensão da questão agrária como particularidade da questão social é, pois, necessária para a construção de diagnósticos qualificados que irão permitir ao profissional atuar de maneira a fortalecer os seus usuários e legitimar sua organização política (SANT'ANA; SANT'ANA, 2005). No entanto, por não apreender a realidade numa perspectiva de totalidade, o Serviço Social atua, muitas vezes, de maneira a se limitar às refrações da questão social.

Nesse sentido, uma postura mais dialética diante do trabalho com comunidades rurais nos remete a uma prática profissional e social menos alienada e mais consistente tanto em seu processo como nos resultados obtidos. Nesse contexto, é condição prévia a compreensão da educação como prática social de conscientização e libertação. Este processo deve permitir que estejamos constantemente “aprendendo e reaprendendo”, “criando e recriando” nosso próprio processo de desenvolvimento e sobrevivência. Da mesma forma, o processo de diagnóstico e planejamento em comunidades rurais e, especificamente, em assentamentos de reforma agrária, deve promover a libertação e a emancipação dos atores envolvidos. Entende-se que as metodologias desenvolvidas “de cima para baixo” são inadequadas e é importante que os assentados participem ativamente no planejamento de sua própria existência.

Assim, o Serviço Social precisa estar mais presente no enfrentamento da questão agrária e, para que isso possa ocorrer, é preciso que em suas análises da realidade, a problemática da questão da terra seja aprendida como parte do cotidiano de trabalho do assistente social.

REFERÊNCIAS

ABINAGEM, Alfredo. **A família no direito agrário**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. 2003. 297 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos. In: CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2003**. Goiânia, 2004.

ANDERSON, Perry. Balanço do liberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo. (Org.). **Pós neoliberalismo: as políticas sociais no Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

ANTONIO, Armando Pereira. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: os exemplos na Alta Sorocabana no período de 1960 a 1990**. 1990. 192 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: _____.; SILVA, M. A. M. (Org.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

AZEVEDO, José Roberto Nunes de; THOMAZ JÚNIOR, Antonio; OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. A (re) organização o capital agroindustrial canavieiro. O caso do Oeste Paulista. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n. 8, v. 1, 2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/242/pdf20>>. Acesso em: fev. 2012.

BALDUÍNO, Dom Tomás. O patriarca da terra. **Caros Amigos**, São Paulo, ano 8, n. 96, p. 30-35, mar. 2005.

BEHRING, Elaine Rosseti. Acumulação capitalista, fundo público e Política Social. In: BOSCHETTI, Ivante et al. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio Pereira (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Ontem e hoje: a difícil realidade dos assentamentos rurais. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 36-45, 1992.

_____. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49, set./dec. 1997.

_____.; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Primeiros passos, 301).

_____.; _____. Os impactos dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

_____.; _____. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BIOLCHI, Marilza Aparecida. **Agricultura familiar e previdência social rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais**. 2002. 184 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 2003. 222 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BORGES, Maria Stela Lemos. **Terra: ponto de partida, ponto de chegada**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

BOSCHETTI, Ivante; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 87, n. esp., p. 25-57, set. 2006.

BRAGA, Robson. **CPT pressiona por atualização dos índices de produtividade**. set. 2009. Disponível em: <<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/cpt-pressiona-por-atualizacao-dos-indices-de-produtividade>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

BRANDÃO Lopes, J. Política social: subsídios estatísticos sobre a pobreza e acesso à programas sociais no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 141-156, 1995.

BRANFORD, Sue. Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo, Editora UNESP, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, Df, 5 out. 1988. Anexo.

BRUNO, Regina Angela Landim; DIAS, Marcelo Miná. **As políticas públicas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil**: relatório de consultoria. Rio de Janeiro, 2004.

Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/download/arquivo_274.pdf?file_id=4301721>.

Acesso em: abr. 2012.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. PROCERA: impactos produtivos e capacidade de pagamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999.

CARBONE, Célia Opice. **Seguridade Social no Brasil**: ficção ou realidade. São Paulo: Atlas, 1994.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, Livia Hernandez; SANT'ANA, Raquel Santos; OLIVEIRA, Amanda Carolina Martins. Ação político-pedagógica dos educadores no assentamento Primavera do noroeste paulista. In: ENCONTRO IBEROAMERICANO DE EDUCAÇÃO, 2., 2007, Araraquara. **Anais....** Araraquara: Ed. Unesp/FCLAr, 2007.

CARVALHO, Marília Alves. **Moendo vidas**: uma análise sobre as condições de trabalho e vida dos trabalhadores rurais do corte de cana de açúcar na cidade de Altinópolis/SP. 2008. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca 2008.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política agrária e violência no campo. In: SIDOW, Evanize; MENDONÇA, Maria Luiza. **Direitos humanos no Brasil 2005**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Global Exchange, 2005.

CELOS, Jeferson Fernando. **O direito enquanto práxis contra-hegemonia e a luta pela terra na perspectiva dos movimentos sociais populares**. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CGEE. **Economista apresenta dados do desenvolvimento social no Brasil nos últimos 38 anos e alerta para os efeitos da crise global**. (Encontros estratégicos). Disponível em: <http://www.cgee.org.br/noticias/viewBoletim.php?in_news=735&boletim=>. Acesso em 10 jan. 2012.

CHIAVENATO, Júlio José. **A violência no campo**: o latifúndio e a reforma agrária. São Paulo: Moderna, 1996.

CORDEIRO, Angela et al. **Reforma agrária e crédito rural**: PROCERA – experiência de acompanhamento a assentamentos. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. (Cadernos de TA).

CORREA, Vanessa Petrelli; SILVA, Fernanda Faria; NEDER, H. D. Estudo comparativo da distribuição de recursos do PRONAF Crédito e Infra-estrutura, nas regiões Sul e Nordeste do Brasil: uma abordagem estatística. In: ORTEGA, Antônio César.; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. v. 1.

DAROLT, Moacir Roberto. **Lixo rural**: entraves, estratégias e oportunidades. Ponta Grossa: 2002.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Comissão Pastoral da Terra, 2012. (separata).

DELGADO, Guilherme Cassel. Condições para o desenvolvimento dos projetos de assentamento: alguns aspectos econômicos. **Revista Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 119-124, jul./dez. 2007.

_____. A questão agrária no Brasil: 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. **Questões sociais e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: Ed. IPEA, 2005.

_____.; CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 734).

DESMARAIS, Annette Aurelie. **La Vía Campesina**: globalization and the power of peasants. Black Point: Fernwood Publishing, 2007.

DI GIOVANI, Geraldo. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Campinas: Ed. Unicamp : NEPP, 2009. (Caderno de pesquisa, 82).

FABRE, Nicolas; BURTE, Julien. Porque fracassaram as políticas públicas de apoio à agricultura familiar no Vale do Forquilha (Quixeramobim, Ceará). In: TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric. (Org.). **Agricultura familiar**: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de Sem-Terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O trabalho da política**: saúde e segurança dos trabalhadores. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FAY, Elisabeth Francisconi; SILVA, Célia Maria Maganhotto de Souza. Comportamento e destino de agrotóxicos no ambiente solo-água. In: SILVA, Célia Maria Maganhotto de Souza; FAY, Elisabeth Francisconi (Ed.) **Agrotóxicos & Ambiente**, Brasília, DF: EMBRAPA, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil. In: STROZAKE, Jovelino José (Org.). **A questão agrária e a justiça**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. Inserção sóciopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. (Org.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Araraquara: Ed. UNIARA, Campinas: Ed. UNICAMP/FEAGRI, São Paulo: INCRA, 2003.

_____. Um nome para “modernizar” o sistema de latifúndio. **Jornal Unesp**, São Paulo, ano 20, n. 211, supl. maio, 2006. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/211/supled.php>. Acesso em: 23 ago. 2011.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. Assentamentos rurais x dinâmica regional: impactos e tensões. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., 2000, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: SOBER, 2000.

_____. **Poder local e assentamentos rurais**: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Relatório final de Bolsa Produtividade, CNPq, 2007. (separata).

_____.; BARONE, Luís Antônio; DUVAL, Henrique, Carmona. Experiências de reforma agrária bloqueios e perspectivas de desenvolvimento rural. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p. 76-90, set. 2006.

_____.; WHITAKER, Dulce Consuelo A.; BARONE, Luís Antônio. **Poder local e assentamentos rurais**: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. (Projeto de Auxílio Integrado – CNPq). Triênio 2004/2007. (separata).

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95-103. 2004.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 201-236, mar./abr. 2006.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GÖRGEN, Sérgio Antônio (Frei); STEDILLE, João Pedro. **Assentamentos**: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SOUZA, Marcelino de; SILVA, José Graziano da. O novo rural paranaense In: CUNHA, Marina Silva da; SCHIKIDA, Pery Francisco Assis; ROCHAJUNIOR, Weimar Freire da. (Org.). **Agronegócio paranaense**: potencialidades e desafios. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GUILLÉN-SALAS, Juan Carlos. **Sistemas de Indicadores de Qualidade de Vida**: análise das experiências de Belo Horizonte, Ontário, Porto e Chillan e Ovale. 2005. 148 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

HAQ, Mahbub Ul. **O paradigma do desenvolvimento humano**. 2008. Disponível em: <soo.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=200>. Acesso em: jan. 2012.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2002.

HEREDIA, Beatriz et al. **Os impactos regionais da reforma agrária**: um estudo sobre áreas selecionadas. Rio de Janeiro: CPDA : Ed. UFRRJ : PPGAS/MN : Ed. UFRJ, 2002. (Relatório resumo executivo).

HESPANHOL, Antonio Nivaldo, COSTA, Vera Mariza H. de Miranda, ESPÍRITO SANTO, Carlos Roberto. Os assentamentos e os reassentamentos rurais na região de Andradina – SP. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. (Org.) **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Araraquara: Ed. UNIARA; Campinas: Ed. FEAGRI : Ed. UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Otávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar. Rio de Janeiro, 2009.

INCRA. Sipra. **Relatório 0229**. Brasília, DF, 2011a.

_____. _____. **Relatório 0227**. Brasília, DF, 2011b.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas: Alínea, 2001.

_____. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos. 3. ed. Campinas: Alínea, 2006.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972.

KAYANO, Jorge; CALDAS, Eduardo de Lima. **Indicadores para o diálogo**. São Paulo: Pólis : EAESP : Ed. FGV, 2001.

KEYNES, John Maynard, **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Márcio R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas) .

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LEITE, Sérgio Pereira et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Ed. UNESP ; Brasília, DF: NEAD, 2004.

_____. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, Sérgio Pereira. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In: STÉDILE, João Pedro. **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LEONE, Eugênia Trancoso. **Pobreza e trabalho no Brasil**: análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas nos anos 80. 1994. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

LIGA CAMPONESA. **Memorial das Ligas Camponesas**. 2013. Disponível em: <www.ligascamponesas.org.br>. Acesso em: 11 maio 2012.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOPES, Carlos Eugênio Vitoriano. **Avaliação socioeconômica dos sistemas de produção em assentamentos rurais no estado de Roraima**: o caso do assentamento rural PAD – Anauá. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LOPES, Eliano Sérgio de Azevedo. **Assentamentos rurais e desenvolvimento local**: dimensões econômicas e sócio-políticas e redes sociais no campo sergipano. 2000. 400 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

LORENZI, Sabrina. Surge novo Índice de Desenvolvimento Social. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 maio 2008. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=2614>. Acesso em: 12 set. 2012

LOWI, Theodore J. Four systems of policy, politics, and choice. **Public Administration Review**, Washington, v. 32, p. 298-310, 1972.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**. São Paulo: Ensaio : Ed. Unicamp, 1990.

MANIGLIA, Elisabete. Criminalidade e violência no âmbito rural: críticas e reflexões. In: _____.; FIORATI, Jete Jane. **20 anos do curso de direito**. Franca: Ed. Unesp/ FHDSS, 2004.

_____. Atendimento da função social pelo imóvel rural. In: BARROSO, Lucas Abreu; MIRANDA, Alcir Gursen de; SOARES, Mário Lúcio Quintão. (Org.). **O direito agrário na Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 58-74, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. L. 2.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Abramo, 1999.

_____. O Brasil herdado. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Org.). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo : Boitempo, 2010.

MDA. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Brasília, DF, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo et al. Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. In: _____.; LEITE, Sérgio Pereira. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

_____.; LEITE, Sérgio Pereira. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

MICHELETTTO, Selma Ribeiro Araújo. **Forjar da terra a milagre do pão assentamento Timboré – Andradina /SP**. 2003. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec : Polis, 1984.

MORAIS, J. E. **O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA – e sua aplicação em Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1996. (Relatório de Pesquisa).

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTA, Ana Elizabete. Questão social e Serviço Social: um debate necessário. In: _____. (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. **Assentamentos rurais**: casa, comida e trabalho. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências e Letras, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya. Introdução. In: _____.; _____. (Comp.). **La calidad de vida**. México: Fondo de Cultura Económica : The United Nations University, 1998.

OCDE. **Enviromental indicators**: OCDE Core Set. Paris, 1994.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OKUDA, Miyuki. **Pequena produção agrícola nos municípios de Guaraçai e Andradina**. 1988. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Renda da terra absoluta, renda da terra de monopólio, renda da terra pré-capitalista, preço da terra. **Orientação**, São Paulo n. 7, p. 77-85, 1986.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 66, p. 5-22, 1988.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 2, p. 113-156, jul./dez. 2003.

_____. **Os mitos sobre o agronegócio no Brasil**. maio 2004. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1971>>. Acesso em: 3 maio 2006.

_____. A ‘não reforma agrária’ do MDA/INCRA no governo Lula. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 165-201, 2006.

_____. **As terras improdutivas no Brasil e a reforma agrária**. 18 maio 2007. Disponível em: <www.radioagencianap.com.br/node/2345>. Acesso em: 11 maio 2012.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Ed. FFLCH : Labur, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf>. Acesso em: 12 maio 2012.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. O atual estágio da acumulação capitalista: destruição criativa ou criação destrutiva? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 82, p. 22-45, jul. 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, E.; GENTILLI, P. (Org.). **Pós neoliberalismo: as políticas sociais no Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Tatiana de; BASTOS, Valéria Aparecida de. A proposta de educação do campo das escolas rurais de Araraquara – SP: destaque na construção da qualidade de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 9, p. 147-166, 2004.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA; Luiz Flavio Carvalho; SANTOS, Raimundo. (Org.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Concentração e ociosidade de terras: rentismo à brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: Ed. UNESP/ FCT, 1998.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____.; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes. (Org.). **Capturando a terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida. (Org.). **Política social e democracia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA FILHO, Jorge. Lula abandonou a reforma agrária, diz pesquisador. **Brasil de Fato**, São Paulo, 23 abr. 2008. Caderno Nacional.

PERFEITO, Giovana. Agricultura familiar responde por 70% dos alimentos do país. **Agência Sebrae de Notícias**, Brasília, DF, out. 2008. Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=199&cod=7784309&indice=950>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

PNUD. **Informe sobre desarrollo humano 1994**. México: Fondo de cultura económica, 1994.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado**. Lisboa: Mensagem, 2004.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano 2005**. Lisboa: Ana Paula Faria, 2005.

_____. **Ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos: Relatório de Desenvolvimento Humano**, 2009. New York, 2009.

POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise. Brasília, DF, n. 19, 2011.

POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise. Brasília, DF, n. 20, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

_____. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em outubro de 2011.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema/SP**. 2002. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2002.

REVISTA COMERCIALIZAÇÃO: Retratos do Campo, São Paulo, 2010.

REZENDE, Gervásio Castro de. **Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para debate, 648).

RODRÍGUEZ, Andres; ARDID, Carmen. Psicologia social y políticas públicas. In: ÁLVARO, José Luís; GARRIDO, Alicia; RAMON TORREGROSA, Jose. (Org.). **Psicologia social aplicada**. Madrid: McGraw-Hill, 1996.

ROMANO, Jorge O.; BUARQUE, Cristina M. **Crédito e gênero no nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2001.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAMPAIO, Plínio de Arruda Dossiê Reforma Agrária: da alienação à cidadania. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 55, set./nov. 2003. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/debate-dossie-reforma-agraria-da-alienacao->>. Acesso em Set 2011.

_____. et al. **Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, DF, 2003.

SANT’ANA, Antônio Lázaro et al. Estratégias de comercialização e geração de renda em dois assentamentos da região de Andradina. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. (Org.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI : Ed. UNICAMP, 2003.

_____. et al. Estratégias de produção e comercialização dos assentados da região de Andradina – SP. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37, n. 5, p. 29-31, maio 2007.

SANT’ANA, Raquel Santos. O acampamento Mario Lago de Ribeirão Preto: um foco da luta pela terra. In: OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva; BERTANI, Íris Fenner (Org.). **Interdisciplinaridade: integração entre saberes e práticas**. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2006.

_____.; SANT’ANA, Antônio Lázaro. Serviço Social e a questão agrária. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 14, p. 117-131, 2005.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2010.

SCARPIN, Jorge Eduardo; SLOMSKI, Valmor. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, p. 909-933, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n5/a06v41n5.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SIGAUD, Lygia et al. Os acampamentos da reforma agrária: história de uma surpresa. In: L'ESTOILE, Benoit de; SIGAUD, Lygia. (Org.), **Ocupações de terra e mudança social: uma experiência de etnografia coletiva**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SILVA, José Graziano da. **A reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. **O que é questão agrária**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. UNICAMP/IE, 1996.

SILVA, L. S. et al. **Crédito rural para assentamentos de reforma agrária em Pernambuco: uma análise preliminar das operações ocorridas no período de 1986 a 1994**. Recife: MAARA/INCRA, 1995.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

SIMON, Cristiano G. Biazzo. **O campo da UDR: projeto e atuação da elite rural brasileira (1985 – 1988)**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. Organização territorial de assentamentos rurais para atender a legislação ambiental na Amazônia. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 3, n. 6, p. 143-155, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11886/6951>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

_____. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, 2003.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, Sérgio Pereira. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio-SP**. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2007.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TOLEDO, José Roberto. O ser humano no centro do desenvolvimento. In: CANELA, Guilherme (Org.). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

TORRES, Haroldo da Gama; FERREIRA, Maria Paula; DINI, Nádia Pinheiro. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola**. São Paulo: EDUSP : Hucitec, 1991. (Estudos rurais, 11).

_____. Fundamentos do agrorreformismo. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

_____. **A história não os absolverá nem a geografia**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. 3. ed. São Paulo: Cortez 2009.

XAVIER, Carlos Vinícius. A expansão da agroindústria sucroalcooleira na região de Andradina e a crise da reprodução do capital. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, ano 7, n. 11, p. 55-80, maio 2010. Disponível em: <<http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/Revista/Revista11maio/3.pdf>>. Acesso em: fev. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

INFORMAÇÕES GERAIS

Nome do Assentamento _____

Código Sipra: _____

Data de criação do assentamento (Portaria): _____

Município: _____

Estado: _____

Data: ____/____/____

INÍCIO DA ENTREVISTA

1. Nomes dos entrevistados:

2. Origem dos entrevistados:

3. Telefones (Fixo ou Celular): _____

4. Tamanho da parcela/lote (assentamento parcelado) ou área estimada de uso (assentamento coletivo):
_____ (ha)

5. Número do lote (quando for o caso): _____

6. Há quanto tempo está morando no assentamento (ano de entrada)? _____

7. É o primeiro beneficiário do lote? () Sim () Não

8. Experiência profissional anterior (antes de ser assentado) _____

A - PERFIL SÓCIOECONÔMICO

1 – Quadro da Família

Nome (primeiro e último nome)	Parentesco	Sexo 1. Mas 2. Fem	Idade (anos)	Estuda?		Último ano/série que estudou		Trabalha (marque Trabalha no Lote, Diarista, Mensalista, Empregado, Aposentado, Não Trabalha)					
				Sim	Não	Série	Ano	L	D	M	E	A	N

2. Algum membro da família trabalha fora da propriedade?

() **Não** (vá para a próxima questão)

() **Sim** (preencha o quadro abaixo)

Pessoas que trabalharam fora?	Qual o setor?	Valor do serviço por dia ou mês (R\$)
	1. Agropecuária/ extrativismo 2. Indústria 3. Comércio 4. Construção civil 5. Transformação artesanal/agroindústria 6. Trabalho doméstico remunerado 7. Agente de saúde 8. Professor / Monitor 9. Outros (especificar)	

3. Algum dos membros da família recebe algum tipo de benefício/outras rendas?

() **Não** (vá para a próxima questão)

() **Sim** (preencha o quadro abaixo)

Pessoa que recebeu o benefício? (utilizar o código da questão 9)	Qual foi o tipo de benefício e/ou outras rendas? 1. Aposentadoria 2. Pensão 3. Auxílio- maternidade 4. Auxílio-doença ou acidente 5. Bolsa família e/ou bolsa escola 6. Aluguéis recebidos (imóveis residenciais/ comerciais/máquinas e equipamentos) 7. Seguro desemprego 9. BPC 10. Outros. Especificar qual? 	Qual o valor que recebe? (R\$)

B – EDUCAÇÃO

4. Pessoas que vão à Escola:

Pessoas que vão à Escola	Qual tipo de Escola?					Onde fica a Escola?				
	Pré Infantil	Fundamental	Médio/ Técnico	Médio	Faculdade	No Assentamento	Em outro Assentamento	Na Cidade	Em outra Cidade	

4b. N° de pessoas analfabetas:

C - SAÚDE

5. Tem alguém na família com problemas de saúde com tratamento permanente? Sim () Não ()
6. Alguém na família recebe medicamento de uso contínuo gratuito? Sim () Não ()
7. Assistência médica no SUS? Sim () Não ()
8. Assistência médica particular? Sim () Não ()
9. Tem pessoas com necessidades especiais, ou idosos na família? Sim () Não ()
10. Dependência química na família (drogas, álcool, remédios)? Sim () Não ()
11. Recebeu imunização (vacinação) contra doenças infecciosas? Sim () Não ()
12. Há crianças menores de 7 anos que faleceram? Sim () Não () Com que idade faleceram? _____
13. Houve mortalidade materna? Sim () Não ()
14. Há caso de desnutrição na família? Sim () Não ()
15. Qual o valor que gasta com medicamentos por mês? R\$ _____
16. Existe oferta de serviços básicos de saúde? Quais?
17. Como deve ser melhorada a saúde dentro do assentamento?

A família recebe a visita de:	FREQUÊNCIA
18. Agente de Saúde?	
19. Médico da Família?	
20. Agente sanitário de combate a dengue e outras doenças transmitidas por artrópodes (insetos)?	

21. A família já necessitou de atendimento de saúde de emergência?

() Sim (vá para próxima questão)

() Não (Pule para a questão 22)

21b. Nesses casos, como a família se deslocou até o local de atendimento na maioria das vezes?

() Meios próprios (inclui carro, carroça, carona) () Ambulância

21c. Quanto tempo levou, em média, até ser atendido: _____ (formato hora: minutos)

D – HABITAÇÃO

22. A casa onde você reside possui: (registrar o número de cada cômodo/peça)	
Cômodos/peças	Quantidade
Banheiro	
Cozinha	
Quarto	
Sala	
Varanda	
Outro	
23. Qual o tipo predominante da cobertura (telhado)? (Assinalar uma opção)	
Laje de concreto	
Telha de cerâmica/barro	
Telha de amianto ou folha de zinco	
Sapé ou palha	
Lona ou plástico	
Outro _____	
24. Qual o tipo predominante da parede externa da casa? (Assinalar uma opção)	
Alvenaria/Tijolo – com reboco	
Alvenaria/Tijolo – sem reboco	
Mista: Alvenaria e Madeira	
Madeira	
Pau a pique, taipa ou adobe	
Lona ou plástico	
25. (Eletricidade) Sua caixa de Distribuição é: (Assinalar uma opção)	
Monofásica	
Bifásica	
Trifásica	
Não possui energia elétrica	
Outro _____	
26. Quais as duas principais fontes de abastecimento de água da sua residência?	
Poço artesiano	
Poço semi-artesiano	
Nascente ou vertente com poço	
Rios/Córregos/Igarapés	
Cacimba	
Açude/ barreiro	
Cisterna	

Rede pública	
Chafariz (Sistema de abastecimento coletivo)	
Caminhão Pipa	
Outra _____	

27. Como foi construído o poço /cisterna do seu lote?	
	Pelo INCRA
	Pelo poder público (Prefeitura / Estado ou outro órgão do Governo Federal)
	Por ONGs. Qual?
	Com recursos próprios
28. Esse poço atende apenas ao seu lote ou a outros lotes?	
	Só este lote
	Outros lotes. Quantos

29. Qual a principal forma de tratamento de dejetos humanos da casa?	
Fossa séptica	
Fossa incompleta/ “Fossa Negra”	
Fossa simples	
Outra	
Não tem	

30. Quais as principais formas de tratamento da água para consumo humano realizadas? (Preencher com: 1- mais utilizada e 2 - segunda mais utilizada, se for o caso)	
Cloração	
Fervura	
Filtragem	
Dessalinização	
Não há tratamento	
Outra _____	

31. Qualidade da água para consumo humano?				
Excelente	Boa	Regular	Ruim	Péssima

32a. Existe coleta de lixo no assentamento () Sim () Não

32.b. No seu lote, qual a destinação final do lixo?	
Orgânicos	
Inorgânicos	

33. Em relação às condições de moradia/casa, qual a sua avaliação?			
Condições	Mais que suficiente	Suficiente	Insuficiente
Quanto ao tamanho da casa e a quantidade de cômodos			
Quanto à qualidade da casa (paredes, telhado, piso, etc.)			
Quanto à água para o família/consumo			
Quanto a energia elétrica para a família/consumo			
Quanto ao saneamento básico			

34. Itens de Conforto						
Especificação	0	1	2	3	4	5
Automóvel (para uso da família)						
Motocicleta						
Bicicleta						
Antena Parabólica						
Televisor						
Aparelho de som						
Rádio						
Aparelho de DVD						
Geladeira						
Freezer						
Ventilador						
Ar condicionado						
Máquina de lavar roupas						
Tanquinho						
Fogão a gás						
Fogão à lenha						
Forno elétrico						
Forno de Micro ondas						
Liquidificador						
Ferro elétrico						
Batedeira de bolo						
Linha de Telefone fixo						

Celular						
Computador						
Impressora de computador						
Internet						
Trator						
Especificação						
Carreta agrícola						
Arado/grade/roçadeira						
Plantadeira/adubadeira						
Picadeira/forageira/triturador						
Carroça/carro de boi						
Arado de tração animal						
Bombas d'água/ Equipamentos de Irrigação						
Outros _____						
35. Faz aplicação de calcário e/ou outros corretivos do PH do solo no lote						
Não	Sim	Qual o valor gasto anualmente?				
36. Faz adubação no lote? () Sim () Não. Com o quê?						

37. Utiliza agrotóxicos em sua produção? Sim () Não ()

Qual _____

Qual o valor que gasta? _____

38. A produção desenvolvida no seu lote é:	
	Individual/ familiar
	Coletiva/ comunitária
	A maior parte individual, a menor parte coletiva
	Individual e coletiva, em partes iguais
	A maior parte coletiva, a menor parte individual

39. Você e sua família produzem fora do seu lote?	
	Não
	Sim, de forma coletiva/comunitária em outros lotes dentro do assentamento (inclusive áreas de mata, campo e outras)
	Sim, de forma individual em outros lotes fora do assentamento
	Sim, de forma coletiva/comunitária em outros lotes fora do assentamento

40. Realiza a comercialização da produção com outros assentados? De quê?

41. Possui cultura de grãos?

Quais? _____

Valor recebido? _____

42. Possui cultura de legumes e verduras?

Quais? _____

Valor recebido? _____

43. Possui cultura de frutas?

Quais? _____

Valor recebido? _____

44. Qual é a atividade produtiva que proporciona maior renda para a família?

45. Qual é o rendimento mensal médio da família? R\$_____

46. Atividades de produção no ano:			
	Efetivo na propriedade (No. de cabeças)	Animais Vendidos	Valor auferido
Bovino			
Suino			
Caprino			
Ovino			
Aves			

47. Para quem é vendida sua produção no lote?

Outro	
Programa de Agricultura de Interesse Social (PPAIS)	
Para o intermediário – atravessador	
Para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	
Para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	
Para Poder Público – município, etc.	
Para Agroindústria e/ou empresa privada / integrado	
Cooperativa	
Venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres	

48. Tem facilidade para escoar a produção? () Sim () Não? Como que ela é feita? _____

49. Qual é o gasto médio mensal de sua família com alimentação não produzida no lote (mercado)? _____

50. Em relação às condições gerais de produção, comercialização e renda, qual a sua avaliação sobre os itens a seguir?

	Mais que suficiente	Suficiente	Insuficiente
Tamanho do lote (área útil)			
Fertilidade natural do solo			
Disponibilidade de maquinário e equipamentos produtivos inclusive para alugar			
Disponibilidade de mão-de-obra familiar			
Disponibilidade de crédito			
Conhecimento das técnicas de produção			
Comercialização dos produtos			
Preço recebido pelos produtos vendidos			
Rendas (da produção, benefícios e trabalhos externos, etc.)			

51. O senhor(a) ou alguém de sua casa participa de Associação ou Cooperativa?	
Sim	Não
52. Nome da Entidade	

53. Você participa ou tem afinidade com algum movimento social: Qual?

54. Você participa ou tem afinidade com algum partido político? Qual?

55. Qual foi o seu meio de acesso à terra?

56. O que você acha que melhoraria sua vida dentro do seu lote?

57. Na sua opinião, sua vida seria melhor dentro do assentamento ou na cidade? Por quê?

58. O assentamento possui espaços de sociabilidade e lazer? Quais?

59. O que você gostaria que tivesse no assentamento na área do lazer?

APÊNDICE B - FOTOS DOS ASSENTAMENTOS (Fotos: Livia Hernandes Carvalho)

FOTO 1 - CRIAÇÃO DE GALINHA CAIPIRA – P.A. ESTRELA DA ILHA



FOTO 2 - REBANHO BOVINO; PRODUÇÃO DESTINADA À COMERCIALIZAÇÃO PARA COOPERATIVA. P.A. ESTRELA DA ILHA



FOTO 3 - RESIDÊNCIA NO P.A. ESTRELA DA ILHA.



FOTO 4 - CULTIVO DE MANDIOCA; PRODUÇÃO DESTINADA AO CONSUMO FAMILIAR - P.A. ESTRELA DA ILHA.



FOTO 5 - ÁREA CULTIVADA COM QUIABO; PRODUÇÃO DESTINADA AO CONSUMO FAMILIAR – P.A. ESTRELA DA ILHA.



FOTO 6 - CULTIVO DE MELANCIA; PRODUÇÃO A SER COMERCIALIZADA NA REGIÃO – P.A. ESTRELA DA ILHA.



FOTO 7 - CULTIVO DE HORTALIÇAS; PRODUÇÃO DESTINADA AO CONSUMO FAMILIAR –P.A. ROSELY NUNES.



FOTO 8 - RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA– P.A. ROSELY NUNES



FOTO 9 - P.A. – TIMBORÉ-PROJETO DE ACESSO A ÁGUA LOTE-42,CONSSUMO DE AGUA PARA 12 FAMILIAS.



FOTO 10 - P.A.-TIMBORÉ-TRANPORTE DE LEITE ATÉ O TANQUE, ATRAVÉS DE TRAÇÃO ANIMAL.



FOTO 11 - P.A.-SANTA LUZIA - PLANTIO DE MELANCIA, ESCOAMENTO DO PRODUTO É NO MERCADO.

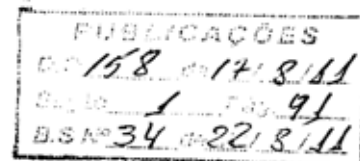


FOTO 12 - P.A.-TERRA É VIDA- O PLANTIO DE MILHO É DESTINADO À FEIRA LIVRE E MERCADO, COMO TAMBÉM PARA O CONSUMO PRÓPRIO.



ANEXOS

ANEXO A - INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/Nº 68



INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/Nº 68

DE 16 DE AGOSTO DE 2011.

Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, art. 21, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, e inciso IX, do art.122, do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 20, de 8 de abril de 2009, Resolve:

CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art. 1º A presente Instrução tem por objetivo disciplinar a implementação do Crédito Instalação para o público da Reforma Agrária.

CAPÍTULO II
DO CRÉDITO INSTALAÇÃO

Art. 2º Consiste no provimento de recursos financeiros, sob forma de concessão de crédito, aos beneficiários da Reforma Agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Parágrafo Único. São modalidades de concessão de Crédito Instalação: Apoio Inicial; Apoio Mulher; Aquisição de Materiais de Construção; Fomento; Adicional do Fomento; Semi-árido; Recuperação/Materiais de Construção; Reabilitação de Crédito Produção e Crédito Ambiental.

CAPÍTULO III
DOS VALORES DAS MODALIDADES

Art. 3º Os valores das modalidades são os seguintes:

- a) Apoio Inicial: R\$ 3.200,00;
- b) Apoio Mulher: até R\$ 3.000,00
- c) Aquisição de Materiais de Construção: R\$ 15.000,00;
- d) Fomento: R\$ 3.200,00;
- e) Adicional do Fomento: R\$ 3.200,00;
- f) Semi-árido: Até R\$ 2.000,00;
- g) Recuperação/Materiais de Construção: Até R\$ 8.000,00;
- h) Reabilitação de Crédito Produção: Até R\$ 6.000,00;
- i) Crédito Ambiental: R\$ 2.400,00.

§1º. O Crédito Ambiental, no valor de R\$ 2.400,00 será liberado em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais iguais e sucessivas, a ser operacionalizado da forma prevista em Norma de execução própria.

§2º. Os recursos das modalidades Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação/Materiais de Construção, depositados nas contas correntes a partir de 01 de janeiro de 2006, poderão ser complementados, a critério da SR, observadas as determinações dispostas em Norma de Execução de operacionalização do Crédito Instalação.

CAPÍTULO IV DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 4º Poderão ser beneficiários do Crédito Instalação os assentados dos projetos da Reforma Agrária criados ou reconhecidos pelo Incra, regularmente selecionados e cadastrados.

§1º. A modalidade Apoio Inicial será concedida às famílias selecionadas e cadastradas, visando suprir as necessidades básicas, bem como ao fomento inicial de seu processo produtivo para sua instalação nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

§2º. A modalidade Apoio Mulher será concedida para utilização exclusiva da mulher titular do lote, que compõe a unidade familiar, residentes e domiciliadas no Projeto de Assentamento, visando o desenvolvimento de atividades agrícolas e/ou comerciais no âmbito dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

§3º. A modalidade Aquisição de Materiais de Construção será concedida às famílias assentadas, residentes e domiciliadas no Projeto de Assentamento, para auxiliar na construção de suas unidades habitacionais, nos lotes identificados conforme o projeto de parcelamento ou com a localização definida em caso de projetos coletivos.

§4º. A modalidade Fomento será concedida às famílias residentes e domiciliadas em Projetos de Assentamento, visando o fortalecimento das atividades produtivas e ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

§5º. A modalidade Adicional do Fomento será concedida às famílias residentes e domiciliadas em Projetos de Assentamento, visando dar continuidade ao fortalecimento das atividades produtivas e ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

§6º. A modalidade Semi-árido se destina a atender as necessidades de segurança hídrica das famílias residentes e domiciliadas em Projetos de Assentamento, localizados nas áreas circunscritas pelo Semi-árido, reconhecidas pelo IBGE.

§7º. A modalidade Recuperação/Materiais de Construção se destina a recuperação das unidades habitacionais nos Projetos de Assentamento que, após constatação por meio de laudo técnico, apresentem necessidade de reforma e/ou ampliação.

§8º. A modalidade Reabilitação de Crédito Produção se destina à recuperação da capacidade de acesso a novos créditos, possibilitando a quitação de financiamentos contraídos no âmbito do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária – PROCERA.



§9º. A modalidade de Crédito Ambiental se destina a financiar o plantio de árvores e a realização dos tratos culturais, durante dois anos, a partir da instalação de sistema agroflorestal - SAF, necessária à restauração ambiental da área de reserva legal dos assentamentos.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º. Os créditos deverão ser aplicados de forma coletiva no respectivo Projeto de Assentamento, ressalvada as excepcionalidades previstas no art. 4º, §7º desta Instrução Normativa, bem como nos casos de regularização de lotes retomados.

Art. 6º. Não serão concedidos créditos a projetos não cadastrados no Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, ou outro sistema que o vier substituir.

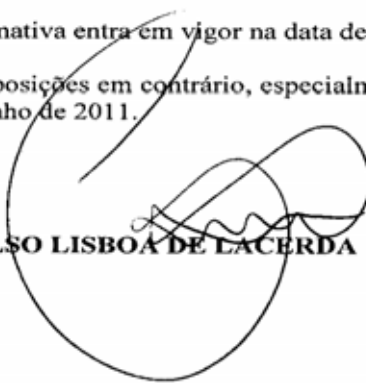
Art. 7º. A Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (DD) publicará Norma de Execução e Manual Operacional específicos.

Art. 8º. Nos casos de concessão de Crédito Instalação na modalidade Recuperação/Materiais de Construção, preferencialmente os projetos de assentamento devem ter por base o Plano de Recuperação de Assentamento - PRA.

Art. 9º Os casos omissos na presente Instrução Normativa serão dirimidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD.

Art. 10. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o que dispõe a Instrução Normativa/Incra nº 67, de 15 de junho de 2011.



CELSON LISBOA DE LACERDA



ANEXO B - PORTARIA/INCRA/Nº 412

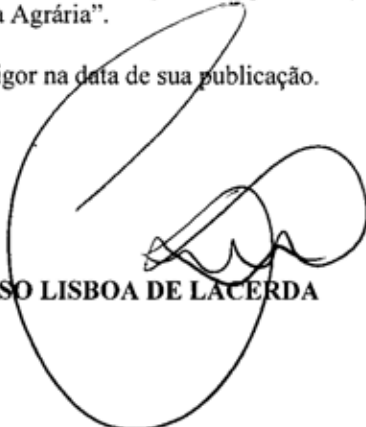
PUBLICAÇÕES	
D.O. 158	de 17/8/11
Folha 1	Pág. 91
B.S. Nº 34	de 22/8/11

PORTARIA/INCRA/P/Nº 412**DE 16 DE AGOSTO DE 2011.**

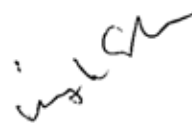
O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 21, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, combinado com os incisos V e VII, do art. 122 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 8 de abril de 2009, RESOLVE:

Art.1º Aprovar “ad referendum” do Conselho Diretor, a Instrução Normativa nº 68, de 16 de agosto de 2011, que “Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



CELSON LISBOA DE LACERDA



ANEXO C - PORTARIA Nº 6, 31 de janeiro de 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

GABINETE DO MINISTRO

DOU de 01/02/2013 (nº 23, Seção 1, pág. 87)

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, no art. 27, inciso VIII, alínea "a" da Lei nº 10. 683, de 28 de maio de 2003, e nos arts. 19 e 20 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve,

Art. 1º - Esta Portaria estabelece os parâmetros a serem observados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra no estabelecimento da ordem de prioridade territorial para as ações de obtenção de terras para a reforma Agrária e os critérios, requisitos e procedimentos básicos para a seleção de candidatos a beneficiários da reforma agrária.

CAPÍTULO I

DOS INDICADORES PARA PRIORIZAÇÃO NA ESCOLHA DE ÁREAS

Art. 2º - O MDA e o Incra, observado o disposto no art. 2º da Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, priorizarão as ações de obtenção de terras para reforma agrária e criação de novos projetos de assentamento, levando em consideração a combinação dos seguintes indicadores:

- I - densidade de população em situação de pobreza extrema no meio rural;
- II - concentração fundiária;
- III - incidência de minifúndios;
- IV - disponibilidade de terras públicas não destinadas;
- V - demanda social fundamentada; e
- VI - existência de ações do Poder Público no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria e do Programa Territórios da Cidadania ou outras iniciativas que facilitem o acesso das famílias assentadas às políticas de inclusão social e produtiva.

CAPÍTULO II

DA CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA

Art. 3º - Não poderá ser beneficiário do programa de reforma agrária quem:

- I - for servidor ou exercer função pública, autárquica, em órgão paraestatal ou se achar investido de atribuições parafiscais;
- II - tiver sido excluído ou ter se afastado do programa de reforma agrária, de regularização fundiária ou de crédito fundiário sem consentimento do seu órgão executor, salvo em caso de separação judicial;
- III - for proprietário rural, ressalvadas as situações constantes nos incisos I e V do art. 6º, desta Portaria;
- IV - for proprietário, quotista ou acionista de sociedade empresária em atividade; e
- V - for menor de 18 anos, não emancipado na forma da lei civil.

§ 1º - As disposições constantes no inciso III do *caput* se aplicam aos cônjuges e conviventes, inclusive em regime de união homoafetiva estável, salvo em caso de separação judicial ou de fato.

§ 2º - Não perderá a condição de beneficiário aquele que, após adquirir a condição de assentado, passe a se enquadrar nos incisos I, III e IV deste artigo.

Art. 4º - Desde que ausentes as demais situações do artigo 3º, poderá ser beneficiário da reforma agrária o candidato que exerça representação sindical, associativa ou cooperativa e reste comprovada a compatibilidade do exercício do mandato com a exploração da parcela pelo núcleo familiar.

CAPÍTULO III

DA ORDEM DE PREFERÊNCIA À TITULAÇÃO

Art. 5º - Os títulos de domínio e de concessão de uso serão outorgados:

- I - ao homem, na ausência de cônjuge ou companheira;
- II - à mulher, na ausência de cônjuge ou companheiro;
- III - a ambos, nas hipóteses de exploração conjunta, notadamente nos casos de:
 - a) casamento;
 - b) união hétero ou homoafetiva estável; e
 - c) sociedade de fato ou exploração equiparada à condominial.

§ 1º - Estando os conviventes ou co-exploradores separados por ocasião da titulação, será ela priorizada em favor de quem detenha a guarda de filhos próprios ou comuns, situação que também definirá quem permanecerá como detentor do lote ou parcela, em casos de dissolução do casamento ou da união estável.

§ 2º - Nas situações do § 1º, o homem ou a mulher excedente terá direito de preferência em outro assentamento do município ou região, condicionado à disponibilidade de vagas.

§ 3º - Os contratos de assentamento ou de concessão de uso, já celebrados, poderão ser aditados para os fins deste artigo.

Art. 6º - A outorga dos títulos de concessão de uso ou de domínio será feita observando a seguinte ordem preferencial:

- I - ao desapropriado, ficando-lhe assegurada prioridade para a parcela na qual se situe a sede do imóvel;
- II - a quem trabalhe no imóvel desapropriado como posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário;
- III - ao ex-proprietário de terra cuja propriedade de área total compreendida entre um e quatro módulos fiscais tenha sido alienada para pagamento de débitos originados de operações de crédito rural ou perda na condição de garantia de débitos da mesma origem;
- IV - a quem trabalhe como posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário, em outro imóvel;
- V - ao agricultor cuja propriedade seja, comprovadamente, insuficiente para o sustento próprio e o de sua família; e
- VI - ao trabalhador rural sem terra que não se enquadre nas hipóteses mencionadas nos incisos anteriores.

Parágrafo único - Respeitada a ordem de preferência de que trata o caput terá prioridade o candidato que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único.

Art. 7º - Observado o disposto no artigo 6º, serão selecionados os candidatos que obtiverem maior pontuação calculada na forma definida pelo INCRA, observados os seguintes critérios de priorização por família:

- I - com renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo;
- II - de nacionalidade brasileira;
- III - mais numerosa, cujos membros se proponham a exercer a atividade agrícola na área a ser assentada;
- IV - que residir há mais tempo no município de localização do projeto de assentamento; e
- V - chefiada por mulher.

§ 1º - Considera-se a família chefiada por mulher quando, independentemente do estado civil, esta for responsável pela maior parte do sustento material de seus dependentes.

§ 2º - Em caso de empate, terá preferência o candidato de maior idade.

§ 3º - Nos assentamentos com vinte lotes ou mais, havendo demanda, deverão ser reservadas até 5% (cinco por cento) das suas parcelas para o assentamento de jovens trabalhadores rurais solteiros, com idade não superior a 29 (vinte e nove) anos, residentes ou oriundos no meio rural, e que nele desejem permanecer ou a ele retornar.

Art. 8º - Observado o disposto no art. 7º, os lotes vagos em decorrência de desistência, abandono ou retomada, localizados em projetos de assentamentos federais serão destinados a:

I - jovens, cujos pais tenham dois ou mais descendentes e que sejam assentados ou agricultores familiares, na forma definida pelo Incra;

II - famílias de trabalhadores rurais que residam no assentamento na condição de agregados;

III - famílias de trabalhadores rurais que residam no município ou no território rural de localização do projeto de assentamento;

IV - famílias de trabalhadores rurais desintrusadas de outras áreas, em razão de demarcação de terra indígena, titulação de comunidade quilombola ou de outras ações de interesse público; e

V - beneficiários mencionados nos incisos IV a VI do art. 6º.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º - O Incra somente poderá reconhecer assentamentos constituídos por outros órgãos caso tenham sido utilizados os mesmos critérios de elegibilidade estabelecidos nesta Portaria.

Parágrafo único - O disposto no *caput* não se aplica a assentamentos constituídos anteriormente à publicação desta portaria.

Art. 10 - O Incra deverá utilizar os meios disponíveis para garantir publicidade ao processo seletivo, com o fim de permitir a participação de toda pessoa interessada que não seja impedida pelo art. 3º.

Art. 11 - Objetivando o cumprimento dos critérios estabelecidos nesta Portaria, o INCRA expedirá instrução normativa para a operacionalização da seleção de candidatos ao programa de reforma agrária.

Art. 12 - Aplica-se o disposto nesta portaria aos assentamentos constituídos por meio de parcerias que envolvam repasse de recursos do Incra.

Art. 13 - As situações não reguladas nesta Portaria serão dirimidas pelo INCRA.

Art. 14 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS